



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 11 dias do mês de novembro de 2013, procedemos a abertura deste volume nº IX do processo de nº 02001.004420/2007-65, que se inicia com a página nº 1457. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) /IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



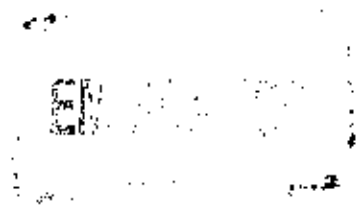
DESP. ABERT. VOL. 001055/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 11 de novembro de 2013

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos a abertura de volume no processo nº 02001.004420/2007-65. Após abertura tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

MARIANA TENEDINI
Analista Ambiental da COHID/IBAMA



Ata da Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) São Manoel realizada ao trigésimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às 18 horas e 50 minutos, no Parque de Exposições Hélio da Mota Gueiros, na cidade de Itaituba no Estado do Pará. A mesa de abertura foi composta pelo Coordenador Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, Thomaz Miazaki de Toledo, a Prefeita Municipal, Eliene Nunes e o representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Amílcar Guerreiro. Hiltoney de Oliveira, representante do Ibama/Dilic, fez a leitura do regulamento da Audiência Pública. Em seguida, o Presidente da Mesa citou a presença dos analistas do Ibama, destacando a presença do Gerente Executivo de Santarém-PA, Antônio Hernandes Torres Júnior. Após, a Prefeita agradeceu a realização da Audiência Pública do AHE São Manoel no município de Itaituba/PA, em função da importância regional do empreendimento. O representante da EPE agradeceu a recepção na cidade e comentou sobre a composição multidisciplinar da equipe responsável pela elaboração do projeto em discussão. O Presidente da Mesa estendeu os agradecimentos à Secretaria Geral da República e às forças policiais que deram apoio para a realização das Audiências Públicas, além de agradecer aos funcionários da Funai pela presença e apoio técnico para as análises dos estudos. O Presidente solicitou o desfazimento da mesa e que o Analista do Ibama Roberto Huet apresentasse o processo de licenciamento ambiental desenvolvido pelo Ibama, seu marco legal e procedimentos técnico-administrativos e a participação da população, quando da realização das Audiências Públicas. Após a apresentação do Ibama, o presidente solicitou a explanação do representante da EPE Sr. Amílcar Guerreiro sobre o projeto do AHE São Manoel. O representante da EPE explicou que, no caso da emissão da Licença Prévia, o empreendimento será leiloadado, quando um empreendedor será responsável pelas etapas seguintes do processo, tanto construtivas e operacionais, quanto pelos aspectos socioambientais. Em seguida, foi apresentado um vídeo sobre o projeto do AHE São Manoel. Posteriormente, o presidente solicitou ao responsável pelos estudos ambientais, Sr. Guilherme Furgler, representante da Concremat, a explicação sobre os estudos ambientais da usina, ao tempo que este apresentou um vídeo sobre os aspectos socioambientais e resultados do diagnóstico ambiental da região do AHE. Após o vídeo, o Sr. Guilherme Furgler expôs os detalhes da execução dos estudos ambientais e como são identificados e avaliados os impactos ambientais da hidrelétrica, bem como alguns dos Programas Ambientais que devem ser executados, para os monitoramentos, controle e mitigação dos impactos ambientais causados pela implantação e/ou operação do empreendimento. Em função da chegada de um grupo de alunos, após a exibição dos vídeos, o Presidente da Mesa solicitou que durante o intervalo, tais mídias fossem novamente expostas. Em seguida, a analista Glauce da EPE apresentou o estudo específico sobre o componente indígena, informando que, apesar da hidrelétrica não inundar terras indígenas, existirá impactos sobre o modo de vida indígena (povos Kayabi, Apiaká e Munduruku). O estudo contempla a identificação dos impactos, os

programas ambientais específicos e as ações de mitigação e compensação sobre as populações indígenas. Posteriormente, o Presidente informou que os debates, sobre as questões apresentadas e outras relacionadas ao projeto, seriam abertos após o intervalo.

Fernanda eng. ambiental questionou se o PBAI já é válido para a elaboração da Licença de Instalação, para o qual foi esclarecido que isto é condicionante para emissão de tal licença, com auxílio da Funai, porém em fase posterior no processo de licenciamento ambiental do empreendimento, após aprovação da LP e leilão do empreendimento.

João Paulo perguntou se o EIA/RIMA leva em consideração a sinergia de impactos dos empreendimentos na bacia e se haverá investimento nos municípios, anteriormente à instalação do empreendimento. O representante da EPE afirmou que há capítulo específico do estudo sobre a sinergia dos empreendimentos. Também respondeu que investimentos nos municípios só poderão ser realizados após o leilão do AHE.

Nayara perguntou se o preço da energia vai baixar. A EPE afirmou que a conta de energia não abaixará. Disse ainda que as contas de luz são compostas por um conjunto de modalidades de geração. A longo prazo, após o pagamento das usinas, há redução de custo da energia, com a renovação das concessões dos empreendimentos.

Juliana perguntou se a energia gerada pela UHE São Manoel melhorará o fornecimento de energia para os municípios atingidos e para a região, incluindo Itaituba/PA. A EPE respondeu que a energia será inserida no Sistema Integrado Nacional e que para chegar às residências é necessário o rebaixamento da tensão, de responsabilidade das distribuidoras de energia. Então, para a melhora do fornecimento, é necessário o investimento nas empresas distribuidoras.

Edilson Ribeiro da Silva, perguntou porque a Audiência está sendo realizada em Itaituba. O Ibama respondeu que foi uma escolha para se garantir a realização de Audiências Públicas nos estados atingidos (Pará e Mato Grosso), para retirar dúvidas acerca dos projetos, evitando confusão entre empreendimentos.

Adriele perguntou quais benefícios a construção dos empreendimentos trarão ao município de Itaituba. A EPE respondeu que não há impactos diretos em Itaituba, porém interessados podem se candidatar aos empregos gerados pelo empreendimento, além de ter explicado que as compensações financeiras beneficiarão também os estados atingidos.

Jean Campos perguntou sobre a metodologia de medição da vazão do rio, e se foi feito por meio da técnica de Doppler, adequada para rios de maior porte. A EPE respondeu que os dados de vazão do Teles Pires teve como base os dados históricos disponibilizados pela ANA, tendo sido aprovado pelo órgão responsável, não tendo sido utilizada a técnica mencionada.

Valter questionou o que será feito com os peixes de piracema para continuarem a migração e se o sistema proposto será eficaz e eficiente. O professor Efrem afirmou que o sistema de transposição não foi definido, o que será feito somente após estudos sobre as espécies-alvo.

Dr. P²

Também mencionou os problemas relacionados à transposição, afirmando que o importante é que os peixes completem o ciclo hidrológico.

Patrick perguntou porque os investimentos em serviços e infraestrutura não vem antes dos empreendimentos. A EPE afirmou que vários investimentos já deveriam ter sido feitos, independentemente do projeto em discussão, pois são ações de governo. Também afirmou que algumas compensações só poderão ser definidas após o leilão do empreendimento. O Ibama afirmou que não há previsão de investimento anterior, pois a previsão do estudo são ações vinculadas aos impactos causados pelo AHE. A Concremat afirmou que o PBA, em fase pós-LP, definirá medidas, que podem incluir ações anteriores às obras. Patrick fez uma tréplica, mencionando a atração de interessados com a expectativa dos empreendimentos, reiterando a importância do governo agir anteriormente à implantação do empreendimento, com planejamento conjunto à comunidade. Também mencionou que não houve convite e ampla divulgação das Audiências. O Ibama afirmou que foi publicada convocação com 45 dias de antecedência, e que será elaborado relatório abordando se a houve publicidade das audiências, conforme previsto em normativas próprias. A EPE destacou as formas de divulgação do evento.

Cláudio perguntou porque no momento das contratações das subempreiteiras são priorizadas empresas de outros estados. A Concremat afirmou que os empreendedores possuem fornecedores que atendem suas demandas, mas há indicação que seja buscado na região.

David Menezes perguntou se os estudos pagos pelo governo federal que custaram milhões foram realizados, porque não há estudos sobre as deficiências do município, pois não está preparado para receber o empreendimento. Qual infraestrutura os municípios atingidos terão para receber o empreendimento? Disse também que a mitigação dos serviços públicos deve ser feita anteriormente aos empreendimentos, senão haverá acionamento do Ministério Público e Justiça. O Ibama afirmou que o município deve exercer o direito de se manifestar no processo de licenciamento, enviando contribuições e manifestações que serão considerados nas análises ambientais. A EPE afirmou que, em função da distância do empreendimento, não há previsão de impactos no município de Itaituba. A Concremat afirmou que o EIA/RIMA foi encaminhado à Prefeitura e pode ser consultado para verificação da extensão do impacto.

A Prefeita Eliene reiterou os questionamentos acerca da divulgação, dos investimentos em infraestrutura e serviços públicos, para que o município se prepare para os empreendimentos que chegarão para a região. Afirmou que o fato de se realizar audiência em Itaituba, fica subentendido que haverá impacto no município. Afirmou que não há condições de receber os empreendimentos e que as ações devem ser antecipadas para a preparação para chegada dos empreendimentos. O Ibama reiterou a necessidade de participação daqueles que discordarem dos resultados, enviando contribuições para avaliação do órgão licenciador. O MPOG afirmou que empreendimentos diferentes trazem impactos diferentes e que é importante pensar na causalidade dos impactos para traçar medidas efetivas. Afirmou também que há processos

Gc.

103

abertos para repasse de orçamento para investimento no município, incluindo a infraestrutura e serviços públicos. A prefeita afirmou que não foram perdidos momentos do cadastro para recebimento de investimentos do governo federal e discordou da posição que não há impactos já ocorrentes no município.

Andreia Siqueira afirmou da importância da realização da audiência em Itaituba e lamentou que a plenária não está cheia. Reafirmou que os impactos já são observáveis, como o número de veículos nas ruas. Afirmou que somente hoje começou a divulgação das audiências, incluindo a TV e o carro de som. Solicitou que as audiências do complexo do Tapajós sejam melhor divulgadas, pela importância dos projetos para a região. O Ibama avaliará o relatório da empresa sobre a divulgação feita pela EPE sobre as audiências. A EPE afirmou que pagou a divulgação das audiências e será feita diligência sobre a denúncia, pois foi contratada para ser feita com 10 dias de antecedência.

Fred Vieira afirmou que a EPE deveria dialogar mais com as associações. Perguntou para quem a energia do AHE será gerada. E mencionou a preocupação sobre o valor da energia que, para empresas como a Vale, é mais barata do que para a população. A EPE afirmou que, por escoar para o sistema interligado, a energia será consumida pelos brasileiros de forma geral. O MME afirmou que o reforço do sistema gera robustez e que um estudo realizado pelo ministério prevê reforço do sistema regional, gerando maior qualidade e confiabilidade ao sistema. Os grandes consumidores não compram a energia como os consumidores finais e não compram com a mesma concorrência que estes. Enquanto os grandes consumidores compram no mercado livre, os consumidores finais compram no mercado regulado. O MME afirmou que não controla o preço da energia dos grandes consumidores, e tem recebido pedidos de redução de custos destes.

Foi comentado que o impacto chega à Itaituba, pois há fluxos no rio, sendo ele conectado. A região do Tapajós é das regiões mais ricas do mundo, mas ainda assim é muito pobre. Como conciliar a resolução da pobreza com a chegada dos grandes empreendimentos na região.

Joselita (Tapajós Vivo) trouxe a preocupação com o aparato policial para viabilizar a audiência pública, trazendo desconforto aos munícipes. Também mencionou a preocupação com a chegada de trabalhadores e a falta de condições do município para tal.

Manoel, Presidente do Conselho Municipal de Saúde afirmou que o aparato policial inibiu a participação popular na audiência. Afirmou também que o Ibama deveria participar na orientação das atividades produtivas locais para torná-las legais e não somente chegar de forma opressiva na região. Também manifestou sobre a retirada das riquezas regionais para outros lugares, sem contemplar as demandas da região. Repudiou a ação do Ibama, para realização das audiências públicas, amparada pela força policial. O Ibama esclareceu que embora não seja responsável pelo fomento das atividades produtivas, tem sentado às mesas de negociação para a regularização destas, incluindo a exploração minerária e pecuária.

Edson Jesus da comunidade do Pimental, perguntou sobre a desafetação do PARNÁ Amazônia para a realização das UHs, pois quando o parque foi criado, até sua desafetação, os ribeirinhos não podiam executar as atividades produtivas, eram multados e não foram indenizados pela saída das terras. Perguntou porque o governo não foi conversar com as comunidades antes do empreendimento. O Ibama afirmou que é necessária a revisita ao processo de criação da Unidade de Conservação (UC) para elucidar a motivação de inclusão da área do Pimental no interior da UC. O Ibama respondeu que a desafetação não foi um ato administrativo do Ibama, tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional.

Walfredo Marques Jr. afirmou que todos os estudos estão disponíveis na Secretaria do Meio Ambiente do município, e colocou sua discordância a respeito do impacto socioeconômico, em função dos fluxos migratórios para a região, considerando Itaituba como um polo regional, sendo que impactos já foram identificados na região. A Concremat mencionou a característica multi-escala que os impactos ambientais foram tratados, como ADA, AID, AII e AAR. Também afirmou que o polo regional para o AHE São Manoel é Alta Floresta.

Neraldo Pimenta registrou que o Consórcio Tapajós dos municípios entende que haverá impactos mais abrangentes do que aqueles colocados no EIA/RIMA, incluindo possibilidade de ocorrência em Itaituba. Registrou que já estão ocorrendo impactos na região. Também mencionou o sucesso do PDRS em Altamira e destacou que não devem ser feitos empreendimentos hidrelétricos sem este programa de preparação regional. Disse que devem ser aplicados recursos (180 milhões do PDRS – sociedade civil e 55 milhões diretamente do empreendedor) nos 6 municípios da bacia do Tapajós (Trairão, Aveiro, Itaituba, Rurópolis, Novo Progresso e Jacareacanga).

Foram contabilizadas 149 assinaturas na lista de presença da Audiência Pública.

Itaituba-PA, 30 de setembro de 2013

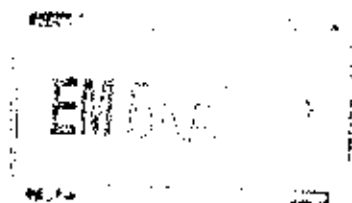
Presidente da Mesa: Thomaz Miazaki de Toledo


Secretário Executivo da Mesa: Antônio Fernandes Torres Júnior

Responsável pela elaboração da Ata: Frederico Queiroga do Amaral 

Representante dos Proponentes dos Projetos: Amílcar Guerreiro

Responsável pelos Estudos Ambientais: Guilherme Furgler.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE DE CURSOS NATURAIS E NOVAVIUS - IBAMA

AGÊNCIAS PÚBLICAS
 USINA HIDRELÉTRICA SÃO MIA NOEL

LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba PA

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	Data: 30/09/13	ASSINATURA
Luís Carlos Bello	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Juliana	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Roberto Pecher	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Edson FERREIRA DE SOUSA	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Reinhold Chaves de Sousa	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Lygondia Prado	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Angela Ferreira	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Tatiana Souza	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Ana Maria de Jesus	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Reginaldo de Barros	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Fátima Leão de Oliveira	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Neide C. G. de S. S.	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Cherene Nunes de Oliveira	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Maria Antunes Chaves	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Elaine Amans Aguiar	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Paula Nunes de Sousa	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Denilson da Silva Costa	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Leandro Giff	Itaituba	Itaituba		[Signature]
Walter C. A. Jr.	Itaituba	Itaituba		[Signature]

1462
 44.20104-16

1462
 44.20104-16





SERVIÇOS ECOTUR
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

ALDIÊNCIAS PÚBLICAS
 USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESENÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Stauba, PA
 LOCALIDADE/COMUNIDADE

Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
<u>Luzanda Degas</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Ana Claudia Moura</u>		<u>Stauba</u>	
<u>MARCIO SANTOS</u>		<u>BRASILIA</u>	
<u>ELIANA S. MACHADO SARAIVA</u>		<u>STAUUBA</u>	
<u>Sofia P. Ferreira</u>		<u>STAUUBA</u>	
<u>Dilene da S. Souza</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Marcilio Paulo Serrão</u>	<u>Brito</u>	<u>Stauba</u>	
<u>Suje Espingola Ravina</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Waimundo Celso Santos</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Jonny e Silva Galvão do Santo</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Karla e Silva Lameira</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Miguel Sosa de Brito</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Wesiton Lima</u>		<u>STAUUBA</u>	
<u>Marcilio Silva</u>		<u>STAUUBA</u>	
<u>Elis de Souza Pereira</u>		<u>STAUUBA</u>	
<u>Symone Paulo Camaroz</u>		<u>STAUUBA</u>	
<u>João Paulo Münster</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Tracy de Camargo Azeite</u>		<u>Stauba</u>	
<u>Carla e Silva</u>		<u>STAUUBA</u>	

1463
 14/20/07 65

~~1463
 14/20/07 65~~

1944
MAY 13 1944
1944

2

2

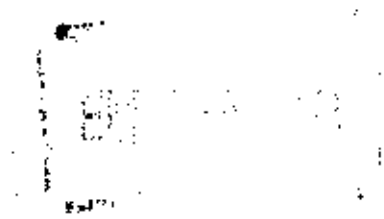


LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA - PA

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	Data: 30/09/2013	ASSINATURA
Jurea do Carmo P. Martins	Rio de Janeiro	DF		
Guilherme Furbas	BRASILIA	DF		
Antonia dos R. Torres Franco				
Andréia Cordeiro	Belém - Para	Belém		
Walfredo Marques Jr.	Itaituba/PA	Itaituba		
Ellyz Silla de Souza				
Erangilson S.R. Grobelle	Itaituba/PA			
Reinaldo A. Aguiar	Itaituba/PA			
Marcos Vinícius Lima	Itaituba			
Adriano de Paula	União do Capel			
Sociedade Sportz	Rio de Janeiro			
Ortala Cyral Filho	Itaituba/PA			
Cláudia Assunção de Souza	Itaituba/PA			
Sandra Siqueira Sousa	Cioloço Topayós			
Guilherme R. de Paiva	Itaituba/PA			
Adriana Siqueira	Itaituba			
Associação de Sistemas Básicos				
Galvão da Silva	CONDOMÍNIO JARDIM			
Bráulio Freije	Rio de Janeiro			

1964
4420/09 65

462
4420/09 65





LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: **ITAITUBO - PA**
 LOCALIDADE/COMUNIDADE

Data: **30/09/2013**

ASSINATURA

MUNICÍPIO

LOCALIDADE/COMUNIDADE

NOME

ASSINATURA

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Rosemary Redondo Alves	Quilômetro 17 PA	Quilômetro 17	[Signature]
Marcelo da Costa	ITAITUBO	Bell	[Signature]
ALDO SÁBADO	ITAITUBO	Belém	[Signature]
Pablo Vidal Santa	Itaituba	Itaituba	[Signature]
Carlos Inácio de Menezes	Rio de Janeiro	ITAITUBA	[Signature]
EDRO L. DA LUZ	ITAITUBA	ITAITUBA	[Signature]
MARCOS PEREIRA	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	[Signature]
LUIZA FRANA	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	[Signature]
EFREM J. G. FERREIRA	MANAUS	MANAUS	[Signature]
Thiago S. F. PAIVA	PA	PA	[Signature]
Almeida de Sousa Franco	Araruama	Itaituba	[Signature]
Maria Lúcia de Silva	Araruama	Itaituba	[Signature]
Esther Costa	Araruama	Itaituba	[Signature]
DOMINICA W. DOMINICANI	Araruama	Itaituba	[Signature]
Reinaldo Fátima Santos	Itaituba	Itaituba	[Signature]
Carlos Roberto de Souza	Itaituba - PA	ITAITUBA - PA	[Signature]
Josemar Bezerra de Brito	Itaituba - PA	Itaituba, PA	[Signature]
Graciana Gomes	ITAITUBA	ITAITUBA	[Signature]
Manoel Antônio de Sousa	ITAITUBA - SEMMOP	ITAITUBA	[Signature]

1465
4420109 03

1465
4420109 03





LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Staububa PA

Data: 30/09/13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
<u>Maria Luiza Ojamao</u>	<u>Staububa s. Luanaoaz</u>		<u>[Signature]</u>
<u>André M</u>	<u>Itaipuba / IIPA</u>		<u>[Signature]</u>
<u>Alexandra dos Santos Botelho</u>	<u>Staububa / IIPA</u>		<u>[Signature]</u>
<u>Carolina Lima Soares</u>	<u>M. MCC - Staububa</u>	<u>Staububa</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Hermes da Salmeida</u>	<u>Staububa Pedreiras</u>	<u>Staububa</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Taqueline da Paiva de Souza</u>	<u>Cruzeirzinho</u>	<u>Staububa</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Carinei Pires Noleto</u>	<u>Staububa</u>	<u>Staububa</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA - IIPA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA / Nobres Gnd</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA - IIPA</u>	<u>ITAIPUBA - PA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>Staububa / PA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>Staububa</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>ITAIPUBA</u>	<u>[Signature]</u>

1466
 4120/07-65

~~4464
 4120/07-65~~

2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027
2028
2029
2030

2

2

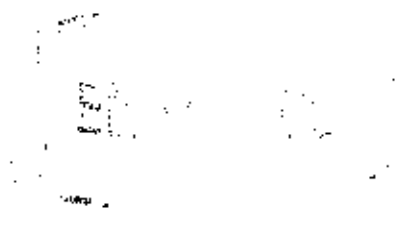


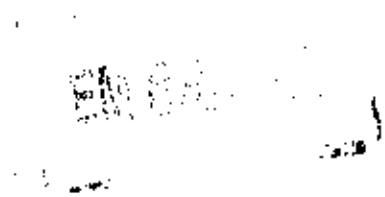
LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ACCASSUCANGA
MUNICÍPIO: ITAPICUMIRIM Data: 29 / 09 / 13

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
<u>Wanderley Dikler</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Alexandre Gomes</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Marcelino de Siqueira</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Elton Almeida</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Fabiano J. Correia</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Bruno Henrique de M.</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Briane Cavalle Lima</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Simão P. M. Monteiro</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Comany do Rocio Gomes</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Paulo Roberto P. Silva</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Paulo Roberto P. Silva</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Wagner Luiz de Souza</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Givaldo Romão de Paiva</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Wagner Luiz</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Ernesto Sales de Silva</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Leandro C. Barbosa</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Luiz Antonio Paiva</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Pedro Luiz S. de F.</u>	<u>ACCASSUCANGA</u>	<u>ITAPICUMIRIM</u>	<u>[Signature]</u>

1467
11/2013

1415
11/2013







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - IBAMA

ATENDIMENTOS PÚBLICOS
 USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

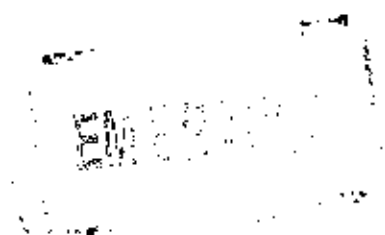
LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA/PA

Data: 30/09/2013

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Joaõ Genomondo Soudick	Itaituba	ITAITUBA	Joaõ Genomondo
Bianca Fira Mombino	Itaituba	Itaituba	Bianca Fira
Raimundo Luiz Souza	ITAITUBA	ITAITUBA	Raimundo Luiz Souza
Elisa Mincaros	Itaituba	Itaituba	Elisa
Fernando de Almeida Costa	Itaituba	Itaituba	Fernando de Almeida Costa
Antônio Luciano Souza	Itaituba	Itaituba	Antônio Luciano Souza
Neyla Cunha de Souza	Itaituba	Itaituba	Neyla Souza
Polilides Filho Souza	Itaituba	Itaituba	Polilides Souza
Paulo César de Souza	Itaituba (SENSA)	Itaituba	Paulo César
Adriane Luize Barros	Itaituba	Itaituba	Adriane Luize Barros
Affonso Roberto de Almeida S. Jr.	Itaituba	Itaituba	Affonso Roberto de Almeida S. Jr.
EVILSON COSTA GOMES	ITAITUBA/LIBERDADE	ITAITUBA	Evilson Costa Gomes
Priscila Príncipe Il. Gonçalves	Itaituba	Itaituba	Priscila Príncipe Il. Gonçalves
Moritzon F. de Souza	Itaituba	Itaituba	Moritzon F. de Souza
Wilson Campelo Sousa	ITAITUBA	ITAITUBA	Wilson Campelo Sousa
Meriz de Souza Fontes	Itaituba	Itaituba	Meriz de Souza Fontes
Edilene Ribeiro de Azeite	Itaituba	Itaituba	Edilene Ribeiro de Azeite
Guilherme de Farias Cristiano	Itaituba	Itaituba	Guilherme de Farias Cristiano
Kamé José de Costa Rodrigues	Itaituba	Itaituba	Kamé José de Costa Rodrigues

1464
 4420101-66

1464
 4420101-66





SERVIÇOS PÚBLICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA

AGÊNCIAS PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: ITAITUBA - PA

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA	ASSINATURA
Paulo Augusto de Almeida	ITAITUBA	ITAITUBA	30/09/2013	Paulo Augusto de Almeida
Paulo Augusto de Almeida	ITAITUBA	ITAITUBA	30/09/2013	Paulo Augusto de Almeida
FABRÍCIO KRANTZ SCARBERG	ASS. CONGREGAL DE ITAITUBA	ITAITUBA - PRESIDENTE		
Mariana Bugege	Itaituba	Itaituba		
Roberto Costa	Itaituba	Itaituba		
RENATO SÚS NICOZE	SENHAP	ITAITUBA		
Renato Sus Nicoze	Aveiro	Aveiro		
Renato Sus Nicoze	Aveiro	Aveiro		
Roba Espinoza S. Silva	Aveiro	Aveiro		
Amilton Soares	ITAITUBA	ITAITUBA		
Ana Paula da Silva Santos	ITAITUBA	ITAITUBA		
OFFICER S. Silva	ITAITUBA	ITAITUBA		
José Henrique Soares	São Paulo	ITAITUBA		
João Paulo Abri	São Paulo	ITAITUBA		
Bruna Helena	Itaituba	ITAITUBA		
Thalia de Silva, Duon	Itaituba	ITAITUBA		
Rubensol V. Campos	ITAITUBA	ITAITUBA		
Andersonia Lima	Itaituba	ITAITUBA		
Francine Damira de S. Cabral	Itaituba	ITAITUBA		

1470
4420107-65

1470
4420107-65

1917



LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Jucaracanga

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICIPIO	DATA: 29/09/13	ASSINATURA
José Aloys Sales	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Antônio Manoel Soares	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Waldemar de Souza	La Saria - Sanga	Jucaracanga		Waldemar de Souza
Platão de Souza	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Guacilma Kely Munduruki	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Francisco Kely Munduruki	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Valdete Soares da Silva	Jucaracanga	Jucaracanga		Valdete Soares
Valdelino de Souza	"	"		Valdelino de Souza
Marilene de Souza	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Edmilson Kely Munduruki	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
[Signature]	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
[Signature]	"	"		[Signature]
Amélia Maria Pereira Kely	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Édla Kláudia de Souza Pereira	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Ademir de Souza Pereira	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Jonilson Fátima Gomes	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
Francisco Kely Munduruki	Jucaracanga	Jucaracanga		[Signature]
[Signature]	Plata Rico	Jucaracanga		[Signature]
Antônio Soares Guimarães	Maranhão	Jucaracanga		Antônio Soares Guimarães

1000

1000

1000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA
E RURICULTURA

AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS, GOVERNOS - BRASIL

ATIVIDADES PÚBLICAS
USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Itaituba / PA

Data: 30/09/13
ASSINATURA

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA
Antônia Macedo Rocha	Md. São Francisco	Itaituba	Antônia M Rocha
Rayana Nascimento Monteiro	Itaituba	Itaituba	Rayana Nascimento Monteiro
Camila Duarte	Itaituba	Itaituba	Camila Duarte
Quilena dos Santos	Itaituba	Itaituba	Quilena dos Santos
Marcel da Graça	Itaituba	Itaituba	Marcel da Graça
Quilena	Itaituba	Itaituba	Quilena
Quilena	Itaituba	Itaituba	Quilena
Cleusa Silveira Lopes	Itaituba	Itaituba	Cleusa Silveira Lopes
Roberto M Dias	Itaituba	Itaituba	Roberto M Dias

1472
4120103-65

1472
4120103-65

511-11

2

2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE DE RELACIONAMENTO COM O AMBIENTE - UNIRAMA - BRAMA

AGÊNCIAS PÚBLICAS
 USINA HIDRELÉTRICA SÃO MANOEL

LISTA DE PRESEÇA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA - Local: Taituba PA

Data: 30/09/13

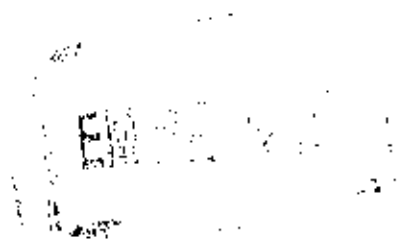
ASSINATURA

NOME	LOCALIDADE/COMUNIDADE	MUNICIPIO	ASSINATURA
<u>Julio Dongo</u>	<u>Taituba - Estepa</u>	<u>Taituba</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Pedro Paulo Cent</u>	<u>Taituba - ETTEPA</u>	<u>Taituba</u>	<u>[Signature]</u>
<u>Elizir Ventura do Silve</u>	<u>Taituba - ETTEPA</u>	<u>Taituba</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>R. Kiam Tam</u>	<u>Taituba</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>IFPA</u>	<u>TAITUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>Taituba (adm)</u>	<u>Taituba</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>Natal - RN</u>	<u>NATAL - RN</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>[Signature]</u>	<u>TAITUBA</u>	<u>[Signature]</u>
<u>[Signature]</u>	<u>ITB</u>	<u>ITB</u>	<u>[Signature]</u>

1473
 4420109-03

~~1473
 4420109-03~~

149 Assinatura



182

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local:

1473
11/20/10-15

PERGUNTA	
Nome:	
Instituição/Atividade/Profissão:	Sociólogo SEM DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS DE MICA RELEVÂNCIA
	FAZER PERGUNTA VERBAL

1473
11/20/10-15

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local:

PERGUNTA	
Nome:	ERALDO FIMENTA
Instituição/Atividade/Profissão:	CONSORCIO TAPAJÓS
	ORAL

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local:

PERGUNTA	
Nome:	Volfredo Marques Jr.
Instituição/Atividade/Profissão:	Resistência Prof

1000

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local: Pimental

~~1474~~
~~4420/107-05~~

PERGUNTA	Verbal	1976 4920/107
Nome:	Edson de Jesus Sousa	
Instituição/Atividade/Profissão:		

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data: 30/09/13



IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local: Paitubão

PERGUNTA	
Nome:	Manoel da Graça Galvão
Instituição/Atividade/Profissão:	Presidente do Conselho Municipal Saúde
Questionamento Oral	

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local:

PERGUNTA	
Nome:	RESISTÊNCIA RUIA
Instituição/Atividade/Profissão:	Movimento Barapas vivos
Manifestação Oral	

1000

epe



Empresa de Pesquisa Energética

IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Data:

Local:

1413
112-107-65

PERGUNTA	
Nome:	JOSÉ ELIAS DA SILVA RODRIGUES
Instituição/Atividade/Profissão:	
	EEGPA - PROFESSOR
	QUESTIONAMENTO ORAL

epe



Empresa de Pesquisa Energética

IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Data:

Local:

PERGUNTA	
Nome:	
Instituição/Atividade/Profissão:	
	Frede Vieira
	Pergunta oral

epe



Empresa de Pesquisa Energética

IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

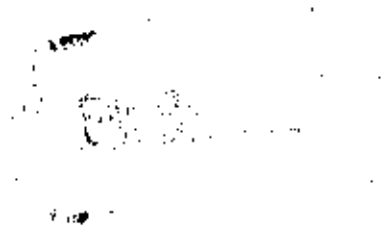
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Data:

Local:

PERGUNTA	
Nome:	Andréia Siqueira
Instituição/Atividade/Profissão:	P.M. ITAIPUBA
	Questionamento oral



epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

~~1478~~
~~4420/09/13~~

Local:

PERGUNTA		1478
Nome:	Alene Nunes (Prefeita)	4420/09/13
Instituição/Atividade/Profissão:	PREFEITA	
Oral		

PERGUNTA		1478
Nome:	DAVI MENDES - PRESIDENTE CDL	4420/09/13
Instituição/Atividade/Profissão:		
PERGUNTA ORAL		

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

PREFEITA
MAS
DE
CONTRATA
OR

Local:

PERGUNTA	
Nome:	Paulo Guterbergue
Instituição/Atividade/Profissão:	
Por que no momento das contratações das sub-empresas geralmente é priorizado em presos de outros estados? Ex: locação de veículos.	

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

1872

1899

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



Local:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

1479

4/20/10

4/20/10
Audien
cia
em
ITA
E
impre

PERGUNTA A AUDIÊNCIA PÚBLICA	
Nome: ERACIO PIMENTA	FEITA EM ITAITUBA É A PROVA
Instituição/Atividade/Profissão: CONSORCIO TAPASÓS	CABAL QUE O MUNICIPIO TERÁ SEM IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS. QUAL COMPENSAÇÕES E MITIGAÇÕES SERÃO FEITAS A ITAITUBA?

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



Local:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

PROB A
MAJ

PERGUNTA - Oral	
Nome: Patrick	
Instituição/Atividade/Profissão: Rotary Clube	
Por que os investimentos: saúde, edu cação (infra estrutura) não vêm antes da construção da Barragem e sim, depois?	

epe

Empresa de Pesquisa Energética
Data:



Local:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Audien
cia
Dirig
e ato

PERGUNTA Blog. Pinga Fogo Itaituba	
Nome: Chemisau Silva Lopes - blog Pinga Fogo Itaituba	
Instituição/Atividade/Profissão: Porque só hoje saiu o chamado para audiência, sendo que Itaituba tem vários veículos de comunicação, prova disso tem muitas cadeiras aqui vazias, será uma estratégia.	

17
En... ..
2000

1938
~~44/2017~~ - US/PROEBA
MMS
FETTU
1480
4420/07 - US

epe



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Empresa de Pesquisa Energética
Data: 30/09/17

Local: F. T. M. U. B. H.

PERGUNTA
<p>Nome: <i>Walter Jr. (Umopar)</i></p> <p>Instituição/Atividade/Profissão: <i>Redator Especialista em Gestão Ambiental e Sustentabilidade</i></p> <p><i>Como será feito o controle dos níveis de vazão que mantém o fluxo de água e de sonda? Será que o sistema de escape irá funcionar e o fluxo de água muito intenso?</i></p>

PICNO
STICO
HIDRO

epe



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Empresa de Pesquisa Energética
Data:

Local:

PERGUNTA
<p>Nome: <i>JEAN CAMPOS</i></p> <p>Instituição/Atividade/Profissão: <i>ACADÊMICO - IEPB (SANEAMENTO AMBIENTAL)</i></p> <p><i>a medição da vazão do rio... (se utiliza do método Acústico Doppler CADCIP) que é indicado a rios de grande vazão? Quais os resultados na enchente e na seca?</i></p>

PROEBA
MMS em
I. F. T. U.

epe



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Empresa de Pesquisa Energética
Data:

Local:

PERGUNTA
<p>Nome: <i>Gabriel - Estudante da vida tecnológica do Pará - ETEPA</i></p> <p>Instituição/Atividade/Profissão:</p> <p><i>Quais os benefícios que a (construção) construção das hidrelétricas vão trazer para a população de Stailuba?</i></p>



epe

Empresa de Pesquisa Energética

Data: 30/09/2013



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local: PARQUE HELIO MOTA GUEIROS

H81

1879
44.0104 65
EM
ITA

PERGUNTA

Nome: GUILSON RIBEIRO DA SILVA

Instituição/Atividade/Profissão: TÉCNICO EM AGRONOMIA CETEP - ITB

VIMOS NOS VÍDEOS QUE A IMPLANTAÇÃO DESTA UHE TRARÁ IMPACTOS E BENEFÍCIOS A JACARÉ-ACANGA PARANAITA! ENTÃO QUEREMOS SABER PORQUE A AUDIÊNCIA ESTA SENDO REALIZADA EM ITAITUBA?

epe

Empresa de Pesquisa Energética

Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local:

SIN
NAME

PERGUNTA

Nome: Juliana

Instituição/Atividade/Profissão:

A energia gerada pela UHE São Manoel vai melhorar o fornecimento de eletricidade p/ os municípios afetados e região (Itaituba/PA)?

epe

Empresa de Pesquisa Energética

Data:



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

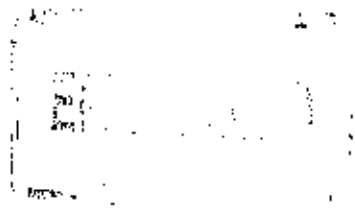
Local:

PERGUNTA

Nome: Nayara

Instituição/Atividade/Profissão: Aluna da ETEPA

O preço da Energia vai abaxar?



epe

Empresa de Pesquisa Energética

Data:



IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

1480
142007-05

PERGUNTAS

Local: Itaituba

1482
442007-05

PERGUNTA	
Nome:	João Paulo Meister
Instituição/Atividade/Profissão:	Câmara Municipal de Itaituba
<p>O EIA/RIMA leva em consideração impactos socio-ambiental integrados decorrentes do conjunto dos projetos? Sugere melhorias em qual estrutura antecipada no município Itaituba?</p>	

epe

Empresa de Pesquisa Energética

Data: 30.09.2013



IBAMA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO AHE SÃO MANOEL

PERGUNTAS

Local: Itaituba

PERGUNTA	
Nome:	Fernanda
Instituição/Atividade/Profissão:	Eng ^a Ambiental Autônoma
<p>O PBAI já é válido para obtenção da LI?</p>	

1000



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

~~1483~~
~~4420/03-05~~

1483
4420/03-05
←

MEM. 017413/2013 DILIC/IBAMA

Brasília, 04 de outubro de 2013

À Senhora Coordenadora da COJUD

Assunto: Ação Civil Pública que solicita a suspensão das audiências públicas referentes ao licenciamento da UHE São Manoel.

01. Em atenção ao Memorando nº 329/2013, apresentamos subsídios técnicos sobre o processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, que atestam a regularidade da convocação das audiências públicas, com o objetivo de informar à sociedade e promover a participação pública no referido processo, na forma prevista na legislação.

02. Deste modo, apresentamos a seguir o histórico detalhado do procedimento adotado por este Instituto, desde o registro da entrega da primeira versão do Estudo de Impacto Ambiental e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA. Também serão apontados os registros que constam no processo em relação à análise e encaminhamentos da Funai em relação aos estudos indígenas.

Histórico

- Em 26.02.2010 a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentou a 1ª versão do EIA/RIMA.

- Em 21.07.2010 o IBAMA, com base na Nota Técnica nº 22/2010/DILIC/IBAMA, expediu o Ofício nº 686/2010/DILIC/IBAMA à EPE, informando das pendências no EIA/RIMA em relação aos estudos de mamíferos aquáticos e quelônios, solicitados no Termo de Referência.

- Em 25.08.2010 a FUNAI encaminhou à EPE o Ofício nº 579/2010/DPDS/FUNAI/MJ, informando que após a análise de *check-list* verificou-se que o Estudo do Componente Indígena - ECI se encontrava em incompleto em relação ao Termo de Referência.

- Em 14.09.2010 o IBAMA elaborou o Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA, o qual identificou pendência do EIA/RIMA em relação ao Termo de Referência.

- Em 22.09.2010 foi realizada reunião entre representantes da EPE e consultores técnicos com os analistas ambientais encarregados pelas análises técnicas do referido processo de licenciamento. A reunião discutiu os pontos levantados pelo Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

- Em 23.09.2010 o IBAMA, por meio do Ofício nº 214/2010/CGENE/DILIC/IBAMA, encaminhou formalmente para a EPE o Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA, e solicitou o atendimento das pendências verificadas.
- Em 21.01.2011, a FUNAI por meio do Ofício nº 051/2011/DPDS/FUNAI/MJ informou à EPE que antes da emissão da Licença Prévia o empreendedor deveria apresentar um conjunto de estudos ambientais voltados para comunidade indígena
- Em 21.02.2011 a EPE, por meio do Ofício nº 128/2011/EPE, encaminhou Estudos Complementares, com vistas a atender as demandas apresentadas pelo IBAMA no Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA.
- Em 17.03.2011, por meio do Ofício nº 200/2011/EPE, a EPE informou ter protocolado na FUNAI manifestação acerca do Estudo do Componente Indígena - ECI, tendo como referência o Ofício nº 051/2011/DPDS/FUNAI/MJ.
- Em 21.03.2011, por meio do Ofício nº 204/2011/EPE, a EPE apresentou a 2ª versão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, em atendimento ao Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA.
- Em 29.03.2011, o IBAMA, por meio do Ofício nº 36/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, encaminhou a Nota Técnica nº 16/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA a qual analisou o material complementar apresentado pela EPE em atendimento ao Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA. **O referido Ofício destacou que "o aceite dos estudos ambientais depende também da manifestação específica do componente indígena por parte da FUNAI".**
- Em 05.04.2013, o IBAMA, por meio do Ofício nº 203/2011/CGENE/DILIC/IBAMA, encaminhou nova avaliação específica sobre o RIMA - Parecer nº 34/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que reprovou o estudo e solicitou novas correções à estrutura do Relatório de modo a adequá-lo ao preconizado na Resolução CONAMA.
- Em 22.07.2011, por meio do Ofício nº 1022/EPE/2011, a EPE encaminhou a 3ª versão do RIMA.
- Finalmente, em 27.07.2011, por meio do Ofício nº 445/2011/CGENE/DILIC/IBAMA, o IBAMA informou, com base na Nota Técnica nº 48/2011/COHID/CGENE/DILIC, que o EIA/RIMA estaria **"apto ao aceite formal, o qual somente ocorrerá após a manifestação da Fundação Nacional do Índio sobre os Estudos do Componente Indígena, parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental"**.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

1482
4420/07-05

1484
4420/07-05

- Em 02.08.2011, a FUNAI, por meio do Ofício nº757/2011/DPDS/FUNAI-MJ, **informou que após a análise de *check-list* considerou o ECI apto para análise e solicitou ao IBAMA que o disponibilize ao público em conjunto com as demais partes do EIA/RIMA.**

03. Desta forma, em 19.08.2011, o IBAMA publicou no Diário Oficial da União - nº160, Seção 3, pg 127, o Edital que informou acerca do recebimento do EIA/RIMA (aceite), da sua disponibilização para consulta, bem como da abertura de prazo para apresentação de requerimento de realização de Audiência Pública.

04. Importa registrar que o Ibama somente procedeu o ato de aceite do EIA/RIMA após constatar que o estudo reunia os elementos constantes no Termo de Referência suficientes para a sua disponibilização à sociedade e para proceder o início da sua análise de mérito. O Ibama por vezes solicitou adequações ao EIA/RIMA elaborando, para tanto, cinco documentos técnicos relativos a essa análise, quais sejam:

- Nota Técnica nº22/2010/DILIC/IBAMA;
- Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA;
- Nota Técnica nº16/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA;
- Parecer nº34/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; e
- Nota Técnica nº 48/2011/COHID/CGENE/DILIC.

05. Além disso, no que tange especificamente ao Estudo do Componente Indígena - ECI, tendo em consideração as atribuições legais da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o IBAMA somente procedeu o aceite do EIA/RIMA após manifestação daquela Fundação, contida no Ofício nº757/2011/DPDS/FUNAI-MJ, de que os estudos apresentados pelo empreendedor encontravam-se aptos para o início das análises de mérito.

06. Cabe ainda registrar que as Audiências Públicas agendadas para os dias 22, 23 e 25 de outubro de 2011, foram canceladas devido ao episódio de aprisionamento de funcionários da FUNAI e da EPE pelos indígenas da região (Kayabi e Munduruku) ocorrido na TI Kayabi.

07. Na sequência, no regular exercício de suas atribuições enquanto órgão responsável



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

pelo licenciamento ambiental federal, o IBAMA deu início à análise do conteúdo do EIA/RIMA. Novos documentos técnicos foram elaborados, tais como: Nota Técnica nº 69/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (19.10.2011); Nota Técnica nº 83/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (08.12.2011); Nota Técnica N°06/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (01/02/2012); e Parecer nº 4510/2013 (02.05.2013).

08. Neste ponto, a despeito das alegações do Ministério Público Federal, vale ressaltar que o licenciamento ambiental é um processo formado por discussões técnicas, a respeito dos impactos ambientais associados ao projeto. É com base nas discussões técnicas que se avança o conhecimento em relação à previsão de impactos alcançada pelos estudos, assim como sobre as medidas mais indicadas para gestão dos impactos.

09. Portanto, após a avaliação do EIA é bastante comum o Ibama identificar a necessidade de aprofundar determinados estudos, de acordo com a região de inserção do empreendimento, para concluir a sua avaliação sobre o requerimento de licença ambiental. As próprias Audiências Públicas, que possuem o objetivo de levar informações à público e colher subsídios da população para os pareceres do órgão ambiental, podem suscitar novos pedidos de complementação ao EIA/RIMA, na forma prevista na legislação (Resolução CONAMA nº 237/97).

10. Vale destacar que em outros processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo Ibama, anteriores à UHE São Manoel, o Ibama registrou importantes colaborações advindas das audiências públicas, que contribuíram para o posicionamento final do órgão licenciador. No processo de licenciamento da UHE Belo Monte, por exemplo, a preocupação da população em relação ao déficit de serviços públicos existente na região motivou complementações nas ações previstas no EIA/RIMA para apoio às municipalidades, como condicionante ao empreendimento. Durante as audiências públicas da UHE Pai Querê, o Ibama recebeu diversos documentos técnicos, com informações científicas complementares ao EIA/RIMA, os quais foram absorvidos nas análises a respeito dos impactos associados ao projeto.

11. Dessa forma, tanto o órgão licenciador (IBAMA) quanto o órgão indigenista oficial (FUNAI) se manifestaram, no ano de 2011, no sentido de que o EIA/RIMA e o ECI relativos à UHE São Manoel encontram-se aptos ao início da análise de mérito e também para disponibilização à sociedade, de modo a propiciar a participação e colher colaborações da população para o licenciamento do projeto. De acordo com o procedimento previsto na Resolução CONAMA nº 237/97 e na Instrução Normativa IBAMA nº 184/2008, é somente após a realização das audiências públicas que o IBAMA deve elaborar o seu parecer técnico conclusivo a respeito da viabilidade ambiental do



~~1483~~
~~4420/01-65~~

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

1485
4420/01-65

empreendimento, oportunidade em que são avaliados cada componente do EIA/RIMA, inclusive com avaliação sobre a suficiência dos estudos realizados ou sobre a necessidade de aprofundamentos e complementações.

12. Portanto, reforçamos o entendimento de que o processo se encontra apto para a realização das audiências públicas, para informação da sociedade em relação ao conteúdo dos estudos e participação da população.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

1484
~~4420107-65~~

1486
4420107-65

OF 02001.012673/2013-51 GABIN/PRESI/IBAMA

Brasília, 09 de outubro de 2013.

Ao Senhor

Luciano Martins da Silva

Promotor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Av. Ludovico da Riva Neto, s/nº. - Ed. Francisco Octávio S. Azadinho

ALTA FLORESTA - MATO GROSSO

CEP.: 78.580-000

**Assunto: UHE São Manoel - Audiência Pública em Alta Floresta/MT PA IBAMA
nº02001.004420/2007-65 Ref.: Ofício nº481/2013 da 1ª PROJUS Cível de A/F-MT**

Senhor Promotor

1. Fazendo referência ao Ofício nº 481/2013 da 1ª PROJUS Cível de A/F-MT, recebido neste IBAMA sob o Protocolo nº 02001.018379/2013-52 em 30.09.2013, venho informar que este Instituto definiu os municípios para a realização das Audiências Públicas observando o critério de sua localização em relação à área de influência direta do empreendimento, e dessa forma foram realizadas as Audiências Públicas nos Municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA.

2. Além disso, considerando as expectativas da população do Estado do Pará, notadamente, da população indígena em relação aos empreendimentos hidrelétricos previstos na bacia do rio Tapajós optou-se pela realização de uma Audiência adicional no Município de Itaituba, tendo em vista a sua condição de município pólo para a região onde está previsto o Complexo do rio Tapajós.

3. Para o município de Alta Floresta/MT, considerando que este Município integra a área de influência indireta do empreendimento, onde os impactos percebidos são de 2ª ordem, este Ibama determinou ao empreendedor que providenciasse, além da divulgação das Audiências Públicas, a disponibilização de transporte terrestre, o qual foi garantido.

4. Isto posto, informo que este Instituto realizou as Audiências Públicas necessárias para o licenciamento ambiental da UHE São Manoel.

5. Por outro lado, considerando a solicitação apresentada por esse Ministério Público

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cr. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

1485
~~4420/04-65~~

1487
4420/04-65

Estadual, informo da disponibilidade deste Instituto em participar de reunião, a ser organizada por esse MPE, Prefeitura Municipal ou Câmara de Vereadores para tratar do licenciamento da UHE São Manoel e para tanto indico a semana de 21 a 25 de outubro para a sua realização, ficando a critério dos responsáveis pela sua organização.

Atenciosamente,

O ORIGINAL FOI ASSINADO

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR
Presidente do IBAMA



Adriano Rafael Arrepi de Queiroz
Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica
Substituto
CGENER/DILC/IBAMA

EMERGENCY



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

1486
~~4420/07-65~~

1488
4420/01-65

OF 02001.012673/2013-51 GABIN/PRESI/IBAMA

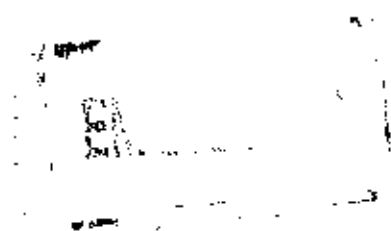
Brasília, 09 de outubro de 2013.

Ao Senhor
Luciano Martins da Silva
Promotor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Av. Ludovico da Riva Neto, s/nº. - Ed. Francisco Octávio S. Azadinho
ALTA FLORESTA - MATO GROSSO
CEP.: 78.580-000

**Assunto: UHE São Manoel - Audiência Pública em Alta Floresta/MT PA IBAMA
nº02001.004420/2007-65 Ref.: Ofício nº481/2013 da 1a PROJUS Cível de A/F-MT**

Senhor Promotor

1. Fazendo referência ao Ofício nº 481/2013 da 1a PROJUS Cível de A/F-MT, recebido neste IBAMA sob o Protocolo nº 02001.018379/2013-52 em 30.09.2013, venho informar que este Instituto definiu os municípios para a realização das Audiências Públicas observando o critério de sua localização em relação à área de influência direta do empreendimento, e dessa forma foram realizadas as Audiências Públicas nos Municípios de Paranaíta/MT e Jacareacanga/PA.
2. Além disso, considerando as expectativas da população do Estado do Pará, notadamente, da população indígena em relação aos empreendimentos hidrelétricos previstos na bacia do rio Tapajós optou-se pela realização de uma Audiência adicional no Município de Itaituba, tendo em vista a sua condição de município pólo para a região onde está previsto o Complexo do rio Tapajós.
3. Para o município de Alta Floresta/MT, considerando que este Município integra a área de influência indireta do empreendimento, onde os impactos percebidos são de 2a ordem, este Ibama determinou ao empreendedor que providenciasse, além da divulgação das Audiências Públicas, a disponibilização de transporte terrestre, o qual foi garantido.
4. Isto posto, informo que este Instituto realizou as Audiências Públicas necessárias para o licenciamento ambiental da UHE São Manoel.
5. Por outro lado, considerando a solicitação apresentada por esse Ministério Público





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e Telefone: 61) 3316-1001 até 1003
www.ibama.gov.br

~~1487~~
~~1420/02-65~~

1489
4420107-65

Estadual, informo da disponibilidade deste Instituto em participar de reunião, a ser organizada por esse MPE, Prefeitura Municipal ou Câmara de Vereadores para tratar do licenciamento da UHE São Manoel e para tanto indico a semana de 21 a 25 de outubro para a sua realização, ficando a critério dos responsáveis pela sua organização.

Atenciosamente,


VOLNEY ZANARDI JÚNIOR
Presidente do IBAMA

Handwritten text, possibly a signature or name, located in the lower center of the page.

15/10/2013

**COPEL**
Companhia Paranaense de EnergiaDRPC-C/0939/2013/DDN
Curitiba, 11 out. 2013~~1488~~
~~442010-6~~1490
442010-6Sra. Gisela Damm Forattini
Diretora de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - Ibama
SCEN Trecho 2 - Ed.-sede do Ibama
70818-900 Brasília - DF**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA AHE SÃO MANOEL: MANIFESTAÇÃO DA COPEL**

Em atendimento ao regulamento da audiência pública do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel, realizada em 30.09.2013 em Itaituba - PA, que concedeu prazo de 15 dias para protocolo de manifestações dos interessados no processo de licenciamento do empreendimento, a Copel Geração e Transmissão S.A. apresenta as contribuições relacionadas a seguir, na expectativa de que sejam atendidas pelo Órgão Licenciador e incluídas no processo de licenciamento do aproveitamento, a saber:

1. Incluir e detalhar na licença prévia do empreendimento a totalidade dos programas e condicionantes socioambientais que deverão ser atendidos durante todo o processo de licenciamento, incluindo número de campanhas, periodicidade de campanhas, duração do programa, parâmetros a ser analisados, entre outros, sempre que pertinente, além das demandas dos demais órgãos intervenientes (ICMBio, Funai, Fundação Palmares, Iphan, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Municípios (neste caso, sendo conclusivo quanto aos municípios de fato atingidos)), de modo que as Licenças de Instalação e de Operação não causem prejuízos financeiros ao empreendedor em decorrência de não previsão orçamentária por omissões na Licença Prévia.
2. Estabelecer na Licença Prévia a área de vegetação a ser suprimida e a área de APP a ser recuperada (em hectares), assim como todas as técnicas e metodologias que o Ibama aceitará para execução dos programas ambientais e sociais do empreendimento.
3. Estabelecer na Licença Prévia os programas e condicionantes socioambientais que deverão constar do Projeto Básico Ambiental Indígena - PBAI.
4. Esclarecer se a indenização pelos lucros cessantes das pousadas mencionada no EIA (vol. 05, cap. VII, p. 158) está incluída no montante de R\$4,5 milhões previsto no item 10.10.11.44 do OPE.
5. Definir qual será a responsabilidade do empreendedor com as pessoas que estão empregadas nas pousadas após a desapropriação das áreas, bem como esclarecer qual o número correto dessas pessoas (43 no Rima e 46 no EIA).
6. Justificar por que o OPE considera três famílias como público alvo de reassentamento no item 10.11.20.41, já que foram constatadas cinco famílias no EIA (vol. 05, cap. VII, p. 157).
7. Esclarecer qual o embasamento para a determinação de 15 hectares, conforme OPE, item 10.10.11.41, para reassentamento rural das cinco famílias descritas no EIA (vol. 05, cap. VII, p. 157), e se a área prevista para desapropriação considera consequências de restrição de uso de áreas remanescentes.

(Cont)

do TRP Rafael Reis para
consideração de equipe para
elaboração do parecer conclusivo
sobre o empreendimento.

19/10/2013


Mônica de Sá Caldeira Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Crefe
CRIMINOLOGIA
C/CHIDICGENEDILIC



COPEL
Companhia Paranaense de Energia

DRPC-C/0939/2013/DDN
(Cont. fl. 02)

~~1489~~
~~192019-65~~



PARANÁ

1491
192019-65

8. Esclarecer se as responsabilidades sociais e financeiras decorrentes das modificações na dinâmica socioeconômica nas áreas de influência da futura UHE São Manoel, causadas pelo afluxo populacional gerado pela construção da UHE Teles Pires, será atribuída ao Consórcio Hidrelétrico Teles Pires, considerando que a coleta de dados primários do EIA/RIMA da UHE São Manoel foi finalizada em 2009 e que a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, iniciada em 2011, causou inúmeras modificações na dinâmica socioeconômica, tanto na área do reservatório da UHE São Manoel quanto em seu entorno e nos municípios atingidos.

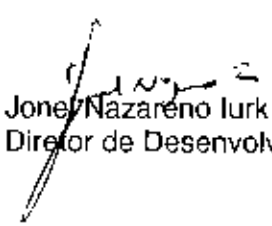
Pedimos também que, no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios, esse Instituto seja conclusivo quanto aos municípios efetivamente atingidos e estabeleça critérios coesos para evitar ingerência política dos municípios no processo de implantação da Usina Hidrelétrica, mediante adoção de mecanismos técnicos que vinculem quaisquer repasses financeiros às municipalidades à comprovação de impactos em infraestrutura gerados pela instalação do empreendimento, comprovação que pode ser feita por meio de acompanhamento dos dados de utilização dos equipamentos de saúde, educação e segurança locais durante a implantação da obra.

Solicitamos, ainda, que o Ibama requeira formalmente à Aneel inclusão e disponibilização das planilhas de formação dos preços da conta 10 - Orçamento Padrão Eletrobrás - OPE, bem como as cotações que subsidiaram as estimativas de preço (especialmente para programas de maior orçamento, como limpeza da bacia de acumulação, programa de apoio aos municípios e PBAI), de modo a permitir a análise crítica desse Instituto quanto à necessidade de alteração dos valores estimados na conta 10.

Entendemos que, embora o Estudo de Viabilidade não seja um documento vinculado ao processo de licenciamento, a publicidade da formação dos custos descritos naquela conta é fundamental ao órgão ambiental para emissão da Licença Prévia, visto que tal documento precifica o atendimento às condicionantes socioambientais pelo empreendedor.

No aguardo de que os pontos aqui relatados sejam analisados e considerados pelo Ibama e, se de entendimento favorável desse Órgão, incluídos no processo de licenciamento ambiental do empreendimento da AHE São Manoel, colocamos à disposição, para esclarecimentos adicionais julgados necessários, o eng^o Luis Gustavo Socher, de nossa Superintendência de Engenharia Ambiental, pelo tel. (41) 3310-5246, e-mail: luis.socher@copel.com, ou no endereço: Rua Comendador Araújo, 614, CEP 80.420-000 - Curitiba - PR.

Atenciosamente,


Jones Nazareno Lurk
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Protocolo 17449/2013

1957
SUN 10/10/57
1957



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07



1492
4420107-LS
Nossa casa.

Alta Floresta - MT, 11 de Outubro de 2013.

OF Nº. 136/2013/GAB

À Exmo. Sr.
VOLNEY ZANARDI JUNIOR
MD. PRESIDENTE DO IBAMA
BRASÍLIA - DF

REF. Instalação da Usina do São Manoel



MMA/IBAMA/MT/COAD
OF 02013.003947/2013-81
Origem: Prefeitura Municipal de Alta Floresta
Data: 15/10/2013

Prezado Senhor,

À COM. 0-1
Para análise na análise de
Parâmetros de qualidade de LQ
15/10/13

O município de Alta Floresta, localizado no extremo norte do estado de Mato Grosso, faz parte do Programa Hidroelétrico que assegura o desenvolvimento Nacional, hoje já em fase de implantação no rio Teles Pires através da CHTP - Companhia Hidroelétrica Teles Pires - Alta Floresta e Paranaíta, usina essa com geração de aproximadamente 7 mil empregos diretos e indiretos em sua grande maioria pessoas oriundas de outros estados federativos.

E se iniciando o processo da construção da nova Usina São Manoel, aproximadamente 30 km rio acima, fato esse que muito nos preocupa, pois, Alta floresta é a cidade pólo nesse extremo norte, servindo como base de apoio a todos esses empreendimentos. Conforme informações da Empresa de Pesquisa Energética (epe), nesta nova Usina São Manoel, com geração de mais 5 mil empregos, causando um verdadeiro caos social e ambiental em nossa região, principalmente social em Alta Floresta, tanto na área da saúde, educação, segurança, entre outros, gerando miséria, pois inúmeras famílias que em busca de dias melhores procuram nossa região com o objetivo de encontrar emprego. Tivemos já com essa primeira usina em andamento, um aumento populacional na ordem de 30%, gerando desta forma inúmeros transtornos, dificultando o atendimento em todas as áreas necessárias do poder público.

Solicitamos deste Instituto que faça parte da discussão com a nova implantação da Usina São Manoel das medidas de mitigação onde se inclua procedimentos para amenizar ou eliminar a ocorrência de riscos impactantes do projeto.

Relacionamos abaixo as medidas e obras mitigatórias com o objetivo de amenizarmos os graves problemas já causados e também os futuros com a implantação da Usina São Manoel em nossa região.

to TRT Rafael Reis, para
conservação de expeite na
elaboração do parecer conclusivo
sobre do impetimento.

21/10/2013


Mônica Cristina Casuso da Fonseca
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILAC

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07



Nossa casa.

1493
4420/07-65

~~1491~~
~~4420/07-65~~

❖ MEDIDAS PARA O MUNICÍPIO

Pesquisas comprovam que mesmo quando os estudos de impacto ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos.

A construção de hidrelétricas, e concomitantemente suas barragens e lagos, causam além das conseqüências ambientais, diversos impactos socioeconômicos negativos ao município impactado, podendo aumentar a criminalidade, a insegurança pública, aumento do consumo de álcool e drogas entre outros.

Outro agravante é o fato de que a parte da população atingida diretamente através do alagamento de suas propriedades, residências, benfeitorias, áreas produtivas e até vias de acesso, acaba se deslocando para o meio urbano. Os fatos evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural para o município de Alta Floresta, que será o maior impactado, pela futura instalação da Usina de São Manoel, assim como já ocorre pela CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires - Paranaíta de forma direta, como também pela construção das demais Usinas do eixo Teles Pires - Tapajós.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS EM VIRTUDE DOS IMPACTOS FUTUROS

- Pavimentação asfáltica de Vicinal Leste MT 325 e Perimetral Teles Pires

7,3	Pavimentação asfáltica completa da vicinal Leste MT 325, (Construção de ponte, drenagem, meio fio, sarjetas).
2,5	Pavimentação asfáltica da Perimetral Teles Pires, desde o encontro da MT 325 até o encontro da MT 325.
0,5	Prolongamento da rua 7 de setembro até a rua Maceió no setor norte I (Construção de ponte, drenagem, meio fio, sarjetas).
0,53	Rua saindo da Av. Mato Grosso de encontro a rua 1ª de maio (Construção de ponte, drenagem, meio fio e sarjetas).
860	Alargamento da Av. Mato Grosso

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07



Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional, a expansão dos bairros, o aumento do tráfego de veículos no centro, o redirecionamento das rotas de acesso ao trabalho, escolas, faculdades, são necessários pra possibilitar acesso a diferentes nas áreas da logística e beneficiando diretamente os munícipes, tanto socialmente como economicamente.

- **Habitação**



PMCM - aquisição de terreno para construção de casas populares

Compra de 20 hectares para edificação de casas populares no Programa Minha Casa Minha vida, visto nossa demanda ser de mais de 3.000 famílias e não dispormos de terrenos públicos.

- **ASSISTENCIA SOCIAL**

- **CREAS "CASA ARACELLI"**



"Casa Aracelli" - Serviço Especializado

Este projeto de infraestrutura é de suma importância para o município, entendendo que a instituição tem atendido uma demanda de 25 casos novos por mês com vítimas de abuso, exploração e violência sexual e suas famílias no município. Abrangendo uma média de 400 atendimentos por mês com equipe multiprofissional no intuito de amenizar os estigmas da violência.

- **Projeto "CASA LAR CRIANÇA E ADOLESCENTE"**



Casa-Lar - Construção de Casa-Lar para crianças e adolescentes

Este projeto de infraestrutura é de singular importância para o município, uma vez que atendi uma média de 20 crianças e adolescentes ao mês, que tiveram seus vínculos familiares

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

1495
4420/07-05



1493
4420/07-05
Nossa casa.

rompidos e necessitam de um espaço que possibilitem a construção e reconstrução de novos vínculos com a família de origem ou famílias adotivas, uma vez que não podem permanecer no lar por mais de dois anos.

- Centros de múltiplo uso com quadra coberta "Casa da Família"

Centro de múltiplo uso com quadra coberta "Casa da Família"

O projeto compreende a construção de uma quadra coberta em anexo ao CRAS Casa da Família, otimizando o atendimento das famílias que procuram os serviços do CRAS e, este por sua vez, não tem tido mais condições de atender a demanda, visto que esta tem crescido nos últimos 2 anos em um percentual de 20%.

- Centro de Referência de Assistência Social

Cras "Conviver" - construção de CRAS - Referência de Assistência Social

Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional e o aumento nos atendimentos de famílias e indivíduos nos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social de Proteção Básica de Alta Floresta registrou apresentou 8.651 atendimentos em todo o ano de 2012 e em apenas 6 meses de 2013 saltou para 9.387 atendimentos. Esse aumento de 8,5% do número de atendimentos, se deve a crescente populacional de Alta Floresta, fato relacionado a instalação da Usina Hidrelétrica na região.

- Aquisição de Veículos - CRAS

a) Camioneta equipe CRAS - Aquisição de Camioneta traçada, cabine dupla para Equipe CRAS Volante volante

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.908/0001-07

1496
4420/07-65



1494
4420/07-65
Nossa casa.

b) **Microônibus para CRAS** Aquisição de 2 Microônibus com elevador para cadeirante e acessibilidade comportando 04 cadeirantes para CRAS Casa da Família e CRAS Conviver

a) Este projeto de aquisição de veículo oportunizará as famílias rurais do município, o desenvolvimento de atividades sociais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, bem como oferta de serviços e atividades lúdicas, artísticas, culturais e profissionais de forma gratuitas, uma vez que a distância dos centros urbanos impossibilita as famílias o acesso aos serviços que elas têm direito e devem ser oferecidos pelo poder público.

b) Entendendo que Alta Floresta é um município com bairros muito espalhados, a aquisição desse veículo oportunizará a participação de famílias que estão localizadas até cinco quilômetros dos Centros de Referência na participação de atividades e atendimento preventivo a essas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, aos dois CRAS existentes em nosso município. Esta aquisição possibilitará desenvolver atividades com grupos geracionais promovendo o seu empoderamento na sociedade para que ela possa ser protagonista de sua história, de sua independência financeira, usufruir de todos os bens e políticas públicas oferecendo melhoria em sua qualidade de vida.

- **Van com acessibilidade**

a) Lar dos Idosos
Pedro Sierra

b) Lar Santa Izabel

c) Abrigo Dom Bosco

locares com elevador para
cadeirantes

a) Esta aquisição atenderá 25 idosos, portadores de deficiência no deslocamento para serviços da rede de saúde, assistência social e atividades de fortalecimento de vínculos, desses cidadãos aos seus direitos.

b) A aquisição atenderá uma média mensal de 30 pessoas que não possuem famílias ou estão com laços rompidos por desentendimentos familiares. O lar objetiva realizar atendimento de busca de forma continuada nas ruas de pessoas, amenizando situações de abandono e de vícios, oferecendo abrigo, alimentação, procedimentos de higiene,

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

1497
4420/07-05



1495
4420/07-05
Nossa casa.

encaminhamento para rede de saúde, assistência e atividades de fortalecimento de vínculos, no intuito de reingressá-los no seio da família ou na construção de novos projetos de vida.

c) Esta aquisição proporcionará melhores condições no atendimento médio mensal de 200 pessoas da zona rural do município e de outros municípios, com deslocamento para serviços na rede de saúde e assistência social.

> SAUDE

• Aquisição de Veículo

01 ônibus	atender as necessidades de atendimento fisioterápicos, fonoaudiológicos, psicológicos, Unidade Descentralizada de Reabilitação - UDR, Unidade Municipal de Assistência à Saúde - UMAS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de
02 (duas) ambulâncias	pacientes, bem como em outros centros de atendimento em áreas rurais, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso.
02 (duas) caminhões	atender as necessidades de atendimento em áreas rurais, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso.
02 (duas) vans com acesso exclusivo para deficientes	Visa atender as necessidades de atendimento em áreas rurais, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso, bem como em áreas de difícil acesso.
03 motocicletas	Aquisição de 03 motocicletas 125 cc com bagageiro para atendimento das necessidades do laboratório clínico; farmácia; vigilância epidemiológica e sanitária e SMS.
02 Fiat uno	02 carros Fiat Uno com ar condicionado para atendimento da atenção básica, vigilância epidemiológica/sanitária; saúde bucal e SMS.

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.908/0001-07

1496
4420107-05



Nossa casa.

1496
4420107-05

• Aquisição de Equipamentos

	Atender a demanda administrativa dos Departamentos e Coordenações desta Secretaria, bem como, atender Postos de Saúde das Comunidades Rurais e Urbanas que necessitam lançar as informações dos atendimentos e ações aos Sistemas ligados ao Ministério da Saúde
- 30 (vinte) computadores - 20 (vinte) impressoras	
- 04 (quatro) - 06 (seis)	Equipamentos da Secretaria em locais de nosso município tenha computadores, em viagens, bem como em palestras em comunidades rurais e urbanas que visam a melhoria dos serviços públicos (juventude, mulheres, homens, etc)
- 20 (vinte) câmeras - 10 (dez) fotôgrafos	Desenvolvimento de atividades desenvolvidas nas Unidades de Saúde de nossa Secretaria com jovens, visando a gestão e manutenção do SUS local

• Reforma e construção de unidades básicas de saúde/caps e secretaria municipal de saúde

20 (vinte) Reforma de postos/unidades de saúde	Reforma e construção de unidades básicas de saúde e secretaria municipal de saúde
02 salas na SMS	Construção de 02 salas para ampliação dos atendimentos para a Secretaria Municipal de Saúde
01 Auditório na SMS	Construção de 01 auditório na SMS 15x20 para capacitação e treinamento da população e comunidade em geral.
01 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial	Construção de 01 unidade de atendimento para o Centro de Atenção Psicossocial "Essência de Vida" - C.A.P.S.
01 Posto de Saúde	Construção de 01 unidade de atendimento para Posto de Saúde.
01 reforma/construção	Reforma/construção da vigilância ambiental – prédio rua B – FUNASA

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

1499
4420/107-65



~~1499~~
~~4420/107-65~~
Nossa casa.

- Demais equipamentos para unidades básicas de saúde/CAPS/UMACAFE/UDR

50 (vinte) ar condicionados- 1200 btus 30 (trinta) ar condicionados splits 7000 btus	Atender a recepção e sala de atendimentos das Unidades Básicas de Saúde das comunidades urbanas e rurais de Alta Floresta/MT
- 30 (vinte) otoscópio - 30 (trinta) estetoscópio - 60 (sessenta) aparelho de pressão - 30 (trinta) antropômetro - 30 esfignômetro - 18 cilindros de oxigênio - 30 aparelhos de ultrassom - 30 mesas de exame ginecológico - 20 mesas de exame ginecológico	Atender a recepção e a consulta dos pacientes pelos Centros de Saúde das Unidades Básicas de Saúde e demais equipamentos do SUS
03 computadores completos	Atender a recepção em geral
60 escrivanetas 60 cadeiras de escritório 500 cadeiras de plástico Estofadas 100 cadeiras de madeira reforçada	Atender a recepção em geral
01 fogão industrial com forno 01 geladeira biplex 320 lts	Atender a recepção em geral

> ESPORTE

Veículo	Aquisição de dois Ônibus
---------	--------------------------

Os mesmos servirão para atender a Secretaria de Esporte e Lazer e as demais Secretarias. Viabilizando o bom desempenho de projetos realizados pela SEMEL, nos bairros

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.908/0001-07

1500
4420/03-65



~~1498~~ Nossa casa.
4420/03-65

periféricos com crianças carentes e pessoas da Melhor Idade, assim como a participação da SEMEL em diversas outras atividades Esportivas fora do Município.

➤ CULTURA

Centro
Cultural

Implementação do Centro Cultural de Alta Floresta

O Centro Cultural do município de Alta Floresta, que é referencia na produção cultural e artística de Mato Grosso, propicia acesso para comunidade local e de outros municípios circunvizinhos a obras artísticas (espetáculos, exposições, shows, saraus), cursos e oficinas; bem como a eventos diversos, tais como: festivais, conferências, seminários, palestras, encontros, dentre outros. Porém o prédio carece de equipamentos cenotécnicos, poltronas, móveis, sistema de refrigeração e outros imprescindíveis para o seu pleno funcionamento. O crescimento populacional provocado pela implantação de usinas hidrelétricas gerou o aumento significativo na demanda que procura pelo Centro Cultural e pelas ações por este promovido. Já que o mesmo proporciona lazer e entretenimento para toda família. O que torna o presente projeto de fundamental relevância para o município e região.

➤ EDUCAÇÃO

Escola De
Educação
Infantil

Construção de 01 (uma) escola para atender a Educação Infantil (Bairro
Universitário).

Quadra de
esportes

Construção de 01 (uma) quadra de esporte na Escola Municipal Nilo
Rodrigues Picanha.

Quadra de
Esportes

Construção de 01 (uma) quadra de esportes na Escola Municipal Jardim
das Flores.

Justificamos a necessidade da construção de (01) uma Escola para atender 120 alunos da Educação Infantil no (Bairro Universitário). Também de 02 (duas) quadras esportivas, para

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07



as escolas municipais Jardim das Flores e Nilo Procópio Peçanha, atendendo atualmente 298 alunos e 357 alunos respectivamente.

Justifica-se a necessidade do solicitado em virtude da construção da Usina Teles Pires (CHIP), localizada a aproximadamente 70 km deste município, assim vivenciamos hoje uma problemática grande em relação à infraestrutura local. Ocorre que o aumento populacional gera rapidamente numa proporção grandiosa e assim, conseqüentemente a grande procura por vagas nas escolas. A fim de amenizarmos esses problemas é fundamental a necessidade da construção de mais uma escola para atender a Educação Infantil onde há procura é maior. No caso das quadras justifica-se a necessidade do solicitado, pois entendemos que é fundamental a prática desportiva para a Saúde e Educação das crianças, porém em nosso Estado é praticamente impossível executar essas atividades com exposição total ao sol e chuva. Ainda ponderando que essas escolas realizam o atendimento ao Programa Mais Educação há mais de 05 (cinco) anos e recentemente também aderiu ao Programa Escola Aberta. Assim faz-se necessário urgentemente a construção dessas quadras. Também, por termos plena convicção que esta ação educacional de construção de quadras cobertas nas escolas é uma excelente saída para não deixarmos as crianças ao perigo das ruas, e com isso contribuir na diminuição da criminalidade existente no País. Pois é certo que prática desportiva ensina-os a conviver, a competir, a perder e ganhar, ter atitudes de cidadania, disciplina e responsabilidade.

> AGRICULTURA

Aquisição de Maquinas e implementos agrícolas

Maquinas e
implementos

- Aquisição de Maquinas e implementos agrícolas:
- 06 tratores;
 - 06 gradagens;
 - 06 carretas basculante mecânica de lata c/ eixo e rodado simples;
 - 06 roçadeiras mecânicas de 1700 cm e/ou com roda de apoio;
 - 06 distribuidor de calcário e sementes;
 - 06 plantadeiras de milho e sorgo convencional;
 - 06 Foiceira c/ disco de corte de alta liga;
 - 06 terraceadores de arrasto;
 - 06 subsoladores controla;
 - 06 pulverizadores de barra

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

1502
44.20167-6



1500
44.20167-6

Nossa casa

A aquisição desses equipamentos tem por finalidade a melhoria, qualidade e ampliação da produção de diversas culturas, objetivando assim, o abastecimento do centro urbano que tem crescido significativamente o índice populacional em virtude do empreendimento da das Usinas Hidrelétricas na região.

➤ INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

a) Implantação do Ancoradouro	Implantação do Ancoradouro no rio Teles Pires onde haverá um porto para as embarcações do município.
b) Aquisição de área para o Distrito Industrial	Aquisição de área para a implantação do Distrito Industrial no município, visando a população afetada das Usinas Hidrelétricas.
c) Construção do Barracão de Projeto Piloto	Construção do Barracão de Projeto Piloto de Amparo aos EI, visando a população afetada das Usinas Hidrelétricas.

a) Ônibus	Aquisição de ônibus para o transporte de passageiros.
b) Camioneta	Aquisição de camioneta para o transporte de carga, visando a população afetada das Usinas Hidrelétricas.

A implantação do Ancoradouro, do Distrito Industrial, da construção do Barracão para Projeto Piloto de Amparo aos EI e aquisição de veículos tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo no município de forma sustentável, fomentando a Indústria e o comércio local, e dando sustentabilidade ao Empreendedor Individual.

Isto posto, resta evidenciado que frente a magnitude do projeto de instalação da Usina Hidroelétrica de São Manoel, é justa a proposição que ora se apresenta em atendimento as necessidades da população afetada pelo empreendimento.

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

15.03
4420107-05



Nossa casa.

~~15.03
4420107-05~~

Sendo o que motiva o presente, reiteramos votos de estima e consideração respaldados no empenho de V. Excia. em atender o pleito apreço.

Atenciosamente,



Asiel Bezerra de Araújo
Prefeito Municipal

EM BRANCO

1504
4420/07-6

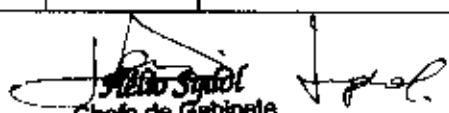
1502
4420/07-6



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br

DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nº do documento: 02013.003947/2013-81 - Ofício nº 136/2013/GAB
Origem: Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT
Assunto: Instalação da Usina do São Manoel.

Destinatário: DILIC	Data:	18/10/13
1º Despacho: Para conhecimento.		
 Chefe de Gabinete Presidência do IBAMA		
Destinatário:	Data:	
2º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
3º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
4º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
5º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
6º Despacho:		

Destinatário:	Data:	
<u>7º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>8º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>9º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>10º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>11º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>12º Despacho:</u>		



MMA/IBAMA/MT/COAD
 OF 02013.003951/2013-40
 Origem: APROSOJA
 Data: 15/10/2013



1503
~~4420107-65~~

Cuiabá, 15 de Outubro de 2013.

Ofício Nº14/2013.

Ilmo. Sr. Presidente da Audiência Pública da U.H.E – São Manuel

Prezado Senhor,

A COHID-1
 Para São Manuel
 15/10/13
 Adriano Rafael Arreola de Queiroz
 Coordenador Geral de Infraestrutura de
 Energia Elétrica
 Superintendência
 de Planejamento
 do CEMIG

O Movimento Pró-Logística tem como missão articular o Estado aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a implantação e manutenção de obras rodoviárias, ferroviárias, hidrovias e portos que possibilitem redução de custos para o setor produtivo e a comunidade em geral. Representamos as seguintes Instituições: Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso – APROSOJA, Associação dos Produtores de Algodão – AMPA, Associação dos Criadores do Estado de Mato Grosso – ACRIMAT, Organização das Cooperativas Brasileiras – Mato Grosso – OCB/MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO, Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT, Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso – FECOMÉRCIO, Instituto Ação Verde, CREA - Seção Mato Grosso, Associação Mato-Grossense dos Municípios.

O Brasil concentra sua matriz de transporte no modal rodoviário, que além de ser oneroso causa impacto ambiental e social a todas as regiões de grande fluxo de importação/exportação. A otimização dessa matriz é fundamental, pois precisamos de todos os modais para ter uma logística eficiente e adequada.

A hidrovia é peça fundamental para o escoamento da safra de Mato Grosso, principalmente a dos rios Teles Pires / Tapajós, que atenderá as regiões norte, leste e central do Estado.

Ào TRP Rafael Reis, para
consideração da equipe no
parecer conclusivo acerca do
empreendimento.

18/10/2013


Mônica Cristina Lacerda de Fonseca
Mátrícula nº 1.423.150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

EM BRANCO

Especificamente no caso desta Hidrovia, os principais benefícios gerados para a sociedade são a economia de 70% nos gastos com transporte da produção agropecuária, diminuição nos custos de transporte de adubos, fertilizantes e sementes, diminuição no custo final da produção agropecuária, aumento significativo na margem de lucro dos produtores, aumento na renda final dos produtores, aumento dramático na competitividade dos produtores, aumento na renda da sociedade em geral, diminuição dos acidentes de trânsito ocasionados por caminhões que transportam a produção do estado, diminuição de mortes e de invalidez devidas à estes acidentes, desafogamento dos portos de Santos e Paranaguá.

Para que a comunidade em geral possa ser beneficiada por essa hidrovia, precisamos da aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), criada pela Lei 9433/97, que define a água como um bem de domínio público e prevê que a gestão dos recursos hídricos deve ser proporcional ao uso múltiplo das águas. Desta forma, além do fornecimento de energia elétrica, o uso da água deve servir, também, para outras finalidades, como fornecimento, navegação, irrigação piscicultura, pesca, lazer, turismo e abastecimento.

A importância da construção das Eclusas junto à obra da usina hidrelétrica é justamente o barateamento da mesma, nesse caso o valor da obra de arte custaria aproximadamente 5% a 10% do valor total da obra, logo, se a construção das eclusas for deixada comodamente para depois, o que nem sempre é materialmente possível, o resultado negativo imediato será um elevado ônus à sociedade, chegando a custar aproximadamente 25% a 30% do valor da obra. Portanto, não se pode permitir o prosseguimento de projetos e estudos sem que nestes se preveja o uso múltiplo das águas com vistas à navegação.

O EIA/RIMA apresentado não atende ao que dispõe a Legislação, não referenda a hidrovia, não prevê a existência desta, razão pela qual os estudos devem ser complementados, e ainda, que se conste como

EM BRANCO



CONDICIONANTE PARA A EMISSÃO DA LICENÇA PRÉVIA a inclusão do projeto da ECLUSA, permitindo-se, assim, implantação da hidrovía e, por conseguinte, o cumprimento da Lei.

Solicitamos a inclusão do projeto da Eclusa como fator condicionante para a emissão da licença prévia, permitindo-se, assim, implantação da hidrovía Teles Pires/Tapajós, requerendo que o presente seja parte integrante da ata da audiência pública realizada nesta data, a fim de que seja apreciado pelo órgão licenciador.

Certos da apreciação da solicitação, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Presidente do Movimento Pró logística de Mato Grosso

Presidente da APROSOJA

EM BRANCO

1508

11/20/13-15

1506

11/20/13-15




MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
 SCEN Trecho 02 - Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br

DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nº do documento: 02013.003951/2013-40 – Ofício nº 14/2013

Origem: Movimento Pró-logística de Mato Grosso

Assunto: Audiência Pública da U.H.E – São Miguel.

Destinatário: DILIC	Data:	18/10/13
1º Despacho: Para conhecimento.		 Sérgio Sutil Chefe de Gabinete Presidência do IBAMA
Destinatário:	Data:	
2º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
3º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
4º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
5º Despacho:		
Destinatário:	Data:	
6º Despacho:		

Destinatário:	Data:	
<u>7º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>8º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>9º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>10º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>11º Despacho:</u>		
Destinatário:	Data:	
<u>12º Despacho:</u>		

1509
4420162-65

~~1509~~
~~4420162-65~~



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SCEN Trecho 02 -- Ed. Sede do IBAMA CEP 70818900 - Brasília/DF - www.ibama.gov.br

DESPACHO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Documento: nº 02013.003946/2013-37 - Ofício nº 18/2013 - AMIU
Origem: Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas - AMIU
Assunto: Ref. ao processo de Licenciamento Ambiental UHE São Manoel Paranaíba-MT e Jacareacanga-PA.

Destinatário: DILIC Data: 18/10/13

1º Despacho: Para conhecimento.

Helio Spilol
Chefe do Gabinete
Presidência do IBAMA

Destinatário: Colmij - 1 Data:

2º Despacho: Para análise no âmbito da parecer conclusivo relativo ao requerimento de LI? 18/10/13

Adriano Rafael Araújo de Gueiros
Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica
Substituto
CGENER/DICIBAMA

Destinatário: Data:

3º Despacho:

Destinatário: Data:

4º Despacho:

Destinatário: Data:

5º Despacho:

Destinatário: Data:

6º Despacho:

Destinatario:		Data:
13º Despacho:		
Destinatario:		Data:
12º Despacho:		
Destinatario:		Data:
11º Despacho:		
Destinatario:		Data:
10º Despacho:		
Destinatario:		Data:
9º Despacho:		
Destinatario:		Data:
8º Despacho:		
Destinatario:		Data:
7º Despacho:		
Destinatario:		Data:

Of. Nº 18/2013 – AMIU

Sinop-MT, 11 de Outubro de 2013

Ilustríssimo Senhor
Volney Zanardi Júnior
Presidente do IBAMA em Brasília-DF



MMA/IBAMA/MT/COAD
OF 02013.003946/2013-37
Origem: ROGERIO LUIZ
RODRIGUES
Data: 15/10/2013

Ref. ao processo de Licenciamento Ambiental UHE São Manoel
Paranaíta-MT e Jacareacanga-PA

Ilustríssimo Senhor,

Considerando que a UHE São Manoel no Norte de Mato Grosso está projetada com uma capacidade instalada de 700 MW, com perspectiva para gerar energia suficiente para atender uma população de mais ou menos 2,5 milhões de pessoas, ou seja, capaz de abastecer sozinha uma cidade do porte de Belo Horizonte ou uma população 50 vezes maior do que a do município de Alta Floresta, (RIMA São Manoel, 2011).

Considerando que o empreendimento ficará no rio Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, com um represamento de aproximadamente 6.600 hectares (66 Km²), atingindo terras dos municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA), (RIMA São Manoel, 2011).

Considerando que as obras de aproveitamento hidrelétrico, de maneira geral, são grandes fontes de impactos ambientais, tendo em vista a sua potencialidade para ocasionar o alagamento de grandes áreas, gerando necessidade de realocação de famílias, interdição de regiões produtivas e impactos significativos aos ecossistemas locais.

Considerando que a construção de empreendimentos desse porte exige a atuação de milhares de profissionais, muitas vezes oriundos de outras regiões do país causando impacto social e cultural, há também além de grandes movimentações de terra, supressão de vegetação, desvio do curso do rio, entre outras atividades potencialmente poluidoras e degradantes ambientalmente, os impactos às condições dos serviços de saúde pública, trânsito, entre outros.

Considerando que os objetivos da AMIU (Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas do Norte do Mato Grosso) são:

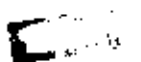

- Estudar e realizar levantamento técnico sobre os problemas e potencialidade dos impactos socioambientais e econômicos diretos e indiretos advindos de cada empreendimento hidrelétrico;
- Defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da região norte do Estado de Mato Grosso;
- Acompanhar as ações do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, nas esferas municipal, estadual e federal, intervindo conforme o interesse dos associados;

Contato: (66)9995-0104 – Rogério Rodrigues
e-mail.: amlutelespires@hotmail.com

AO TRD Rafael Reis, para consideração
de sigilo na elaboração do parecer
circulando acerca do empreendimento.

21/10/2013


Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matricula nº 1.423.150
Chefe
COHID/GENE/DILIC

- Propor e executar medidas, visando à mitigação dos impactos socioambientais;
- Conjuguar esforços para a solução de problemas socioeconômicos e socioambientais comuns aos Municípios associados, nas áreas da educação, saúde pública, assistência social, habitação, obras públicas, segurança pública, transporte, entre outros serviços sociais;
- Firmar convênios, acordos de cooperação, contratos e outros instrumentos congêneres com pessoas públicas ou privadas, para viabilizar estudos técnicos e elaboração de projetos que visem à solução dos problemas sócio ambientais, comuns aos municípios.

Considerando que, conforme o Relatório de Impacto Ambiental da Usina (RIMA São Manoel, 2011, p 81) os 35 (trinta e cinco) programas propostos no EIA formam um Plano de Gestão Ambiental, cujo detalhamento será feito pelo empreendedor quando da elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA) da usina, visto que se trata de condicionante para a emissão da licença de instalação, que autoriza o início das obras. Que "dessa forma, o empreendedor que construirá a usina deverá assumir, desde logo, o compromisso de detalhar os programas aqui definidos".

Considerando que de acordo com (RIMA São Manoel, 2011, p 81) "sem dúvida, o impacto é negativo, principalmente considerando que hoje a região do projeto já apresenta deficiências de infraestrutura e serviços públicos. Por isso, o futuro empreendedor da usina deverá apoiar as prefeituras na tarefa de obter recursos para aumentar a capacidade de atendimento dos serviços básicos. O Estado de Mato Grosso e o Governo Federal também deverão prestar apoio com iniciativas de melhoria da infraestrutura regional".

Além do impacto direto causado aos municípios de Paranaíta e Jacareacanga, os municípios de Alta Floresta, Carlinda, Nova Monte Verde e Apicás, sofrerão impactos sócio ambientais indiretos, devido à construção do complexo hidroelétrico das UHEs: Sinop, Colider e Apicás, que também serão instaladas no Rio Teles Pires e Rio Apicás.

Os municípios acima citados realizaram um levantamento de demandas em virtude da análise do estudo de impacto ambiental, evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural e também a inclusão das mesmas no PBA (Plano Básico Ambiental) da UHE São Manoel. Para tanto, seguem em anexo os levantamentos de demandas realizados.

Atenciosamente,



Rogério Rodrigues
Secretário Executivo

RECEIVED
MAY 10 1964
U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
WASHINGTON, D.C.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1512
11/20/2013 - G5



Paranaíta, 05 de setembro de 2013

Ofício nº 171/2013/GAB

À Exma. Sra. Mirian Belchior
MD. Ministra do Planejamento
Esplanada dos Ministérios

Ref: Instalação da Usina Hidrelétrica Teles Pires no município.

Ilma. Sra.,

Localizada na região turística do Cristalino, a cidade de Paranaíta já passou por diversos ciclos econômicos desde a sua fundação em 1986. Pelos seus 5.000 Km² de extensão, empreendedores de várias regiões do país vieram para o município em busca de metais preciosos, madeiras, terras para a expansão de atividades agropecuárias entre outras. Atualmente, o município encontra-se novamente em mais um processo: o de geração de energia elétrica para complementação da demanda nacional. Com a instalação da Usina Hidrelétrica Teles Pires no Rio que leva o mesmo nome, será construído um reservatório de 123,42 Km² que produzirá 1820 MW, trazendo para o município mais de 5.000 trabalhadores empregados direta e indiretamente no empreendimento.

Como todas as outras atividades já desenvolvidas na nossa região, a instalação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, também traz ao município, além dos impactos positivos, um grande número de impactos que embora minimizados pelas diversas estratégias exigidas pelo órgão licenciador, são expressivamente negativos aos municípios atingidos pelo empreendimento. Desse modo, levando-se em consideração as demandas atuais bem como as que estão por vir juntamente com a instalação das obras da Usina São Manoel, o município de Paranaíta necessita de especial atenção em relação aos itens abaixo elencados, pois sem a implementação dos mesmos, os serviços essenciais e de infra estrutura básica não poderão mais serem oferecidos com a qualidade almejada pela população residente e/ou migrante.

1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1513
14/20/107



1511
14/20/107-65
Gestão 2013 - 2016

Ampliação da infraestrutura habitacional

Item	Quantidade	Valor Unitário	Total do investimento
Casa Popular	500	R\$ 40.000	R\$ 20.000.000,00

Até o ano de 2009, quando se iniciaram os trabalhos de instalação da Companhia Hidrelétrica Teles Pires no município, não havia demanda habitacional. Nesse período, a Secretaria Municipal de Ação Social precisou realizar várias incursões pelos bairros da cidade, buscas ativas e outras estratégias para poder preencher as 99 oportunidades habitacionais oferecidas naquele momento.

Hoje com intensa população migrante, que chegou ao município para trabalhar direta ou indiretamente nas obras de instalação da UHE Teles Pires, não só ocuparam quase a totalidade dos imóveis disponíveis, como também causaram grande inflacionamento desse mercado. Devido à urgência de se estabelecerem no município, essas empresas bem como seus colaboradores, passaram a oferecer para a população valores que excediam em 1.000% os valores locais. Com isso, os proprietários de imóveis iniciaram um processo de despejo compulsório, substituindo os ocupantes locais que não tinham como pagar tão altos aluguéis, pelo inquilinato migrante, gerando assim uma demanda imobiliária no município que só poderá ser mitigada com a construção de no mínimo 500 casas a serem ofertadas à população residente e também migrante.

Pavimentação asfáltica com drenagem de águas pluviais e sinalização viária.

Item	Quantidade	Valor Unitário	Total do investimento
Pavimentação/drenagem pluvial/sinalização	140.000 m2	R\$ 95/m2	13.300.000,00

Para que seja possível construir uma Usina Hidrelétrica exige-se uma grande infraestrutura de máquinas, equipamentos e veículos. Os bairros estão se expandindo, o tráfego de veículos aumentando e acessos antes pouco utilizados, enfrentam agora intensa movimentação, incluindo a de caminhões e maquinário pesado. Essa circulação danifica as vias públicas e

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1514

4420 167-65



Gestão 2013 - 2016

modifica as características do trânsito local, obrigando o município a criar novas rotas de acesso. Desse modo, é necessária uma expansão da pavimentação asfáltica em nosso município de 10 quilômetros, de modo a garantir o deslocamento da população de forma segura e em padrões logísticos aceitáveis.

Construção de um hospital municipal

Item	Quantidade	Valor Unitário	Investimento parcial
Construção do Hospital	3.000 m ²	R\$ 2.350,00/m ²	R\$ 7.050.000,00
Aquisição de equipamentos	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 6.450.000,00
Total do investimento			R\$ 13.500.000,00

A Política Municipal de Saúde é consonante com os princípios constitucionais que estabelecem a saúde como direito de todos e dever do Estado que mediante políticas sociais e econômicas visam à redução do risco de agravos e buscando o acesso universal e igualitário às ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Entretanto, com o grande aumento da população migrante, aumentam também os índices de acidentes, de consumo de álcool, drogas e violência, além de aumentar também as possibilidades de veiculação de doenças contagiosas como tuberculose, sífilis, AIDS, malária, leishmaniose e dengue, exigindo do sistema de saúde municipal um posicionando limítrofe a sua capacidade de atendimento hospitalar, já que os déficits provocados pelo crescimento populacional sem planejamento não são contabilizados nas receitas vinda do Governo Federal e Estadual, que se baseiam na população per capita levantada pelo IBGE. Além disso, com criação do reservatório e a transformação de um ambiente lótico em lântico, surgirão vetores antes inexistentes que aumentarão as probabilidades de surgimento de doenças de veiculação hídrica como a esquistossomose.

Sendo assim, para que possamos garantir o acesso do cidadão e das populações migrantes á um sistema de saúde com qualidade e eficiente, Paranaíta necessita urgentemente de um novo hospital, bem equipado e com um número de leitos suficientes ao atendimento de todos.

1954





PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1513
44.20109-05



Construção de um sistema de esgotamento sanitário

Item	Quantidade	Valor Unitário	Investimento Parcial
Estação de Tratamento de Efluentes	01 ETE	R\$ 790.000,00	R\$ 790.000,00
Rede de esgotamento	5.000 metros	R\$ 1.158,00	R\$ 5.790.000,00
Total do investimento			R\$ 6.580.000,00

Paranaíta, devido ao seu baixo adensamento populacional adotou tanto em seu perímetro rural quanto urbano o sistema de esgotamento sanitário através de fossas sépticas. Com a chegada da população migrante, esse sistema não está mais sendo suficiente para a destinação do esgoto. Devido a isso, Paranaíta enfrenta hoje situações inusitadas, como o esporádico, entretanto irregular esgotamento sanitário em galerias pluviais, já flagrado e notificado pela vigilância sanitária do município. Sabidamente, com a chegada da UHE São Manoel esse quadro irá se comprometer ainda mais, o que justifica imediata necessidade de instalação de uma estação de tratamento e universalização de um sistema de esgotamento sanitário em Paranaíta, que não só trará maior saúde à população e melhor qualidade ambiental, mas também virá de encontro à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Potável

Item	Quantidade	Valor Unitário	Investimento Parcial
Estação de Tratamento de Água	02 ETAs	R\$ 1.030.000,00	R\$ 1.030.000,00
Rede de abastecimento	3.000 metros	R\$ 1.030,00	R\$ 3.090.000,00
Total do investimento			R\$ 4.120.000,00

O Departamento Municipal de Águas – DAE, conta atualmente com 10 colaboradores e possui uma infraestrutura composta por sistema de captação, reservatórios, duas

1950



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1516
4420167-65



Estações de Tratamento, tanques de preparo e laboratórios, que em conjunto possuem a capacidade de ofertar mais de um milhão de litros de água tratada por dia, quantidade essa que sempre foi suficiente para propiciar à população um abastecimento de qualidade.

Com a chegada da Companhia Hidrelétrica Teles Pires e de suas subcontratadas e/ou a serviço da mesma, que somente no último mês consumiram cerca de dois milhões de litros de água tratada, o Departamento Municipal de Água demanda atualmente 4,5% de sua capacidade de oferta apenas para a referida Companhia. Esse aumento, pode não parecer tão expressivo, entretanto não se trata apenas de um aumento quantitativo, mas também qualitativo. Como esse consumo adicional e sempre associado a horários, dias da semana e concentrações geográficas definidas e constantes, ressaltamos que já se percebe deficiências no abastecimento, como a falta de pressão na tubulação.

D.A.E.	2009	2010	2011	2012	2013 (Projeção **)
Fornecimento de Água Tratada (Em M3*)	173505	185647	253329	295068	319850
Número de Ligações	1.605	1.611	1.854	1.992	3.160

* 01 (Um) metro cúbico corresponde a 1.000 litros de água.

** Dividiu-se o total apurado entre janeiro e agosto por oito, adicionando-se o valor médio multiplicado por 4 ao mensurado até o presente momento.

Desse modo percebe-se uma grande aumento não só no consumo de água, mas também na proporção de aumento do consumo. Entre os quatro anos, de 2005 e 2009, a proporção de aumento no consumo foi de 9,45% enquanto que nos quatro últimos anos, entre 2009 e 2013 o consumo aumento em 84,34%, quase 10 vezes mais que o mesmo período antes da instalação da Companhia Hidrelétrica Teles Pires no município

Sendo assim, diante do atual quadro e na expectativa da instalação de outro empreendimento de grande porte no município, torna-se imprescindível a construção de mais uma estação de tratamento de água, a partir de um novo sistema de captação.

Centro de Eventos

Item	Quantidade	Valor Unitário	Total do investimento
Centro de Eventos	1.250 m2	R\$ 1.200,00/m2	R\$ 1.500.000,00

CONFIDENTIAL

✓

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1517

14.20.107-61



~~1515~~
~~14.20.107-61~~

Dentre os impactos negativos trazidos pela UHE Teles Pires e, futuramente pela UHE São Manoel, podemos destacar a perda de inúmeros atrativos turísticos e de entretenimento. Praias, cachoeiras e sítios pesqueiros deixarão de ser acessíveis à população com o alagamento desses locais. As praças municipais, que antes eram locais bastante frequentados pela população, agora são redutos de trabalhadores braçais, muitos atraídos pelas possibilidades de um novo emprego ainda não obtido. Nesses locais, oportunamente se instalaram prostíbulos o que contribuiu com o aumento do consumo de álcool e drogas, tornando nossas praças em locais decididamente excludentes à população municipal.

Desse modo, é necessário, além de uma revitalização de nossas praças, a criação de um espaço não estigmatizado, onde se construa um Centro de Eventos capaz de oferecer informação, arte, cultura e entretenimento saudável a nossa população.

Iluminação Pública

Item	Quantidade	Valor Unitário	Total do investimento
Iluminação Pública	7.000 metros	R\$ 95.000,00/km	R\$ 665.000,00

Devido ao grande inflacionamento imobiliário, o deslocamento compulsório da população residente na área central para áreas mais periféricas, demanda em caráter de urgência de uma ampliação no sistema de iluminação pública em nosso município. Essa ampliação é necessária não só para mitigar os efeitos negativos dessa migração obrigatória, mas também para garantir a segurança em locais mais isolados, incluindo o risco de atropelamentos, já que a intensa movimentação de pedestres nesses locais, ainda não iluminados, tornou-se tão notável quanto o aumento do tráfego de veículos e de trabalhadores braçais, empregados ou não.

Desse modo, considerando que o município de Paranaíta possui imensuráveis atributos ecológicos e recursos naturais indispensáveis ao atendimento das diversas demandas de desenvolvimento econômico do país e, entendendo que a população municipal tem passado por grandes transtornos devido aos impactos sócio ambientais não compensados adequadamente, gostaríamos que Vossa Excelência avaliasse positivamente às solicitações acima realizadas.

CA 514



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.

1518
44.20.107-65



Gestão 2013 - 2016

priorizando esses investimentos e garantindo uma inclusão digna dessa população nos grandes projetos de desenvolvimento nacional instalados em nosso município.

Sendo assim e sem mais para o momento, colocamos-nos a vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos ou diálogos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Antônio Domingo Rufatto
Prefeito Municipal de Paranaíta

CONFIDENTIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO
Gestão 2013-2016

1519
4420102-65

1519
~~4420102-65~~

GABINETE DO PREFEITO

Ofício 0365/GP/2013

Carlinda - MT, 10 de Outubro de 2013

A Excelentíssima Senhora
MÍRIAN BELCHIOR
MD. MINISTRA DO PLANEJAMENTO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS
BRASILIA - DF

Assunto: Ref. Instalação das UHE - Usina Hidrelétrica Sinop, Colider e Teles Pires

Excelentíssima Senhora,

O Município de Carlinda está localizado no extremo norte do Estado de Mato Grosso a aproximadamente 780 km da capital Cuiabá sobre o limite dos municípios de Alta Floresta, Colider, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita e Novo Mundo inserido na região do portal da Amazônia.

O Município foi criado através de um projeto de assentamento conhecido como PAC Carlinda pela lei Estadual nº 6.594 de 19 de Dezembro 1994 possui uma área de 2.417,21 km² totalizando 222.425,66 de hectares e uma população de aproximadamente 12.108 habitantes segundo os dados do IBGE.

Carlinda faz parte do programa hidrelétrico que assegura o desenvolvimento nacional, através das UHE - Sinop, Colider e Usina Hidrelétrica Teles Pires, que serão construídas no Rio Teles Pires afluente do rio Tapajós na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaitá (MT). A UHE Teles Pires terá potência instalada de 1.820 megawatts, suficiente para abastecer uma população de 2,7 milhões de famílias.

O reservatório (lago) formado pela barragem terá cerca de 70 km de comprimento no Rio Teles Pires e ocupará uma área de 150 km², com um espelho d'água de 135,6 km² e uma área inundada de 95,11 km² o que equivale a 0,052 km² por megawatts gerado de área inundada, causando grandes impactos ambientais e sociais em saúde, educação, trânsito, entre outros, em todos os municípios circunvizinhos.

Stefania


PREFEITURA DE
Carlinda
Trabalhando pela nossa gente

Av. Torquato Neves, s/nº - Cx Postal 45 - Centro - CEP:78587-000 - Carlinda - MT - Telefax: (66) 3525-2000

www.carlinda.mt.gov.br

1950





1520
4420103-65

~~1518~~
~~4420103-65~~

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO
Gestão 2013-2016

A UHE - Usina Hidrelétrica de Sinop, que será construída entre as usinas de Salto Magessi e de Colider, com projeção para gerar 400 megawatts de energia elétrica (suficientes para abastecer mais de 1,5 milhões de brasileiros), promovendo intercâmbio expressivo de energia entre as diversas regiões do país. Segundo o Ministério de Minas e Energia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos na ordem de R\$ 4,1 bilhões para a região Centro-Oeste. Conforme informações da empresa de pesquisa energética Iepoj a usina de Sinop, terá a maior área alagada, 337,3 Km², e criará mais de 7.500 novas vagas de emprego, diretas e indiretas, causando grandes impactos ambientais e sociais em saúde, educação, trânsito, entre outros.

Todas as usinas são um empreendimento de infraestrutura contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, projeto de engenharia que contribuirá para o desenvolvimento do Brasil unindo o equilíbrio entre a necessidade de obtenção de energia e a importância de uma fonte limpa, renovável e ambientalmente correta.

A construção de hidrelétricas e concomitantemente suas barragens e lagos, causam além das consequências ambientais, diversos impactos socioeconômicos negativos ao município impactado, podendo levar ao aumento da criminalidade, da insegurança pública, do consumo de álcool e drogas entre outros.

Pesquisas comprovam que mesmo quando os estudos de impacto ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros efeitos gerados durante e após a construção de uma hidrelétrica na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos, em virtude da perda da biodiversidade, das mudanças climáticas e das adversidades impostas à população local.

Todas as inferências citadas evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural para o município de Carlinda, que será impactado, não apenas pela UHE - Teles Pires, mas também pelas UHE-Sinop e Colider, todas usinas do eixo Teles Pires - Tapajós, de forma indireta, pelo fato de ser rota de passagem.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

1. PROJETOS JÁ CADASTRADOS E DEMANDA DE PROJETOS SEM CADASTRO NOS MINISTÉRIOS

Levando-se em conta as necessidades de melhorias em infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente, entre outras áreas, mediante demanda atual e o desenvolvimento eminente, os projetos abaixo citados já foram cadastrados pelo município de Carlinda nos programas do

Griff



DE BRAND



1521
4420107-65

1519
4420107-65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Gestão 2013-2016

Governo Federal, mas ainda não houve liberação de recursos financeiros. O município necessita de uma atenção especial quanto à viabilidade de investimentos, em virtude do aumento da demanda por serviços públicos em decorrência dos impactos que já estão sendo causados pelas USINAS em construção.

- Projeto de pavimentação asfáltica, sinalização viária, passeio público com acessibilidade, drenagem de águas pluviais e sistema de esgotamento sanitário em Carlinda.

Projeto	Local	Valor global R\$	Reposse R\$	Contábil R\$
0007/2013-00/2013-47	Barros, via principal e via delegada	R\$5.191.116,00	R\$4.911.000,00	R\$259.955,80
Prestador: Prefeitura Municipal de Carlinda				

Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional, a expansão dos bairros, o aumento do tráfego de veículos, novos trajetos, redirecionamento das rotas de acesso ao trabalho, escolas, remodelando e dando possibilidades diferentes nas áreas da logística e beneficiando diretamente os munícipes, tanto socialmente como economicamente.

- Universalização do sistema de esgoto sanitário da cidade de CARLINDA-MT.

A implantação do sistema de esgoto sanitário da cidade de Carlinda - MT é de extrema importância e necessidade para o município, trazendo benefícios diretos na elevação dos níveis de saúde da população, combatendo o processo de contaminação do solo e do lençol freático, diminuindo as estatísticas de atendimento e internações médicas, possibilitando o bem-estar e qualidade de vida da população do município. Em virtude da elevação do nível do lençol freático consequente da formação do lago das usinas e dos períodos de cheia, tornar-se-á inevitável a construção de um sistema de esgotamento sanitário bem estruturado para o município, motivo pelo qual vem requerer abertura de recursos para a implantação do sistema de captação e tratamento de esgoto sanitário.

- Ampliação, melhorias e implantação do sistema de abastecimento de água tratada da cidade de CARLINDA - MT.

A ampliação, melhorias e implantação do sistema de abastecimento de água tratada da cidade de CARLINDA, também são de fundamental importância para o município, uma vez que representa o conjunto de obras, equipamentos e serviços que objetivam a melhoria do

G. F. S.



02/12/2011



1522
14/20107-65
x

~~1520
14/20107-65
x~~

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO
Gestão 2013-2016

abastecimento de água potável para os munícipes, disponibilizando para toda a cidade o avanço no tratamento e no nível de qualidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos, motivo pelo qual também requer abertura de crédito para ampliação, melhorias e implantação do sistema de abastecimento de água tratada da cidade

• **Educação Municipal**

DEMANDAS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL			
Dados	Quantidade Anual	Aumento populacional de 10% a.a. projeções até 2016, sobre a população atual de 7.100 habitantes aproximadamente	Investimento
Escolas	08	+04	R\$ 3.500.000,00
Creches (01/02 a)	02	+03	R\$ 1.500.000,00
Fonte: Prefeitura Municipal de Carlinda/ Secretaria Municipal de Educação			R\$ 5.000.000,00

O atual recurso financeiro do Município de Carlinda é insuficiente para atender a crescente demanda anual por Educação básica. Os dados demonstram a necessidade atual em virtude da superlotação de salas de aula, bem como creches. Mediante a demanda reunida existente, o município já cadastrou as construções e ampliações acima citadas, na expectativa de melhorar as condições físicas da educação Municipal.

• **Aterro sanitário**

Projeto de Aterro Sanitário	
Estrutura	Investimento
	R\$ 5.000.000,00

O projeto para a construção de um aterro sanitário em Carlinda terá a característica de consórcio intermunicipal, para centralizar o depósito do lixo, visando atender também os municípios próximos, somando esforços e investimentos, em virtude do aumento da população e consequente produção de lixo, decorrente das obras das usinas do eixo Teve- Pres-Capajós. O que evidencia a necessidade urgente desta execução em respeito a legislação ambiental visando a redução da emissão de CO₂ e um cumprimento da qualidade na gestão dos serviços ofertados a população Carlindense e região.

Handwritten signature



1954



1523
1920102-65

1523
1920102-65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
ESTADO DE MATO GROSSO
Gestão 2013-2016

▪ Saúde Municipal

DEMANDAS DA SAÚDE MUNICIPAL		
	Aumento populacional de 10% a.a. – projeções até 2015, sobre a população atual de 7.100 habitantes.	Investimento
	Unidades	R\$ 1.500.000,00
Hospital Municipal	Construção e Aparelhagem	R\$ 4.500.000,00
Ambulância	Aquisição de Ambulâncias tipo UTI	R\$ 500.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Carlinda / Secretaria Municipal de Saúde

Atualmente o Município de Carlinda conta com 01 Hospital Municipal que funciona em prédio alugado, e com uma infraestrutura inferior a necessária para o bom atendimento a população atual e vindoura até 2015, atualmente os atendimentos de média e alta complexidade estão tendo que ser direcionados ao Hospital Regional em Alta Floresta/MT, até mesmo um simples exame de Raio-X ou ultrassom, trazendo com isto mais gastos ao erário público uma vez que tem que deslocar uma ambulância para levar e trazer os pacientes ao município vizinho.

Devemos ainda salientar a necessidade de aquisição de ambulâncias novas tipo UTI para o transportes de pacientes até o hospital Regional e em muitas das vezes até a capital do estado localizada a aproximadamente 780km do município de Carlinda.

Isto posto resta evidenciado que frente a magnitude do projeto de instalação das UHF Sinop, Colider e Teles Pires, é justa a proposição que ora se apresenta em atendimento as necessidades da população afetada pelo empreendimento.

Sendo o que motiva o presente reiteramos votos de estima e consideração respaldados no empenho de Vossa Excelência em atender o pleito em apreço.

Atenciosamente,


GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Carlinda



CONFIDENTIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 37.463.588/0001-63

1522
4420/10-15

Nova Monte Verde – MT, em 13 de setembro de 2013.

1524
4420/10-15

OF/GP/PMNMV/Nº: 380/2013
À Exma. Sra. MÍRIAN BELCHIOR
MD. Ministra Do Planejamento
Esplanada Dos Ministérios, Brasília - DF
Ref. Instalação de Usinas Hidrelétricas

Excelentíssima Senhora;

Ao tempo em que a cumprimentamos servimo-nos do presente para encaminhar dados e informações municipais buscando auxílio na aprovação para captação de Projetos Estratégicos de Desenvolvimento da Infra-estrutura e Programas de Apoio às Ações de Saneamento e Urbanização no que tange o enfrentamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos no município de Nova Monte Verde - MT, por consequência da Construção da Usina Hidrelétrica da Foz do Apiacás (UHE Foz do Apiacás) e UHE São Manoel/Paranaíta.

O Município de Nova Monte Verde – MT, fará parte do programa hidrelétrico que assegura o desenvolvimento nacional, através da UHE - Usina Hidrelétrica de Foz do Apiacás, com 230MW de potência instalada, e reservatório com área de 89.60km² (incluindo a calha atual do rio), no Estado de Mato Grosso, com barramento nos municípios de Apiacás e Paranaíta e reservatório nesses municípios e no de Nova Monte Verde. Esse empreendimento, no rio Apiacás, ficará próximo às futuras UHEs São Manoel e Teles Pires, situadas no rio Teles Pires, a 4,65km e 34,1km, respectivamente, em linha reta, com perspectivas de geração de empregos, mas como consequência, causará grandes impactos ambientais e sociais em saúde, educação, trânsito, entre outros.

Salientamos que conforme EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em audiência pública, no dia 28/04/2010, identificava que o empreendimento iria impactar o ambiente natural e antropizado da região, apontando 32 impactos ambientais considerados como passíveis de ocorrência durante as fases de planejamento, instalação e operação da futura UHE Foz do Apiacás, sendo 29 negativos e apenas 3 positivos.

Atualmente, deparamo-nos na região com um quadro de intensa demanda de serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública e manutenção da malha viária, advindos das transformações geradas a partir do início do citado empreendimento, ocasionando transtornos financeiros aos gestores municipais devido aos limitados recursos para fazer frente aos anseios da população e aos novos desafios impostos pelas transformações que a região está sendo submetida.

MEDIDAS PARA O MUNICÍPIO:

A construção de hidrelétricas e conseqüentemente suas barragens e lagos causam diversos impactos sociais e ambientais negativos. As populações são atingidas direta e concretamente através do alagamento de suas propriedades, casas, áreas produtivas e até cidades. Existem também os impactos indiretos como perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias.

Mesmo quando os Estudos de Impacto Ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria



1944

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 37.468.536/0001-63

1525
442012-65

das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos. Além disso, cada rio tem características únicas, espécies da fauna e flora próprias, vazões e ciclos particulares. Cada rio tem também diferentes populações morando em seu entorno, com realidades econômicas e sociais variadas. Os fatos evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural para o município de Nova Monte Verde, que será impactado, não apenas pela UHE-PARANAÍTA/APIACÁS de forma direta, como também pela construção das demais Usinas do eixo Teles Pires, Apiacás, Tapajós.

1525
442012-65

CAPTAÇÃO DE RECURSOS – PROJETOS CADASTRADOS

Estes são os projetos já cadastrados por Nova Monte Verde, levando-se em conta as necessidades de melhorias em infraestrutura, mediante demanda atual e o desenvolvimento eminente. O município necessita de uma atenção especial quanto aos projetos citados abaixo em virtude do aumento da demanda por serviços públicos, em decorrência dos impactos que já estão sendo causados pelas obras em construção, referentes às usinas.

Processo	Órgão	Objeto	Valor R\$	Situação
004810/2013 SICONV	Ministério do Turismo	Pavimentação Asfáltica	500.000,00	Em análise pelo concedente.
As Obras de Pavimentação Asfáltica irão induzir o desenvolvimento mais rápido da região o que conseqüentemente apresentará maior índice gerador de riquezas. Como alternativa econômica, agregará novos negócios à economia local, gerando novas oportunidades. Com o aumento da mobilidade criada pelas Obras de Pavimentação Asfáltica estaremos intensificando um importantíssimo fator socioeconômico. O que promoverá o intercâmbio cultural da comunidade com os turistas, permitindo uma troca mútua de conhecimentos. Teremos a ampliação e transformação de um novo perfil econômico na região. Nova Monte Verde oferece uma excelente estrutura de prestação de serviços, a cidade é referência em meio ambiente e educação, se caracteriza como uma cidade com qualidade de vida a oferecer, o que traz muitos migrantes para a região.				
Carta Consulta Funasa MT0504137505	Funasa	Sistema de Abastecimento de Água	4.584.988,24	Projeto aprovado Funasa aguardando liberação do recurso.
O Município ainda não conta com um Sistema de Abastecimento de Água, toda zona urbana do município é abastecida através de poços rasos, no fundo de casas, sendo assim a proporção de contaminação pelas fossas sépticas ou até mesmo pelas fossas negras é altíssima. A implantação visa aumentar e atender 100% da população, minimizando os impactos causados a saúde da população, objetivando a redução da mortalidade, principalmente a infantil, em razão das doenças e outros agravos ocasionados pela falta de saneamento básico (água tratada) ou inadequação das condições de esgotamento sanitário. O estudo de concepção do Sistema conclui com as ligações domiciliares com hidrômetros totalizando 2158 residências urbanas e comércios, implantação de 2700 metros de adutora. A ETA existente em estrutura metálica com capacidade de tratamento 25L/s e reservatório metálico apoiado com capacidade de 500 m3 e também captação de águas superficiais				
Carta Consulta 2013 protocolo n. 001914.02.86/2013 -99	Ministério das Cidades	Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, PAC 2, Grupo 3, Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.	7.779.548,71	Projeto em análise na Caixa Econômica Federal.
Este projeto é imprescindível para o município pois as obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais trarão desenvolvimento e mobilidade urbana, bem como melhorias na qualidade de vida da população. População Beneficiada: 6000, localidade a ser beneficiada (Bairros, Vias principais, Vias de Ligação) Av. Clementino Lima Da Silva Av. Vergílio Pereira Do Nascimento Av. Mato Grosso (Trecho 01), Av. Mato Grosso (Trecho 02), Av. Manoel Francisco Da Hora, Av. João Ferreira Da Silva (Trecho 01), Av. João Ferreira Da Silva (Trecho 02), Travessa Joaquim Mariano Oliveira, Rua Oscar Travassos, Av. Genésio Alves Da Fonseca, Rua Derce Dos Santos Azevedo, Rua Senador Jonas Pinheiro, Av. Gentil De Azevedo, Rua Jovianiana Maria De Souza, Rua Abílio Tavares De Freitas, Rua Rondonópolis, Rua Manoel Rodrigues De Souza. Extensão total de vias a serem pavimentadas (metros): 8.328,00.				
Processo	Defesa	Resposta a desastres – Defesa Civil	9.695.536,33	Projeto em análise

Av. Mato Grosso, nº: 51, Centro, Paço Municipal, Nova Monte Verde – MT
CEP: 78593-000 - Fone: (66) 3597-2800 / Fax: 3597-2811
e-mail: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br
www.novamonteverde.mt.gov.br



Handwritten signature or initials.

CONFIDENTIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 07.493.589/0001-63

1524
AA 20102-65
2

Projeto de Desenvolvimento educacional para prática de atividades desportivas.				
SIMEC FNDE PAR	Ministério da Educação	Construção de Escola com 12 salas de aulas urbana.	Aguardando auxílio para aprovação e liberação dos recursos do FNDE/MEC, para escola de ensino fundamental com projeto arquitetônico do FNDE.	1526 AA 20102-65 2
Projeto de Desenvolvimento Educacional para atendimento da clientela estudantil e melhoria das condições de trabalhos para educadores e educandos, tendo em vista o aumento do pedido de matrículas na rede pública de ensino, sendo que existe projeção para crescimento de aproximadamente 1.000 novos alunos nos próximos anos, como consequência das transformações provocadas pela construção das Usinas Hidrelétricas em nossa região.				
Proposta Siconv N° 056755/2013	MAPA	Recuperação de Estradas Vicinais Padrão Alimentadoras.	1.000.000,00	Em análise.
O município de Nova Monte Verde possui extensa malha viária não pavimentada, aproximadamente 1.400 km com centenas de pontes de madeira e bueiros. A população é formada por pecuaristas, trabalhadores assalariados, comerciantes e pequenos produtores rurais, porém necessita de infraestrutura adequada para atender o aumento da demanda, com apoio logístico e manutenção das estradas que ficam em péssimas condições na época de chuvas, inviabilizando o transporte para escoamento da produção e transporte escolar. Recursos esses visando trabalhos que serão voltados à melhoria de vida da população promovendo a inclusão social e o desenvolvimento da agricultura familiar evitando o êxodo rural com a permanência das famílias no campo e o fortalecimento da agricultura. A recuperação de estradas vicinais de padrão alimentadoras no município busca favorecer meios de locomoção, para propiciar melhores condições de vida, para fixação dos agricultores no meio rural, assim criando alternativas para amenizar os problemas de escoamento dos excedentes agrícolas e de acesso aos benefícios públicos, tais como educação, saúde, assistência social, etc.				
Proposta Siconv N° 056843/2013	Ministério do Turismo	Promoção do Turismo em Nova Monte Verde - MT	245.964,00	Em análise.
Projeto de Desenvolvimento e de apoio para dotar de infra-estrutura e dinamizar o grande potencial turístico natural da região, explorando a magnífica fauna e flora existente, agregando valor com sustentabilidade promovendo a melhoria da qualidade de vida da população com ações de marketing e publicidade.				

ATERRO SANITÁRIO

O município não possui local adequado para depósito e tratamento dos resíduos sólidos, todo o lixo é depositado a céu aberto provocando inúmeros transtornos e uma situação insustentável para a administração, necessitamos de apoio e recursos financeiros para elaboração do projeto para aquisição da área e construção de um aterro sanitário, seja na característica de consórcio intermunicipal, para centralizar o depósito do lixo, visando atender também os municípios próximos (Nova Bandeirantes e Apiacás), somando esforços e investimentos ou de maneira individual.

PROJETOS CADASTRADO NO SIMEC -PAR - PLANO E AÇÕES ARTICULADAS

Segundo dados do INEP, o município possui 1103 alunos matriculados da educação infantil até Educação de Jovens e Adultos. O IDEB municipal em 2011 foi de 5,4 para a 4ª série dos anos iniciais e de 4,5 para 8ª série. A taxa de frequência no município em 2010 segundo portal ODM (fonte IBGE – Censo 2010) era de que 24,2% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental.

Segundo Ministério da Educação – INEP (2012), A distorção idade série eleva-se a medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, estão com idade superior a recomendada nos anos iniciais, 4,8% e nos finais, 13,8% chegando a 24,2% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio.

Com relação à Educação, o município necessita de apoio financeiro para construção de mais uma escola com 12 salas de aula para atender a demanda dos alunos da



Handwritten signature or initials.

1950
MAY 15
1950

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 37.405.500/0001-63

1525
~~442107-65~~

1527
442107-65

59050.00499/2012-54	Civil/MI			na SEDEC/MI
Projeto cadastrado tramitando na Secretaria Nacional de Defesa Civil, Ministério da Integração Nacional, tendo em vista o estado crítico em que se encontra o Município de Nova Monte Verde, em virtude das fortes intempéries que assolaram a região, ocasionando sérios transtornos para a municipalidade.				
Carta Consulta 2013 protocolo n. 003038.01.04/20 13-62	Ministério das Cidades	Construção de 30 unidades habitacionais isoladas, Programa Minha Casa Minha Vida 2013		Em análise no MC.
Projeto de construção de unidades habitacionais para atendimento a população visando à melhoria da qualidade de vida.				
Carta Consulta 2013 protocolo n. 003039.01.04/20 13-71	Ministério das Cidades	Construção de 30 unidades habitacionais, modalidade empreendimento, Programa Minha Casa Minha Vida 2013		Em análise no MC.
Projeto de construção de unidades habitacionais para atendimento a população visando à melhoria da qualidade de vida.				
004825/2013 SICONV	Ministério do Turismo	Construção de um terminal rodoviário.	800.000,00	Em análise pelo concedente.
A cidade não possui terminal rodoviário, e isso dificulta o desenvolvimento de forma harmoniosa e equilibrada. Para garantir uma melhor qualidade de vida para os cidadãos é necessário os respectivos serviços de apoio, nomeadamente a construção do Terminal Rodoviário adequado que sirva as populações nas devidas condições. A construção do Terminal Rodoviário irá induzir o desenvolvimento mais rápido da região. Como alternativa econômica, agregará novos negócios à economia local, gerando novas oportunidades. Com o aumento da mobilidade criada pelo Terminal Rodoviário estaremos intensificando um importantíssimo fator socioeconômico. O que promoverá o intercâmbio cultural da comunidade com os turistas, permitindo uma troca mútua de conhecimento.				
004823/2013 SICONV	Ministério do Turismo	Construção de uma praça	250.000,00	Em análise pelo concedente.
Projeto de importância para o desenvolvimento urbano.				
004822/2013 SICONV	Ministério do Esporte	Campo de futebol com estrutura básica.	350.000,00	Em análise pelo concedente.
O município não dispõe de um campo de futebol para atender às demandas das ações implementadas, assim, compreendemos que é premente a construção de um mini-estádio de futebol com infra-estrutura básica para atendimento especialmente às demandas esportivas, mas, que também será de fundamental importância para o desenvolvimento de ações desenvolvidas pela área da assistência social no atendimento à população de mais baixa renda, e saúde com atividades voltadas para a manutenção das capacidades funcionais e fisioterapia dos atendidos, possibilitando à administração pública melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes.				
004821/2013 SICONV	Ministério do Turismo	Construção do Parque de Exposição	900.000,00	Em análise pelo concedente.
Projeto para fortalecimento da agropecuária, desenvolvimento turístico e agregação de valores ao comércio local.				
004826/2013 SICONV	Ministério do Turismo	Construção de portal de entrada na cidade de Nova Monte Verde	500.000,00	Em análise pelo concedente.
Projeto paisagístico de desenvolvimento urbano.				
Carta Consulta 10935	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Aquisição de Motoniveladora	doação	Aguarda liberação do MDA
Carta Consulta contemplada para construção e recuperação de estradas vicinais. A ação faz parte da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2)				
Processo de nº 59050.000533/20 13-71	Defesa Civil	Resposta a Desastre	Em análise	Peticionando aprovação junto a SEDEC/MI
Projeto junto ao Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, que visa dar resposta aos desastres, chuvas e intempéries ocorridas no ano de 2013 para reconstrução de estradas, pontes e bueiros.				
Convênio Siconv 778593/2012	Ministério do Esporte	Construção de Quadra Poliesportiva na Escola Machado de Assis.	350.200,00	Em análise na Caixa/Gidur



H

CA 2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 37.465.555/0001-53

1528
4120101-65
1528
4120101-65

área urbana do município. Há necessidade de ampliação de duas escolas do campo, pois as mesmas não possuem cozinha e refeitório adequados para atender as exigências com relação à alimentação e nem espaço para biblioteca e laboratório de informática e também a construção de mais uma escola rural com uma sala de aula padrão FNDE para atender a demanda de alunos situados nas áreas rurais.

De acordo com dados do censo escolar de 2013 verificou-se que no referido ano, seiscentos e cinquenta e um (651) alunos utilizam o transporte percorrendo (16) dezesseis linhas totalizando 1719 (mil setecentos e dezenove) quilômetros dia, sendo 1575 (mil quinhentos e setenta e cinco) quilômetros de estrada de chão e 144 (cento e quarenta e quatro) quilômetros de asfalto. Necessitamos de 6 ônibus escolares para o transporte dos alunos e 02 ônibus escolar com reserva para cadeira de rodas para os alunos especiais.

Para melhorar a qualidade da educação municipal foram cadastrados no PAR a solicitação de 50 aparelhos de ar condicionado, 45 projetores, 120 computadores, brinquedos para playground, equipamentos e mobiliário para equipar cozinha e salas de aula.

PROJETOS CADASTRADOS NA SAÚDE

- Propostas cadastradas no Fundo Nacional de Saúde

Projetos	Estabelecimento	Valor	Nº da Proposta
Academia da Saúde Ampliada	PSF I	180.000,00	37465.55560001/09-006
Academia da Saúde Básica	PSF II	80.000,00	37465.55560001/09-007
Academia da Saúde Intermediária	PSF III	100.000,00	37465.55560001/09-008
Equipamentos e Material Permanente	PSF II	70.000,00	37465.55560001/2100-02
Equipamentos e Material Permanente	PSF III	70.000,00	37465.55560001/2100-03
Equipamentos e Material Permanente	UMS	300.000,00	37465.55560001/13-001
Unidade Básica de Saúde	PSF III	200.000,00	37465.55560001/2100-09
Sala de Estabilização	UMS	77.500,00	37465.55560001/09-003 37465.55560001/1110-01
		1.077.500,00	

O município de Nova Monte Verde vem gradativamente conquistando novos espaços em todos os setores na Indústria, agronegócio etc. Especialmente na saúde, servidores e munícipes presenciam a evolução dos trabalhos realizados e dos serviços oferecidos com a integralidade e qualidade de que necessitam. Hoje o município conta com três unidades básicas de saúde sendo 01(um) para atendimento urbano, 02(dois) para atendimento rural e uma Unidade Mista de Saúde sendo que esta não é credenciada, mas já foi encaminhada para análise e posteriormente aprovação. Desta forma o município poderá intensificar seus atendimentos visto que atualmente nossos pacientes são encaminhados para o Hospital Municipal de Alta Floresta, que fica há 160 km de estradas com aproximadamente 60km não pavimentadas e ainda contamos com apenas uma ambulância para percorrer esses trajetos que pioram no tempo chuvoso.

Com o credenciamento da Unidade facilitaria bastante para o município, pois os pacientes não precisariam ter que se deslocar para buscar atendimento em outra regional apenas para aqueles tratamentos mais graves. Quanto aos projetos em andamento citados acima, são de grande valia, pois assim poderemos dar um bom atendimento e qualidade de vida melhor para os Monteverdenses, assim como para todas as pessoas que aqui quiserem morar e investir.

Isto posto, resta evidenciado que frente a magnitude do projeto de Instalação da UHE Foz do Apiacás e Paranaíta, é justa a proposição que ora se apresenta em

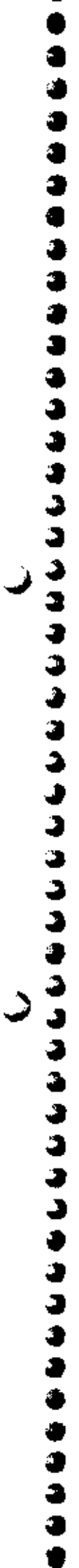
Av. Mato Grosso, nº: 51, Centro, Paço Municipal, Nova Monte Verde - MT
CEP: 78593-000 - Fone: (66) 3597-2800 / Fax: 3597-2811
e-mail: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br
www.novamonteverde.mt.gov.br

NOVAMONTE VERDE



Handwritten signature

1954



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 37.468.536/0001-63

~~1527~~
~~44.2062-63~~

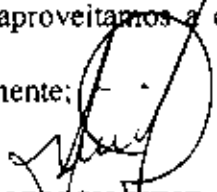
atendimento as necessidades da população Monteverdense que está sendo afetada pela execução dos empreendimentos.

Nesse sentido, pleiteamos auxílio na busca, captação e liberação de recursos em trâmite nos órgãos governamentais para suprir as demandas gritantes, possibilitando a estruturação básica necessária e o planejamento estratégico das políticas públicas de desenvolvimento municipal e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

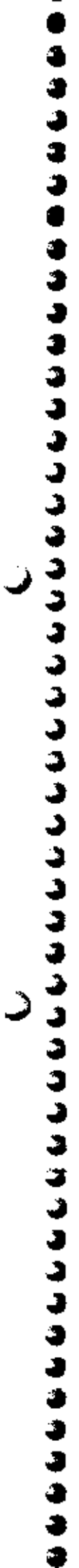
1529
44.2062-63

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para externar manifestos de estima e apreço.

Respeitosamente;


ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

1954





PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

~~15/18~~
~~4/2013~~ LS

15:30
4/2013 LS
AC

Ofício nº. 0276/2013.

Apiacás-MT, 02 de setembro de 2013.

À Exma. Sra.

MÍRIAN BELCHIOR

MINISTRA DO PLANEJAMENTO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

BRASILIA – DF

Ref. Instalação da UHE - Usina Hidrelétrica Foz do Rio Apiacás.

Prezada Senhora,

O Município de Apiacás fará parte do programa hidrelétrico que assegura o desenvolvimento nacional, através da UHE - **Usina Hidrelétrica Foz do Rio Apiacás**, que será construída e tem sua localização inteiramente no Estado de Mato Grosso, com barramento nos municípios de Apiacás e Paranaíta, e reservatório nesses municípios e no de Nova Monte Verde. A UHE está situada a uma distância aproximada de 250km do município de Alta Floresta. Esse empreendimento, no rio Apiacás, ficará próximo às futuras UHEs São Manoel (5km) e Teles Pires (34km), situadas no rio Teles Pires. O acesso ao local do empreendimento pode ser feito a partir das cidades mais próximas, Apiacás ou Paranaíta. A Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Apiacás está sendo projetada para atender à sua região de influência, que contém os municípios de Apiacás, Nova Monte Verde e Paranaíta, que terão áreas inundadas por seu reservatório, e Alta Floresta, que é o principal centro de apoio, no norte de Mato Grosso, para esses e outros municípios vizinhos. A energia gerada nessa UHE será incluída no Sistema Interligado Nacional, que atende a todo o território brasileiro. O empreendimento prevê a construção de uma barragem de 51m de altura, com 440m de comprimento, ficando um lado em Apiacás e outro em Paranaíta. O reservatório a ser criado terá uma área de 89,6km², incluindo as partes dos rios, dos quais cerca de 55,4km² estarão em Apiacás, 33,4km² em Paranaíta e quase 1km² em Nova Monte Verde. A potência instalada total da UHE será de

DR. B. L. G. C.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1531
4420/13-65

1531
4420/13-65

230MW. Distribuídas por três conjuntos de turbinas e geradores. Segundo o Ministério de Minas e Energia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos na ordem de R\$ 24,1 bilhões para a região Centro-Oeste e como neste caso estas regiões do extremo norte terão grandes áreas alagadas com isso criando e gerando novas vagas de emprego, causando grandes impactos ambientais e sociais em saúde, educação, trânsito, entre outros.

Pesquisas comprovam que mesmo quando os estudos de impacto ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos.

A construção de hidroelétricas, e concomitantemente suas barragens e lagos, causam além das consequências ambientais, diversos impactos socioeconômicos negativos ao município impactado, podendo aumentar: a criminalidade, prostituição, a insegurança pública, aumento do consumo de álcool e drogas entre outros.

Outro agravante é o fato de que parte da população atingida diretamente através do alagamento de suas propriedades, residências, benfeitorias, áreas produtivas e até vias de acesso, acaba se deslocando para o meio urbano. Os fatos evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural para o município de Apiacás, que terá o maior impactado conforme demonstrado anteriormente.

No entanto conforme estudos, mesmo havendo estes impactos, estas hidrelétricas se tornam necessárias para o desenvolvimento da região e da nação como um todo, visto que há necessidade de maior capacidade hidrelétrica é eminente, cabe portanto que sejam feitas obras que minimizem os impactos gerados a região, fazendo com que desta forma o projeto além de viável economicamente, torne-se também viável socialmente.

• CAPTAÇÃO DE RECURSOS: PROJETOS CADASTRADOS

Estes são os projetos já cadastrados por Apiacás para adesão ao PAC/PAC2, levando-se em conta as necessidades de melhorias em infraestrutura, mediante

THE UNIVERSITY OF CHICAGO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1532
4420/107-05
r

demanda atual e o desenvolvimento eminente. O município necessita de uma atenção especial quanto aos projetos citados abaixo em virtude do aumento da demanda por serviços públicos, em decorrência dos impactos que já estão sendo causados pelas obras em construção, referentes às usinas.

RELATÓRIO DE PROPOSTAS CADASTRADAS NO PAC E PAC2 Seleções PAC - Não Contempladas

Cadastro no Ano 2013

- Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SINTMU
Programa: Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas
Protocolo: 001783.02.86/2013-02 – Modalidade Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas 2013
Financiamento R\$ 7.519.558,99
Contrapartida R\$ 395.766,26
Total R\$ 7.915.325,25
- Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Programa: Sistema de Abastecimento de Água
Protocolo: MT0504138198
Concedente R\$ 1.897.200,00
Contrapartida R\$ 0,00
Total R\$ 1.897.200,00
- Secretaria Nacional de Habitação – SNH
Programa: Minha Casa Minha Vida – 30 unidades habitacionais
Terreno de propriedade do município
Protocolo: 004538.01.04/2013-01 – Modalidade Oferta Pública 2013
Município R\$ 1.253,00
Estado R\$ 5.000,00
Total R\$ 6.253,00
- Secretaria Nacional de Habitação – SNH
Programa: Minha Casa Minha Vida – 30 unidades habitacionais

DR. B. S. CHANDRASEKHAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1533
4420/0A-05

Terreno de propriedade do Beneficiário

Protocolo: 004541.01.04/2013-35 – Modalidade Oferta Pública 2013

Município R\$ 1.253,00

Estado R\$ 5.000,00

Total R\$ 6.253,00

Cadastro no Ano 2010

- Secretaria Nacional de Habitação – SNH
Programa: Habitação de Interesse Social
Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social
Protocolo: 008139.01.71/2010-47 – Modalidade Elaboração do Plano Local de Habitação
Repasse R\$ 50.000,00
Contrapartida R\$ 1.000,00
Total R\$ 51.000,00
- Secretaria Nacional de Habitação – SNH
Programa: Urbanização, Regulação e Integração de Assentamentos Precários
Protocolo: 005103.01.67/2010-80 - Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários
Total do Investimento R\$ 2.945.307,50
Contrapartida R\$ 0,00
- Secretaria Nacional de Habitação – SNH
Programa: Urbanização, Regulação e Integração de Assentamentos Precários
Protocolo: 005978.01.67/2010-54 - Modalidade Urbanização de Assentamentos Precários
Total do Investimento R\$ 5.425.805,90
Contrapartida R\$ 0,00

• CAPTAÇÃO DE RECURSOS: INVESTIMENTOS / PROGRAMAS

Em virtude da projeção de crescimento de Apiacás que supera a média nacional e em razão dos empreendimentos previstos para o Município, Apiacás

EM DRONES



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1534
4420102-15

necessita de investimentos em diversas áreas, pensando no setor econômico de prestação de serviços, principalmente em Saúde e Educação. Ao associar os fatos já evidentes, com a construção UHE Usina Hidrelétrica Foz do Rio Apiacás. Em virtude disto, há a necessidade da liberação de recursos financeiros, mediante a apresentação de novos projetos que visem às melhorias em infraestrutura e serviços públicos para atender à população do município e região, bem como aqueles que se instalarão definitivamente na cidade. Que a seguir expõe-se:

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Apiacás encontra-se a 1.020 km de distância da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, é um dos mais distantes aglomerados urbanos do Nortão Matogrossense, situada ao extremo norte, fazendo parte da Bacia Amazônica. É um dos municípios que fazem parte do projeto Território da Cidadania e do Território Portal da Amazônia.

As principais atividades econômicas desenvolvidas atualmente são: Extrativismo mineral (ouro) e vegetal, agricultura (algodão, arroz, etc.) e pecuária de cria, recria e leiteira.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO APIACAENSE

Ao analisarmos a situação de saúde do município, verifica-se que praticamente não existem serviços de saúde privados e 95% da população utiliza rigorosamente as unidades públicas de saúde.

A rede de atenção à saúde é composta por um (01) Hospital Municipal, duas (02) Equipes de Saúde da Família integrado o Programa de Saúde Bucal e um (01) Centro de Reabilitação.

Dessa forma realizam-se procedimentos de ordem primária, secundária e terciária.

A rede de Atenção Básica está estruturada com 02 Equipes de Saúde da Família, apresentando uma cobertura de **93,26%**.

EM BRADIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

~~153~~
~~44.010.165~~
1535
44.20.103-65
X

Informamos ainda, que o município não apresenta sistema de esgoto sanitário. Possui sistema parcial de abastecimento de água.

Programa de saúde da Família

O município de Apiacás possui 02 unidades do Programa Saúde da Família, que estão localizadas estrategicamente para o atendimento de toda população. São eles:

- **Programa de Saúde da família I**

Esta unidade está localizada na Avenida Brasil, nº. 1062, Bairro Bom Jesus, em sede própria. Realiza todos os procedimentos pertinentes a esta estratégia do Ministério da Saúde, também está implantada uma equipe de saúde bucal.

- **Programa de Saúde da família II**

Esta unidade está localizada na Avenida Brasil, nº. 1062, Bairro Bom Jesus, em sede própria. Realiza todos os procedimentos pertinentes a esta estratégia do Ministério da Saúde, também está implantada uma equipe de saúde bucal.

O atendimento oferecido é itinerante e, a equipe trabalha com roteiro mensal pré-estabelecido de atendimento às comunidades, sendo divulgado através do trabalho dos agentes comunitários de saúde e líderes comunitários de cada localidade.

Quadro 1 - Outras informações relacionadas ao Município

	QUANTIDADE	%
Número de famílias cadastradas	2.526	
Crianças de 7 a 14 anos na escola	936	11,33
Pessoas com 15 anos e mais alfabetizadas	5.720	69,26
Pessoas cobertas com planos de saúde	18	0,2
Tipos de Tratamentos oferecidos à água no domicílio		
Filtração	1.010	40

CA 214100



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1536
4420 107 - 15
1536
4420 107 - 15

Fervura	26	1
Cloração	1.105	44
Sem tratamento	385	15
Abastecimento de Água no domicílio		
Rede pública	855	34
Poço ou Nascente	1.642	65
Outros	29	1
Tipos de Moradia		
Tijolo/Adobe	451	18
Taipa Revestida	05	0.2
Taipa não Revestida	09	0.3
Madeira	2.008	79
Material aproveitado	40	2
Outros	13	0.5
Destino do Lixo		
Coleta Pública	1.921	76
Queimado/Enterrado	484	19
Céu Aberto	121	5
Destino Fezes/Urina		
Sistema de Esgoto	03	
Fossa	2.410	95
Céu Aberto	113	4
Fornecimento de Energia Elétrica		
Total	2.385	94,41

Fonte: DATASUS/2012

OUTRAS INFORMAÇÕES PERTINENTES A SAÚDE DO MUNICÍPIO

Recursos Humanos (vínculos) segundo categorias selecionadas, Município de Apiacás, Mato Grosso, 2012.

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1537
4420107-65
R

Categoria	Total	SU S	Nã o SU S	Vinculo Empregatício				Carga Horár ia Sema na
				Estatutá rio	CL T	Contrat o temporá rio	Terceiriz do	
Médico Clínico Geral	01	01	-	-	-	01	-	40
Médico de Família	02	02	-	-	-	02	-	40
Cirurgião Dentista	02	02	-	02	-	-	-	40
Enfermeiro	06	06	-	05	-	01	-	40
Fisioterapeuta	01	01	-	-	-	01	-	30
Fonoaudiólogo	01	01	-	01	-	-	-	10
Nutricionista	-	-	-	-	-	-	-	-
Farmacêutico	01	01	-	01	-	-	-	40
Assistente social	-	-	-	-	-	-	-	-
Psicólogo	01	01	-	01	-	-	-	40
Auxiliar de Enfermagem	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico de Enfermagem	14	14	-	14	-	-	-	40
Educador Físico	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico de Laboratório	02	02	-	01	-	01	-	40
Técnico de RX	01	01	-	01	-	-	-	40
Agente de Combate a Endemias (ACE)	06	06	-	-	-	06	-	40
Agente Comunitário de Saude (ACS)	18	18	-	-	-	18	-	40

EMERSON



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

15.38
4420107-65

Outros									
Profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Apiacás, 2012.

CONCLUSÃO - SAÚDE

A partir dos dados apresentados no Relatório, é possível conhecer o perfil da Saúde no Município, suas ações e dados relevantes relacionados à população já existente e ao corpo de técnicos que muito embora desempenhem suas atividades com excelência já vivem a dificuldade de alcançar a eficácia com a escassa estrutura de trabalho, bem como com a equipe reduzida que busca manter as metas impostas pelos programas federais e as normas legais existentes. Sendo assim, há necessidade de aumentar o quadro de pessoal, estrutura física e qualificação dos profissionais para suprir a demanda da expansão demográfica advinda da instalação da UHE da Foz do Apiacás em nosso município.

ANÁLISES DA SITUAÇÃO DO DAE – Departamento de Água e Esgoto

O município de Apiacás conta hoje com 8.538 habitantes (IBGE/ 2010) e o sistema de abastecimento de água utiliza manancial de superfície que apresenta problemas de qualidade da água.

DADOS REFERENTES AO ABASTECIMENTO DE AGUA POTÁVEL

ANO	
2004	77 famílias
2010	821 famílias
2013	3.924 habitantes

FONTE: DATASUS

O município hoje conta com uma estrutura de captação de água de duas adutoras de água bruta, sendo uma de 150mm e outra de 100mm, tendo as duas uma

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1539
4420107-05
ae

vazão de 70m³/hora. O tratamento d'água é realizado por duas ETA's com capacidade de 90m³/hora e um reservatório de 500m³ (estrutura comprometida). Com os equipamentos existentes a rede de distribuição municipal atende 3.924 habitantes que correspondem a 62% da população urbana se levarmos em conta a recomendação da ONU que determina um consumo de 180litros/dia para cada habitantes, visto que Apiacás hoje já não abastece 100% de sua população urbana, que é de 6.357 habitantes, logo ha necessidade de se ampliar a capitação d'água, o tratamento e principalmente o reservatório e a distribuição.

DADO REFERENTE À ATUAL DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO

	População atendida	Produção por m ³ /h	Produção por m ³ /dia	Percentual de população atendida	Total de horas de produção
Capitação	3.924	70m ³ /h	1050m ³ /dia	62%	15 h/dia
Tratamento	3.924	90m ³ /h	1350m ³ /dia	62%	15 h/dia
Distribuição	3.924			62%	24h/dia
Reservatório	3.924		500 m ³	62%	

Além de não garantir a distribuição adequada da água tratada a 100% da população urbana, a situação atual é agravada durante os períodos de estiagem, quando os rios têm uma brusca redução nas vazões e o nível do lençol freático é rebaixado, impossibilitando a captação ou diminuindo a disponibilidade de água tratada no município.

Complementando os dados acima apresentados o município de Apiacás para desenvolver as atividades inerentes ao seu funcionamento, conta com apenas 06 funcionários, os quais necessitam de qualificação/capacitação, e há uma necessidade urgente de ampliar as instalações e veículos de locomoção.

Assim, com o advento da UHE da Foz do Apiacás caso não haja investimentos no setor, impossibilitara o total atendimento da nova demanda.

EM BRANCH



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1538
~~112013-65~~
1546
44.20/102-65

Cabe salientar que não há no município tratamento de esgoto apenas em algumas ruas há captação de águas pluviais através de galerias e drenos, sendo também necessário investimentos nesse setor.

ANALISE DA SITUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nosso município encontra-se hoje com uma rede de ensino municipal de quatro escolas, sendo três urbanas e uma na zona rural e um projeto especial de ensino itinerante rural que tem como objetivo alfabetizar alunos do 1º ao 9º ano incluindo alunos do EJA. Ainda há na rede de ensino do município mais duas unidades estaduais, onde juntas estão atendendo neste ano de 2013 uma média de 2.329 alunos desde educação infantil até o ensino médio.

Projeto Professor Itinerante

Este projeto visa alfabetizar alunos do 1º ao 9º ano de ensino que dificilmente estariam sendo alfabetizados devido localidades onde residem serem de difícil acesso aos veículos escolares tradicionais, bem como alunos do EJA que também residem nessas localidades ou que devido à idade avançada, e problemas de saúde têm dificuldades em locomoção. Veja o quadro demonstrativo da situação de atendimento desse projeto nos últimos três anos:

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Atualmente a educação deste município vem trabalhando com sua capacidade máxima de alunos por escola, chegando muitas vezes faltar vagas para alunos, entidades estas que se encontram em estados deploráveis de conservação, haja vista que um lugar de estudo agradável trás benefício para o educando e quem lá trabalha.

EM BIRAC



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

~~1539~~
~~4420707-63~~
1541
4420707-63

Pensando nesta problemática e as veementes necessidades de investimentos em todos os setores da educação no município para atender a demanda existente é que torna-se cabível a preocupação na melhoria da rede de ensino municipal para ampliação das vagas ofertadas, bem como a capacitação do corpo docente.

Com o advento da instalação da UHE da Foz do Apiacás no âmbito educacional haverá necessidade urgente de investimentos no setor no mínimo para atender as necessidades abaixo elencadas:

- Construção de novas unidades escolares
- Reforma e ampliação das escolas já existentes (situação precária)
- Manutenção parte hidráulica (situação precária)
- Manutenção parte elétrica (situação precária)
- Adquirir ar condicionado para melhorar a climatização das salas de aula, haja vista que moramos numa localidade de temperatura elevada.
- Reforma e reativação da piscina existente na escola Centro de Promoção que se encontra em péssimo estado.
- Construção de quadra poliesportiva nas escolas municipais
- Cobertura e reforma da quadra já existente, mas em situação precária
- Capacitação para professores
- Capacitação para os técnicos e apoio educacional
- Aquisição de mobiliário (para secretaria e escolas)

TRANSPORTE ESCOLAR

Atualmente o transporte escolar de nosso município percorre em média 2.342 KM diariamente, sendo deste 980 KM da frota própria e 1.362 frota terceirizada. Hoje contamos em nossa frota quatro micro ônibus e três ônibus, com condições de uso, e sete carros terceirizados que são contratados por falta de frota própria, tendo assim um custo elevado no transporte escolar. Para melhorar este atendimento aos alunos precisamos adquirir:

- Ônibus escolares
- Micro-ônibus

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1542
4420103-6

- Um carro para atender a necessidade da secretaria de educação
- moto para professores volante atender alunos da zona rural nas extremidades do município
- aquisição de bicicletas e acessórios de proteção para atender alunos que não são contemplado pelo transporte escolar. Haja vista que a lei do transporte, nos possibilita atendimento das crianças que moram nas estradas principais de cada linha rural. Já nas vicinais perante a lei podemos atender crianças que ficam alem de três quilômetros da estrada principal. Portanto a aquisição destas bicicletas facilitará o acesso à escola, tendo em vista que este já é um programa do Governo Federal Caminho da Escola.

MERENDA ESCOLAR

Hoje no âmbito das escolas municipais atualmente temos um gasto mensal aproximado de R\$ 12.000,00 na aquisição de merenda escolar. Contamos com a presença da nutricionista que faz o acompanhamento do cardápio da merenda escolar e capacitação das merendeiras. Somos beneficiados com o programa da Conab em nosso município, também aplicamos 30% da do valor estimado do recurso do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para compra da agricultura familiar. Mas ainda temos muito para aprimorar nosso atendimento como:

- Aquisição de mobiliário para as cozinhas (armário, frízer, geladeira, fogão, mesas,exausto, batedeira industrial, batedeira industrial, etc.)
- Aquisição de utensílios para cozinha
- Ampliação e reforma das cozinhas escolares
- Melhorar o investimento na agricultura familiar para que possamos nas nossas atribuições legais adquirir mais variedades de alimentos para valorizar ainda mais nossa alimentação escolar

Todas essas aquisições elencadas acima como necessidades para melhor atender a demanda, trata-se apenas de melhorias necessárias para o publico já existente, assim com o certo crescimento do numero de alunos necessário também

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1543
4420107-65

se faz a ampliação nas aquisições dos bens e estruturas físicas e humanas para atender ao empreendimento do setor energético que sobrecarregará o setor educacional em nosso município.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

O município de Apiacás atualmente conta apenas com um programa na área agrícola destinada ao desenvolvimento da bacia leiteira, e infelizmente há programas voltados a produção agrícola, porém insuficientes, acarretando assim, serias dificuldades no abastecimento de hortifrutigranjeiros, pois a produção sem assistência técnica, sem incentivo e sem direcionamento não é suficiente para abastecer as necessidades locais. A produção é pouco diversificada e mesmo atendendo a merenda escolar, e a rede hospitalar local, o volume e as variedades produzidos não suprem todas as exigências do cardápio diário dos alunos, da alimentação hospitalar e são insuficiente para atender a feira do produtor e os mercados locais.

Atualmente o município de Apiacás possui em torno de 1.550 produtores rurais sendo que destes 1000 são produtores ativos de basicamente gado de corte, cria e recria, apenas 35 são produtores de leite e somente o restante produz outros tipos de cultura e do total apenas 35% residem em suas propriedades, fazendo com que diminua a produção no município acarretando um prejuízo lastimável a população.

Desta feita, há uma necessidade extremamente urgente de revitalização do setor agrícola em especial a agricultura familiar que hoje é responsável pelo sustento saudável dos habitantes deste país e que em nosso município encontra-se de forma basicamente inexistente.

Assim, se não temos alimentos necessários para o sustento da população local, como haveremos de possibilitar a alimentação de novos habitantes em nosso município sem que haja um investimento e implantação de programas passíveis de alavancar o setor?

Entendemos que o progresso se faz necessário, que novos investimentos como a UHE da Foz do Apiacás em nosso município propiciaram o

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1542
~~442016-65~~
1544
442016-65

desenvolvimento, porem necessário se faz a prevenção através de estudos de necessidades e atividades, projetos, investimentos e programas, que fomentem a possibilidade de tais investimentos serem implantados sem maiores impactos no custo de vida e no bem estar da população local.

ANALISE DA SITUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Hoje no município de Apiacás tem aproximadamente 2.000 km de Estradas vicinais e vias urbanas não pavimentadas, e 10 Km de vias urbanas pavimentadas. Além da manutenção de suas vicinais, a secretaria de infra estrutura do município também realiza a manutenção em 16km da MT 160, mais 50 KM da MT 206 e 57KM da MT417 totalizando 123km de vias de responsabilidade do Estado porem na maioria dos períodos do ano esta manutenção é realizada com maquinário e funcionários municipais (vide anexo I), para que os munícipes tenham acesso as suas propriedades, tanto urbanas quanto rurais e também o transporte escolar possa trafegar todos os dias, para trazer e levar os alunos aos locais de ensino em todos os períodos. Sendo esses serviços realizados com um quadro reduzido de funcionários e maquinários.

Dentre as atividades de responsabilidade desta secretaria estão varias preocupações municipais tais como:

- Saneamento básico
- Coleta de lixo urbano;
- Iluminação publica;
- Manutenção de parques, praças e canteiros;
- Construção e manutenção drenos, bueiros, galerias e pontes;
- Manutenção de vias pavimentadas;
- Manutenção dos prédios públicos;
- Manutenção da rede de abastecimento e rede de água.

Dado os pontos acima apresentados, conclui-se que há necessidade de estruturação e varias melhorias na secretaria em questão para que ela possa atender

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1543
~~1120/107-65~~

1545
1120/107-65

de forma satisfatória os problemas já existentes oriundos da população apiacaense, ficando claro que para suprir as necessidades que com certeza apresentarão na instalação e no decorrer da obra de implantação da UHE da Foz do Apiacás há necessidades de investimentos na estrutura humana e física do setor em questão, não deixando de salientar que dentre as maiores necessidades desta secretaria esta a Mão de obra que já se faz escassa, pois como o empreendimento já foi iniciado nos municípios vizinhos e as empreiteiras pagam bem pela mão de obra, já é possível senti-los neste setor pois estão todos os operários migrando para as obras e deixando o município descoberto, e a administração pública não tem como se socorrer propondo melhores salários para manter seu efetivo, visto que não pode agir em desconformidade com os preceitos legais.

ANALISE DA SITUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Tal como os demais municípios deste país o município de Apiacás também esta inserido nos principais programas do Governo Federal, onde desempenha seus trabalhos em conjunto com a comunidade local seu corpo técnico e entidades tais como Conselho Tutelar, Promotoria Publica e a sociedade civil organizada.

De acordo com o NOB-SUAS o CRAS de Apiacás é referenciado como porte I, com capacidade de atendimento de 2500 famílias anual.

No ano de 2012 foram atendidas cerca de 300 famílias mensais, ultrapassando desta forma em 1100 atendimentos anual, do porte classificado pelo NOB-SUAS. Sendo necessária uma reavaliação na classificação do município.

Com a projeção de contratação de 2150 funcionários para atender a demanda de UHE da Foz do Apiacás, prevemos que o atendimento que será realizado pelo CRAS, passara de 4500 famílias atendidas.

A importância cultural do envolver do jovem e do adolescente com a musica esta presente no projeto "Novo Eco Ação", onde a busca em despertar no jovem adolescente o interesse pela musica e afasta-lo da criminalidade.

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1546
4420107-05

CREAS- CENTRO DE REFERENCIA ESPECILIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

O CREAS necessita, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares.

CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E ADOLESCENTES

O município de Apiacás cumpre o preconizado na constituição Federal com a instituição do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente no âmbito municipal visando o atendimento e o desempenho das atividades em concordância com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. O **Conselho Tutelar** municipal é composto por cinco membros, eleitos pela comunidade para acompanharem as crianças e os adolescentes e decidirem em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso.

REALIDADE DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE APIACÁS

Muito embora o município de Apiacás esteja desempenhando seu papel em relação ao serviço social no município cabe salientar que não possui estrutura própria trabalha com um número reduzido de funcionários, faltam profissionais com formação adequada para desempenhar os diversos programas e projetos necessários para o bom desenvolvimento no âmbito social do município, pois dentre as estruturas necessárias para o trabalho não

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1545
~~44.20103-65~~
1547
44.20103-65

conta inclusive com veiculos o que dificulta o bom desempenho das tarefas diarias.

Neste aspecto fica claro que ja existem impossibilidades e dificuldades do setor em atender as necessidades da população ja existente e sabemos que independente dos reflexos dos demais setores da administração, o setor que absorvera os impactos oriundos de uma explosao demografica urbana é o setor social pois ele esta de forma direta ligada aos demais, necessitando assim de varios investimentos para que possa ter suas atividades desempenhadas com eficiencia e eficacia necessarias desta feita elencamos alguns dos mas necessarios itens de investimentos nesta secretaria conforme abaixo listado:

PROVIDENCIAS A SEREM TOMADAS NO ÂMBITO DO CRAS

- Construção de sede própria que atenda a demanda do atendimento, com salas especifica para atendimento especializado;
- Contratação de mão de obra qualificada: Psicólogo, assistente social, orientadores educacionais;
- Compra de veiculo que atenda a demanda para visitas domiciliares, tanto rurais como urbana;
- Contratação de equipe e local adequado para atendimento do Programa pro Jovem.

PROVIDENCIAS A SEREM TOMADAS NO ÂMBITO DO CREAS

Baseado nestes dados e tendo como projeção o Aumento populacional em virtude da construção da UHE, sugerimos as seguintes providencias a serem tomadas:

1944



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1546
~~4470104-6~~
1548
4420104-6

- Construção da sede própria com capacidade para atendimento da população, com salas de atendimento especializadas conforme preconiza as diretrizes do CREAS;
- Compra de automóvel para atendimento domiciliar, tanto na zona rural quanto urbana;
- Contratação de equipe especializada, como advogados, psicólogos, assistentes sociais e educadores;
- Palestras educativas e preventivas em parceria com a empresa responsável pela construção, tanto na zona urbana, como se possível no canteiro de obras, para que os funcionários tenham conhecimento das suas responsabilidades ao chegar à cidade;
- Materiais de campanha;
- Aumento de efetivo policial a fim de coibir atitudes, como as relatadas acima nos atendimentos;
- Instalação da Defensoria Pública.

PROVIDENCIAS A SEREM TOMADAS NO ÂMBITO DO CONSELHO TUTELAR

Tendo em vista o trabalho executado pelo Conselho Tutelar em nossa cidade, vale salientar a necessidade das devidas providencias, em virtude da construção da UHE Foz do Apiacas.

- Construção da sede própria com capacidade para atendimento da população, com salas de atendimento especializado.
- Automóvel para atendimento domiciliar, e diligências necessárias tanto na zona rural quanto urbana.
- Contratação de equipe especializada, como advogados, psicólogos, assistentes sociais e educadores.
- Palestras educativas e preventivas em parceria com a empresa responsável pela construção, tanto na zona urbana, como se

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1549
4420109 CS

possível no canteiro de obras, para que os funcionários tenham conhecimento das suas responsabilidades ao chegar à cidade.

- Materiais de campanha
- Aumento de efetivo policial a fim de coibir atitudes, como as relatadas acima nos atendimentos.
- Instalação da Defensoria pública
- Construção de casa de abrigo para crianças e adolescentes que por ventura tenham que ser desabrigadas de suas famílias.
- Contratação de pessoal de apoio, tais como cozinheira, zeladora, guarda.
- Contratação de orientadores e educadores sociais.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal que tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras. Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

Hoje nós temos no município 100 casas no Conjunto Habitacional Pastorello, e mais 50 casas pulverizadas.

Esta em andamento projeto para construção de mais 40 casas pulverizadas.

Hoje precisaríamos de no mínimo mais 200 casas.

Tendo em vista a projeção de aumento populacional, e pensando que dos 2.141 trabalhadores diretos da usina, somente cerca de 20% seria mão de obra local, teríamos uma demanda de mais de 500 casas.

ANALISE DA SITUAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS

Apiacás, Cidade situado no Extremo Norte do Estado de Mato Grosso, desde os tempos mais remotos carrega consigo uma historia de grandes perdas no Setor de arrecadação de impostos provindos de receitas próprias.

EM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

~~1548~~ 1550
~~4420107-05~~
4420107-05

Com o advento das Usinas Hidrelétricas, haverá necessidade de grandes reformas e urgentes em todo setor de Tributação para resistir ao impacto gerado pela população flutuante e estímulo comercial em todo entorno.

Neste sentido, o Município deverá investir na regularização fundiária urbana e rural. Pois o aumento do fluxo populacional causará a aceleração e crescimento na infra-estrutura urbana, levando as pessoas a buscarem melhoria de suas instalações comerciais e residenciais. Muitos irão recorrer a empréstimos em instituições financeiras, os obrigando a apresentar a documentação do seu imóvel. Desta forma, o Município precisará recorrer a órgãos para auxiliar na regulamentação dos documentos de terrenos. Assim, como, disponibilizar terrenos para oferta de compras e loteamentos legalizados.

Com o crescimento populacional, o setor de tributação precisará melhorar suas instalações utilizando-se de recursos tecnológicos para auxiliar na fiscalização e controle, informatizando o Departamento com ferramentas que auxiliem a busca de informação e armazenamento de dados. Equipamentos de maiores capacidades (computadores, impressoras e scanner). Veículos de locomoção para melhor circulação dos fiscais. Além de reserva para investimento em capacitação dos funcionários, visando maior estabilidade e agilidade no controle dos processos relativos ao setor de tributação.

CONCLUSÃO

Diante de todas as colocações expostas neste relatório, os dados apontados espelham a realidade do município de Apiacás, um município com dificuldades em todos os campos desde o seu acesso difícil por falta de vias pavimentadas, escassez de produção agrícola e na mão de obra qualificada, baixo investimento estatal e privado, mas que tem em seu povo uma população sedenta por melhorias e que apesar das dificuldades esta sempre pronta a acompanhar o progresso da região e conta ainda com uma administração pública voltada ao atendimento da população, preocupada com o planejamento e o futuro do município e justamente por esse motivo justifica-se tal documento, pois como já mencionado na introdução somente trabalhando de forma preventiva, organizada e planejada, a população local pode

CIM BRANCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

Gabinete do Prefeito
Gestão 2013-2016

1551
44.201/2013-05

ser preservada e realmente colher os bons frutos de um investimento da envergadura do complexo das Usinas do Rio Teles Pires, onde o município terá em seu território um considerável percentual deste complexo hidrelétrico, as vantagens de tê-lo em seu território, mas também absorvera seus impactos, sejam eles de origem ambiental, social, humana, econômica ou de infraestrutura.

Com esses dados busca-se investir de forma ordenada os valores que deveram ser recolhido aos cofres municipais a título de compensação monetária oriundo dos impactos do empreendimento.

Entendemos também que estes são os levantamentos básicos e iniciais, mas que já demonstram de forma clara os pontos necessários de investimentos já na primeira etapa de instalação, para que o município esteja devidamente preparado para atender a todas as demandas decorrentes da construção e instalação e o funcionamento da UHE da Foz do Apiaçás.

Sabemos que é de grande importância tal obra, haja vista a baixa oferta do setor energético e a crescente demanda, importante resaltar que os municípios integrantes da AMIU não se obstam em receber este empreendimento, todavia requerem que haja investimentos urgentes para possibilitar a preparação dos mesmos para a absorção dos impactos positivos e negativos que se originam destas construções.

Apiaçás, 01 de setembro de 2013.

Adalto José Zago
Prefeito Municipal de Apiaçás

EM BRANCO



1552
~~44.20107-65~~

Alta Floresta – MT, 20 de Setembro de 2013.

1552
44.20107-65

OF. Nº 81/2013 – SECID

À Exma. Sra.
MÍRIAN BELCHIOR
MD. MINISTRA DO PLANEJAMENTO
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA – DF

Ref. Instalação da CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires – Alta Floresta

Prezada Senhora,

O Município de Alta Floresta faz parte do programa hidrelétrico que assegura o desenvolvimento nacional, através da **CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires – Alta Floresta/Paranaíta MT**, o reservatório (lago) ocupará áreas dos dois municípios próximos ao empreendimento. No Pará, 16% do município de Jacareacanga e em Mato Grosso, 84% do município de Paranaíta.

O lago formado pela barragem terá cerca de 70 km de comprimento no Rio Teles Pires e ocupará uma área de 150 km², com um espelho d'água de 135,6 km² e uma área inundada de 95,0 km², com projeção de gerar 1820 megawatts de energia elétrica (suficientes para abastecer mais de 2,7 milhões de famílias), promovendo intercâmbio expressivo de energia entre as diversas regiões do país. Segundo o Ministério de Minas e Energia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos na ordem de R\$ 24,1 bilhões para a região Centro-Oeste.

Conforme informações da empresa de pesquisa energética (epe) criará mais de 7.500 novas vagas de emprego, causando grandes impactos ambientais e sociais em saúde, educação, trânsito, entre outros.

EM BRANCO



❖ MEDIDAS PARA O MUNICÍPIO

1553
4420/03-01
✓

Pesquisas comprovam que mesmo quando os estudos de impacto ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos.

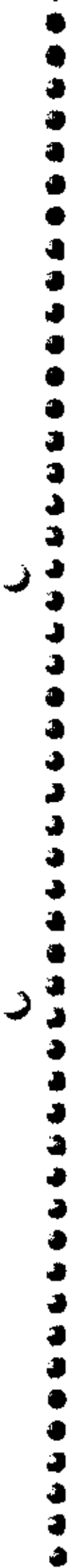
A construção de hidrelétricas, e concomitantemente suas barragens e lagos, causam além das conseqüências ambientais, diversos impactos socioeconômicos negativos ao município impactado, podendo aumentar: a criminalidade, a insegurança pública, aumento do consumo de álcool e drogas entre outros.

Outro agravante é o fato de que a parte da população atingida diretamente através do alagamento de suas propriedades, residências, benfeitorias, áreas produtivas e até vias de acesso, acaba se deslocando para o meio urbano. Os fatos evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e rural para o município de Alta Floresta, que será o maior impactado, não apenas pela CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires – Paranaíta de forma direta, como também pela construção das demais Usinas do eixo Teles Pires – Tapajós.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS: INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS EM VIRTUDE DOS IMPACTOS FUTUROS

• Pavimentação asfáltica de Vicinal Leste MT 325 e Perimetral Teles Pires

7,3	Pavimentação asfáltica completa da vicinal Leste MT 325, (Construção de ponte, drenagem, meio fio, sarjetas).
2,5	Pavimentação asfáltica da Perimetral Teles Pires até o encontro da MT 208
0,5	Prolongamento da rua 7 de setembro até a rua Maceió no setor norte I (Construção de ponte, drenagem, meio fio, sarjetas).
0,53	Rua saindo da Av. Mato Grosso de encontro a rua 1º de maio (Construção de ponte, drenagem, meio fio e sarjetas).
860	Alargamento da Av. Mato Grosso



1950



1552
4420703-65
25

1554
4420703-65
25

Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional, a expansão dos bairros, o aumento do tráfego de veículos no centro, o redirecionamento das rotas de acesso ao trabalho, escolas, faculdades, são necessários pra possibilitar acesso a diferentes nas áreas da logística e beneficiando diretamente os munícipes, tanto socialmente como economicamente.

- **Habitação**



PMCMV Aquisição de terreno para construção de casas populares

Compra de 20 hectares para edificação de casas populares no Programa Minha Casa Minha vida, visto nossa demanda ser de mais de 3.000 famílias e não dispormos de terrenos públicos.

➤ **ASSISTENCIA SOCIAL**

- **CREAS "CASA ARACELLI"**



"Casa Aracelli" Ampliação e reforma do CREAS – Centro de Referencia Especializado de Assistência Social

Este projeto de infraestrutura é de suma importância para o município, entendendo que a instituição tem atendido uma demanda de 25 casos novos por mês com vítimas de abuso, exploração e violência sexual e suas famílias no município. Abrangendo uma média de 400 atendimentos por mês com equipe multiprofissional no intuito de amenizar os estigmas da violência.

- **Projeto "CASA LAR CRIANÇA E ADOLESCENTE"**



Casa-Lar Construção de Casa-Lar para crianças e adolescentes

Este projeto de infraestrutura é de singular importância para o município, uma vez que atendi uma média de 20 crianças e adolescentes ao mês, que tiveram seus vínculos familiares rompidos e

FORM BRANCO



1553
 44267-65

1555
 44267-65

necessitam de um espaço que possibilitem a construção e reconstrução de novos vínculos com a família de origem ou famílias adotivas, uma vez que não podem permanecer no lar por mais de dois anos.

- **Centros de múltiplo uso com quadra coberta "Casa da Família"**



Centro de múltiplo uso	Construção do Centro de múltiplo uso com quadra coberta "Casa da Família"
------------------------	---

O projeto compreende a construção de uma quadra coberta em anexo ao CRAS Casa da Família, otimizando o atendimento das famílias que procuram os serviços do CRAS e, este por sua vez, não tem tido mais condições de atender a demanda, visto que esta tem crescido nos últimos 2 anos em um percentual de 20%.

- **Centro de Referência de Assistência Social**



Cras "Conviver"	Construção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
-----------------	---

Este projeto de infraestrutura é fundamental para o município, considerando o crescimento populacional e o aumento nos atendimentos de famílias e indivíduos nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social de Proteção Básica de Alta Floresta registrou apresentou 8.651 atendimentos em todo o ano de 2012 e em apenas 6 meses de 2013 saltou para 9.387 atendimentos. Esse aumento de 8,5% do número de atendimentos, se deve a crescente populacional de Alta Floresta, fato relacionado a instalação da Usina Hidrelétrica na região.

- **Aquisição de Veiculos – CRAS**



a) Camioneta equipe CRAS volante	Aquisição de Camioneta traçada, cabine dupla para Equipe CRAS Volante
----------------------------------	---

EM BRANCO



1554
44.20102-66

- b) Microônibus para CRAS Aquisição de 2 Microônibus com elevador para cadeirante e acessibilidade comportando 04 cadeirantes para CRAS Casa da Família e CRAS Conviver

1556
44.20102-66

a) Este projeto de aquisição de veículo oportunizará as famílias rurais do município, o desenvolvimento de atividades sociais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, bem como oferta de serviços e atividades lúdicas, artísticas, culturais e profissionais de forma gratuitas, uma vez que a distancia dos centros urbanos impossibilita as famílias o acesso aos serviços que elas têm direito e devem ser oferecidos pelo poder público.

b) Entendendo que Alta Floresta é um município com bairros muito espalhados, a aquisição desse veículo oportunizará a participação de famílias que estão localizadas até cinco quilômetros dos Centros de Referência na participação de atividades e atendimento preventivo a essas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, aos dois CRAS existentes em nosso município. Esta aquisição possibilitará desenvolver atividades com grupos geracionais promovendo o seu empoderamento na sociedade para que ela possa ser protagonista de sua história, de sua independência financeira, usufruir de todos os bens e políticas públicas oferecendo melhoria em sua qualidade de vida.

• Van com acessibilidade

- a) Lar dos Idosos
Pedro Sierra

Aquisição de 3 (três) VAN com 16 lugares com elevador para cadeirante e acessibilidade comportando 04 cadeirantes

- b) Lar Santa Izabel

- c) Abrigo Dom Bosco

a) Esta aquisição atenderá 25 idosos, portadores de deficiência no deslocamento para serviços da rede de saúde, assistência social e atividades de fortalecimento de vínculos, desses cidadãos aos seus direitos.

b) A aquisição atenderá uma média mensal de 30 pessoas que não possuem famílias ou estão com laços rompidos por desentendimentos familiares. O lar objetiva realizar atendimento de busca de forma continuada nas ruas de pessoas, amenizando situações de abandono e de vícios, oferecendo abrigo, alimentação, procedimentos de higiene, encaminhamento para rede de saúde,

EM BRANCO



1557
44.207-05

assistência e atividades de fortalecimento de vínculos, no intuito de reingressá-los no seio da família ou na construção de novos projetos de vida.

1557
44.207-05

c) Esta aquisição proporcionará melhores condições no atendimento médio mensal de 200 pessoas da zona rural do município e de outros municípios, com deslocamento para serviços na rede de saúde e assistência social.

➤ SAUDE

• Aquisição de Veiculo

01 ônibus	(um)	Atender aos pacientes em tratamentos fisioterápicos, fonoaudiológicos, psicológicos da Unidade Descentralizada de Reabilitação – UDR, Unidade Municipal de Assistência a Saúde Complementar – UMACAF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS de nosso município
02 (duas) ambulâncias		Para transporte de pacientes para tratamento em outros centros especializados (principalmente até Cuiabá/MT), para apoio em eventos em massa em Alta Floresta/MT que requerem veículos desse porte, bem como, a utilização na prestação de socorro a acidentados e transporte de moradores das Unidades Básicas de Saúde até a internação em Unidade Especializada no município
02 (duas) caminhonetes		Para uso em ações e atividades dos departamentos desta Secretaria em Comunidades Rurais do município. Em decorrência dos frequentes problemas nas vias de acesso as comunidades rurais, ocorridos pela alta incidência de chuvas é necessário o apoio de equipes naquelas localidades, com veículo apropriado para tal.
02 (duas) vans com acesso exclusivo para deficientes		Visa atender o transporte de pacientes da Unidade Descentralizada de Reabilitação – UDR, Unidade Municipal de Assistência a Saúde Complementar – UMACAF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS de nosso município, que possuem algum tipo de deficiência, bem como atendimento a pessoas idosas, que possuem dificuldade de acesso a veículos comuns
03 motocicletas		Aquisição de 03 motocicletas 125 cc com bagageiro para atendimento das necessidades do laboratório clínico; farmácia; vigilância epidemiológica e sanitária e SMS.
02 Fiat uno		02 carros Fiat Uno com ar condicionado para atendimento da atenção básica, vigilância epidemiológica/sanitária; saúde bucal e SMS.

EM BRANCO



1556
AA20/07-65
A

1558
AA20/07-65
A

• Aquisição de Equipamentos

- 30 (vinte) computadores - 20 (vinte) impressoras	Atender a demanda administrativa dos Departamentos e Coordenações desta Secretaria, bem como, atender Postos de Saúde das Comunidades Rurais e Urbanas que necessitam lançar as informações dos atendimentos e ações aos Sistemas ligados ao Ministério da Saúde
- 04 (quatro) notebooks - 06 (seis) datashow	Para uso dos técnicos da Secretaria em locais de nosso município onde não tenha computadores, em viagens, bem como em reuniões e palestras em comunidades rurais e urbanas que visam atendimento a diversos públicos (juventude, mulheres, homens, idosos)
- 20 (vinte) máquinas fotográficas - 10 (dez) filmadoras	Para uso e registro das atividades desenvolvidas nas Unidades de Saúde e demais Departamentos desta Secretaria com jovens, idosos, gestantes e demais usuários do SUS local

• Reforma e construção de unidades básicas de saúde/caps e secretaria municipal de saúde

20 (vinte) Reformas de postos/unidades de saúde	Melhora no atendimento a população alta florestense nas recepção e sala de atendimentos das Unidades Básicas de Saúde das comunidades urbanas e rurais de Alta Floresta/MT
02 salas na SMS	Construção de 02 salas na SMS 6X8 para ampliação dos atendimentos para Central de regulação/vigilância sanitária.
01 Auditório na SMS	Construção de 01 Auditório na SMS 15X20 para capacitação e treinamento de funcionários e comunidade em geral.
01 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial	Construção de 01 unidade de atendimento para o Centro de Atenção Psicossocial “Essência da Vida” – CAPS.
01 Posto de Saúde	Construção de 01 unidade de atendimento para Posto de Saúde.
01 reforma/construção	Reforma/construção da vigilância ambiental – prédio rua B – FUNASA

EM BRANCO



1557
~~4420103-66~~

- Demais equipamentos para unidades básicas de saúde/CAPS/UMACAFE/UDR

1557
4420103-66

50 (vinte) ar condicionados-
1200 btus
30 (trinta) ar condicionados splits
7000 btus

Atender a recepção e sala de atendimentos das Unidades Básicas de Saúde das comunidades urbanas e rurais de Alta Floresta/MT

- 30 (vinte) otoscópio
- 30 (trinta) estetoscópio
- 60 (sessenta) aparelhos de pressão
- 30 (trinta) balanças antropométricas
- 30 esfigmomanometro
- 18 cilindros de oxigênio
- 30 autoclaves
- 30 macas para exames clínicos
- 20 macas para exames ginecológicos

Atender a triagem e a consulta dos pacientes pelos profissionais das Unidades Básicas de Saúde e demais unidades de atendimento do SUS.

03 consultórios odontológicos completos

Atender as unidades de saúde e população em geral

60 escrivaninhas
60 cadeiras secretarias
500 cadeiras longarinas Estofadas
100 cadeiras de madeira reforçada.

Para atender os Postos/unidades de saúde/UDR/UMACAFE/CAPS

01 fogão industrial com forno
01 geladeira biplex 320 lts

Atendimento ao CAPS

EM BRANCO



1559
4420107-65

1560
4420107-65

➤ ESPORTE

Veículo	Aquisição de dois Ônibus

Os mesmos servirão para atender a Secretaria de Esporte e Lazer e as demais Secretarias. Viabilizando o bom desempenho de projetos realizados pela SEMEL nos bairros periféricos com crianças carentes e pessoas da Melhor Idade, assim como a participação da SEMEL em diversas outras atividades Esportivas fora do Município.

➤ CULTURA

Centro Cultural	Implementação do Centro Cultural de Alta Floresta

O Centro Cultural do município de Alta Floresta, que é referência na produção cultural e artística de Mato Grosso, propicia acesso para comunidade local e de outros municípios circunvizinhos a obras artísticas (espetáculos, exposições, shows, saraus), cursos e oficinas; bem como a eventos diversos, tais como: festivais, conferências, seminários, palestras, encontros, dentre outros. Porém o prédio carece de equipamentos cenotécnicos, poltronas, móveis, sistema de refrigeração e outros imprescindíveis para o seu pleno funcionamento. O crescimento populacional provocado pela implantação de usinas hidrelétricas gerou o aumento significativo na demanda que procura pelo Centro Cultural e pelas ações por este promovido. Já que o mesmo proporciona lazer e entretenimento para toda família. O que torna o presente projeto de fundamental relevância para o município e região.

EM BRANCO





4559
4420107-65
R

➤ EDUCAÇÃO

1563
4420107-65
R

Escola De Educação Infantil	Construção de 01 Escola para atender a Educação Infantil (Bairro Universitário)
Quadra de esportes	Construção de 01 (uma) quadra de esportes na Escola Municipal Nilo Procópio Peçanha;
Quadra de Esportes	Construção de 01 (uma) quadra de esportes na Escola Municipal Jardim das Flores.

Justificamos a necessidade da construção de (01) uma Escola para atender 120 alunos da Educação Infantil no (Bairro Universitário). Também de 02 (duas) quadras esportivas, para as escolas municipais Jardim das Flores e Nilo Procópio Peçanha, atendendo atualmente 298 alunos e 357 alunos respectivamente.

Justifica-se a necessidade do solicitado em virtude da construção da Usina Teles Pires (CHTP), localizada a aproximadamente 70 km deste município, assim vivenciamos hoje uma problemática grande em relação à infraestrutura local. Ocorre que o aumento populacional deca rapidamente numa proporção grandiosa e assim, conseqüentemente a grande procura por vagas nas escolas. A fim de amenizarmos esses problemas é fundamental a necessidade da construção de mais uma escola para atender a Educação Infantil onde há procura é maior. No caso das quadras justifica-se a necessidade do solicitado, pois entendemos que é fundamental a prática desportiva para a Saúde e Educação das crianças, porém em nosso Estado é praticamente impossível executar essas atividades com exposição total ao sol e chuva. Ainda ponderando que essas escolas realizam o atendimento ao Programa Mais Educação há mais de 05 (cinco) anos e recentemente também aderiu ao Programa Escola Aberta. Assim faz-se necessário urgentemente a construção dessas quadras. Também, por termos plena convicção que esta ação educacional de construção de quadras cobertas nas escolas é uma excelente saída para não deixarmos as crianças ao perigo das ruas, e com isso contribuir na diminuição da criminalidade existente no País. Pois é certo que prática desportiva ensina-os a conviver, a competir, a perder e ganhar, ter atitudes de cidadania, disciplina e responsabilidade.

EM BRANCO



1562
~~44.20107-6~~ 6
1562
44.20107-6

> AGRICULTURA

Aquisição de Maquinas e implementos agrícolas



Aquisição de máquinas e implementos agrícolas:

Maquinas e
implementos

- 06 trator de pneus
- 06 grade niveladora;
- 06 carretas basculante mecânica de lata c/ eixo e rodado simples;
- 06 roçadeiras hidráulica de 1700mm c/ correia e roda de apoio;
- 06 distribuidor de calcário e sementes;
- 06 plantadeiras de milho e sorgo convencional;
- 06 Forrageira c/ disco de corte de alta liga;
- 06 terraceadores de arrasto;
- 06 subsoladores controle
- 06 pulverizadores de barra

A aquisição desses equipamentos tem por finalidade a melhoria, qualidade e ampliação da produção de diversas culturas, objetivando assim, o abastecimento do centro urbano que tem crescido significativamente o índice populacional em virtude do empreendimento da das Usinas Hidrelétricas na região.

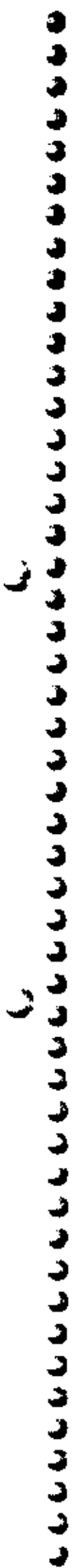
Isto posto, resta evidenciado que frente a magnitude do projeto de instalação da CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires – Alta Floresta/Paranaíta-MT, é justa a proposição que ora se apresenta em atendimento as necessidades da população afetada pelo empreendimento.

Sendo o que motiva o presente, reiteramos votos de estima e consideração respaldados no empenho de V. Excia. em atender o pleito apreço.

Atenciosamente,


ANGELO DE CAMPOS TAVARES
Prefeito Municipal de Alta Floresta

EM BRANCO





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Núcleo de Comunicações Administrativas de Alta Floresta-MT

1561
~~4420/09-65~~

1563
4420/09-65

MEM. 000210/2013 MT/COADALTA FLORESTA/IBAMA

Alta Floresta, 21 de outubro de 2013

Ao Senhor Coordenador da COHID

Assunto: **Encaminhamento documentos protocolados.**

Cumprimentando-o, encaminhamos documentos protocolizados nesta Unidade descentralizada, decorrentes da audiência Pública ocorrida em Paranaíta-MT, no dia 27/09/2013, para apreciação desta coordenadoria, sendo:

- Protocolo nº 02052.0000240/2013-57, Folha para Questionamento, interessado Voldir Carlos Volpe, UHE São Manoel;
- Protocolo nº 02054.000259/2013-01, Degradação Florestal e Queimadas no entorno UHE Teles Pires, interessado ICV - Instituto Centro de Vida.

Atenciosamente,

JOCELITA GIORDANI TOZZI
Chefe do MT/COADALTA FLORESTA/IBAMA

1980

EN 10200

1980

1562
~~44.20/09-65~~
25



Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do empreendimento denominado AHE São Manoel.

1564
44.20/09-65
25

Município: Paranaíta/MT

Data: 27/09/2013

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Voldir Carlos Velpe

IDENTIDADE: 1.344.195 SSP/PA

CPF: 192.063.009-10

ENDEREÇO/TELEFONE: Fazenda Santa Bárbara

Rodovia Gerson Derafim

Jacareacanga - PA

ÓRGÃO: Itama

PERGUNTAS:

Energia elétrica

MMA/IBAMA/MT/COADALTA
FLORESTA

REQ 02052.000240/2013-57

Origem: Núcleo de Comunicações
Administrativas de Alta Floresta-Mt

Data: 07/10/2013





Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do empreendimento denominado AHE São Manoel.

1565
~~4420/07-65~~

Município: Paranaitá/MT

Data: 27/09/2013

1565
4420/07-65

FOLHA PARA QUESTIONAMENTO

NOME: Voldir Carlos Tolpe

IDENTIDADE: 1.344.195 SSP/Pr

CPF: 192.065.009-10

ENDEREÇO/TELEFONE: Fazenda Santa Bárbara

Rodovia Gerson Serafim

ÓRGÃO: Jacareacanga - Pa
IBAMA

PERGUNTAS:

Acesso à ponte da Usina Teles Pires (UHE)

EM BRANCO

Degradação florestal e queimadas no entorno da hidrelétrica Teles Pires

Realização: Instituto Centro de Vida – ICV

Autores: João Andrade, Carolina Jordão e Ricardo Abad

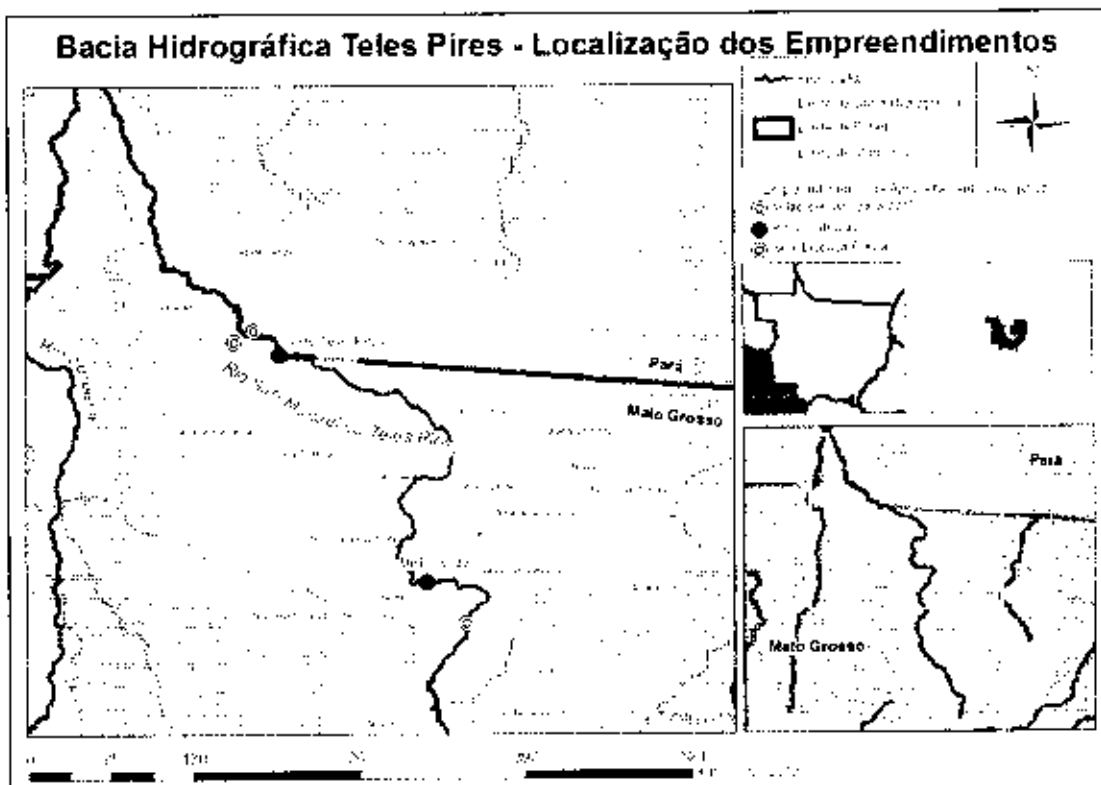
1. Introdução

O objetivo deste relatório é analisar o perfil de desmatamento, degradação florestal e queimadas na área de influência indireta da UHE Teles Pires do período que compreende a consulta pública ao início dos trabalhos de intervenção mais pesada no canteiro de obra. Com isso, esperamos contribuir nas análises de viabilidade ambiental da UHE São Manoel pelo IBAMA, visto que este tipo de impacto indireto não foi adequadamente considerado no licenciamento da UHE Teles Pires e não está descrito no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE São Manoel, apesar do estudo reconhecer a importância "controle severo de abertura de novas áreas" na região.

O Estado de Mato Grosso com base nos inventários da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) terá destaque na produção de energia assumindo o papel de exportador de energia. Os inventários sobre o potencial hidroenergético indicam uma área de 99.357 km², espalhada pelos 3 biomas do estado, o que significa o dobro das ofertas de Amazonas e Rondônia juntos. No bioma amazônico o potencial é maior e estão localizados nas sub-bacias do Aripuanã, Juruena-Arinos e Teles Pires. Em estágios diferenciados de implementação, a Bacia do Teles Pires é onde o processo de licenciamento destes empreendimentos vem se efetivando num ritmo acelerado. Num prazo de 4 anos o rio Teles Pires tem 4 empreendimentos para estarem operando todos juntos no final desta década. Portanto no médio prazo haverá num trecho curto do rio 4 barramentos, gerando 3200MW de energia, dinamizando a economia local, bem como produzindo externalidades negativas.



MMA/IBAMA/MT/COADALTA
FLORESTA
RIMA 02052.000259/2013-01
Origem: Núcleo de Comunicações
Administrativas de Alta Floresta-Mt
Data: 18/10/2013



Mapa 1 - Localização das UHE na Bacia Hidrográfica do Teles Pires

A degradação e queimadas fazem parte de um conjunto de externalidades negativas que podem ser impulsionadas pelo empreendimento. Barreto et al (2011), mostra que a bacia do tapajós terá um incremento de 50% no desmatamento, caso não existam mecanismos eficazes de contenção de derrubada ilegal de floresta.

O mesmo estudo identificou o risco de desmatamento associado da hidrelétrica de Belo Monte no Pará, num desenho de cenários de 20 anos se identificou uma tendência maior de desmatamento com a implantação da usina. Assim, são propostas oportunidades de mitigação do risco que inclui a criação e implementação de áreas protegidas e reforço da fiscalização e gestão ambiental.

Sendo assim identificamos como preocupante o risco de novos desmatamentos e degradações florestais ilegais e seus impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade da região no entorno das hidrelétricas em construção e previstas para a bacia do Teles Pires, e consideram essencial que estes sejam efetivamente monitorados e controlados.

EM BRANCO

2. Análise

A análise tem como recorte a alteração de cobertura florestal por queimadas, desmatamentos e degradação florestal, considerados impactos indiretos de terceira ordem, já que compreendem alterações causadas pelo empreendimento nos ecossistemas e nos sistemas socioeconômicos (SÁNCHEZ, 2006).

A metodologia se utilizou de recortes temporal e geográfico, tendo como parâmetro básico de avaliação as alterações da cobertura florestal. Avaliamos a cobertura florestal usando os dados do Sistema de Alerta do Desmatamento - SAD que detecta desmatamento e degradação. Também utilizamos dados de focos de calor referência do INPE detectados por satélite, que representam uma anomalia termal causada por incêndio florestal.

A análise temporal compreende o período do relatório de viabilidade técnica, projeto básico, licenciamento prévio, leilão e o início das obras, que abrange os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. A área espacial de análise foi determinada obedecendo o estudo de impacto ambiental (EIA) da UHE Teles Pires, isto é, refere-se à área de influência indireta no meio socioeconômico, que abrange os municípios de Jacareacanga, Alta Floresta e Paranaíta (EPE/LEME-CONCREMAT, 2010). Complementarmente, procedeu-se a uma verificação dos programas básicos ambientais relativos a mitigação da perda de cobertura florestal.

Dos três municípios, conforme Tabela 1, Alta Floresta apresenta a maior população, quase 50 mil habitantes, enquanto Jacareacanga tem a maior área, mais de 50 mil Km².

Tabela 1 – Dados sobre população e área dos municípios (Fonte: IBGE).

Alta Floresta	49.165	9.212,450
Paranaíta	10.684	4.796,010
Jacareacanga	14.103	53.303,02
Total	73.952	67.311,48

EM BRANCO



Instituto
Centro
de Vida

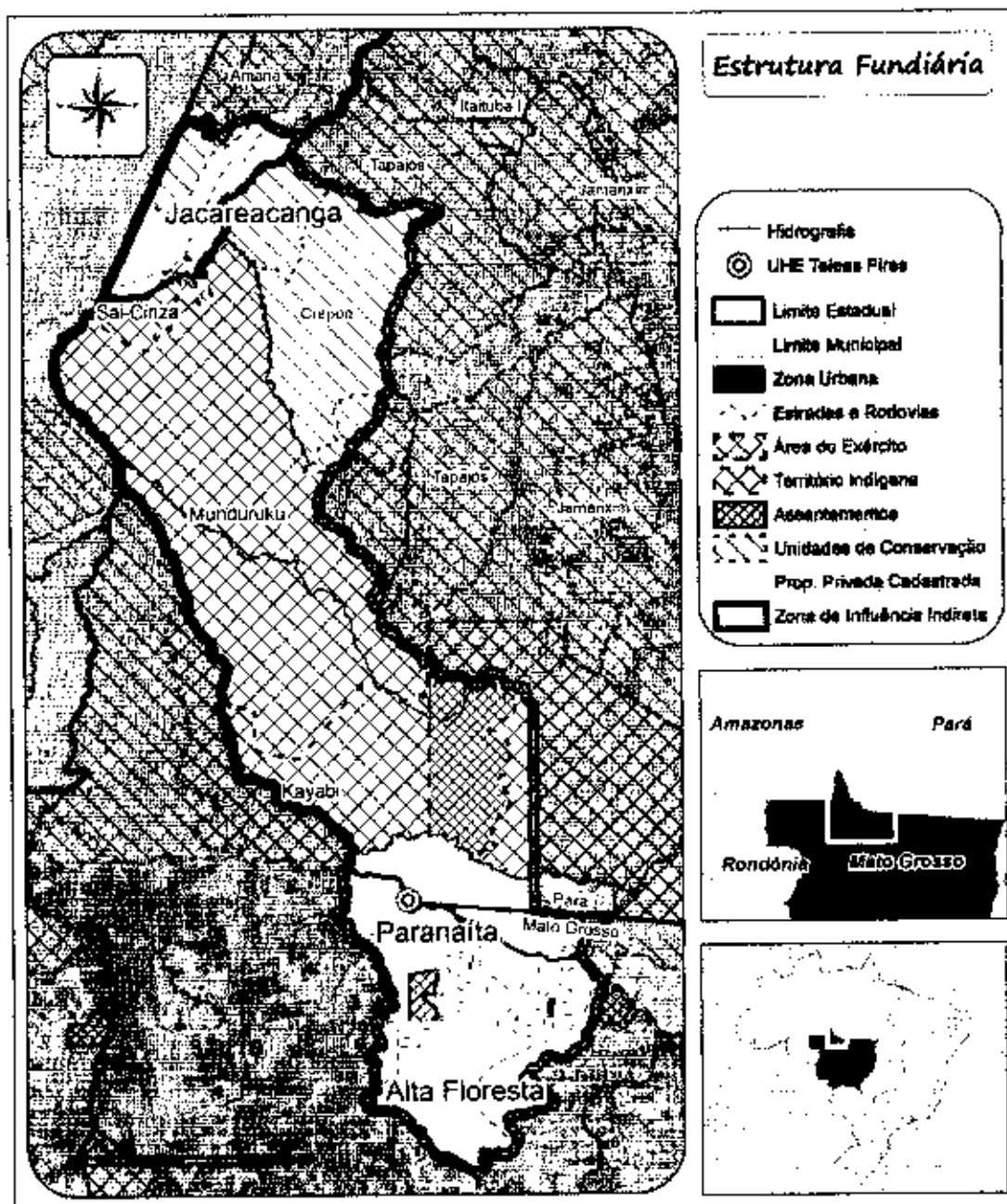
CNPJ: 26.812.784/0001-46

Decretada de Utilidade Pública
pela Lei Estadual nº 6.752/96

Qualificada como OSCIP com
nº 0815.011630/2003-11

1567
472/02-05

1567
472/02-05



Mapa 2 – Área de Impacto Indireto e a Estrutura Fundiária

EM BRANCO



Instituto
Centro
de Vida

CNPI: 26.812.784/0001-46
Decretada de Utilidade Pública
pela Lei Estadual nº 6.152/96
Qualificada como OSCIP com
nº 0815.011630/2003-11

1568
~~4420102-65~~
1570
4420102-65

Os municípios apresentam uma estrutura fundiária diversificada, duas terras indígenas (Kayabi e Munduruku), um assentamento (PA São Pedro), propriedades/posses rurais, 4 Unidades de Conservação (Floresta Nacional do Crepori, Reserva do Desenvolvimento Sustentável Amanã, Área de Proteção Ambiental Tapajós e Parque Estadual Cristalino) e o Campo de Provas Brigadeiro Veloso da Força Aérea Brasileira.

O bloco formado pelas terras indígenas e unidades de conservação, conforme mostra a Área de Influência Indireta (mapa 2), o centro urbano de Jacareacanga está distante dos demais municípios de Alta Floresta e Paranaíta. A conectividade entre o conjunto formado por Alta Floresta e Paranaíta com o município de Jacareacanga é apenas físico – geográfico, não existindo fluxo populacional ou comercial entre as sedes dos municípios. A exceção a esta falta de conectividade socioeconômica se verifica na porção de propriedades que estão no extremo sul do município de Jareacanga na divisa com Paranaíta. Este isolamento concentra a área de impacto indireto da UHE Teles Pires nos municípios de Alta Floresta e, em especial Paranaíta. Conforme mapa 2, esta característica da Ali da UHE Teles Pires, tem que ser levada em consideração na estratégia de mitigação.

EM BRANCO

3. Principais Resultados das Análises

3.1 Evolução das Queimadas¹ (2009 a 2012)

Um indicador de queimadas são os focos de calor e, conforme a tabela 2, o ano de 2010 se destaca, pelo aumento registrado no número de focos de calor, em quase todas as tipologias fundiárias encontradas na AII, a exceção da Terra Indígena.

Tabela 2: Focos de Calor no período de 2009 a 2012 na AII

Tipologia	2009	2010	2011	2012
Em propriedade Cadastrada	35	148	47	46
Em propriedade Não Cadastrada	207	477	196	269
Terra Indígena	94	211	129	290
Unidade de Conservação	41	53	30	23
Total	377	889	402	628

As queimadas em 2010, foram mais altas dado o prolongamento da temporada de estiagem, mas chamaram a atenção para a concentração de focos nas proximidade da principal entrada da UHE Teles Pires, conforme pode ser visto no mapa 4, ao lado.

Conforme se pode notar, no destaque do mapa, a grande maioria destas queimadas destacadas em vermelho foram ilegais por ocorrerem em propriedades sem Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, portanto, sem autorização do órgão licenciador estadual (SEMA).

¹ Prática agrosilvopastoril, que consiste na queima de vegetação natural com o fim de preparar o solo para semear ou plantar.

EM BRANCO

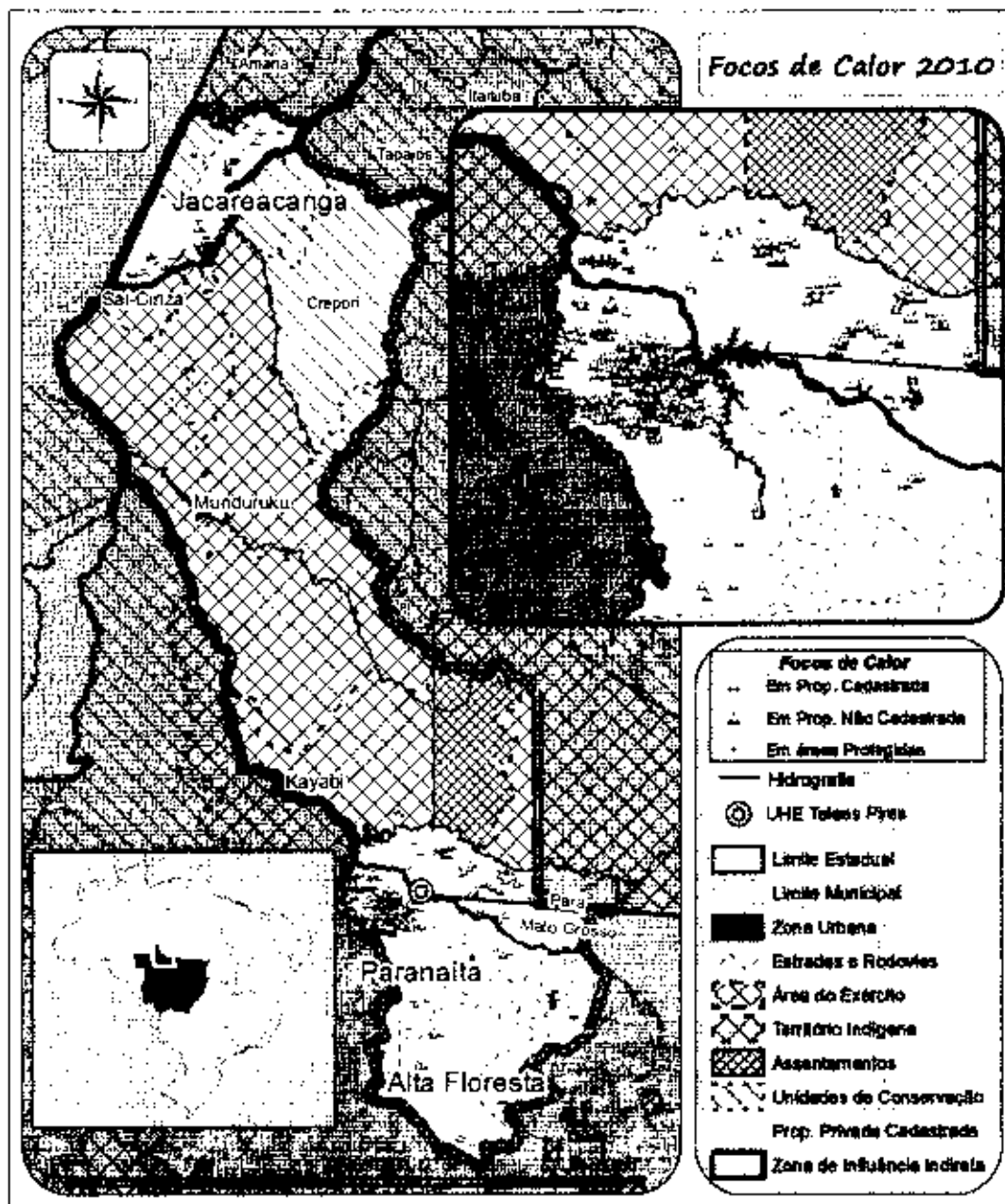


Instituto
Centro
de Vida

CNPJ: 26.812.784/0001-46
Declarada de Utilidade Pública
pela Lei Estadual nº 6.752/96
Qualificada como OSCIP com
nº 0815.011630/2003-11

1570
4420107-05

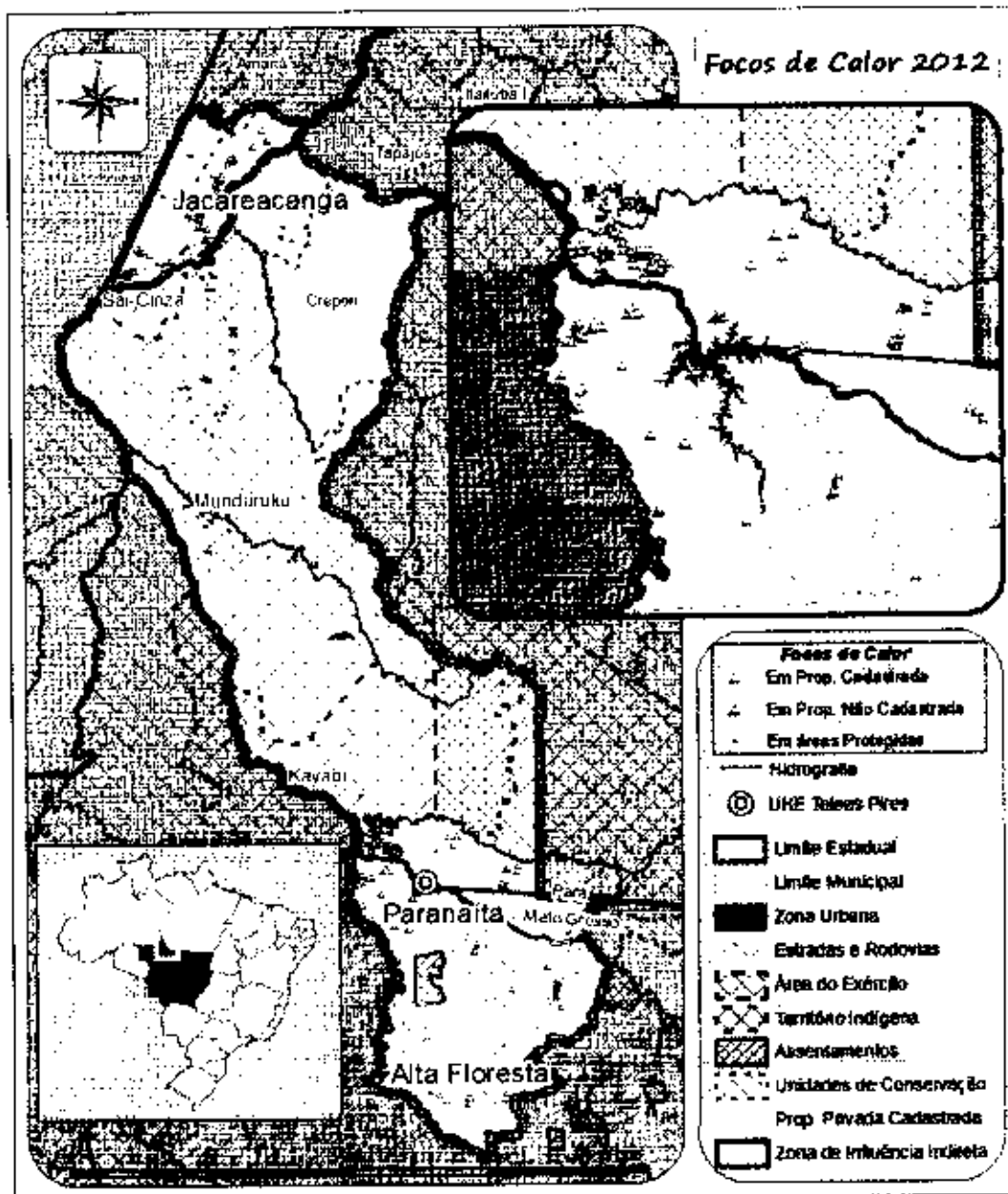
1572
4420107-05



Mapa 3 - Focos de Calor com e sem CAR, na AII, em 2010

EM BRANCO

Em 2012, o segundo ano com maior número de focos de calor, há um novo pico de queimadas sem autorização, notadamente, como mostra o destaque no mapa, para onde está prevista a construção da UHE de São Manoel, conforme mapa 5.



Mapa 4 Focos de Calor na Área de Impacto Indireto

EM BRANCO

Assim, conforme mostra a figura 1, em 2010 a UHE de Teles Pires foi fonte de forte alteração sobre o uso da terra². Na UHE São Manoel verifica-se fenômeno em 2012, quando a UHE de São Manoel foi motivo de intensos movimentos, no final de 2011, quando a data do leilão chegou a ser marcada, mas cancelada ao final.

3.2 Degradação florestal

A degradação florestal, assim como as queimadas, chamou a atenção em 2010, conforme gráfico apresentado abaixo, e ocorreu, fundamentalmente, no município de Paranaíta. A degradação significa a retirada ilegal de árvores.

Degradação Florestal na AII

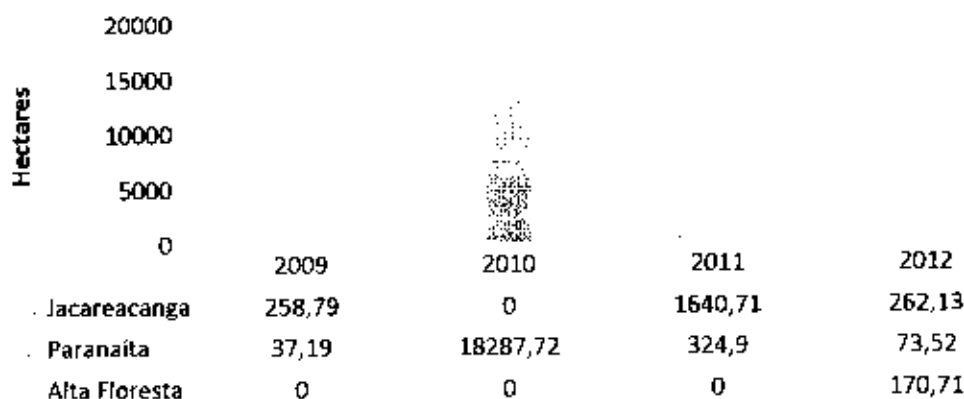


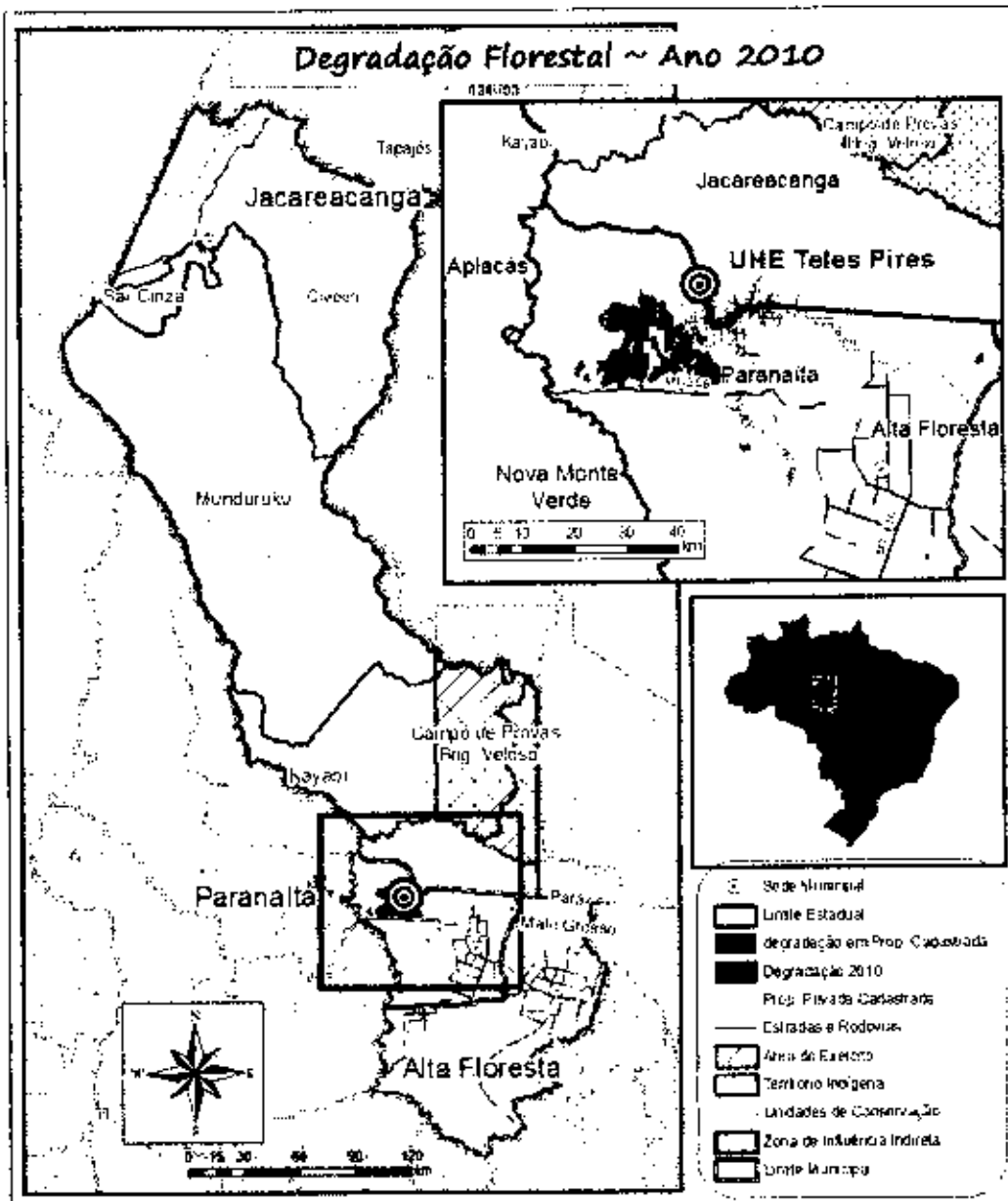
Gráfico 1 - Degradação Florestal na AII da UHE Teles Pires

²O desmatamento indireto inclui também aqueles realizados por especuladores para demarcar preventivamente a posse de terras com o objetivo de lucrar posteriormente por meio do cultivo da área ou por meio da venda das terras (MARGULIS, 2003).

FOR BRANCH

1573
4/2/2010-LS
1515
4/2/2010-LS

No mapa 5, pode-se notar que grande parte da degradação se dá em áreas sem CAR ou LAU, portanto ilegais, pois são áreas sem Planos de Manejo, o que a qualifica como uma extração sem autorização da SEMA.



Mapa 5 - Degradação Florestal em propriedades com e sem CAR, na AII, em 2010

EM BRANCO

3.3 Medidas de mitigação identificadas nos PBA's

Com o intuito de verificar se o que foi constatado pelas imagens possui ações mitigatórias, de prevenção e compensatórias a queimadas e degradação florestal, foram analisados os Planos Básicos Ambientais (PBA)³ para a cobertura florestal.

No referido relatório estão previstas medidas mitigadoras, mas que são insuficientes para neutralizar a degradação e queimadas ilegais. São ações genéricas, no âmbito do Programa de Comunicação Social, além de atividades específicas de Educação Ambiental e orientação sobre os impactos ambientais aos trabalhadores da obra. Outra atividade considerada genérica é o convênio com órgãos de fiscalização ambiental para o desenvolvimento de ações conjuntas de controle do desmatamento e de exploração dos recursos florestais (apoio aos Planos de Gestão ambiental) (EPE/LEME-CONCREMAT, 2010). Enfim, não foram identificadas ações concretas direcionadas e com recursos para conter a degradação e queimadas no município de Paranaíta.

3.4 Principais Impactos

O aumento da perda de cobertura vegetal na ilegalidade, através de queimadas e degradação florestal, acarretou consequências negativas a, principalmente, Paranaíta e Alta Floresta, que integraram em 2008 a lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de Municípios Prioritários para Ações de Controle e Prevenção do Desmatamento na Amazônia Legal.

Esta lista impõe uma série de sanções e restrições que vão desde intensificação da política de comando e controle, com o aumento da fiscalização, como também o uso de instrumentos econômicos, através da limitação de acesso ao crédito rural. Os municípios que quiserem sair da lista necessitam mobilizar recursos humanos e técnicos para atingir

³ O EIA-RIMA da Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires propôs uma série de medidas para prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais potenciais identificados. Essas medidas foram estruturadas no presente Projeto Básico Ambiental (PBA), em um total de 44 Programas e Planos Ambientais, dentre eles um Programa Gerencial, 04 Programas Vinculados Diretamente às Obras, 27 Programas de Monitoramento, Controle, Manejo e Conservação, 8 Programas Compensatórios, 3 Programas de Apoio ao Plano de Gestão Ambiental, e 1 Programa Especial (CHTP/JGP, 2011).

EM BRANCO

os critérios⁴ para que possam voltar a ter acesso ao crédito e novas permissões de desmatamento controlado.

4. Conclusão

Apesar do descontrole sobre as queimadas e a degradação florestal não foi verificada nenhuma medida de correção nos documentos dos PBAs analisados. Nesse sentido, não é demasiado afirmar que essa falta de meios e instrumentos para reverter a intensificação das queimadas e degradação, associados às pressões indiretas da instalação do UHE, faz com que, por exemplo, Paranaíta não consiga sair da lista do MMA.

As recomendações deste relatório para o IBAMA são:

- Obrigar o empreendedor a incluir no EIA/RIMA o desmatamento, degradação florestal e queimadas com impactos indiretos da implantação da UHE São Manoel;
- Criação de PBA específicos que contemplem o controle e a prevenção do desmatamento, degradação florestal e queimadas na região com ações específicas nas áreas de monitoramento, fiscalização e gestão ambiental, como a implementação do programa de Cadastro Ambiental Rural com fortalecimento do monitoramento e da recuperação ambiental nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta.
- Que, caso a licença prévia seja emitida, a Compensação Ambiental em Unidade de Conservação (UC) ocorra em discussão com o escritório do ICMBio de Alta Floresta, conselhos das UCs da região, prefeituras municipais, SEMA e sociedade civil no intuito de fortalecer a gestão territorial destas áreas com ações para impedir a degradação e perda de cobertura vegetal destas áreas.

Além dessas recomendações, sugerimos ao IBAMA a criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional com representantes do órgãos governamentais, setor privado e sociedade civil que seja responsável por acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental das UHES Teles Pires e São Manoel, garantindo um efetivo controle social para que de fato as medidas e programas sejam cumpridos de acordo com

⁴O MMA estabeleceu três critérios para saída da lista, atualizados em 2011 pela Portaria nº 138.

EM BRANCO

a necessidade local e se revertam em melhorias na qualidade de vida da população dos municípios atingidos.

5. Referências Bibliográficas

BARRETO et al. **Risco de desmatamento associado à hidrelétrica de Belo Monte**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2011.

CHTP – Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. JGP Consultoria e Participações Ltda. **Plano Básico Ambiental**. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Hidreletricas/Teles%20Pires/PBA/>. Acesso em 02 Out. 2012.

EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas. LEME-CONCREMAT. **Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires**. 2010. Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/>>. Acesso em 02 Out. 2012.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003.

SANCHEZ, L, E. **Avaliação de Impacto ambiental: conceitos e métodos**. Editora Oficina de textos 2006

EM BRANCO



CNPJ: 26.812.784/0001-46
Decretada de Utilidade Pública
pela Lei Estadual nº 6.752/96
Qualificada como OSCIP com
nº 0815.011630/2003-11

1574
~~44.2107-65~~
AE

1574
44.2107-65
AE

EM BRANCH



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - IBAMA
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA CEP: 70.818-900 - Brasília-DF

1518
~~1420167-66~~

1580
4420167-66

Memorando Nº 370/2013 AGU/PGF/PFE-IBAMA SEDE/COJUD

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Da: Coordenação Nacional de Contencioso Judicial
A: Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC)

Processo: Ação Civil Pública (ACP) nº 14123-48.2013.4.01.3600
Interessado: Procuradoria Federal em Mato Grosso

URGENTE: Prazo judicial de 72h
UHE SÃO MANOEL

Senhor Diretor,

Com o fim de permitir a defesa do IBAMA na ACP movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em Cuiabá (MT) e que tem como pedido liminar decisão judicial que determine "a realização de consulta ao povos indígenas potencialmente impactados, no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100.000,00, bem como a imposição de obrigação de não-fazer, consistente no impedimento de realizarem-se audiências públicas sobre o EIA/RIMA da UHE São Manoel, sob pena de multa diária, também no valor de R\$ 100.000,00, enquanto não ultimada a consulta aos indígenas", SOLICITO que, a título de subsídios, sejam respondidos os questionamentos abaixo.

Bo TRP Refaul
Rein para pntar
ao prazo. Minuta
de demora
resposta tramitada
a diretoria

31/10/2013

Mônica Cristina Cardoso da Fonseca
Matrícula nº 1423150
Chefe
COHID/CGENE/DILIC

- a) Há previsão ou necessidade de realização de mais alguma audiência pública para fim de fornecimento ou confirmação de licença na competência do IBAMA, referente ao empreendimento UHE São Manoel?;
- b) Para fins de emissão das licenças ambientais ao empreendimento UHE São Manoel foi ou será feita consulta aos indígenas?;
- c) É obrigatória a consulta aos indígenas das Terras Indígenas próximas ao empreendimento UHE São Manoel?;
- d) Aplica-se ao empreendimento UHE São Manoel e à atividade do IBAMA a Portaria Interministerial nº 419/2011, art. 3º, § 2º, I, a seguir transcrito?;

Art. 3o O IBAMA, no início do procedimento de licenciamento ambiental, na Ficha de Caracterização as Atividade-FCA, deverá solicitar informações do empreendedor sobre possíveis interferências em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

(...)


§ 2o Para fins do disposto no caput deste artigo, presume-se a interferência:

I - em terra indígena, quando a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam gerar dano sócio-ambiental direto no interior da terra indígena, respeitados os limites do Anexo II;

Pelo exposto e considerando que o prazo judicial exíguo, solicito resposta com brevidade, até às 12h do dia 31/10 (quinta-feira).

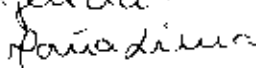
Espero compreensão, mas a urgência não é da Procuradoria, mas do IBAMA.

Atenciosamente,


José Carvalho dos Anjos
Procurador Federal - Mat. 1312058
Coordenador Nacional do Contencioso Judicial
AGU/PGF - PFE/IBAMA/SEDE/COJUD

A COHID, etc Mônica, com urgência.

29/10/13


Maira Liria
Analista Ambiental
Mat. 1852207

RES: UHE SÃO MANOEL. OBRA PAC. MANIFESTAÇÃO 72 HORAS.

Renata Silva Pires de Carvalho

Enviado: terça-feira, 29 de outubro de 2013 12:58**Para:** Carolina Saboia Fontenele e Silva; Rafael Abijaodi Lopes de Vasconcellos; Henrique Varejão de Andrade; PFE-FUNAI/DF - Subsídios; Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo**Cc:** Antônio de Pádua Oliveira Júnior; José Carvalho dos Anjos; Camila Dias Marques; Thomaz Toledo (thomaz.toledo@ibama.gov.br)1579
~~1579~~ 65
1583
442/03-65
∞

Prezados,

fiz o pedido de dilação de prazo de 05 dias, com vista aos autos de 24 horas.

Como já ressaltado em outras oportunidades, nestes casos aqui no Mato Grosso em havendo o interesse indígena envolvido há um comprometimento do judiciário na celeridade dos autos, em especial na 1ª Vara, onde tramita a questão.

Não sei, ainda, se foi acostado aos autos pelo MPF, alguma manifestação da FUNAI, ou das Comunidades indígenas, mas pelo que foi narrado na petição inicial a EPE realizou reuniões com os indígenas interessados.

Assinalo, que há alguns pontos que devem ser subsidiados pelo IBAMA, tais como:

- 1) se há alguma audiência pública a ser realizada ainda;
- 2) se no empreendimento em questão a consulta às comunidades indígenas é obrigatória;
- 3) aplica-se a Portaria Interministerial nº 419/2011, mas precisamente o inciso I, §2º, do art. 3º, que dispõe presumir interferência do empreendimento em terra indígena "quando a atividade ou empreendimento submetido ao licenciamento localizar-se em terra indígena...".

Entendo a dificuldade de prestar subsídios em tão pouco tempo, todavia, insisto na viabilidade de não ultrapassarmos ao prazo de 05 dias.

Registro, ainda que o pedido de dilação de 05 dias foi protocolado na sexta-feira, assim deve ir concluso com uma posição, talvez, no final do dia de hoje, desse modo poderemos ganhar um tempinho.

Att.

Renata Silva Pires de Carvalho
 Coordenadora da Matéria Finalística da PF/MT
 Procuradoria-Geral Federal
 Fone: +55 65 3928-1696 / 65 8117-9299
 E-mail: renata.carvalho@agu.gov.br

Advocacia-Geral da União
 Procuradoria-Geral Federal
 Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso

Ass: Carolina Saboia Fontenele e Silva

De: Carolina Saboia Fontenele e Silva**Enviado:** sexta-feira, 25 de outubro de 2013 19:41**Para:** Renata Silva Pires de Carvalho; Rafael Abijaodi Lopes de Vasconcellos; Henrique Varejão de Andrade; PFE-FUNAI/DF - Subsídios; Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo**Cc:** Antônio de Pádua Oliveira Júnior; José Carvalho dos Anjos; Camila Dias Marques; Thomaz Toledo (thomaz.toledo@ibama.gov.br)**Assunto:** RES: UHE SÃO MANOEL. OBRA PAC. MANIFESTAÇÃO 72 HORAS.

Prezados,

Um dos pedidos da ação é o impedimento de se realizarem as audiências públicas sobre o EIA RIMA da UHE São Manoel, enquanto não ultimada a consulta aos indígenas.

Organizamos o plantão em setembro para as audiências públicas que seriam realizadas nos dias 27/09 em Paranaíta/MT, 29/09 em Jacareacanga/PA e 30/09 em Itaituba/PA. Ainda falta alguma audiência pública?

Caso não haja, podemos argumentar a perda do objeto em relação a essa parte.

Atenciosamente,

CAROLINA SABOIA FONTENELE E SILVA
 Procuradora Federal
 Responsável pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos/DEPCONT/PGF
www.agu.gov.br/pgf
 Tel. (61) 2076-9906



Advocacia-Geral da União
 Procuradoria-Geral Federal
 Departamento de Contencioso

Av. Paulista, 1598 - Bela Vista - CEP: 01310-900 - São Paulo, SP

De: Renata Silva Pires de Carvalho
Enviada em: sexta-feira, 25 de outubro de 2013 18:46
Para: Carolina Saboia Fontenele e Silva; Rafael Abijaodi Lopes de Vasconcellos; Henrique Varejão de Andrade; PFE-FUNAI/DF - Subsídios; Flavio Chiarelli Vicente de Azevedo
Cc: Antônio de Pádua Oliveira Júnior
Assunto: UHE SÃO MANOEL. OBRA PAC. MANIFESTAÇÃO 72 HORAS.
Prioridade: Alta

Prezados,

Acusamos o recebimento de Mandado de Intimação nº 1618/20013, referente a manifestação em 72 hs, do IBAMA, nos autos da ACP interposta pelo MPF, objetivando a garantia do direito de consulta livre, prévia e informada aos indígenas potencialmente afetados pela construção da UHE São Manoel, impedindo-se a realização de audiências públicas sobre o referido empreendimento até o procedimento de consulta seja realizado na forma assegurada pelo dispositivo em questão.

Assente-se que dado a exiguidade do prazo, e como o mandado foi recebido pela secretaria da PF no dia 23, estarei peticionando requerendo a dilação do prazo para concretizar a manifestação.

Assim, encaminho a ciência e apreciação de vocês a questão, informando que estou averiguando nos arquivos do núcleo se há ação semelhante ajuizada na subseção de Sinop/MT.

Renata Silva Pires de Carvalho
 Coordenadora da Matéria Finalística da PF/MT
 Procuradoria-Geral Federal
 Fone: +55 65 3928-1696 / 65 8117-9299
 E-mail: renata.carvalhor@agu.gov.br

Advocacia-Geral da União
 Procuradoria-Geral Federal
 Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso

Av. Brasil, 1735 - Independência - CEP: 78001-900 - Cuiabá, MT

1580
~~1620~~ CS

Após a redução do consumo de papel. Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE. Mas, se for imprimir, use a Ecofont (www.agu.gov.br/efont)

1582
44.20 10-7-03

Após a redução do consumo de papel. Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o MEIO AMBIENTE. Mas, se for imprimir, use a Ecofont (www.agu.gov.br/efont)

EM BRANCO




PCI 92 138 04

~~1583~~
~~44207-69~~

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
1ª VARA FEDERAL

1583
44207-69
←

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 14123-48.2013.4.01.3600 

CLASSE: 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. NAT. RENOVÁVEIS-IBAMA E OUTRO.

MANDADO: Nº 1518/2013

NOTIFICAÇÃO DE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. NAT. RENOVÁVEIS-IBAMA

ENDEREÇO: Av. Celso Vargas, n. 553, 9º andar, Centro, Cuiabá-MT

FINALIDADE: Prestar informações ao Juízo no prazo de 72 (setenta e duas) horas

ADVERTÊNCIA: Não há

ANEXO: - Cópia da petição inicial, documentos e da(s) decisão(s) despacho de fls. 247

SEDE DO JUÍZO: 1ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 4888-FORUM MINISTRO J. J. MOREIRA RABELO
CUIABÁ-MT
CNPJ 08.053.000

Expedi este mandado por ordem deste Juízo Federal.

CUIABÁ, 18 de Outubro de 2013.

OSVALDO KAZUYUKI FUGIYAMA

Diretor(a) de Secretaria da 1ª VARA FEDERAL

Maria Lúcia Squillacce
Promotora Federal
Mat. 1635577



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
JUIZO DA PRIMEIRA VARA

Processo nº : 14123-48.2013.4.01.3600

DECISÃO

I - Em atenção ao art. 2º da Lei 8.437/92, determino a manifestação prévia sobre o pedido liminar, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, bem como da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, sucessivamente, dispondo cada uma das partes do prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas.

II - Após, conclusos para apreciação do pedido liminar.

III - Intimem-se.

Cuiabá, 1º de outubro de 2013.

ILAN PRESSER

Juiza Federal Substituto da 1ª Vara/MT

DATA

Recebido em 04/10/13 às 10:13h

Cuiabá, 04/10/13

Vanúcia Costa Marques Lage
Técnica Judiciária MT381-48



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

~~1584~~
~~44.20.107-66~~

1584
44.20.107-66
x

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO.

Distribuição por dependência ao processo nº 13839-40.2013.4.01.3600

(Referência: Inquerito Civil Público nº 1.20.000.001662/2011-10)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos procuradores da República signatários, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e V, da Constituição da República, bem como nos artigos 2º e 6º, inciso VII, alínea c, ambos da Lei Complementar nº 75/93, no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 7.347/85 e no art. 6º da Convenção 169 da OIT, vem perante Vossa Excelência propor

AÇÃO CIVIL PÚBLICA,
com pedido de liminar

em face do **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF 03.659.166/0001-02, com sede no - SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Cx. Postal nº 09870 - CEP 70818-900 - Brasília/DF; e da **EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE)**, empresa pública federal vinculada ao Ministério das Minas e Energia, com escritório-sede situado no SAUN - Quadra 1 - Bloco B - Sala 100-A, CEP: 70.041-903, Brasília - DF, pelas razões fáticas e jurídicas doravante delineadas:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
I - DO OBJETIVO DA PRESENTE DEMANDA

Considerando o disposto no art. 6º da Convenção 109 da OIT, regularmente internalizada na ordem jurídica brasileira pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, a vertente demanda tem por objetivo a garantia do direito de **consulta livre, prévia e informada** aos indígenas potencialmente afetados pela construção da UHE São Manoel, impedindo-se a realização de audiências públicas sobre o referido empreendimento até que o procedimento de consulta seja realizado na forma assegurada pelo dispositivo em questão.

II – DA ADEQUAÇÃO DA MEDIDA E DA LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao delimitar as atribuições dos diversos órgãos que compõem a estrutura estatal, estabeleceu ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição, cabendo-lhe intentar todas as medidas que se afigurem necessárias à plena consecução desse objetivo (art. 129, inciso II, da CRFB/88).

Dentre tais medidas, o próprio texto constitucional define, em seu art. 129, inciso III, que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Ainda por expressa disposição constitucional (art. 129, inciso V), é atribuição do *Parquet* defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

No plano infraconstitucional, a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil,

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto-d5051.htm



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

~~1585~~
~~4/20/07-65~~
1585
4/20/07-65
AC

pública, prevê em seu art. 5º, inciso J, combinado com o art. 1º, inciso IV, a legitimidade ministerial para o ajuizamento desta modalidade de demanda na defesa de quaisquer interesses difusos ou coletivos.

Por sua vez, o art. 5º, III, "d" e "e", e o art. 6º, VII, "b" e "c", da Lei Complementar nº 75/93, também dispõem sobre a defesa judicial do meio ambiente e das povos indígenas por parte dos membros do Ministério Público Federal.

À luz das disposições constitucionais e legais vigentes, sobressaem inefutáveis tanto a legitimidade ativa do Ministério Público Federal, como a adequação desta medida na defesa dos direitos das comunidades indígenas potencialmente afetadas pela construção da UHE São Manoel,

III - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Para salvaguardar o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público "exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade" (art. 225, §1º, inciso IV, da Constituição).

Nos termos do art. 2º, inciso XI, da Resolução nº 01/86 do CONAMA, a construção de usina geradora de eletricidade, com potência acima de 10MW, qualquer que seja a fonte de energia primária, caracteriza atividade modificadora do meio ambiente, cuja construção depende, por tal razão, da realização de estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, que deverão ser submetidos à aprovação do órgão ambiental competente. Em outras palavras, a construção de uma usina geradora de energia elétrica deve ser precedida regularmente de estudo no qual serão avaliados os impactos ambientais ocasionados pela obra.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Por força do disposto no art. 11 da Resolução nº 237 do CONAMA, os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Tendo em vista que a presente medida tem por objetivo a imposição do dever de consulta aos povos indígenas potencialmente afetados pela UHE São Manoel, impedindo-se a realização de audiências públicas no curso do licenciamento ambiental do referido empreendimento, conclui-se que tanto a empresa que formulou o estudo quanto o órgão componente do SISNAMA responsável pelo licenciamento devem ser acionados judicialmente em razão da inobservância da garantia prevista no art. 6º da Convenção 169 da OIT.

Na espécie, foi a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que desenvolveu o estudo sem observância do direito de consulta titularizado pelos índios potencialmente impactados pela obra. Ademais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não exigiu, como condição para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e apresentação do respectivo relatório (RIMA), a realização de consulta livre, prévia e informada aos índios que suportarão os efeitos negativos decorrentes da construção do empreendimento.

Sendo assim, é incontestável a legitimidade de ambas as entidades para figurarem no polo passivo desta relação jurídico-processual.

IV – DA COMPETÊNCIA

A competência atribuída à Justiça Federal tem assento constitucional, caráter absoluto e consubstancia matéria de direito estrito, motivo pelo qual somente restará caracterizada quando presente ao menos uma das hipóteses taxativamente arroladas na Constituição da República.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1584
~~4420101-6~~
1586
4420102-0

Na espécie, verifica-se que tanto a causa de pedir como os pedidos deduzidos estão relacionados à violação de direitos indígenas, atraíndo, portanto, a regra do art. 109, XI, da Carta Magna.

Nas palavras do eminente Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, essa regra de competência "impõe o deslocamento, para o âmbito de cognição da Justiça Federal, de todas as controvérsias que, versando a questão dos direitos indígenas, venham a ser suscitadas em função de situações específicas".

A competência da Justiça Federal se impõe, outrossim, vez que a presente demanda possui também como causa de pedir a violação à Convenção 169 da OIT, de que o Brasil é signatário, fazendo incidir a regra do art. 109, III, da Constituição Federal.

Por fim, cabe destacar que a presença de entidades federais (IBAMA e EPF) no polo passivo da demanda também determinam a fixação da competência da Justiça Federal, em observância ao art. 109, inciso I, da Lei Maior.

Logo, a fixação da competência federal para o processamento desta ação revela-se inquestionável.

Não há dúvidas, outrossim, quanto à competência da Seção Judiciária de Mato Grosso para processamento do feito. Deveras, o Código de Defesa de Consumidor, que integra o microsistema de tutela coletiva, traz em seu artigo 93 dois incisos que balizam a definição do foro competente para os casos que envolvam direitos metaindividuais.

Segundo o inciso I do dispositivo em foco, a competência será do foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local. Por outro lado, o inciso II estabelece que a ação será ajuizada no foro da capital do Estado ou do Distrito Federal para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos

2 RE 183 188. Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 10-12-1996, Primeira Turma, STF, DJ de 14-2-1997



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

casos de competência concorrente.

Logo, caso o dano constatado seja de magnitude regional ou nacional, impõe-se a fixação do foro da capital do Estado ou do Distrito Federal para processamento da ação.

Na mesma linha de intelecção, convém destacar o entendimento do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE. DANO AMBIENTAL REGIONAL. COMPETÊNCIA JURISDICCIONAL DO JUÍZO DA CAPITAL DO ESTADO. APLICAÇÃO DO ART. 93, II, DA LEI Nº 8.078/90 C/C O ART. 21 DA LEI Nº 7.347/85.

I - Nos termos do art. 2º da Lei nº. 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública, as demandas ali previstas serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

II - No caso concreto, versando a controvérsia instaurada nos autos de origem em torno de dano ambiental de âmbito regional ou nacional, decorrente da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, é competente o Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, especializado em matéria ambiental e agrária, por aplicação subsidiária do art. 93, inciso II, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), na forma autorizada do art. 21 da Lei nº. 7.347/85.

III - Conflito conhecido, declarando-se competente o Juízo Suscitado - 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará.

(CC 0061089-73.2011.4.01.0000 / PA, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TERCEIRA SEÇÃO, e-DJF1 p.027 de 10/04/2012)

Ao ser efetivamente construída, a UHE São Manoel afetará os povos indígenas Kayabi, Manduruku e Apiaká, cujas Terras abrangem diversos municípios entre os Estados de Mato Grosso e do Pará.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1585
~~4426102-65~~
x

1587
4426102-65
x

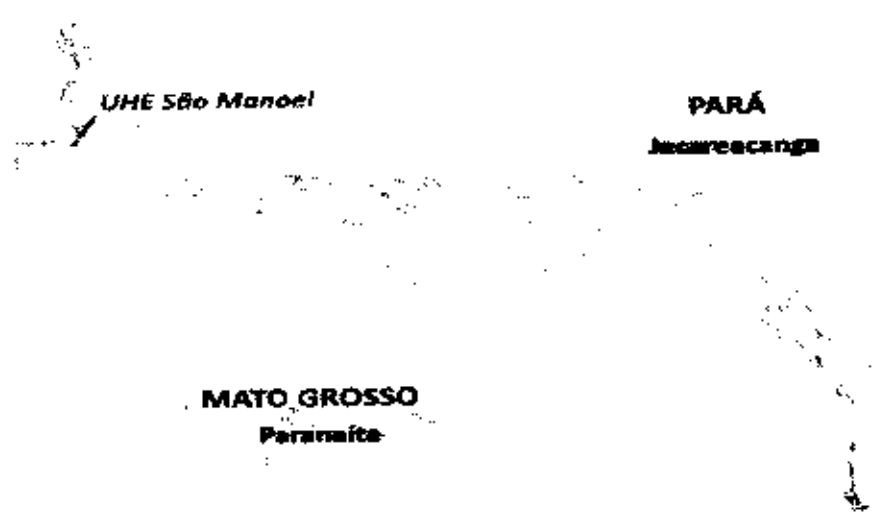
Verifica-se, por conseguinte, que o impacto potencialmente gerado com a edificação da UHE São Manoel será incontestavelmente regional, ensejando, assim, a aplicação do disposto no art. 93, II, do Código de Defesa do Consumidor, bem como no art. 21 da Lei de Ação Civil Pública. Inexorável, portanto, a competência da Seção Judiciária de Mato Grosso para o julgamento desta demanda.

V – DOS FATOS

A Usina Hidrelétrica São Manoel está prevista para ser construída no rio Teles Pires, na divisa entre os Estados de Mato Grosso e do Pará, com potência geradora estimada em 747 MW.

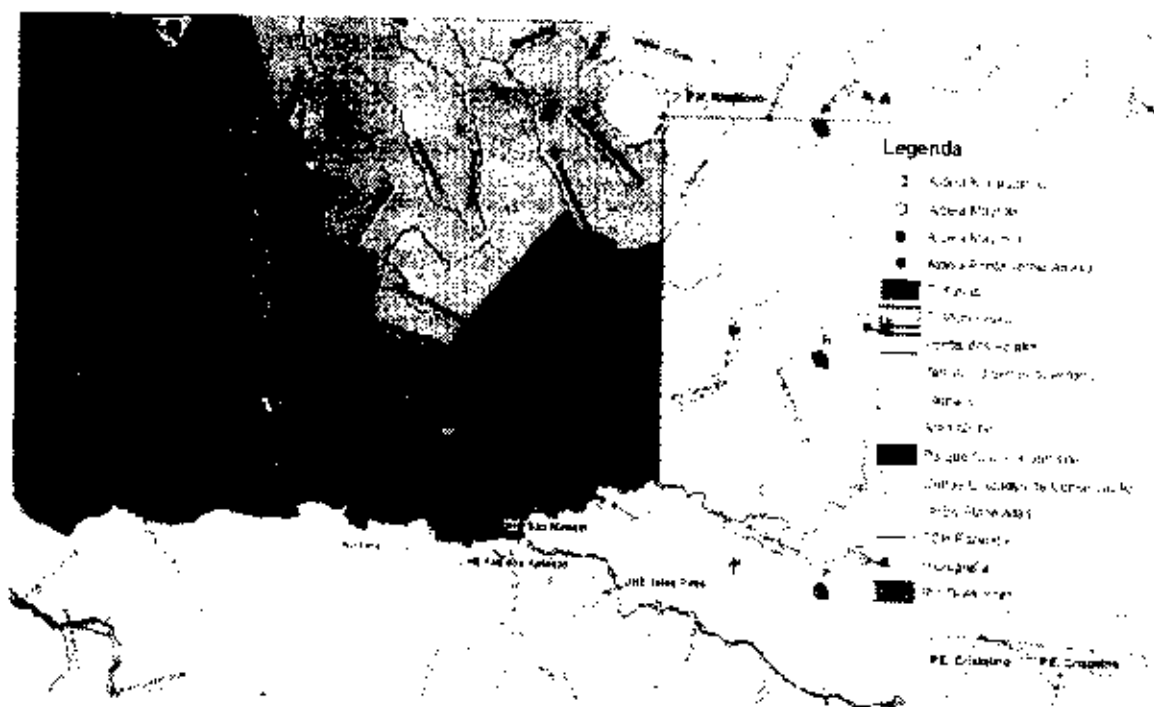
Trata-se de um grande empreendimento hidrelétrico e, como tal, causador de significativo impacto ambiental, de modo que sua instalação e operação depende do regular procedimento de licenciamento ambiental.

O projeto de construção da UHE São Manoel prevê sua instalação entre os municípios de Paranaitá (MT) e Jacareacanga (PA), na área de referência das Terras Indígenas Kayabi, Mundurucu e Pontal do Apiaká, conforme ilustram as figuras constantes no RIMA:





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Restou apurado nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.20.000/001662/2011-10, a edificação da usina hidrelétrica em questão não foi objeto de consulta aos índios potencialmente impactados pela obra.

Deveras, embora a obra esteja projetada para ser construída em distância inferior a 1km (um quilômetro) da Terra Indígena Kayabi, e na área de influência das Terras Indígenas Munduruku e Poitã do Apiaká, as comunidades impactadas não foram consultadas de maneira livre, prévia e informada, conforme determina o art. 6º da Convenção 169 da OIT.

Insta assinalar que a consulta consubstancia um direito fundamental de participação dos índios naquelas medidas que possam causar impacto em suas comunidades.

A propósito, os impactos do empreendimento hidrelétrico São Manoel nas comunidades indígenas encontram-se assim descritos no Relatório de Impacto Ambiental RIMA.³

³ Consultado no site: http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/S%20A3o%20Manoel/RIMA%20Final.pdf (grifos apostos)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1586
~~4420107-05~~ CS

1588
4420107-06
←

Terras e comunidades indígenas

A UHE São Manoel não interfere diretamente com terras indígenas, isto é, não muda terras atualmente demarcadas ou declaradas pela Funai. O empreendimento se situa, porém, a menos de 2km do limite declarado da TI Kayabi e a cerca de 54km da aldeia Kururuzinho, a principal dessa comunidade indígena. Por isso, e também pela existência da TI Munduruku, aproximadamente 150km rio abaixo, e de indícios da presença de índios isolados (TI Pontal dos Apiaká), foi realizado o Estudo do Componente Indígena da UHE São Manoel.

Esse estudo foi feito por uma equipe de especialistas aprovada pela Funai, que seguiram um plano de trabalho definido por essa instituição. Foram feitas extensa pesquisa bibliográfica e entrevistas e levantamentos dentro da TI Kayabi. A comunidade Munduruku não permitiu o acesso da equipe às suas aldeias.

Terra Indígena Kayabi

A TI Kayabi se localiza nos municípios de Jacareacanga, PA, e Apiacás, MT, e possui oito aldeias: Kururuzinho, Tukumã, Minhocoçu, Coelho, São Benedito, Mairówi, Sapezal e Teles Pires. A aldeia Kururuzinho é a que tem a melhor infraestrutura. Nela há posto de saúde, telefone, rádio, água encanada, um gerador de eletricidade que funciona quatro horas por dia e uma escola que serve a todos os estudantes da região.

Na TI Kayabi vivem índios das *etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku*. Em 2007, moravam nessa TI aproximadamente 900 pessoas, sendo 190 da etnia Kayabi, 160 da etnia Apiaká e 550 da etnia Munduruku.

Como acontece com a maioria dos grupos indígenas do Brasil, a caça e a pesca são atividades muito importantes para os índios que ali vivem, que também têm tradição agrícola e apreciam e cultivam frutas. Produzem artesanatos, como cestaria e trabalhos em madeira, atividades tipicamente masculinas, e cerâmica e tecelagem, praticadas pelas mulheres.

O rio Teles Pires é importante para a comunidade Kayabi em razão da pesca, da navegação e também como parte das crenças e rituais. Exemplo de uma prática tradicional na aldeia Kururuzinho é o **rito de iniciação masculina*. Quando o homem completa 18 anos, ele se isola dentro de casa durante um ano, tendo contato somente com os pais. Nesse período, eles aprendem sobre o universo masculino e são feridos uma vez por semana por um instrumento feito com dentes de peixe-cachorro-*pequeno* (tranhadeira), para sair o "sangue ruri".

*Etnia é a palavra utilizada para representar um grupo de pessoas que se diferencia de outros grupos, em termos culturais, históricos, linguísticos, artísticos, religiosos e também nas características físicas dos indivíduos.

*Ritos de iniciação, ou de passagem, existem desde o início da História da humanidade. Em muitas culturas, os ritos são importantes na formação social e cultural de uma pessoa. Estes ritos marcam a mudança de status de um indivíduo dentro de sua comunidade. São exemplos de ritos de passagem o batismo, entre os cristãos, e o Bar Mitzváh, entre os judeus.

Terra Indígena Munduruku



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A TI Munduruku fica no município de Jacareacanga e é habitada por cerca de 8.100 pessoas, que vivem em mais de 90 aldeias. A grande maioria da população é de índios Munduruku, mas estão presentes também as etnias Apiaká, Kayabi, Kayapó e Canoeiro.

As maiores aldeias são a Missão e a Waru Apompô, no rio Cururu, a Katô, no rio Cabitutu, e a Caroçal, no rio das Tropas. A grande maioria das aldeias nessa TI não tem energia elétrica e nem poço d'água. Algumas, maiores, têm gerador de energia, mas há dificuldades no suprimento do óleo diesel para os geradores.

As principais atividades são a caça e a pesca, além da criação de animais, do extrativismo vegetal e da agricultura.

É muito rico o universo de crenças dos indígenas. Os rituais, assim como o número de pajés, têm diminuído ao longo do tempo. De qualquer modo, em razão da distância da UHE São Manoel à TI Munduruku, não se espera que a implantação da usina possa afetar os costumes desse povo.

*Pajés e caciques são figuras tradicionais em uma comunidade indígena. O cacique é o chefe da tribo e, entre outras funções, é quem aplica as regras da comunidade e resolve os conflitos. O pajé é normalmente um índio mais velho, em geral o mais experiente do grupo, que possui muitos conhecimentos e é responsável por passar a história, a cultura e as tradições da comunidade para as gerações seguintes. Ele também tem a função de curandeiro e líder espiritual.

Terra Indígena Pontal dos Apiaká

A TI Pontal dos Apiaká fica na bacia do rio Juruena e está em processo de criação, o que significa que a Funai ainda desenvolve os estudos básicos nos quais se baseará sua delimitação. Estima-se que 30 índios vivam nessa área.
[...]

Impactos sobre a população indígena

Impactos de alta importância

Geração de expectativas na população indígena

Mesmo antes do início das obras, a implantação de uma usina hidrelétrica provoca impactos na população local. No caso das populações indígenas, essas expectativas resultam, em geral, em reações contrárias à instalação da usina, seja por experiências negativas com outras ações de governo, seja pelas modificações ambientais que a usina poderá causar ou, ainda, pelos riscos de acidentes durante a construção e operação da usina.

Esse impacto é negativo e sua manifestação é temporária. Visando reduzir essas expectativas, foram realizadas reuniões nas aldeias, envolvendo índios das etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku. Nas fases seguintes de planejamento e implantação da usina, haverá continuidade do diálogo entre empreendedor e lideranças indígenas, o que deverá contribuir para a redução da ansiedade e das preocupações com relação à usina.

Dedicados a esses objetivos são propostos o programa de comunicação social e o programa de educação ambiental, complementados pelo programa de apoio às comunidades indígenas.

Aumento dos preços das terras e benfeitorias

O aumento da circulação de pessoas na região da construção da usina e as



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1587
~~4420102-05~~
1589
4420102-05
x

interferências das obras e da represa sobre as propriedades devem levar ao encarecimento dos preços dos imóveis em áreas urbanas e rurais. Terras indígenas demarcadas não estão sujeitas a esse impacto, pois são protegidas por lei e não podem ser comercializadas.

No entanto, a chamada Gleba Sul da TI Kayabi ainda está em processo de demarcação e há situações de litígio. Proprietários de terras da região estão sujeitos ao aumento de preços de terras e benfeitorias ocasionado pelo planejamento e implantação da usina, o que pode interferir no já complicado processo de regularização das terras de interesse das comunidades indígenas. Esse impacto é negativo e permanente, pois as alterações provocadas no comércio de bens imóveis devem ser assimiladas pelo mercado imobiliário da região e suas consequências devem ser irreversíveis.

Contratação de indígenas nas atividades relacionadas à obra

A abertura de postos de trabalho em atividades relacionadas à obra e à operação da usina pode beneficiar também as comunidades indígenas. As atividades dos programas de monitoramento ambiental são as mais indicadas para a mão de obra indígena, pois são as que mais se assemelham aos seus conhecimentos, hábitos e costumes tradicionais.

Esse impacto é positivo e considerado permanente, visto que os programas de monitoramento devem se prolongar por toda a vida útil da represa.

Os programas de educação ambiental e de apoio às comunidades indígenas devem promover a capacitação necessária da mão de obra indígena e coordenar os programas que dela necessitam para que utilizem adequadamente esses trabalhadores.

Aumento das atividades econômicas

Os salários pagos aos trabalhadores da obra e a renda gerada por produtos e serviços que serão comercializados na região vão aumentar a circulação de dinheiro. Esse impacto deve favorecer a economia local e aumentar a arrecadação do poder público.

Para as populações indígenas, o aumento das atividades econômicas na região pode levar a novas relações de troca com produtores, comerciantes e a população em geral. Por outro lado, as mudanças na região decorrentes desse aumento da circulação de dinheiro e de novos negócios podem levar, também, a interferências nos modos de vida das populações indígenas.

Esse impacto é considerado permanente, visto que as mudanças dele resultantes devem se prolongar para além da construção da usina.

O programa de reforço à infraestrutura e equipamentos sociais, associado ao programa de apoio às comunidades indígenas, deve incluir ações que contribuam para diminuir as interferências do aumento das atividades econômicas sobre os modos de vida das populações indígenas.

Facilidade de acesso de não índios às terras indígenas devido à melhoria das condições das estradas

Será necessária, para a construção da usina, a melhoria das condições de trânsito de pessoas e equipamentos. Tendo isso em vista, são previstas a abertura de novas estradas e a melhoria de outras já existentes.

MPF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A melhoria das estradas na região vai facilitar o acesso das comunidades indígenas à cidade de Alta Floresta, polo importante de comércio e serviços. No entanto, a melhoria das vias de acesso poderá facilitar a ocupação de terras, o desmatamento ilegal e outras atividades de exploração dos recursos naturais, as quais podem representar riscos de pressão sobre a TI Kayabi.

Esse impacto é negativo, permanente e considerado irreversível. O programa de reforço à infraestrutura deve conter ações que minimizem a ocupação desordenada da região e os riscos de pressões sobre terras indígenas.

Aumento da população pela chegada de pessoas de outras regiões

A atração de trabalhadores para as obras da usina e de pessoas em busca de oportunidades de trabalhos e negócios vai resultar no aumento da população local. A população atraída deve se concentrar em Paranaitá e Alta Floresta, cidades mais próximas do local de construção da futura usina. Pequenos núcleos populacionais poderão se formar ao longo dos acessos às obras, causando pressão sobre as terras indígenas.

Esse impacto pode ser considerado importante, mesmo considerando a distância de Alta Floresta e Paranaitá até a TI Kayabi (mais de 100km) e que o período de maior circulação de pessoas na obra é de apenas oito meses.

Trata-se de um impacto negativo e irreversível, pois parte da população atraída pela obra deverá se estabelecer na região, como ocorreu em outros empreendimentos desse tipo.

O programa de reforço à infraestrutura e equipamentos sociais e o programa de apoio às comunidades indígenas devem prever as consequências desse impacto e auxiliar na melhoria da infraestrutura de Paranaitá e Alta Floresta. Além disso, a preferência por trabalhadores da região para contratação na obra deve diminuir a necessidade de atração de pessoas de outras regiões.

Interferência com as terras e a cultura indígena

Além dos impactos relacionados acima, outros fatores associados à construção da usina podem resultar em pressão sobre terras e culturas indígenas.

O rio Teles Pires é elemento importante do patrimônio cultural indígena, pois possui valores religiosos, culturais e de referência para as relações sociais. Portanto, impactos sobre o rio podem resultar em interferências sobre as culturas das comunidades indígenas da região.

Esse impacto é negativo e considerado permanente, pois os riscos de interferência e pressão sobre a TI Kayabi devem permanecer mesmo após a conclusão da obra. Seus efeitos podem ser aumentados, considerando outros impactos relacionados, como "aumento dos preços de terras e benfeitorias", "aumento da população pela chegada de pessoas de outras regiões" e "facilidade de acesso de não-índios às terras indígenas devido à melhoria das condições das estradas".

Nesse sentido, o programa de comunicação social e o programa de apoio às comunidades indígenas devem, em conjunto, desenvolver ações de informação e divulgação

para as comunidades indígenas e para a população em geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1588
~~442/09-05~~

1590
442/09-05

Impactos de média importância

Alteração na qualidade da água do rio Teles Pires nas proximidades das terras indígenas

Durante a construção da usina e logo após o enchimento da represa, poderá ocorrer alteração na qualidade da água rio abaixo. Na fase de operação da usina, a qualidade da água se estabiliza e deve se manter satisfatória. Esse é um impacto negativo, de manifestação temporária, visto que poderá ocorrer apenas durante a construção e por um curto período após o enchimento da represa.

Ainda que seja esperada qualidade da água satisfatória na fase de operação, é importante que os programas de monitoramento avaliem periodicamente a qualidade da água do rio Teles Pires utilizada pelas populações indígenas. Também devem ser previstas medidas emergenciais de informação e ações alternativas, caso ocorram períodos de restrição de uso da água do rio.

Aumento da ocorrência de doenças na população indígena

O aumento da circulação de pessoas nas proximidades da TI Kayabi, causado pela mão de obra envolvida na construção e por pessoas atraídas pela possibilidade de trabalho, deve tornar maior o risco de disseminação de doenças entre a população indígena, inclusive aquelas sexualmente transmissíveis. Além disso, o desmatamento e a formação da represa podem aumentar a ocorrência de doenças como malária, leishmaniose, dengue, febre amarela e outras.

Esse é um impacto negativo e temporário, visto que ocorrerá durante a construção. Com o término das obras e a diminuição da circulação de pessoas nos arredores da terra indígena, seus efeitos devem diminuir.

O programa de controle e prevenção de doenças, que inclui a vigilância de epidemias, o monitoramento de insetos transmissores de doenças, controle e prevenção de malária, entre outros, deve contemplar, também, as populações indígenas como seu público-alvo. Esse programa, associado ao programa de apoio às comunidades indígenas, que coordenará as ações relativas a essas populações, deve ajudar a reduzir o impacto.

Impactos de baixa importância

Outros impactos sobre as comunidades indígenas foram identificados. De natureza ~~negativa~~, eles foram classificados como de baixa importância porque serão de pequenas proporções e têm baixa probabilidade de ocorrência. Esses impactos são relacionados a seguir:

- deslocamento de animais das áreas desmatadas pelas obras para as terras indígenas;
- alteração do regime fluvial;
- alteração na comunidade de peixes que servem de alimento para os índios;
- mudança da localização de pousadas que contribuem para o sustento dos índios.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Percebe-se, portanto, que os estudos empreendidos pela Empresa de Pesquisas Energética reconhece o impacto da Usina Hidrelétrica São Manoel sobre as Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, muitos deles permanentes e irreversíveis.

Os impactos, ademais, potencializam-se quando se leva em consideração a importância vital do rio Teles Pires para as populações indígenas das etnias Kayabi, Munduruku e Apiacás.

Com efeito, o rio Teles Pires representa não apenas uma referência de territorialidade e da trama de relações sociais dos índios, como é também um elemento importante do patrimônio cultural indígena, pois possui valores religiosos e culturais, sendo local de rituais. Além disso, o rio possui importância na cadeia alimentar (pesca), na navegação, no transporte e no deslocamento dos indígenas da região.

Não por outra razão, os índios potencialmente impactados vêm expressando em diversas ocasiões e em diferentes meios o descontentamento com a obra, especialmente pela ausência de informações precisas e esclarecimentos satisfatórios.

Conquanto a EPE alegue que realizou reuniões com os indígenas interessados (fls. 118/119 - ICP), o fato é que não houve a consulta livre, prévia e informada de que trata o art. 6º da Convenção 109 da OIT (fls.).

A rigor, a norma em foco assegura que os índios devem ser consultados **previamente** à própria tomada de decisão. E mais: a consulta deve ser concebida não como um mero formalismo, e sim como um instrumento de participação democrática que possibilite efetiva contribuição dos índios no processo de tomada de todo passível de atingir seus direitos ou interesses.

A consulta deve, outrossim, ser **livre**, isto é, isenta de pressões, em ordem a evitar qualquer vício na manifestação dos indígenas. Deve ser também **informada**,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1581
4420107-65

1591
4420107-65

viabilizando que os interessados tenham plena ciência de todas as questões que possam afetar seus direitos e interesses.

Na espécie, o direito de consulta não foi assegurado, pois os índios não foram previamente questionados sobre a edificação da UHE São Manoel e não conseguem obter os dados necessários para que possam se posicionar.

Revela-se imprescindível, nesse contexto, o acesso integral e facilitado aos projetos e estudos, não bastando a mera publicidade formal, pois, do contrário, tanto a consulta, como as reuniões e as audiências públicas serão reduzidas a mera comunicação, afastando-se, assim, do caráter democrático que deve nortear o procedimento de licenciamento ambiental.

O receio, ante a falta de informações, tem prevalecido entre os indígenas, mormente pelos prováveis impactos que a obra ocasionará na ictiofauna do rio Teles Pires, que, aliás, é fundamental para as comunidades que habitam as Terras Kayabi, Munduruku e Pontal do Apiaká.

VI – FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a) Do dever de consulta imposto pela Convenção 169 da OIT:

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, regularmente internalizada na ordem jurídica brasileira pelo Decreto nº 5.0511, de 19 de abril de 2004, assegura aos povos indígenas o direito à consulta livre, prévia e informada em relação a qualquer medida legislativa ou administrativa suscetível de afetá-los (artigo 6º).

O direito de consulta relaciona-se com a garantia de autodeterminação dos povos indígenas, ou seja, com o direito dessas comunidades de decidir seu modelo de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

desenvolvimento, levando-se em conta a proteção da sua integridade sociocultural. Além disso, a consulta prestigia o princípio democrático, possibilitando a participação nas decisões que afetam diretamente essas populações tradicionais.

A norma supracitada possui **aplicação imediata**, dada sua natureza materialmente constitucional, prescindindo de regulamentação legal para que os operadores do direito, inclusive a Administração Pública e o Poder Judiciário, confirmem efetividade à consulta.

No plano formal, o art. 6º da Convenção 169 da OIT, por estar relacionado aos direitos humanos das minorias, possui *status* formal de norma supralegal, conforme o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, tem-se que a norma em perspectiva configura parâmetro para o controle de convencionalidade das leis brasileiras e deve ser observada irrestritamente pelo Poder Público.

Um aspecto de fundamental relevo é a compreensão de que o direito de consulta é muito mais amplo do que a simples oitiva dos povos indígenas afetados por obras ou políticas públicas, devendo ser efetivado em sua plenitude.

Com efeito, deve ser assegurado o direito de os povos indígenas influenciarem de maneira efetiva e substancial o processo de tomada de decisões administrativas e legislativas que lhes afetem direta ou indiretamente.

Isto porque o direito de consulta é um **direito fundamental** dos índios e está relacionado à sua própria autonomia, que somente será concretizada na medida em que os indígenas passarem a se reconhecer não na condição de simples destinatários de leis e políticas elaboradas pela sociedade envolvente, mas de **partícipes** do processo de construção das deliberações públicas que envolvem seus direitos ou interesses.

Ainda que se adote o entendimento de que o juízo valorativo emitido pelos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

~~1592~~
~~4420103-65~~

1592
4420103-65

povos indígenas não possui efeito vinculante sobre a deliberação dos órgãos da Administração Pública, a consulta livre, prévia e informada não deixa de ser obrigatória e não pode ser sumariamente menosprezada.

O direito de consulta, por caracterizar um aspecto indissociável da própria autonomia dos índios, não pode sujeitar-se ao livre alvedrio dos agentes públicos ou particulares.

De acordo com o Relator Especial da ONU sobre direitos dos povos indígenas, Professor James Anaya, *“a consulta é obrigatória para os países que incorporaram a Convenção 169 no seu ordenamento jurídico. Outros instrumentos internacionais e jurisprudências internacionais especialmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos reforçam essa obrigação dos países de consultar os povos indígenas sobre medidas legislativas ou administrativas que os afetem, que tenham impacto sobre seus direitos”*.

Acrescente-se que o direito de consulta dos povos indígenas tem assumido centralidade no plano do direito internacional, podendo-se inferir alguns princípios e regras gerais de aplicação do instituto:

1. a consulta prévia, livre e informada deve ser entendida como um processo, e não um ato ou um evento;
2. a consulta deve-se dar mediante diálogo entre o Estado (suas diversas instituições) e os povos indígenas;
3. os processos de consulta devem ser realizados de boa-fé, com apresentação de informação verídica, completa e oportuna;
4. a consulta, por não ser mera formalidade do processo de licenciamento, deve acontecer antes das tomadas de decisões e garantir que os povos indígenas sejam participes.

4 Documento da FUNAI intitulado “Resumo do Workshop da FUNAI (Setembro 2011): Diálogo com o Professor James Anaya sobre o Direito de Consulta da Convenção 169 da OIT”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

da elaboração dos projetos que os afetem:

5. têm direito de ser consultados os povos diretamente afetados pelas medidas legislativas ou administrativas, respeitando as formas próprias de representatividade indígena;
6. os processos de consulta devem ser conduzidos pelo Estado e suas diversas instituições;
7. a consulta tem por finalidade alcançar o consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas;

Tais diretrizes evidenciam a ideia fundamental de que, por conservarem tradições e modos de vida próprios, substancialmente distintos da sociedade dominante, os indígenas devem ser previamente questionados sobre todas as medidas que lhes atinjam.

Não há dúvidas de que a realização de uma grande obra, como a construção de uma usina hidrelétrica de 750 MW, configura medida apta a causar significativo impacto na vida das comunidades indígenas.

Embora todos os efeitos negativos não possam ser precisamente estimados no plano abstrato, é certo que, afóra inúmeras outras hipóteses de dano, o aumento do fluxo de pessoas na região e os efeitos prejudiciais causados pelo empreendimento na ictiofauna influenciarão negativamente no modo de vida tradicional dos índios.

Conclui-se, destarte, que o direito de consulta possui estreita vinculação com o direito de preservação da cultura dos índios, expressamente garantido na atual ordem constitucional brasileira.

⁵ Consoante o Relator Especial da ONU, James Anaya, "a consulta tem por finalidade alcançar o consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígena. Portanto, trata-se de um diálogo de boa-fé onde se busca um consenso. Não se trata de um mero SIM ou NÃO, nem do Estado nem do lado dos povos indígenas, mas de um processo (de diálogo) que leve a um acordo", extraído do "Resumo do Workshop da FUNAI (Setembro 2011): Diálogo com o Professor James Anaya sobre o Direito de Consulta da Convenção 169 da OIT".



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1593
4420/07-66
X

Embora a consagração de diversos direitos e garantias no texto da vigente Constituição Federal já tenha superado 20 (vinte) anos de existência, os índios continuam estigmatizados e marginalizados no contexto social envolvente.

Afastando-se, porém, dos preconceitos ainda existentes, a Carta Cidadã foi promulgada com inspiração indubitavelmente humanista, centrada no pluralismo cultural e no respeito à diferença. Reconheceu-se, assim, o direito dos povos indígenas à sua "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições" (art. 231). A nova compreensão está em plena sintonia com os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, que não apenas destacaram a importância fundamental da diversidade cultural para a Humanidade (Declaração e Convenção da Unesco), como também asseguram o direito dos povos indígenas a "conservar seus costumes e instituições próprias", consoante o art. 8º da Convenção 169 da OIT.

Por essa perspectiva, a preservação dos bens imateriais ligados à cultura dos povos indígenas caracteriza medida essencial e inerente à própria noção de respeito à dignidade humana dos índios, uma vez que, ao serem afetados por empreendimentos completamente alheios a sua cultura, os indígenas têm seu modo de vida afetado, ficando ainda mais fragilizados.

Por fim, o momento da **consulta prévia em questão em nada se confunde com o momento do direito à oitiva prévia dos povos indígenas previsto no art. 231, §3º da CF88** – obrigação constitucional do Congresso Nacional, que **não é objeto desta ação**, e cujo momento de efetivação deverá ocorrer após o EIA-RIMA.

Recente julgado da 5ª turma do TRF1 apresenta o momento em que a oitiva indígena prévia à autorização de construção da obra deve acontecer:

6 BRASIL, Tribunal Regional Federal da 1ª região. Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 2006.39.03.000711-8/PÁ. Ministério Público Federal e Eletrobrás/Eletronorte. Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida. Relator p/ Acórdão: Desembargador Federal Souza Prudente. 13/08/2012. 5ª turma. Embargos de Declaração parcialmente providos, com modificação do resulta do julgamento. Apelação provida em parte, sentença reformada. Unânime.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Segundo a Desembargadora Federal **SELENE DE ALMEIDA**, São as seguintes as exigências fundamentais que a consulta efetuada pelo Estado deve observar:

- 1) a oitiva da comunidade envolvida **prévia, anterior à autorização do empreendimento;**
- 2) os interlocutores da população indígena ou tribal que **será** afetada precisam ter legitimidade;
- 3) **exige-se que se proceda a uma pré-consulta sobre o processo de consulta, tendo em vista a escolha dos interlocutores legitimados, o processo adequado, a duração da consulta, o local da oitiva, em cada caso, etc.;**
- 4) a **informação quanto ao procedimento também deve ser prévia, completa e independente, segundo o princípio da boa-fé;**

5) o resultado da participação, opinião, sugestões quanto as medidas, ações mitigadoras e reparadoras dos danos causados com o empreendimento será refletida na decisão do Estado. **No caso brasileiro, no ato do Congresso Nacional que autoriza a construção ou empreendimento.**

Todos os elementos acima referidos condicionam a validade desse mecanismo de participação que se apresenta como **“um direito internacional e constitucional coletivo a um processo de caráter público especial e obrigatório que deve ser realizado previamente, sempre que se vai adotar, decidir ou executar alguma medida legislativa ou administrativa possível de afetar as formas de vida dos povos indígenas em seus aspectos territorial, ambiental, social, econômico e outros aspectos que incidam sobre sua integridade étnica.” (grifamos)**

Para diferenciar a fase de audiência pública do momento em que os indígenas devem ser ouvidos pelo Congresso Nacional, a decisão determina que antes de autorizar o empreendimento, o parlamento deve ouvir os povos, concluído o Estudo de Impacto Ambiental.

[...] reuniões levadas a efeito pelos empreendedores e comunidades



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1592
~~4420/03-65~~

1594
4420/03-65
2

indígenas nos termos da Resolução CONAMA 237/97, não se confundem com a oitiva prévia das referidas comunidades, a ser realizada pelo Congresso Nacional, posto que, enquanto naquelas, a discussão gira em torno de questões técnicas, nessas a abordagem possui natureza eminentemente política, razão por que uma não pode ser substituída pela outra, conforme assim já decidiu a colenda Quinta Turma deste egrégio Tribunal, por ocasião do julgamento do Agravo de Instrumento nº. 2006.01.00.047736-8, sob a Relatoria da eminente Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida nestes termos:

CONSTITUCIONAL EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS EM ÁREA INDÍGENA. DECRETO LEGISLATIVO 788/2005 QUE AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE NA VOLTA GRANDE DO XINGU. DELEGAÇÃO AO IBAMA A OITIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS POTENCIALMENTE ATINGIDAS. [...] DELEGAÇÃO DE ATO DA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO CONGRESSO NACIONAL AO PODER EXECUTIVO-IBAMA PARA A OITIVA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS. MOMENTO DA CONSULTA AOS ÍNDIOS. §3º DO ART. 231 DA CF/88.

Momento da oitiva

Nesse aspecto, a ausência de norma expressa sobre o momento da oitiva das comunidades afetadas nos induz a olhar a lógica das coisas e não os interesses em conflito.

A lógica indica que o Congresso só pode autorizar a obra em área indígena depois de ouvir a comunidade.

[...] Criamente a audiência pública do EIA constitui o foro adequado criado pelas normas ambientais para propiciar a todo cidadão e instituição a oportunidade de informar-se, questionar, criticar, condenar, opor, enfim, adotar a posição que julgar oportuna face ao empreendimento pretendido.

Mas não se confunde a consulta aos interessados, no caso do EIA, e a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

oitiva às comunidades indígenas previstas no §3º do art. 231 da CF/88.

Ademais, a norma Constitucional acima referida está inserida no texto relativo aos índios e fala exclusivamente de aproveitamento dos recursos, incluindo os potenciais energéticos da terra indígena. É lógico que o Congresso, no caso, ouve as comunidades afetadas e não todo e qualquer um. Se a obra atingirá outras comunidades que não as indígenas, elas serão ouvidas, mas sobre os impactos ambientais em terras indígenas, manifestam-se os índios.

A FINAL, os índios, os ribeirinhos, as comunidades urbanas, ambientalistas, políticos, religiosos, etc., todos podem ser ouvidos em audiência pública inserida no procedimento de licenciamento ambiental.

Contudo, não é do ponto de vista do Direito Constitucional, se confundir a consulta dos índios - da competência do Congresso Nacional - com a audiência pública referida na Resolução CONAMA 1-86 e regulamentada pela Resolução 9-86.

A audiência pública realizada pelo IBAMA para colher subsídios tem natureza técnica. A consulta do congresso tem por objeto subsidiar a decisão política [...]

O Congresso, concluído o EIA, ouvirá a comunidade indígena, mediante a instalação de comissão, ex vi do art. 58, §2º da CF/88)."

b) Da necessidade de intervenção judicial diante da violação de direitos indígenas:

Tornou-se bastante comum a alegação de que não caberia ao Poder Judiciário determinar a consulta aos povos indígenas, sob pena de ingerência na atividade administrativa ou de ocasionar prejuízos ao empreendimento.

A par do notório equívoco jurídico, tal concepção também revela um traço ideológico notadamente incompatível com a ordem constitucional vigente. No ponto, é conveniente frisar que a Constituição da República Federativa do Brasil, ao mesmo tempo em que assegura a propriedade privada, a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1595
4420/07-65

1595
4420/07-65

também consagra direitos que passaram a integrar o conteúdo e o conceito de todos os preceitos econômicos.

Na atualidade, não há mais espaço para se pensar o desenvolvimento nacional dissociado da proteção ambiental e da garantia dos direitos das minorias. Aliás, o respeito às normas ambientais e a promoção dos direitos humanos das minorias têm sido considerados fatores importantes para agregar valor aos produtos e serviços, harmonizando a ordem econômica brasileira com os direitos e garantias que derivam da própria dignidade da pessoa humana.

Sob tal perspectiva, havendo violação à legislação ambiental ou aos direitos das minorias, deve o Poder Judiciário atuar para restabelecer a ordem jurídica. A discricionariedade administrativa não pode converter-se em uma prerrogativa para violação do sistema normativo, a pretexto de se promover o desenvolvimento econômico.

De acordo com o magistério de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“lá se tem reiteradamente observado, com inteira procedência, que não há ato propriamente discricionário, mas apenas discricionariedade por ocasião da prática de certos atos. Isto porque nenhum ato é totalmente discricionário. “dado que”, conforme afirma a doutrina prevalente, será sempre vinculado com relação ao fim e à competência, pelo menos. Com efeito, a lei sempre indica, de modo objetivo, quem é competente com relação a prática do ato e aí haveria inevitavelmente vinculação. Do mesmo modo, a finalidade do ato é sempre e obrigatoriamente um interesse público, donde afirmarem os doutrinadores que existe vinculação também com respeito a este aspecto”

Por esse prisma, tem-se que as condutas administrativas, mesmo aquelas reputadas discricionárias, devem estar sempre em conformidade com o ordenamento jurídico.

⁷ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo, Malheiros, 30. ed. 2013, p. 433



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

não podendo violar direitos para promover um suposto desenvolvimento a bem do interesse público.

Para assegurar o interesse público, é preciso, primeiramente, respeitar a Constituição e as leis do país, que consubstanciam a manifestação da vontade popular. Não se afigura juridicamente plausível suplantarem direitos para promover, a qualquer custo, interesses econômicos como se estes tivessem sido alçados à categoria de direitos superiores no regime vigente.

Bem por isso, enuncia Konrad Hesse que

"Todos os interesses momentâneos - ainda quando realizados - não logram compensar o incalculável ganho resultante do comprovado respeito à Constituição, sobretudo naquelas situações em que sua observância revela-se incômoda"

Conclui-se, portanto, que o administrador não possui ampla discricionariedade para deliberar sobre a oportunidade e conveniência de se realizar a consulta aos indígenas, uma vez que, ante a mera possibilidade de afetação, a participação da comunidade se torna obrigatória.

Nesse contexto, a mera realização de reuniões não atende ao direito de consulta, a qual, como visto, deve ser livre, prévia e informada.

Logo, a determinação judicial para que sejam aplicados os dispositivos constitucionais e legais aplicáveis não configura, em nenhuma medida, ingerência indevida do Poder Judiciário. Trata-se, em verdade, de simples concretização de um direito fundamental garantido aos índios na ordem vigente.

8 HESSE, Konrad. A força normativa da constituição, trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

~~1594~~
~~4420/07-65~~

1596
4420/07-65

VII – DAS RAZÕES PARA DEFERIMENTO DA LIMINAR

Historicamente, por imperativos de segurança jurídica, a eficácia do provimento jurisdicional sempre ficou condicionada ao trânsito em julgado das decisões. Havia, então, uma séria desconfiança sobre os poderes constituídos. É que, sob forte inspiração dos ideais liberais clássicos, a atividade jurisdicional, como manifestação estatal, era concebida como potencial causadora de arbítrios e violações aos direitos fundamentais dos indivíduos⁹.

Percebeu-se, porém, que o longo lapso temporal percebido até o advento da sentença definitiva culminava frustrando a satisfação dos direitos em jogo, ocasionando, muitas vezes, um efeito contrário ao desejado com a prestação jurisdicional.

A consolidação da atividade judiciária como garantidora de direitos e pacificadora dos conflitos sociais foi suplantando a desconfiança inicial em relação aos magistrados. Ademais, os danos ocasionados pela morosidade processual impuseram uma completa mudança nos paradigmas existentes. Ficou claro que a segurança jurídica, embora relevante, não se afigura um ideal absoluto, não podendo, assim, constituir pretexto para se legitimar a perpetuação de situações de violação de direitos.

Por essa nova perspectiva, a relação jurídica processual deve ter como objetivo máximo a efetividade da tutela do direito material em litígio. Não por outra razão, o Poder Constituinte Derivado inseriu, dentre os direitos fundamentais plasmados na Carta da República, a garantia de razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, inciso LXXVIII da CRFB/88)

No plano infraconstitucional, as recentes reformas operadas na legislação

9. Nesse sentido, afirmam Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart: "Percebeu-se que o verdadeiro obstáculo para o juízo antecipatório sempre foi a possibilidade de arbítrio do juiz" (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil: processo de conhecimento, 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 209)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

processual evidenciam que a busca pela efetividade dos provimentos jurisdicionais tornou-se mais do que simples conveniência, envolvendo-se em verdadeira necessidade.

É certo, porém, que a concessão da medida cauteladora requer a satisfação de determinados requisitos, os quais se encontram devidamente satisfeitos na presente demanda. Deveras, a verossimilhança do direito alegado afigura-se satisfatoriamente evidenciada nos autos do inquérito civil público nº 1.20.000.001662/2011-10, no qual restou comprovado que as entidades requeridas violaram o direito dos indígenas, ao não realizarem a consulta na forma prevista pelo art. 6º da Convenção 169 da OIT.

De igual modo, o perigo em caso de demora na obtenção do provimento (*periculum in mora*) é patente, uma vez que o procedimento de licenciamento da UHE São Manoel está em curso, sem que uma etapa essencial, isto é, a consulta, tenha sido efetivada.

Nesse contexto, o prosseguimento irregular do licenciamento causaria mais prejuízo futuramente, pois diversos atos teriam que ser feitos diante da nulidade causada pela inobservância de uma fase que deve anteceder o próprio licenciamento.

Cabe destacar que, embora tenha sido determinada a suspensão das audiências públicas em sede de decisão liminar, proferida por esse douto Juízo nos autos da ação civil pública nº 13839-40.2013.4.01.3600, a antecipação de tutela, no presente caso, também se impõe. De fato, conquanto se busque, na presente ação, em sede de provimento liminar, a suspensão das audiências públicas de apresentação do EIA-RIMA do empreendimento, o fundamento ora formulado, bem como o pedido de provimento final, se diferem daqueles formulados na sobredita ação.

Naquela, pede-se a conclusão do Estudo de Componente Indígena, sem o qual se torna impossível a realização de audiências públicas e o aceite do Estudo de Impacto ambiental, do qual aquele ECI deve ser parte integrante. Já na presente ação civil pública busca-se seja ultimada a consulta aos indígenas potencialmente afetados pela UHE São



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

~~1597~~
~~4420107-LS~~
1597
4420107-LS
X

Manoel, consulta esta que deveria ter sido realizada antes mesmo do início da elaboração do EIA. Desta forma, a fim de evitarem-se maiores prejuízos, o provimento liminar impõe-se também na presente ação, de maneira a ser determinada, de imediato, obrigação de não-fazer aos réus, consistente no impedimento de realização de audiências públicas sobre o EIA-RIMA enquanto não realizada consulta aos povos indígenas potencialmente impactados pelo empreendimento. Por corolário, necessária a determinação, em sede de liminar, de obrigação de fazer, consistente na realização das referidas consultas aos indígenas.

Uma vez iniciada a obra, os danos passam a se concretizar e o dispêndio financeiro aumenta. Pretende-se, com a obtenção da liminar, uma tutela que evite a consumação de maiores prejuízos, garantindo-se o direito de consulta dos índios, sem que haja a imposição de danos irreversíveis aos réus, afastando, assim, qualquer alegação de *periculum in mora* inverso.

Por tais razões, e considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 7.347/85, assim como a gravidade e a urgência da questão, o **Ministério Público Federal** postula a concessão de liminar, determinando-se a realização de consulta ao povos indígenas potencialmente impactados no prazo de 90 (noventa) dias. Requer, outrossim, seja imposta obrigação de não-fazer, consistente na proibição de realização de audiências públicas sobre o empreendimento enquanto não ultimada a consulta, sob pena de multa diária.

VIII – DOS PEDIDOS

Em virtude das razões fáticas e jurídicas delineadas, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer:

i) a concessão de liminar, determinando-se a realização de consulta ao povos indígenas potencialmente impactados, no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100.000,00, bem como a imposição de obrigação de não-fazer, consistente no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

impedimento de realizarem-se audiências públicas sobre o EIA-RIMA da UHE São Manoel, sob pena de multa diária, também no valor de R\$ 100.000,00, enquanto não ultimada a consulta aos indígenas.

ii) a citação dos réus para, querendo, oferecerem defesa no prazo legal;

iii) a admissão, no curso da instrução processual, de todas as modalidades de prova admitidas pelo sistema processual brasileiro, permitindo-se que os fatos ora relatados sejam plenamente comprovados;

iv) a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, conforme dispõe o art. 18 da Lei nº 7.347/85;

v) ao final da instrução processual, seja a vertente demanda julgada procedente, determinando-se sejam realizadas consulta livres, prévias e informadas às comunidades indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku, nos termos do art. 6º da Convenção 169 da OIT.

vi) Atribua-se a presente causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para efeitos meramente processuais, tendo em vista a impossibilidade de quantificar monetariamente o seu objeto.

Cuiabá MT, 26 de setembro de 2013.

FELÍCIO PONTES JR.
Procurador da República

PELIPE DE AZEVEDO BOGADO LEITE
Procurador da República

MANOEL ANTONIO GONCALVES DA
SILVA
Procurador da República



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

394
4420/07-65

1598
4420/07-65
2

NOT. TEC. 006822/2013 CGENE/IBAMA

Brasília, 29 de outubro de 2013

Assunto: Análise complementar do componente ictiofaunístico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica São Manoel

Origem: Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

Ementa: Análise complementar do componente ictiofaunístico do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Usina Hidrelétrica São Manoel, Processo Administrativo nº 02001.004420/2007-65

1. INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica tem por objetivo avaliar as questões afetas ao componente ictiofaunístico referente à UHE São Manoel presentes no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento hidrelétrico que permaneceram em aberto por ocasião da manifestação técnica inicial, a NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Estas questões referem-se a diversos aspectos da avaliação de viabilidade ambiental referente ao grande tema que envolve os peixes no âmbito da UHE São Manoel. A Nota Técnica citada traz um sumário do empreendimento hidrelétrico e contempla uma avaliação do diagnóstico ambiental relativo à ictiofauna, emitindo opinião inicial sobre as questões decorrentes nos quesitos dos impactos, das ações e programas propostos, do prognóstico ambiental e da avaliação ambiental integrada.

A NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA também faz uma avaliação das questões relativas à ictiofauna que se colocaram no empreendimento UHE Teles Pires, situado a pouco mais de 40 (quarenta) quilômetros à montante da UHE São Manoel, na qual, à época, já havia obtido a Licença de Instalação do Ibama. O conjunto destas análises geraram comentários que representavam questões que julgaram-se importantes para a emissão de uma análise de viabilidade.

Em contraponto e no intuito de responder à estes levantamentos do Ibama, a responsável pelos estudos ambientais (Empresa de Pesquisa Energética - EPE) emitiu documento técnico, enviado ao Ibama por meio do Ofício nº 0149/EPE/2013. Adicionalmente, o Ibama e EPE participaram de reunião técnica específica sobre a questão da ictiofauna migradora no âmbito da UHE São Manoel, no dia 06 de agosto de 2013. A empresa também enviou dados complementares específicos apresentados nesta reunião, por meio do Ofício



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

0813/EPE/2013. Esta reunião técnica também contemplou a participação de técnicos da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), empresa responsável pela instalação da UHE Teles Pires e que estava em estágio de execução do Plano Básico Ambiental (PBA) do empreendimento, com resultados importantes e que se somariam em uma avaliação sinérgica dos impactos ocasionados pelos dois empreendimentos, UHE Teles Pires e UHE São Manoel, no componente ictiofaunístico do Rio Teles Pires.

A seguir, está apresentada a avaliação da resposta da EPE frente às questões da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, assim como são feitas avaliações e análises sobre os dados complementares entregues pela EPE, para, após, apresentar manifestação sobre a continuidade do processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, no tocante ao componente da ictiofauna.

2. ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

2.1. Sobre o diagnóstico e a pesca elétrica

A EPE justifica a ausência da pesca elétrica dentre as metodologias que poderiam ter sido utilizadas para o diagnóstico ictiofaunístico no trecho estudado do Rio Teles Pires, informando da dificuldade metodológica devido à fisionomia do rio naqueles local e coloca que o emprego de técnicas adicionais equilibrou a ausência da pesca elétrica. A justificativa pode ser aceita.

2.2. Sobre a distribuição dos pontos de amostragem da ictiofauna

A NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA no comentário 1 informa dúvidas sobre a identificação dos pontos de coleta de ictiofauna para o diagnóstico ambiental. A EPE revisou o mapa e apresentou a identificação correta dos pontos e dessa forma a dúvida está sanada.

Sobre a questão levantada pelo comentário 2, acerca do ponto de amostragem Ict 8, que se localiza no sítio de barramento da UHE Teles Pires, a EPE justificou a ausência de avaliação deste ponto com o advento da instalação da UHE Teles Pires devido ao período de execução dos estudos ambientais referentes à UHE São Manoel, que findaram anteriormente à obtenção de licença ambiental por parte da UHE Teles Pires. Esta questão, levantada em outros pontos da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA é uma questão importante, e certamente a justificativa da EPE é legítima. Enquanto que do ponto de vista da configuração física do Rio Teles Pires no local de implantação da UHE São Manoel, a avaliação ainda fique prejudicada, os



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

4420/107-65

1599
4420/107-65

dados presentes nos estudos ambientais e nos dados complementares sobre ictiofauna migratória apresentam um potencial compensatório. A situação para o próximo item é semelhante.

2.3. Sobre o trecho livre do rio e rota alternativa para a ictiofauna

Novamente, a NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA levantou a questão da instalação e operação da UHE Teles Pires e a EPE apresenta a justificativa, que pode ser entendida como razoável.

2.4. Sobre as curvas de rarefação específicas por pontos e período de coleta.

Os comentários 4 e 6 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA pontuaram a necessidade de uma readequação na apresentação destas curvas de rarefação para as coletas com malhadeiras, para que também sejam indexadas por pontos de coleta e por períodos de coleta. Além de uma melhora na forma de apresentação dos resultados, estas readequações são importantes no sentido de possibilitar a quem está avaliando estes dados, o completo discernimento espaço-temporal de uma provável distribuição dos peixes, do ponto de vista quantitativo, mas que melhora o entendimento sobre a dimensão qualitativa, referente às espécies. São apresentadas 12 (doze) figuras que contemplam gráficos de rarefação, para cada campanha, para cada ponto que utilizou este petrecho, bem como gráficos com dados consolidados e dessa forma a EPE atendeu a solicitação do Ibama.

2.5. Sobre o número de exemplares coletados e o período de coleta

O comentário 5 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA coloca questionamentos sobre o número de exemplares coletados e a extensão temporal das coletas de peixes, que perfazem primariamente os dados de diagnóstico da ictiofauna. Estes questionamentos, do ponto de vista geral, estão sempre presentes em qualquer avaliação de estudo de impacto ambiental. O avaliador sempre sente a necessidade de uma maior profusão de dados temporais para a emissão de opinião técnica e dessa forma, é bastante comum a reflexão sobre este item. No caso específico, a EPE informa que, na área a ser afetada pelo empreendimento da UHE São Manoel, o Rio Teles Pires apresenta uma configuração do seu curso uniforme e com características que justificaram o desenho experimental apresentado no estudo de impacto ambiental. A ausência de tributários na região proposta para o reservatório e a ausência de lagoas marginais diminuem a complexidade dos processos ictiológicos presentes neste trecho do rio. O Rio Teles pires corre extremamente encaixado no trecho estudado e dessa forma a justificativa, para o caso específico do EIA da UHE São Manoel, pode ser aceita.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

2.6. Sobre as corredeiras das Sete Quedas e os índices ecológicos

O comentário 7 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA coloca, do ponto de vista da ictiofauna, uma das questões mais importantes - a natureza seletiva do trecho das Sete Quedas, à montante do barramento proposto para a UHE São Manoel. Esta grande dúvida se desdobra em perguntas que basicamente se referem à que tipo de barreira as Sete Quedas se configuram, qual o nível de seletividade e sobre quais espécies de peixes a barreira está agindo, e se existe diferenciação na intensidade da barreira de acordo com a vazão do Rio Teles Pires. O comentário do Ibama pontua a possibilidade do estudo entregue pela EPE contemplar a inclusão de índices ecológicos por ponto de coleta, considerando que existem pontos a montante e pontos a jusante das Sete Quedas. O especialista responsável pelo estudos informa que somente seriam úteis estas informações em análises temporais mais amplas e assim, no escopo do estudo entregue ao Ibama, não seria possível o atendimento. Esta reflexão é claramente válida e justificada, contudo, volta-se a questão mais geral sobre o escopo, dimensão e objetivos de um diagnóstico ambiental em ictiofauna em empreendimentos hidrelétricos. É possível entretanto, que tais avaliações ocorram nos estágios posteriores do licenciamento ambiental (na fase do PBA e da operação da UHE São Manoel) e dessa forma é imprescindível que tais avaliações sejam solicitadas, em caso de continuidade do processo.

2.7 Sobre os padrões de distribuição das espécies de peixes e a estrutura das comunidades

O comentário 8 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA é na verdade a continuação de uma reflexão de todos os dados do diagnóstico ambiental referente à ictiofauna. Quais são os padrões ecológicos e qual é a estrutura das comunidades de peixes no âmbito da UHE São Manoel? As reflexões são prolongadas, e a necessidade de se entender a história ecológica e biogeográfica das espécies de peixes no local traria informações importantes que se somariam em uma avaliação de viabilidade ambiental. No diagnóstico apresentado, contudo, a EPE justifica que a discussão poderia ter uma faixa limitada, objetivando reduzir o escopo das interpretações para que se visualize os impactos de maneira mais restrita, e que de outra forma não seria possível traçar nenhuma conclusão clara sobre a situação da distribuição dos táxons e da estrutura das comunidades no local. Assim, o especialista pontua que a simplificação é necessária. É uma estratégia válida, e que pode ser aceita, na medida que os programas e ações ambientais de mitigação e compensação se mostrarem robustos.

2.8. Sobre o diagnóstico do ictioplâncton em locais de forte correnteza

Os comentários 9, 10 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 -



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

7549
~~4420107-65~~
1600
4420107-65

COHID/CGENE/DILIC/IBAMA fazem referência à metodologia de diagnóstico do ictioplâncton, questionando a validade dos dados trazidos e em consideração à forte correnteza no local de estudo da UHE São Manoel. A EPE traz informações adicionais sobre a metodologia empregada e apresenta dados de deriva planctônica no Rio Juruena, utilizando a mesma metodologia empregada no Rio Teles Pires, inclusive com dados de vazão temporal. Os dados de vazão são interessantes, entretanto, no caso do Rio Juruena, trazer um dado de vazão com baixa equivalência temporal e sem nenhuma análise das espécies de peixes presentes não permite extrapolações. A Tabela 1 mostra resultados comparativos entre estes dois rios, com valores em mesma escala de grandeza e informa razoavelmente os locais de coleta no Rio Juruena. São dados interessantes e que de certa forma, justificariam os resultados apresentados no âmbito da UHE São Manoel.

A Figura 14 mostra a variação temporal do percentil de fêmeas em diversos estágios reprodutivos no conjunto dos pontos de coleta da UHE São Manoel e demonstra que, para o conjunto das espécies e em toda a área de influência do empreendimento, as desovas estão parceladas ao longo do ano e que também um quantitativo de espécies é sedentária, não migradora.

O comentário 11 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA solicitou alterações na apresentação das figuras da distribuição das fêmeas em estágio de reprodução e desovadas, indexadas por pontos de coleta e por campanha de coleta, sendo atendido pela EPE, que enviou as figuras solicitadas.

2.9. Alteração nas tabelas das categorias tróficas das espécies capturadas nas malhadeiras

O comentário 12 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA solicita que as tabelas das categorias tróficas das espécies capturadas nas malhadeiras sejam indexadas por espécies, pontos de coleta e por campanha de campo, o que foi atendido pela EPE no Quadro 1.

2.10. Sobre a identificação correta das espécies e ausência da biologia das espécies de interesse econômico

O comentário 14 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA também questionou o nível de indeterminação taxonômica apresentado no estudo de impacto ambiental da UHE São Manoel. É sabido da dificuldade de uma completa identificação dos táxons de peixes amazônicos, devido à grande diversidade específica e intraespecífica, contudo, os estudos ambientais devem se esforçar para deixar o nível de incerteza o menor possível. Estabelecer precisamente qual o nível aceitável também é outra



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

dificuldade e o especialista da EPE traz a justificativa genérica que a identificação depende do conhecimento científico acumulado. Sobre a biologia das espécies de interesse econômico, também justifica que a literatura científica está disponível para consulta. Tais justificativas são válidas, contudo, reitera-se a necessidade de uma breve descrição das espécies de interesse econômico no âmbito da UHE São Manoel.

3. ANÁLISE DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

3.1 Sobre a apresentação de um programa de resgate de peixes nas áreas afetadas pelas ensecadeiras e nas turbinas

A EPE apresenta a possibilidade de incorporação das sugestões levantadas no comentário 22 da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

3.2 Sobre as recomendações levantadas na NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

A EPE avalia as recomendações levantadas pelo Ibama e coloca questões para reflexão. A necessidade de peixamento a jusante do barramento da UHE São Manoel é talvez a questão mais controversa e de difícil avaliação. Para a UHE Teles Pires, o Ibama também colocou como condicionante a possibilidade de peixamento a jusante da barragem, caso os dados de monitoramento de médio e longo prazo demonstrassem alteração na estrutura das comunidades de peixe. Não é uma tarefa simples tecnicamente e a eficácia de tal peixamento pode ser questionada. Contudo, como será exposto nas próximas seções, a simples probabilidade de alteração nas comunidades de peixes a jusante, justifica, do ponto de vista da precaução ambiental, a proposição desta condicionante também no âmbito da UHE São Manoel.

4. ANÁLISE DOS DADOS COMPLEMENTARES

Os dados complementares foram entregues ao Ibama pela EPE objetivando adicionar conhecimento científico sobre algumas questões importantes no âmbito dos aproveitamentos hidrelétricos propostos para o trecho do Rio Teles Pires estudado. Estes dados contemplam avaliações sobre a ictiofauna impactada e deveriam considerar questões como: i) os levantamentos sobre ictiofauna executados no âmbito da bacia do Rio Teles Pires, além da área de influência da UHE São Manoel; ii) organização dos dados das espécies migradoras, identificadas no EIA de São Manoel, iii) discussão da informação apresentada no EIA da UHE São Manoel e da UHE Teles Pires, de que as corredeiras de Sete Quedas funcionaria como um filtro seletivo para algumas espécies de peixes; iv)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

~~1601~~
~~4420102-05~~
1601
4420102-05
X

apresentação de informações sobre os tributários, localizados na Terra Indígena Kayabi, a jusante da UHE São Manoel, que poderiam servir de rota migratória à ictiofauna.

Dentre todos os dados complementares entregues pela EPE, o mais importante a ser considerando na presente avaliação se refere às informações sobre a ictiofauna utilizada pelas etnias da Terra indígena Kayabi dos estudos do componente indígena das UHE São Manoel e Foz do Apicás - Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apicás. A EPE encaminhou ao Ibama figura relativa aos estudos do Componente Indígena referente às UHE São Manoel e UHE Foz do Apicás, que estão demonstrados na Figura 1 dos dados complementares encaminhados pela EPE.

A Figura 1 mostra que a jusante do eixo proposto para a UHE São Manoel, a empresa visitou vários pontos de interesse de ictiofauna, e realizou coletas em seis pontos no trecho jusante até aproximadamente a Cachoeira Rasteira, uma região de corredeiras a aproximadamente 120 (cento e vinte) quilômetros a jusante do eixo proposto para a UHE São Manoel. Estes seis pontos de coleta ficaram assim distribuídos: três pontos no âmbito da Terra Indígena Kayabi e três pontos na Terra Indígena Munduruku.

De acordo com os dados da EPE, os Kayabi costumam pescar em diferentes tributários do Rio Teles Pires, além do próprio rio. O Rio São Benedito e o Rio Apicás já foram avaliados como rotas migratórias diferenciais e importantes na NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Além desses, estão também os rios Cururu-Açu, Cururu-Mirim (Cururuzinho), Ximari, Santa Rosa e Igarapés do Lodo, do Anil e Esperança, de acordo com a Figura 2 dos dados complementares encaminhados pela EPE.

Estes levantamentos, ainda que superficiais, foram importantes para indicar possibilidade de outras rotas alternativas para a ictiofauna migratória além dos já propostos no EIA da UHE São Manoel e analisados porventura da NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Os monitoramentos em tais rotas migratórias são fundamentais para se avaliar os impactos na pesca de subsistência das populações indígenas a jusante da UHE São Manoel e caso se decida prosseguir com o processo de licenciamento ambiental do empreendimento hidrelétrico, o desenho experimental de todos os programas relativo as à ictiofauna deverá obrigatoriamente contemplar todas as áreas a jusante levantadas por estes dados complementares, a saber:

- Rio Apicás;
- Rio Ximari;
- Lago Kayapó;
- Rio Cururu-Açu;
- Rio Cururuzinho;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

- Igarapé do Lodo;
- Igarapé do Anil;
- Igarapé Esperança.

5. ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO IBAMA-EPE-CHTP

Em 06 de agosto de 2013, participaram de reunião no Ibama/Sede representantes da EPE, do empreendedor da UHE Teles Pires (CHTP) e do seu corpo técnico contratado para executar o PBA de ictiofauna. A reunião teve por objetivo compartilhar os resultados iniciais dos programas ambientais de ictiofauna executados pela CHTP e integralizar as ações que seriam propostas no âmbito da UHE São Manoel, considerando a cumulatividade e sinergia dos impactos na ictiofauna entre as duas hidrelétricas.

A UHE Teles Pires apresentou os resultados do programa de investigação genética da ictiofauna. A área de abrangência desta representou 30 (trinta) quilômetros a montante e 30 quilômetros a jusante do barramento da hidrelétrica (o barramento constitui o trecho das Sete Quedas). Esta abrangência a jusante está inserida totalmente na área proposta do reservatório da UHE São Manoel e dessa forma, caso a UHE São Manoel prossiga o processo de licenciamento ambiental, é importante que a UHE Teles Pires reavalie a abrangência do seu programa de investigação genética da ictiofauna no seu componente de jusante.

Os resultados demonstram que das 11 (onze) espécies estudadas, a saber, *Brycon falcatus*, *Brycon pesu*, *Curimata Melanocharacidium cf. dispilomma*, *Myleus torquatus*, *Phractocephalus hemiliopterus*, *Plagioscion squamosissimus*, *Prochilodus nigricans*, *Squaliforma emarginata*, *Zungaro zungaro*, *Hypostomus* sp.3, duas apresentam baixo nível de diferenciação genética entre os trechos a montante e a jusante de Sete Quedas. São elas, *Zungaro zungaro* (nome popular na região: Jaú) e *Prochilodus nigricans* (nome popular na região: Curimatã). Assim, estes resultados, ainda que iniciais, demonstram que existe fluxo gênico (e conseqüentemente fluxo populacional) de pelo menos duas espécies importantes do ponto de vista socioeconômico. A construção dos dois barramentos no trecho do Rio Teles Pires irá separar estas populações e dessa forma, sistemas integrados de transposição de peixes devem ser articulados entre as duas hidrelétricas.

Ficou estabelecido o consenso de que as estratégias de transposição de peixes entre as duas hidrelétricas devem ser integradas, pelo menos no caso das duas espécies citadas. A UHE São Manoel e a UHE Teles Pires se apresentam como uma única barreira a ser vencida para estas espécies que terão seu fluxo gênico interrompido. Assim, do



~~1602~~
~~4420167-65~~

1602
4420167-65
x

ponto de vista de mitigação do impacto, ações fragmentadas de transposição não apresentariam o sucesso desejado. Objetivamente, para as espécies alvo da transposição, a ação deverá se iniciar a jusante da UHE São Manoel e finalizar-se a montante da UHE Teles Pires, com a desejável colaboração entre os dois empreendedores.

6. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÃO

Os dados complementares sobre ictiofauna enviados pela EPE foram importantes para aumentar o nível de conhecimento e incrementar a segurança do pronunciamento técnico sobre o diagnóstico, impacto e ações referentes à ictiofauna no âmbito da UHE São Manoel. Os entendimentos expressos na NOTA TÉCNICA Nº 06/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA permanecem e são reiterado na presente Nota Técnica.

Os resultados do programa genético da UHE Teles Pires também influem na tomada de decisões sobre as ações de transposição de peixes propostas para a UHE São Manoel. Este Sistema de Transposição de Peixes (STP) deverá ser discutido em conjunto com o empreendedor da UHE Teles Pires, previamente à tomada de decisão do Ibama sobre a configuração do sistema a ser adotado pela UHE São Manoel.

Sob o ponto de vista da ictiofauna, caso se decida pela continuidade do processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, as seguintes questões deveriam ser incorporadas:

A) É reiterada a recomendação que a rota alternativa do Rio Apicás permaneça livre, de modo que exista a possibilidade de deslocamento trófico e reprodutivo da ictiofauna por este rio e assim os impactos da construção de empreendimentos em cascata neste trecho do Rio Teles Pires sejam minimizados. Apesar da EPE ter investigado a possibilidade de rota alternativa para o conjunto da ictiofauna migratória a jusante da UHE São Manoel, o Rio Apicás permanece como sendo o de maior vazão e com características importantes. Ainda, a sua foz se localiza imediatamente a jusante do barramento proposto para a UHE São Manoel e dessa forma, representa a alternativa imediata para migração de peixes de piracema no contexto após a existência da UHE.

B) Os pontos de monitoramento de ictiofauna a jusante, de acordo com o item 4 desta Nota Técnica, deverão contemplar, no mínimo, o monitoramento nos seguintes tributários do Rio Teles Pires:

- Rio Apicás;
- Rio Ximari;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

- Lago Kayapó;
- Rio Cururu-Açu;
- Rio Cururuzinho;
- Igarapé do Lodo;
- Igarapé do Anil;
- Igarapé Esperança.

C) É reiterada a recomendação que sejam implantados programas ambientais que esclareçam de maneira mais aprofundada a distribuição e estruturação das populações de peixes a jusante e a montante do trecho encachoeirado do Rio Teles Pires, objetivando o conhecimento do nível de intercruzamento destas populações. Também, as ações propostas no Estudo de Impacto Ambiental entregue pela EPE e as ações complementares indicadas nesta Nota Técnica deverão ser complementadas, cooperadas e integradas com os programas ambientais referentes à ictiofauna executadas pelo empreendedor da UHE Teles Pires. A proposta que se apresenta está informada a seguir:

- Implantar programa ambiental de investigação genética, de modo a se investigar ao nível molecular o intercruzamento de exemplares capturados tanto a jusante quanto a montante do trecho encachoeirado do Rio Teles Pires na região do barramento da UHE São Manoel;
- Implantar programa ambiental de monitoramento remoto de deslocamento destas populações de peixes ao longo de trecho encachoeirado. Este monitoramento poderia ocorrer através de marcação e radiotelemetria;
- Implantar programa ambiental de peixamento a jusante da UHE São Manoel. Apesar da pequena possibilidade de alterações significativas nas comunidades de peixes a jusante do barramento proposta da UHE, há de se considerar a existência de inúmeros núcleos populacionais indígenas a jusante do barramento, e que tem nos peixes sua base proteica. Pelo princípio da precaução geral, é importante deixar esta tarefa ao empreendedor da UHE São Manoel. Certamente, somente após os dados dos programas de monitoramento e conservação de ictiofauna indicarem qualquer tipo de declínio quantitativo ou alteração qualitativa a jusante é que tais ações de peixamento deveriam ser executadas;
- Apresentar ao Ibama proposta inicial de Sistema de Transposição de Peixes. A proposta deverá avaliar alternativas tecnológicas e locais e contemplar uma transposição da jusante do barramento da UHE São Manoel até a montante do reservatório da UHE Teles Pires;
- Implantar programa ambiental específico de resgate de fauna aprisionada nas turbinas, tanto na ativação inicial quanto nas paradas periódicas para manutenção;



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

~~1603~~
~~4920103-01~~

1603
4920103-01

- Reitera-se a recomendação de implantação de um banco de dados georreferenciado e um modo de consulta pública sobre a distribuição dos peixes no trecho do Rio Teles Pires monitorado pelo empreendedor da UHE São Manoel.

À consideração superior

Antonio Hernandes Torres Junior
Gerente Executivo do PA/GABIN SANTAREM

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ
Coordenador-Geral Substituto do CGENE/IBAMA

EN BRANCO

Ofício nº **1131**/EPE/2013

1604
4420107-65

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora
GISELA DAMM FORATTINI
Diretora de Licenciamento Ambiental do
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
SCEN Trecho 2 Edifício Sede do IBAMA
70818-900 Brasília DF

Assunto: UHE São Manoel – Memória da reunião com lideranças indígenas para apresentação do Estudo do Componente Indígena do projeto

Senhor Diretora,

Encaminho em anexo a Memória da Reunião com as lideranças indígenas Kaiabi e Munduruku realizada na cidade de Alta Floresta nos dias 11 e 12 de setembro do corrente ano para a apresentação do Estudo do Componente Indígena da UHE São Manoel.

2. Destaco que a referida memória incorpora as contribuições encaminhadas pela Funai e tem a anuência do MME, ambas instituições presentes ao evento.

3. Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


AMILCAR GUERREIRO

Diretor de Estudos Econômicos Energéticos e Ambientais

AO TRP Rafael Reis para
juntar os processos.

05/11/2013


Mônica Cristina Cardoso de Faria
Matrícula nº 1.423.150
Chefe
DID:CGENE/DILIC

Alta Floresta, 11 e 12 de setembro de 2013

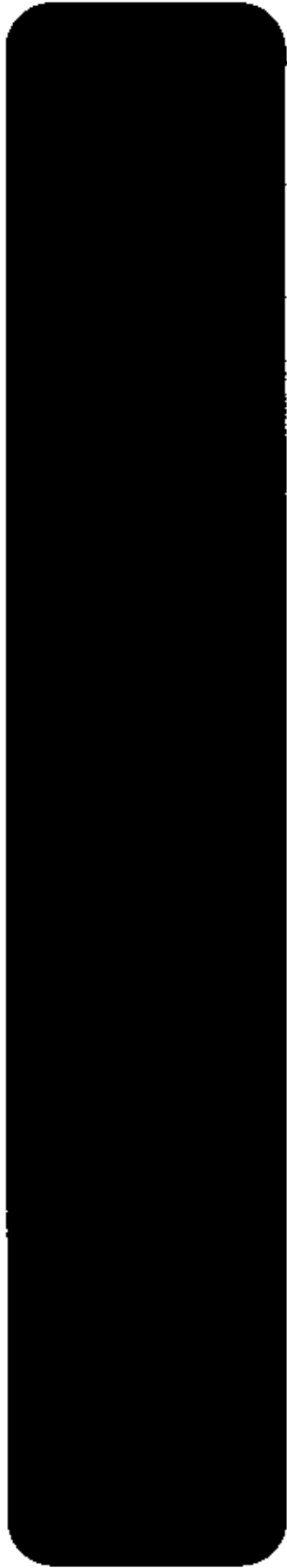
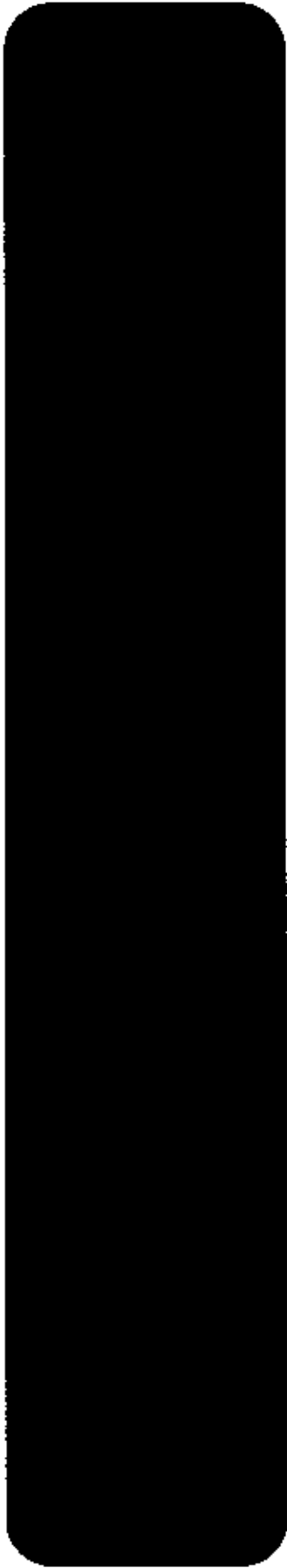
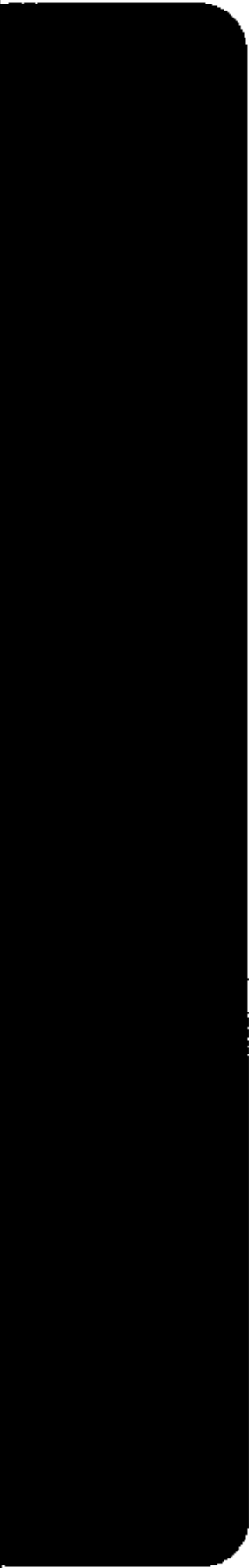
**APRESENTAÇÃO DO ESTUDO
DO COMPONENTE INDÍGENA
PARA AS LIDERANÇAS
APIAKÁ
KAIABI
MUNDURUKU**

MATRIZ DE IMPACTOS E PROGRAMAS

1605
1605
1605
1605
1605

O primeiro passo para o efetivo **CONTROLE, MITIGAÇÃO OU COMPENSAÇÃO** dos efeitos dos **IMPACTOS** causados pelo **PROJETO** é o **ADEQUADO RECONHECIMENTO** desses **IMPACTOS**.

QUESTÕES CENTRAIS DO ECI



~~1604~~
~~4420102-65~~
X



1606
4420102-65
X

Empresa de Pesquisa Energética

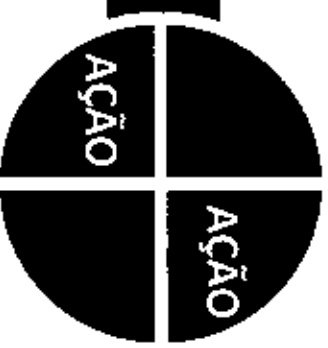
METODOLOGIA GERAL



IMPACTOS



PROGRAMAS
DEFINIÇÃO: ECI
DETALHE: PBAI



ECI

OBRA

- **Pressão sobre a terra indígena**
- **Fauna**
- **Água**
- **Saúde indígena**
- **Cultura indígena**



~~1607~~
~~4420107-65~~

1607
4420107-65
K

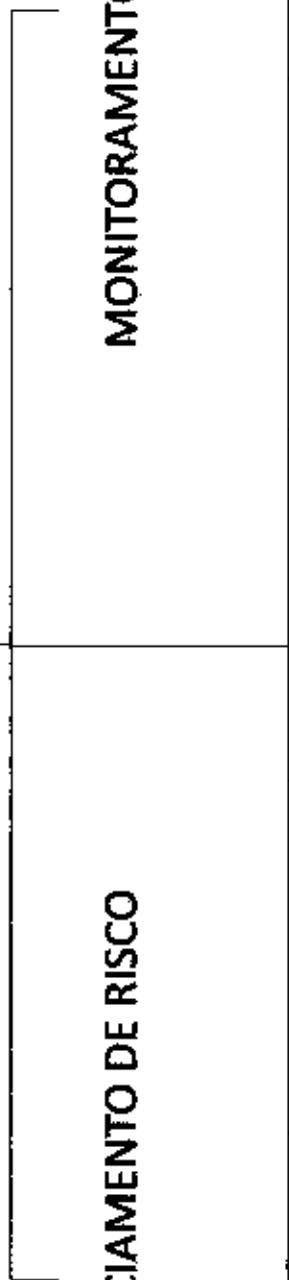


PROGRAMAS

PLANO DE
GESTÃO
AMBIENTAL
INDÍGENA

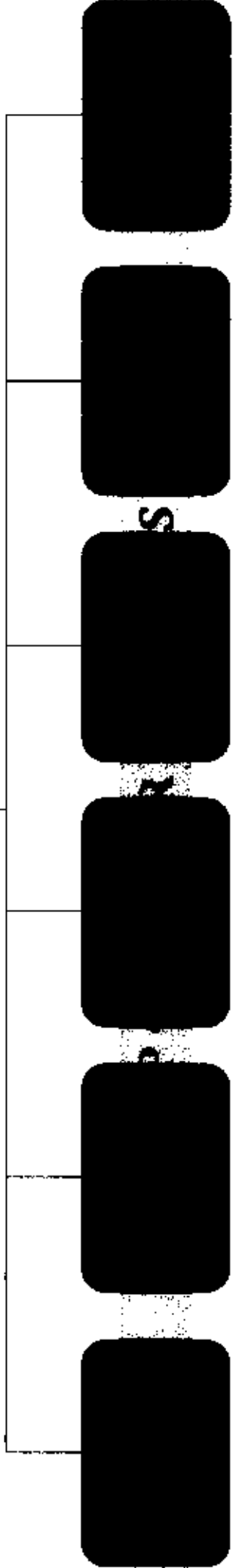
PROGRAMAS

**PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL INDÍGENA
PGAI**



COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE RISCO

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO



1608
4420/17-65

~~1606
4420/17-65~~

- **COORDENAR** todos os **PROGRAMAS E AÇÕES**
- Proporcionar a **PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS** no PBAI
- Monitorar interferência na **SEGURANÇA ALIMENTAR**
- Monitorar interferência com **ÍNDIOS ISOLADOS**
- Gerenciar **RISCOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS**

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL INDÍGENA

INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL INDÍGENA PCSI



- ✓ Elaborar **PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** específico para as comunidades indígenas de forma a mantê-las permanentemente informadas sobre o que poderá afetar o seu dia-a-dia com destaque para **EVENTOS IMPORTANTES** (desvio do rio, enchimento do reservatório etc.)
- ✓ Manter **EQUIPE DE RELACIONAMENTO COMUNITÁRIO**
- ✓ **DIVULGAR RESULTADOS** dos monitoramentos principalmente sobre qualidade da água, sedimentos, peixes etc. (reuniões, oficinas, relatórios etc.)

~~1609~~
~~4420107-65~~
1609
4420107-65

Atração de pessoas devido a **OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS E EMPREGOS**



MAIOR PROCURA POR RECURSOS NATURAIS



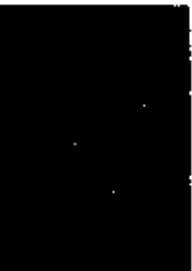
MELHORIA DE ESTRADAS entre a obra e as cidades



Desemprego gerado pelo **FIM DAS OBRAS**



Interferência do reservatório na **PESCA ESPORTIVA**



Estímulo à **SAÍDA** de indígenas **DAS ALDEIAS**

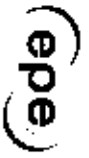


APOIO À INTEGRIDADE TERRITORIAL

PCSI

Comunicação Social

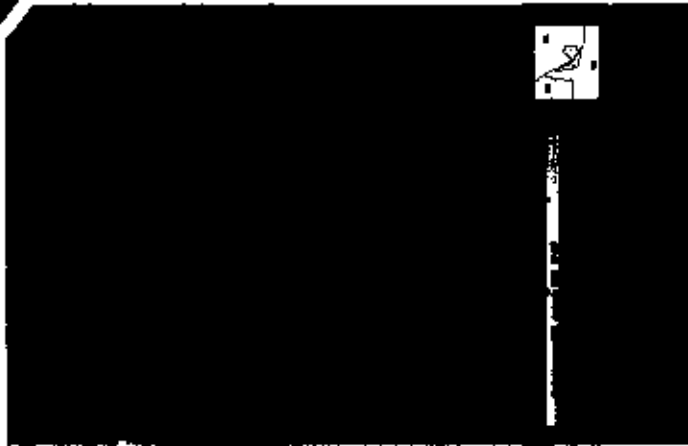
APOIO A ATIVIDADES PRODUTIVAS



APOIO À INTEGRIDADE TERRITORIAL



- ✓ Manter EQUIPE DE APOIO PERMANENTE, com participação indígena
- ✓ Monitorar USO E OCUPAÇÃO DO SOLO no entorno sul da TI Kayabi
- ✓ Fornecer EQUIPAMENTOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO
- ✓ Instalar PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E SINALIZAÇÃO dos limites da TI Kayabi
- ✓ CONSCIENTIZAR TRABALHADORES sobre as particularidades das Terras Indígenas e das etnias (articulação com o EIA)
- ✓ APOIAR INICIATIVAS DA PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (apoio a ser negociado no PBAI)



~~1602~~
~~1620~~ 1607 -65
A

1610
1620/07 -65
A



- ✓ FORTALECER ATIVIDADES EXISTENTES
- ✓ Identificar e apoiar novas
ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE RENDA
para as comunidades indígenas



**APOIO A
ATIVIDADES
PRODUTIVAS**

INTERFERÊNCIA NA PESCA
das comunidades indígenas

FUGA DE ANIMAIS para a TI
(construção e enchimento do
reservatório)

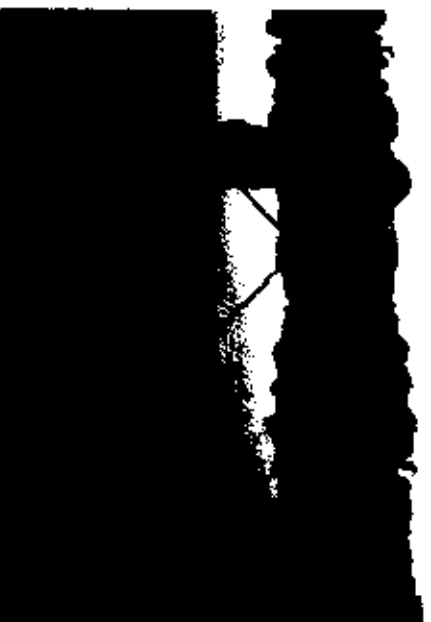
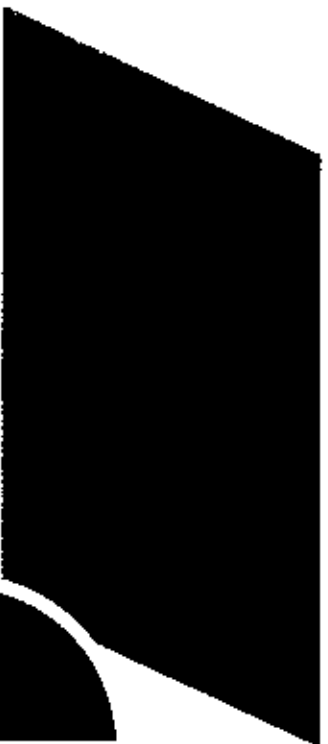
FAUNA

PGAI

Gestão Ambiental

PCSI

Comunicação Social



- ✓ Incluir pontos de **MONITORAMENTO DE PEIXES** na TI Kayabi
- ✓ **ESTIMAR** a quantidade e **MONITORAR** as principais **ESPÉCIES DE PEIXES** utilizadas pelas comunidades Apiaká, Kaiabi e Munduruku
- ✓ **SISTEMA DE TRANSPosição DE PEIXES** (*conforme indicação dos estudos e as recomendações de especialistas*)
- ✓ **MONITORAR FUGA DE ANIMAIS** da área do reservatório para dentro da TI



PESQUISAS SOBRE PEIXES (EIA)

Eixo da UHE São Manoel

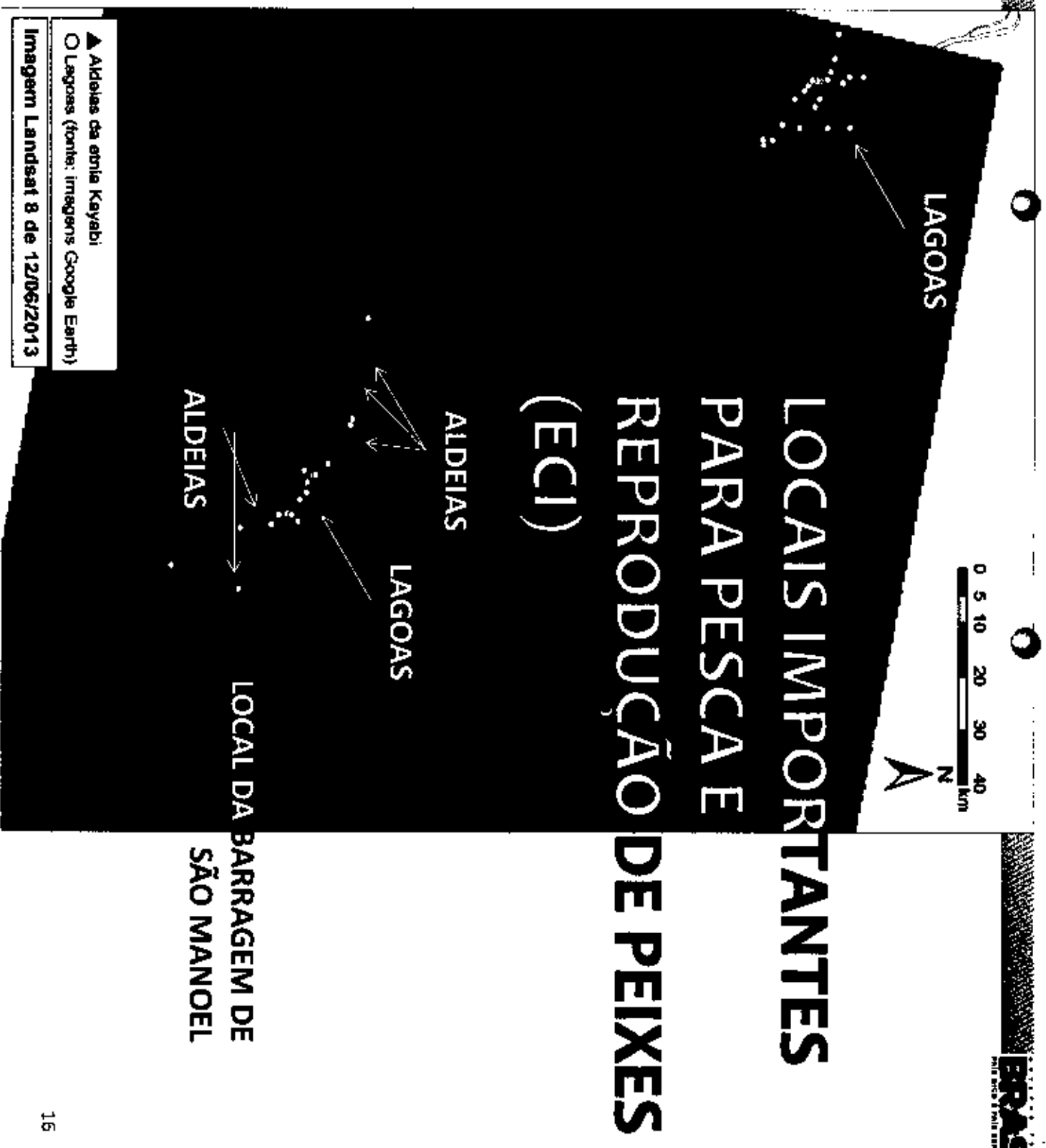
Eixo UHE Teles Pires

São Carlos

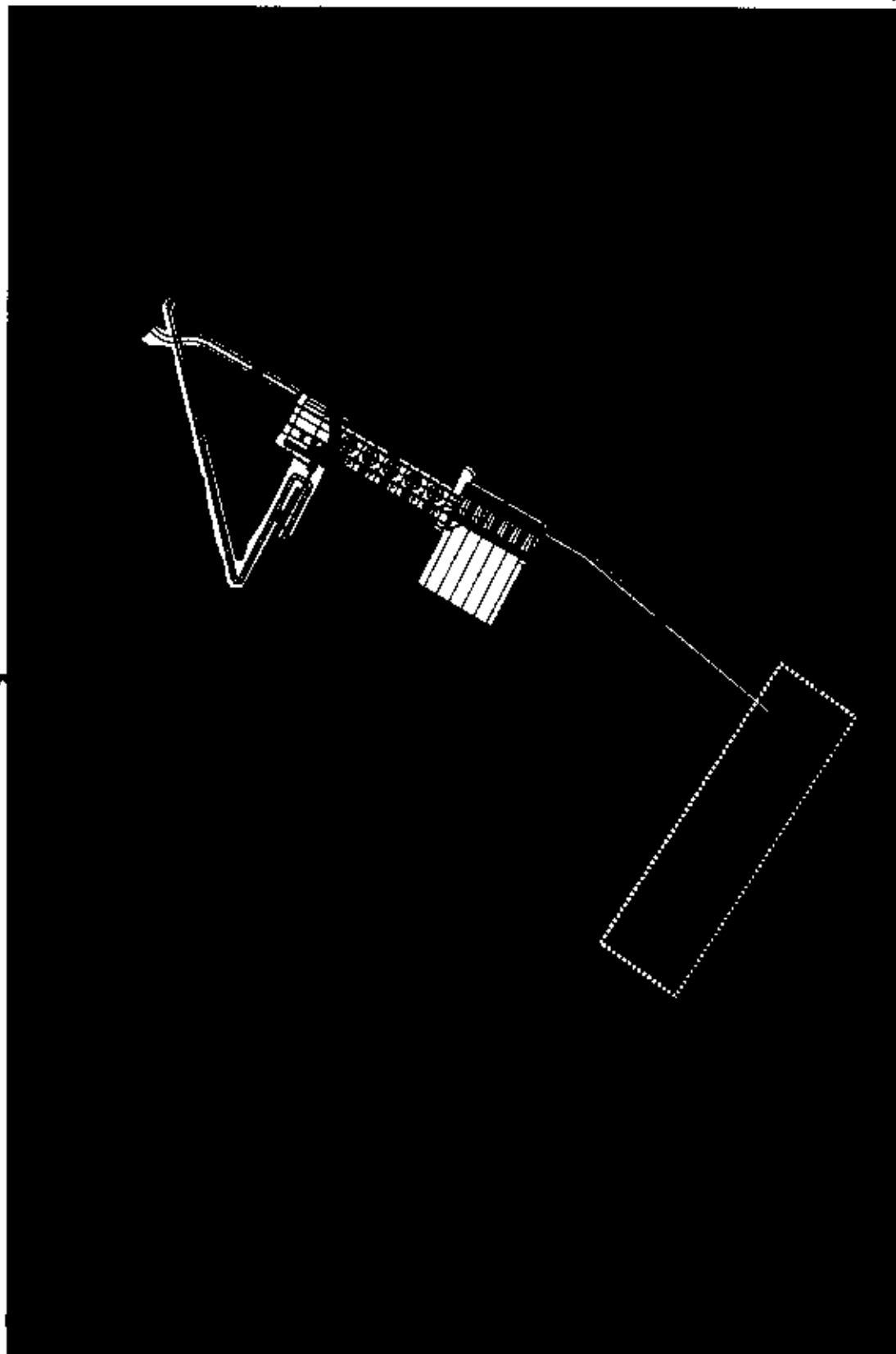
- Pontos Amostrais da Ictiofauna
- EIA UHE São Manoel
 - EIA UHE Foz do Apiacás
 - Corredeiras identificadas no EIA UHE São Manoel

Imagem Landsat 8 de 12/06/2013

16/10
16/12
20/10/13



SISTEMA DE TRANSPOSIÇÃO DA



1613
4420107-65
X

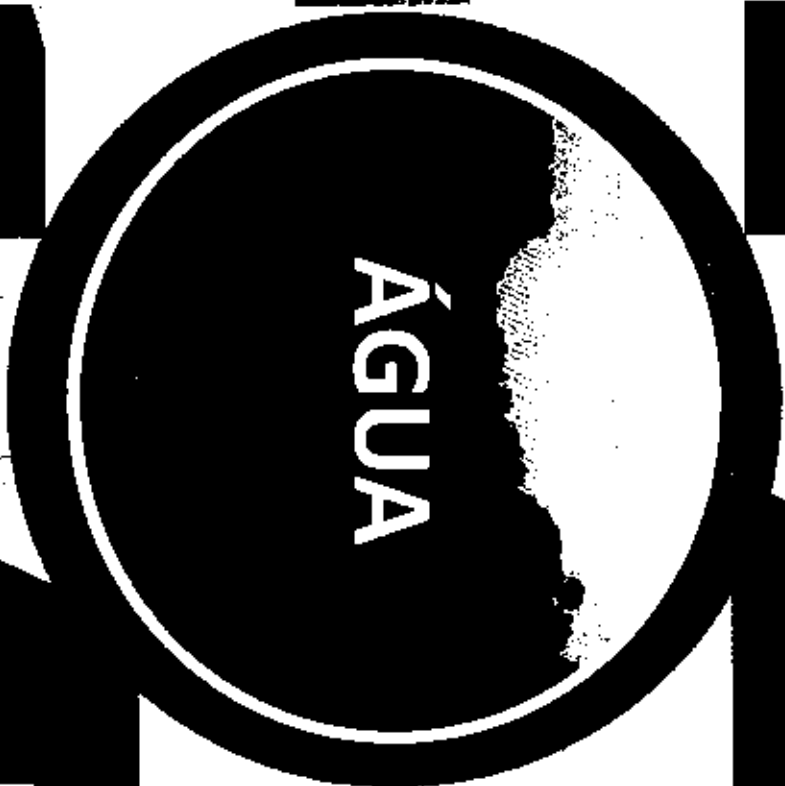
~~1611
4420107-65
17~~

ECL UHE São Mateus - Engenharia de Projetos Ltda. - Alta Floresta, MT | Set 2013

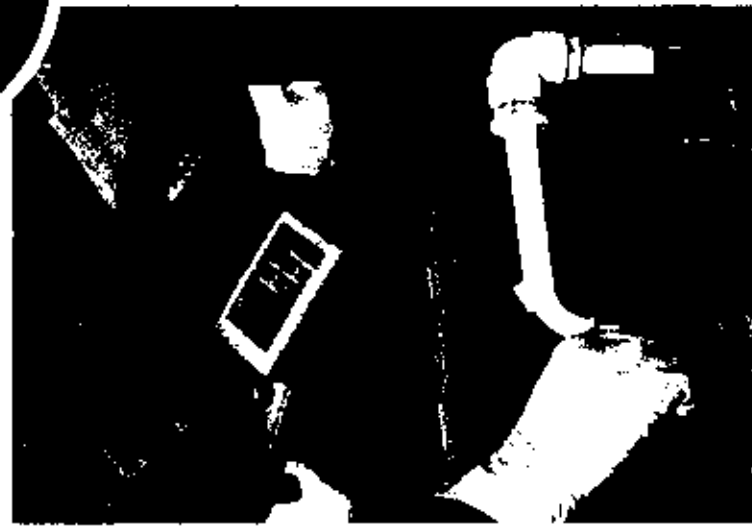
Aumento de **SEDIMENTOS**
no rio São Benedito

Alteração da
QUALIDADE DA ÁGUA

Alteração da **QUANTIDADE DE**
ÁGUA DO RIO
(apenas no enchimento)



PCSI
Comunicação Social



- ✓ Incluir pontos de **MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA** na TI Kayabi
- ✓ Incluir pontos de **MONITORAMENTO DE SEDIMENTOS** na TI Kayabi
- ✓ Prever **AÇÕES CORRETIVAS** no PBAI para o caso de ocorrer piora da qualidade da água
- ✓ Prever **AÇÕES EMERGENCIAIS** no PBAI para compensar impactos que afetem a qualidade da água

~~1614~~
~~4420103-65~~
R

1614
4420103-65
R

Aumento de **DOENÇAS**

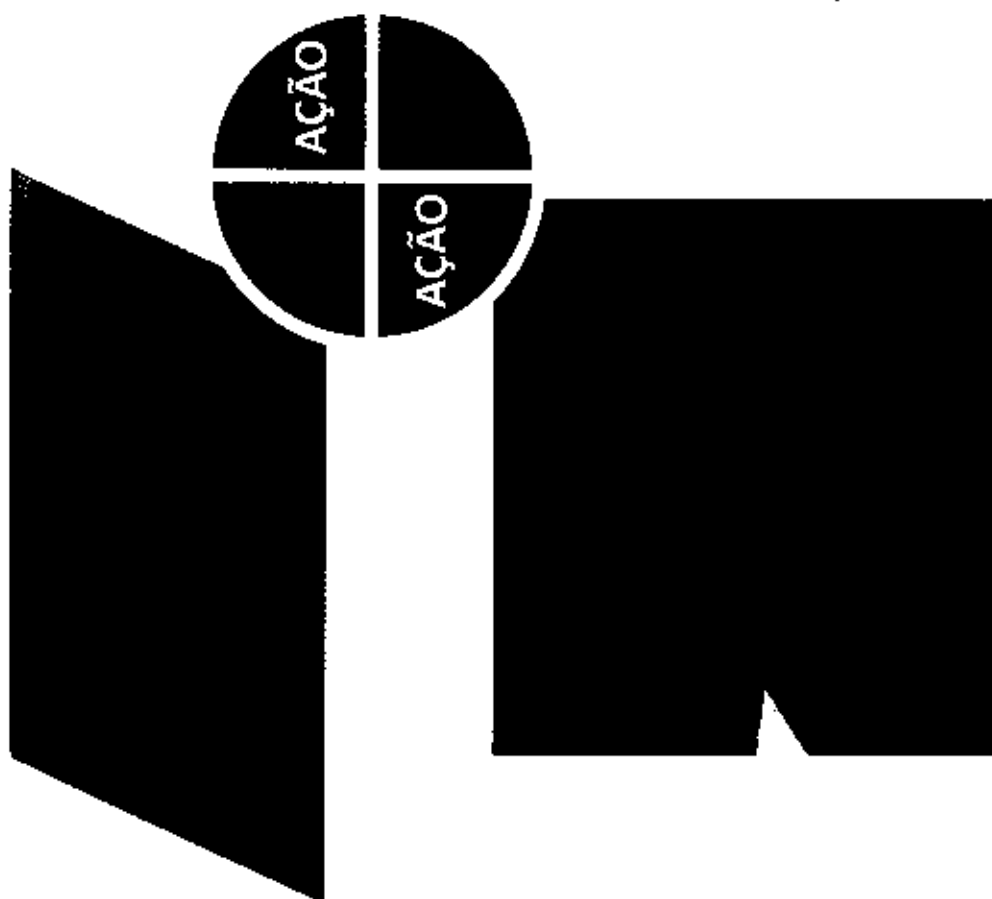


Aumento de **MOSQUITOS**
e outros transmissores de
doenças



PCSI
Comunicação Social

SAÚDE
INDÍGENA



- ✓ **MONITORAR CRIADOUROS DE MOSQUITOS** e outros transmissores de doenças
- ✓ Realizar campanhas periódicas para **LIMPEZA E REMOÇÃO DE CRIADOUROS** de mosquitos e outros transmissores
- ✓ Promover **CAMPANHAS DE CONCIENCIÇÃO** sobre doenças provocadas por mosquitos
- ✓ Promover **AÇÕES EDUCATIVAS** para prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)
- ✓ Aumentar **CAPACIDADE** de **IDENTIFICAÇÃO** dos casos de **MALÁRIA**
- ✓ Reforçar **SERVIÇOS DE SAÚDE**

~~1613~~
~~4420103-65~~

1615
4420103-65
16

SAÚDE INDÍGENA



- ✓ Realizar **CAMPANHAS** de **CONTROLE E PREVENÇÃO**
- ✓ Contribuir para **REFORÇAR A INFRAESTRUTURA A SERVIÇO DA SAÚDE INDÍGENA** (materiais, equipamentos, medicamentos etc.)
- ✓ Participar da articulação entre **FUNAI, SESAI, organizações indígenas e órgãos** de saúde estaduais e municipais

SAÚDE INDÍGENA

SUS

EXEMPLO DE AÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DA SAÚDE INDÍGENA

- ✓ articulação com FUNAI, SESAI,
organizações indígenas
- ✓ reforço da infraestrutura
(materiais, equipamentos,
medicamentos etc.)

INAUGURAÇÃO POSTO DE SAÚDE DO KURURUZINHO

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires e Oderecnet Infraestrutura tem a honra de convidar você, a participar do evento de inauguração do posto de saúde do Kururuzinho, instalado na Terra Indígena Kayabi, a ser realizado no dia 19 de setembro de 2013, às 10h. O evento será realizado no âmbito do Projeto Básico Ambiental Indígena (PBA-I).

Esta obra será um grande benefício para os índios que vivem na aldeia Kururuzinho, como, também, para outras 08 aldeias (São Benedito, Coelho, Tucumã, Mênicoççu, Barro Vermelho e Dinossauros) que se destacam até a aldeia em busca de estudos e atendimento médico básico.

A área total do posto de saúde é de 193,90 m² e conta com toda infraestrutura e equipamentos necessários para oferecer um atendimento de qualidade na área médica e odontológica aos índios. Sem contar os outros benefícios adquiridos, como gerador com capacidade para atender as demandas da aldeia e a construção de um galpão para armazená-lo.

A população Kayabi é composta de aproximadamente 150 indígenas, distribuídos em 07 aldeias ao longo do rio Teles Pires e alguns de seus afluentes. O posto de saúde instalado na aldeia Kururuzinho é uma grande conquista para o povo Kayabi, promovendo importantes melhorias nas condições básicas de Infraestrutura e saúde.

**A Companhia Hidrelétrica Teles Pires
na busca de melhorias nas condições
sociais das comunidades indígenas!**

Evento: Inauguração do Posto de Saúde do Kururuzinho

Local: Terra Indígena Kayabi

Data: 19/09/2013 | Horário: 10 horas

energia

TELES PIRES

Eletroras
Eletronal
Furnas

1616
44.20/07-65
23

Ameara às **RELAÇÕES SOCIAIS**
ENTRE AS ETNIAS



Ameara aos
ÍNDIOS ISOLADOS

ASSEDIO ÀS COMUNIDADES
INDÍGENAS (Inclui aliciamento
por trabalhadores)



Mudança nos **MODOS DE**
VIDA dos **JOVENS INDÍGENAS**



Aumento de **VIOLÊNCIA, USO**
DE DROGAS, ALCOOLISMO,
PROSTITUIÇÃO



Desestímulo às **PRÁTICAS**
TRADICIONAIS DE
SUBSISTÊNCIA



Preocupações ligadas às

**CONCEPÇÕES
COSMOLÓGICAS/RELIGIOSAS**



Interferência com **SÍTIOS
CULTURAIS, HISTÓRICOS E
ARQUEOLÓGICOS**

(na área do reservatório)

**VALORIZAÇÃO
MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS**

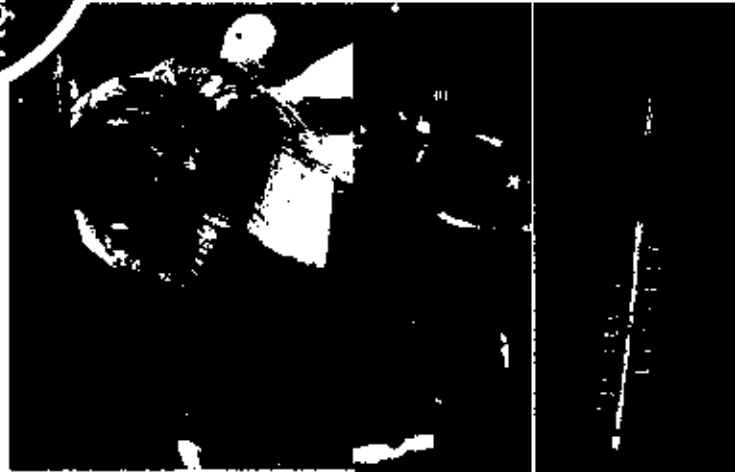
**INTEGRIDADE
TERRITORIAL
ATIVIDADE
PRODUTIVA**

PGAI
Gestão Ambiental
PCSI
Comunicação Social

CULTURA

**ETNO
ARQUEOLOGIA**

VALORIZAÇÃO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS



- ✓ Realizar OFICINAS que valorizem a HISTÓRIA, as ARTES, os MODOS DE VIDA indígena, destacando a PARTICIPAÇÃO DOS MAIS VELHOS e a DISCUSSÃO da AUTONOMIA a partir das PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIA
- ✓ Promover outras INICIATIVAS que possibilitem a TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO, das TRADIÇÕES e COSTUMES para os mais JOVENS
- ✓ REGISTRAR e DOCUMENTAR as MANIFESTAÇÕES CULTURAIS dos povos Apiaká, Kaiabi e Munduruku

~~1618
4420/109-65~~

1618
4420/109-65

ETNO ARQUEOLOGIA



Imagem retirada
por solicitação
dos indígenas,
conforme
memória da
reunião

- ✓ Elaborar **PLANO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO** dos povos Apiaká, Kalabi e Munduruku
- ✓ **IDENTIFICAR, REGISTRAR E RESGATAR** o patrimônio arqueológico encontrado na área do reservatório
- ✓ Promover a **PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA** nos programas de identificação e registro do patrimônio arqueológico



Muito obrigado!

EQUIPE DA EPE
(em ordem alfabética)

Amilcar Guerreiro

Carlos Frederico Menezes

Daniel Dias Loureiro

Edna Elias Xavier

Elisangela Medeiros de Almeida

Federica Natasha Sodré

Glauce Lieggio Botelho

Vinicius Mesquita Rosenthal

16/11
14/11/17
R

EM BRANCO



MEMÓRIA DA REUNIÃO

Assunto: Licenciamento São Manoel – Apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI) às lideranças Apiaká, Kaiabi e Munduruku

Alta Floresta, MT
11-12/09/2013

Página 1 de 5

~~4420102-05~~
16.20
4420102-05
←

Pauta:

Apresentação dos resultados do ECI da UHE São Manoel às lideranças Apiaká, Kaiabi e Munduruku

Participantes:

▪ Instituições governamentais:

MME Maria Ceicilene Martins Rego

Funai Vivian Gladys de Oliveira Souza (Sede) | Ana Claudia C. de Moura (Sede) | Clóvis Nunes (CTL Kaiabi) | Elton Mendes (CTL Munduruku) | Juliana Vieira Araujo (CR Tapajós) | Wyncla Paz de Aguiar (CTL Jacareacanga)

EPE Amílcar Guerreiro | Carlos Frederico S. Menezes | Elisângela Medeiros de Almeida | Federica Natasha G. A. S. Sodré | Gilauce Maria Lieggio Botelho | Vinicius Mesquita Rosenthal

▪ Comunidades indígenas:

Lideranças das etnias Kaiabi e Munduruku

Desenvolvimento da reunião:

1. **Local da reunião:** o local da reunião foi estabelecido de comum acordo com os participantes, tendo a EPE contratado o espaço da firma *Kaká Eventos* em razão da indisponibilidade de locais públicos, conforme reportado pela prefeitura de Alta Floresta.

2. **Logística de apoio à participação das lideranças indígenas:** por meio do Ofício nº 637/2013/DPDS/FUNAI-MJ, de 30/08/2013, a Funai solicitou à EPE providências para garantir a participação de 12 lideranças Apiaká, 30 lideranças Kaiabi e 20 lideranças da etnia Munduruku, consistindo tais providências em hospedagem, alimentação e deslocamento.

2.1. Hospedagem

A EPE bloqueou 62 vagas no Hotel Pirâmide em Alta Floresta, com café da manhã.

2.2. Alimentação

A EPE viabilizou almoço e jantar no restaurante Paolla, um dos dois de grande porte existentes em Alta Floresta.

2.3. Deslocamento

A EPE disponibilizou combustível para deslocamento fluvial os quantitativos indicados no ofício da Funai, transporte terrestre, por automóvel e ônibus, para os trechos indicados pela Funai e, em Alta Floresta, nos trajetos hotel-local da reunião-restaurant, e transporte aéreo para as lideranças Munduruku, que se deslocaram desde Jacareacanga. O deslocamento para a reunião se deu no dia 10 de setembro e o retorno no dia 13.

3. **Participação de lideranças da etnia Apiaká:** ainda antes da reunião, a Funai (Vivian) comunicou que, por decisão dos próprios integrantes da etnia, não participariam da reunião as lideranças Apiaká.

4. **Participação indígena:** embora as lideranças Apiaká não tenham comparecido, as etnias Kaiabi e Munduruku participaram em maior número que o inicialmente estimado (homens, mulheres e crianças).



MEMÓRIA DA REUNIÃO

Alta Floresta, MT
11-12/09/2013

Assunto: **Licenciamento São Manoel – Apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI) às lideranças Apiaká, Kaiabi e Munduruku**

Página 2 de 5

4.1. Por decisão das lideranças presentes, não foi feito o registro da presença dos indígenas à reunião, nem escrito nem fotográfico. Contudo, a EPE contabilizou, no total, a hospedagem de 65 indígenas e a 325 refeições (3 jantares e 2 almoços, nos dias 10 a 12 de setembro).

5. **Abertura:** a reunião foi aberta às 9h do dia 11 de setembro pela EPE.

5.1. A EPE (Guerreiro), coordenadora da reunião, enfatizou que não se tratava de uma audiência pública, mas sim de uma reunião específica para as comunidades indígenas, para apresentação do ECI da UHE São Manoel e registro de suas expectativas, apreensões e pleitos com relação à implantação do projeto.

5.2. A EPE (Guerreiro) destacou que o projeto não atinge nenhuma porção da TI Kayabi, a que se situa mais próximo do empreendimento.

5.3. A EPE (Guerreiro) propôs, e foi aprovada por todos os presentes, a seguinte organização para a reunião:

- Apresentação/identificação dos participantes: após a abertura, haveria uma apresentação individual de todos os presentes
- Manifestação inicial das lideranças indígenas: uso livre da palavra por todos que assim desejassem
- Manifestação da Funai: descrição sucinta do processo de licenciamento em curso
- Apresentação do projeto da UHE São Manoel: exibição de vídeo produzido pela EPE contendo a descrição do projeto, seguidos de esclarecimentos complementares
- Resultados do ECI de São Manoel: apresentação pela EPE dos resultados dos estudos com apoio de projeção de *power point*
- Manifestação dos participantes: uso livre da palavra pelos participantes indígenas, solicitando esclarecimentos e apresentando questionamentos e reivindicações

6. **Apresentação/identificação dos participantes:** cada um dos participantes se apresentou, identificando-se pelo nome e por seu vínculo (instituições e etnia e aldeia, no caso dos indígenas).

6.1. Na apresentação foram identificadas duas pessoas que não pertenciam nem às instituições governamentais participantes da reunião nem às comunidades indígenas: Juliana Batista, professora da Unemat (Universidade Estadual do Mato Grosso) e Gil Rodrigues, da Diálogo Tapajós, que está fazendo trabalhos, sob contrato com a Eletrobras, na parte baixa da bacia. Consultadas pela coordenação da reunião, as lideranças indígenas concordaram com a presença de ambos.

7. **Manifestação inicial das lideranças indígenas:**

7.1. Algumas lideranças se manifestaram contrárias ao empreendimento e à apresentação dos resultados do ECI da UHE São Manoel, em virtude de a implementação dos PBAI (Projeto Básico Ambiental Indígena) da UHE Teles Pires não ter sido ainda iniciada.

7.2. Várias lideranças, especialmente da etnia Munduruku, manifestaram interesse em ouvir a apresentação dos resultados pela EPE. Algumas afirmaram ter o intuito de colher informações para difundi-las nas aldeias.

7.3. Várias lideranças, principalmente da etnia Kaiabi, criticaram a atuação da Funai em face dos atrasos nos PBAI da UHE Teles Pires e da demora da desintrusão das áreas agora homologadas da TI Kayabi.

7.4. A EPE (Glauce) solicitou autorização para fotografar a reunião e os indígenas não autorizaram. Criou-se um momento de tensão, chegando a cogitar-se, por parte de uma liderança indígena, da suspensão imediata dos trabalhos. Um indígena questionou que um representante da EPE (Carlos Frederico) já havia tirado foto da reunião sem que tivesse sido autorizado. As lideranças solicitaram que as fotos fossem descartadas e o pedido foi atendido imediatamente.



MEMÓRIA DA REUNIÃO

Assunto: **Licenciamento São Manoel – Apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI) às lideranças Apiaká, Kaiabi e Mundurukú**

Alta Floresta, MT
11-12/09/2013

Página 1 de 5

~~1619~~
~~4926/04-65~~
1621
4926/04-65

8. Manifestação da Funai: A Funai (Vivian) explicou que a análise dos PBAI ainda não estava concluída em razão do cuidado tomado pela instituição e do grande volume de trabalho a que estavam submetidos os técnicos da Funai (mais de 2.800 processos de licenciamento para apenas 16 técnicos da CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento).

8.1. A Funai esclareceu a diferença entre o ECI e o PBAI, destacando que nesta fase dos trabalhos do projeto da UHE São Manoel (ECI) seriam conceituados os programas de mitigação e compensação dos impactos, que somente serão detalhados na fase seguintes, após conhecido o empreendedor do projeto (fase do PBAI).

8.2. A Funai esclareceu que a instituição não é o órgão licenciador; apenas participa do processo de licenciamento analisando os impactos sobre as terras e os povos indígenas e oferecendo subsídios para que o órgão licenciador, no caso o Ibama, tome decisão de conceder (ou não) a licença.

8.3. A Funai esclareceu ainda a diferença do papel institucional, dentro da Funai, entre a coordenação de licenciamento e a diretoria de proteção territorial e, por isso, os representantes da instituição ali presentes não teriam como se pronunciar sobre a desintrusão da TI.

(Nota: a expansão da TI Kayabi foi homologada pela Presidente da República no dia 25 de Abril de 2013)

9. Apresentação do projeto da UHE São Manoel: foi exibido vídeo produzido pela EPE, em que são descritos os aspectos principais do projeto, tais como localização, potência, esquema proposto de construção, área do reservatório, mecanismo de transposição de peixes etc.

A propósito do vídeo, a EPE (Guerreiro) esclareceu:

- que da área total do reservatório (6.600ha), 2.600ha correspondem à inundação natural do rio na cheia;
- que o indicativo de 4.000 trabalhadores no pico da obra não deve se realizar tendo em vista a realidade observada na construção de Teles Pires, um empreendimento de dimensões bem maiores, cujo número máximo de trabalhadores estará entre 5 e 6mil;
- que o sistema de transposição de peixes é uma solução considerada no projeto para permitir a migração de peixes, cujo detalhamento ainda é objeto de estudo por especialistas.

10. Resultados do ECI: a EPE (Amilear) fez a apresentação dos resultados do ECI da UHE São Manoel, destacando impactos, programas e ações desses programas (Anexo I).

10.1. Foi permitida a livre manifestação dos participantes indígenas, arguindo esclarecimentos, apresentando questionamentos e reivindicações no momento que entendessem conveniente.

10.2. Cópia impressa da apresentação foi distribuída a todos os participantes.

10.3. A EPE (Glauce) informou que três conjuntos completos do ECI da UHE São Manoel estavam disponíveis, um para cada etnia. Cada conjunto estava composto por dois volumes.

10.4. Registrou-se o extravio um volume de um dos três conjuntos.

10.5. Foram prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos participantes. Não houve questionamento sem resposta.

11. Manifestação dos participantes: após a apresentação dos resultados do ECI da UHE São Manoel, foi franqueada a palavra a todo o participante que desejasse se manifestar.

11.1. As manifestações se estenderam da tarde do dia 11 de setembro (no 1º dia, a reunião se encerrou por volta das 17h30) até a manhã do dia 12 de setembro.



MEMÓRIA DA REUNIÃO

Alta Floresta, MT
11-12/09/2013

Assunto: Licenciamento São Manoel – Apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI) às lideranças Apiaká, Kaiabi e Munduruku

Página 4 de 5

11.2. A liderança Bruno Kaiabi desaprovou o uso de sua fotografia e de sua esposa e de sua esposa na cópia impressa da apresentação entregue pela EPE. A foto foi tirada durante os estudos etnoarqueológicos que vêm sendo realizados pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires – CHTP, que já havia se comprometido em não divulgar qualquer imagem dos indígenas sem o consentimento dos mesmos. A EPE (Glaucé) explicou que obteve a foto durante reunião de trabalho com a CHTP e que só resolveu utilizá-la por ter o entendimento de que a apresentação era exclusiva para os indígenas e pelo fato da imagem ser de um Kaiabi e não de outra etnia, não havendo a intenção de divulgá-la para qualquer outro público. Nesse momento, a foto foi retirada da apresentação em *power point* para firmar o compromisso da EPE de que a foto não seria mais utilizada.

11.3. A Funai (Vivian) esclareceu que, durante a realização dos estudos etnoarqueológicos, a empresa responsável por sua realização solicitou que os participantes assinassem um documento abrindo mão do uso de imagem, inclusive para fins comerciais. Diante disso, após intervenção da Funai, a empresa devolveu esses documentos e se comprometeu em não divulgar nenhuma imagem sem autorização dos Kaiabi. Logo, causou estranheza aos Kaiabi que a EPE estivesse de posse de imagem da oficina sem a devida autorização.

11.4. Tendo em vista a impossibilidade de replicarem os resultados desses estudos adequadamente ao restante da comunidade, algumas lideranças destacaram que a apresentação dos resultados dos Estudos deveria ocorrer nas aldeias e não na cidade, a fim de garantir a participação de todos.

11.5. As manifestações se encerraram ao final da manhã do dia 12 de setembro por iniciativa dos próprios manifestantes.

11.6. A EPE (Guerreiro) se propôs a resumir as reivindicações dos participantes e, no encerramento, submeter este resumo a todos.


11.7. A liderança Tarawi solicitou ler, no encerramento, manifesto do povo Kaiabi às autoridades públicas brasileiras.

12. Encerramento:

12.1. A EPE (Guerreiro) apresentou o seguinte resumo das manifestações das lideranças indígenas:

- ficou registrado o sentimento geral das comunidades indígenas de que **“as promessas não são cumpridas”**, seja por parte do poder público, seja por parte de empreendedores, do que é exemplo mais recente a inexecução dos PBAI da UHE Teles Pires;
- as principais demandas das comunidades indígenas estão relacionadas à **melhoria nos serviços de saúde e educação** e especialmente à **sustentabilidade das ações** (exemplos: combustível para o novo gerador de energia instalado na aldeia Kururuzinho; equipamentos, material, medicamentos e profissionais capacitados para os postos de saúde; equipamentos, materiais e professores para as instalações de ensino);
- com relação a iniciativas na área de saúde, as comunidades indígenas pleiteiam a instalação de uma Casa de Saúde Indígenas – CASAI em Alta Floresta;
- além da segurança territorial, as lideranças entendem que se deve dar, na execução das ações dos programas ambientais, especial atenção à questão da **segurança nas intervenções em terras indígenas**, de modo a minimizar e preferencialmente evitar contato entre trabalhadores e indígenas (cita-se como exemplo a construção do Posto de Saúde na aldeia Kururuzinho);
- ficou registrado o sentimento generalizado das comunidades indígenas de, com a implantação da usina, **perda de lugares sagrados e de importância histórica e etnoarqueológica, propondo a criação de instituição (museu) em Alta Floresta** que possa receber e abrigar materiais e objetos recuperados.

1622
4420/07-65

	MEMÓRIA DA REUNIÃO	Alta Floresta, MT 11-12/09/2013
	Assunto: Licenciamento São Manoel – Apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI) às lideranças Apiaká, Kaiabi e Munduruku	Página 5 de 5

1622
4420/07-65

- as lideranças indígenas reivindicaram que os resultados programas não sejam deslocados para outras regiões, vale dizer, os recursos e as iniciativas dos PBAI devem ser aplicados e direcionados exclusivamente para as TI Kayabi e Munduruku e, na medida do possível, serem administrados pelas próprias comunidades.
- 12.2. Apresentado este resumo, o mesmo foi recepcionado sem observações pelos participantes.
- 12.3. A liderança Tarawi Kaiabi leu o Manifesto do Povo Kaiabi.
- 12.4. A reunião foi encerrada às 11h30 do dia 12 de Setembro.
- 13. **Registro da reunião:** a realização da reunião teve divulgação espontânea na mídia no site "Paranáita on line", <http://www.paranaitaonline.com.br/Noticias/Ta-na-midia/25560/> (Anexo 2).

Lista de destinatários:

MME	Francisco Romário Wojcicki	francisco.wojcicki@mme.gov.br
	Luiz Fernando do Monte Pinto	luiz.pinto@mme.gov.br
	Mayara Cardoso	mayara.cardoso@mme.gov.br
	Maria Ceicilene Martins Rego	ceicilene.rego@mme.gov.br
	Juliette Queiroz Monsa	juliette.monsa@mme.gov.br
	Rita Silva	rita.silva@mme.gov.br
MPOG	Celso Knijnik	celso.knijnik@planejamento.gov.br
	Veronica Sanchez da Cruz Rios	veronica.sanchez@planejamento.gov.br
Funai	Maria Janete Albuquerque de Carvalho	maria.carvalho@funai.gov.br carvalho.mjanete@gmail.com
	Júlia de Paiva P. Leão	julia_paiva@yahoo.com.br
	Vivian Gladys de Oliveira Souza	vivian.souza@funai.gov.br
	Ana Claudia Cavalcanti de Moura	anademoura@gmail.com
Ibama	Thomaz Toledo	thomaz.toledo@gmail.com
	Frederico Queiroga do Amaral	frederico.amaral@ibama.gov.br
EPE	Mauricio Tolmasquim	mauricio.tolmasquim@epe.gov.br
	Amílcar Guerreiro	amilcar.guerreiro@epe.gov.br
	Álvaro Pereira	alvaro.pereira@epe.gov.br
	Fabrini Galo	fabrini.galo@epe.gov.br
	Edna Elias Xavier	edna.xavier@epe.gov.br
	Carlos Frederico S. Menezes	carlos.menezes@epe.gov.br
	Elisângela Medeiros de Almeida	elisangela.almeida@epe.gov.br
	Glauce Maria Lieggio Botelho	glauce.botelho@epe.gov.br
	Vinicius Mesquita Rosenthal	vinicius.rosenthal@epe.gov.br
	Daniel Dias Loureiro	daniel.loureiro@epe.gov.br
	Federica Natasha A. Sodré	federica.sodre@epe.gov.br

NOTA IMPORTANTE:
 O texto e os dados desta memória de reunião são de domínio público e podem ser utilizados livremente por qualquer pessoa para fins de pesquisa, educação ou divulgação científica, desde que seja dada a devida atribuição ao autor e à instituição de origem.
 Este texto não deve ser considerado uma recomendação oficial do EPE. O EPE não se responsabiliza por danos ou prejuízos decorrentes do uso indevido das informações aqui contidas.

EMERSON

Notícias / Ta na mídia
12/09/2013 às 10:06 - Atualizado em 12/09/2013
Índios cobram mais informações sobre construção de usinas
Por Rádio Progresso


 [Imprimir](#)



Foto por: Abraão Lincoln

~~1621~~
~~4420103-65~~

1623
4420103-65

Estiveram reunidos ontem (11) no Centro de Eventos localizado no setor "A" em Alta Floresta, índios das tribos Manduruku e Kaiabís, juntamente com técnicos da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) discutindo a licitação da usina Hidrelétrica São Manuel no rio Teles Pires entre os município de Paranaíta-MT e Jacareacanga-PA.

Eles querem ser ouvidos sobre os impactos ambientais que as usinas provocam nos rios e conseqüentemente trazendo mais destruição.

Esta previsto para acontecer nos próximos dias três audiências públicas nas seguintes cidades Paranaíta-MT, Jacareacanga-PA e também em Itaituba-PA.

ER: 100-100



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

~~1624~~
~~4420107-65~~

1624
4420107-65

CÓPIA

MEM. 018922/2013 DILIC/IBAMA

Brasília, 31 de outubro de 2013

Ao Senhor Coordenador da PFE

Assunto: **UHE São Manoel**

Em atenção ao Memorando nº 370/2013 AGU/PGF/PFE-IBAMA SEDE/COJUD, apresentamos subsídios técnicos sobre o processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel, que atestam a regularidade da convocação das audiências públicas, com o objetivo de informar à sociedade e promover a participação pública no referido processo, na forma prevista na legislação.

Deste modo, apresentamos a seguir o histórico detalhado do procedimento adotado por este Instituto, desde o registro da entrega da primeira versão do Estudo de Impacto Ambiental e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA. Também serão apontados os registros que constam no processo em relação à análise e encaminhamentos da Funai em relação aos estudos indígenas.

Em 26.02.2010 a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentou a 1ª versão do EIA/RIMA.

Em 21.07.2010 o IBAMA, com base na Nota Técnica nº 22/2010/DILIC/IBAMA, expediu o Ofício nº 686/2010/DILIC/IBAMA à EPE, informando das pendências no EIA/RIMA em relação aos estudos de mamíferos aquáticos e quelônios, solicitados no Termo de Referência.

Em 25.08.2010 a FUNAI encaminhou à EPE o Ofício nº 579/2010/DPDS/FUNAI/MJ, informando que após a análise de *check-list* verificou-se que o Estudo do Componente Indígena - ECI se encontrava em incompleto em relação ao Termo de Referência.

Em 14.09.2010 o IBAMA elaborou o Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA, o qual identificou pendência do EIA/RIMA em relação ao Termo de Referência.

Em 22.09.2010 foi realizada reunião entre representantes da EPE e consultores técnicos com os analistas ambientais encarregados pelas análises técnicas do referido processo de licenciamento. A reunião discutiu os pontos levantados pelo Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA.

Em 23.09.2010 o IBAMA, por meio do Ofício nº 214/2010/CGENE/DILIC/IBAMA, encaminhou formalmente para a EPE o Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA, e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

solicitou o atendimento das pendências verificadas.

Em 21.01.2011, a FUNAI por meio do Ofício nº 051/2011/DPDS/FUNAI/MJ informou à EPE que antes da emissão da Licença Prévia o empreendedor deveria apresentar um conjunto de estudos ambientais voltados para comunidade indígena

Em 21.02.2011 a EPE, por meio do Ofício nº 128/2011/EPE, encaminhou Estudos Complementares, com vistas a atender as demandas apresentadas pelo IBAMA no Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA.

Em 17.03.2011, por meio do Ofício nº 200/2011/EPE, a EPE informou ter protocolado FUNAI manifestação acerca do Estudo do Componente Indígena - ECI, tendo como referência o Ofício nº 051/2011/DPDS/FUNAI/MJ.

Em 21.03.2011, por meio do Ofício nº 204/2011/EPE, a EPE apresentou a 2ª versão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, em atendimento ao Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA.

Em 29.03.2011, o IBAMA, por meio do Ofício nº 36/2010/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, encaminhou a Nota Técnica nº 16/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA a qual analisou o material complementar apresentado pela EPE em atendimento ao Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA. **O referido Ofício destacou que "o aceite dos estudos ambientais depende também da manifestação específica do componente indígena por parte da FUNAI".**

Em 05.04.2013, o IBAMA, por meio do Ofício nº 203/2011/CGENE/DILIC/IBAMA encaminhou nova avaliação específica sobre o RIMA - Parecer nº 34/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, que reprovou o estudo e solicitou novas correções à estrutura do Relatório de modo a adequá-lo ao preconizado na Resolução CONAMA.

Em 22.07.2011, por meio do Ofício nº 1022/EPE/2011, a EPE encaminhou a 3ª versão do RIMA.

Finalmente, em 27.07.2011, por meio do Ofício nº 445/2011/CGENE/DILIC/IBAMA, o Ibama informou, com base na Nota Técnica nº 48/2011/COHID/CGENE/DILIC, que o EIA/RIMA estaria **"apto ao aceite formal, o qual somente ocorrerá após a manifestação da Fundação Nacional do Índio sobre os Estudos do Componente Indígena, parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental"**.

Em 02.08.2011, a FUNAI, por meio do Ofício nº 757/2011/DPDS/FUNAI-MJ, **informou que após a análise de check-list considerou o ECI apto para análise e solicitou ao**



1623
~~4426/07-65~~
R

1625
4426/07-65
R

IBAMA que o disponibilize ao público em conjunto com as demais partes do EIA/RIMA.

Desta forma, em 19.08.2011, o IBAMA publicou no Diário Oficial da União - nº 160, Seção 3, pg 127, o Edital que informou acerca do recebimento do EIA/RIMA (aceite), da sua disponibilização para consulta, bem como da abertura de prazo para apresentação de requerimento de realização de Audiência Pública.

Importa registrar que o Ibama somente procedeu o ato de aceite do EIA/RIMA após constatar que o estudo reunia os elementos constantes no Termo de Referência suficientes para a sua disponibilização à sociedade e para proceder o início da sua análise de mérito. O Ibama por vezes solicitou adequações ao EIA/RIMA elaborando, para tanto, cinco documentos técnicos relativos a essa análise, quais sejam:

- Nota Técnica nº 22/2010/DILIC/IBAMA;
- Parecer nº 81/2010/COHID/CGENE/IBAMA;
- Nota Técnica nº 16/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA;
- Parecer nº 34/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA; e
- Nota Técnica nº 48/2011/COHID/CGENE/DILIC.

Além disso, no que tange especificamente ao Estudo do Componente Indígena - ECI, tendo em consideração as atribuições legais da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, o IBAMA somente procedeu o aceite do EIA/RIMA após manifestação daquela Fundação, contida no Ofício nº 757/2011/DPDS/FUNAI-MJ, de que os estudos apresentados pelo empreendedor encontravam-se aptos para o início das análises de mérito.

Cabe ainda registrar que as Audiências Públicas agendadas para os dias 22, 23 e 25 de outubro de 2011, foram canceladas devido ao episódio de aprisionamento de funcionários da FUNAI e da EPE pelos indígenas da região (Kayabi e Munduruku) ocorrido na TI Kayabi.

Na sequência, no regular exercício de suas atribuições enquanto órgão responsável pelo licenciamento ambiental federal, o IBAMA deu início à análise do conteúdo do EIA/RIMA. Novos documentos técnicos foram elaborados, tais como: Nota Técnica nº 69/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (19.10.2011); Nota Técnica nº 83/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (08.12.2011); Nota Técnica Nº 06/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (01/02/2012); e Parecer nº 4510/2013 (02.05.2013).

Dessa forma, tanto o órgão licenciador (IBAMA) quanto o órgão indigenista oficial (FUNAI) se manifestaram, no ano de 2011, no sentido de que o EIA/RIMA e o ECI relativos à UHE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental

São Manoel encontram-se aptos ao início da análise de mérito e também para disponibilização à sociedade, de modo a propiciar a participação e colher contribuições da população para o licenciamento do projeto. De acordo com o procedimento previsto na Resolução CONAMA nº 237/97 e na Instrução Normativa IBAMA nº 184/2008, é somente após a realização das audiências públicas que o IBAMA deve elaborar o seu parecer técnico conclusivo a respeito da viabilidade ambiental do empreendimento, oportunidade em que são avaliados cada componente do EIA/RIMA, inclusive com avaliação sobre a suficiência dos estudos realizados ou sobre a necessidade de aprofundamentos e complementações.

Portanto, reforçamos o entendimento de que o processo se encontrava apto quando realização das audiências públicas em setembro último (27, 29 e 30/09) nos municípios de Alta Floresta (MT), Jacareacanga (PA) e Itaituba (PA), no sentido de informar da sociedade em relação ao conteúdo dos estudos e permitir a participação da população. Como consignado no Ofício nº 12673/2013 GABIN/PRESI/IBAMA (anexo), o Ibama não entende serem necessárias novas audiências.

Destacamos, ainda, que os instrumentos de informação e participação pública previstas no procedimento de licenciamento ambiental são destinados ao público em geral, não havendo tratamento diferenciado para nenhuma categoria. Portanto, esclarecimentos sobre procedimentos de consulta aos indígenas devem ser direcionados à Funai, órgão executor da política indigenista. Neste sentido, informamos que consta registrado no processo a memória de reunião (anexo) encaminhada por meio do Ofício nº 1131/EPE, realizada entre lideranças indígenas, Funai, representante do Ministério de Minas Energia e da Empresa de Pesquisa Energética, nos dias 11 e 12/09/2013 em Alta Floresta.

Atenciosamente,


GISELA DAMM FORATTINI
Diretora da DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PAR. 007109/2013 COHID/IBAMA

Assunto: Análise de viabilidade para emissão de Licença Prévia

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise considerando o PAR. 004510/2013, N.T 006822/2013 CGENE/IBAMA complementações advindas da análise do referido parecer e documentos entregues nas Audiências Públicas, com a finalidade de concluir sobre a viabilidade ambiental da UHE São Manoel.

I- Introdução:

Este parecer considera a análise feita no PAR. 004510/2013, as complementações advindas da análise do referido parecer e documentos entregues nas Audiências Públicas, com a finalidade de indicar a viabilidade da emissão da Licença Prévia (LP) para o empreendimento UHE São Manoel.

O processo de licenciamento ambiental nº 02001.004420/2007-65 tem como empreendedor a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, está a cargo do Consórcio Leme- Concremat.

II- Análise das Complementações:

Alternativas Tecnológicas e Locacionais do Projeto

Em reunião realizada no Ibama Sede, em 20/06/2013, entre representantes do Ibama, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Consórcio Leme-Concremat, acordou-se que a resposta à complementação descrita no item "1581. (a)" do Parecer 4510/2013 - COHID, emitido pelo Ibama, relacionada às alternativas tecnológicas do projeto do AHE São Manoel, deveria seguir os moldes do Termo de Referência (TR) para elaboração do EIA /RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós - AHE São Luiz do Tapajós.

Nesta perspectiva, a EPE deveria entregar ao Ibama três produtos, a saber:

Produto 1 - Caracterizar a convergência da UHE São Manoel com o Plano Decenal de Energia vigente (PDE). Este produto deveria abordar a análise comparativa e de complementaridade sobre as diferentes tecnologias de geração de energia elétrica e as suas respectivas implicações ambientais, inclusive a sua compatibilização com a Política



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Nacional de Mudanças Climáticas.

Produto 2 - Com base no inventário hidrelétrico da bacia do rio Teles Pires, apresentar uma síntese dos estudos socioambientais que embasam a proposição da UHE São Manoel e a localização do eixo desse barramento.

Produto 3 - Realizar, para o eixo selecionado, um estudo de alternativas tecnológicas e locais associadas às estruturas do empreendimento (arranjo do empreendimento) buscando minimizar os impactos ambientais. Para tanto, considerar aspectos relacionados à localização e tipos (tecnologias) das estruturas de vertedouros, da casa de força, da cota de tomada d'água, da sequência construtiva, da localização dos canteiros e das áreas de empréstimo e de bota-fora. Descrever a importância do posicionamento desses itens para a configuração escolhida.

O item 1 do documento anexo ao Ofício nº 0825/EPE/2013, que responde ao Parecer 4510/2013 - COHID, aborda as alternativas tecnológicas e locais do projeto do AHE São Manoel.

O Produto 1 é apresentado no item 1.1 do documento supracitado. Este esclarece que o setor de energia possui instrumentos específicos para o planejamento da sua expansão, dentre os quais se destacam o Plano Nacional de Energia (PNE) e o Plano Decenal de Energia (PDE), que sinalizam a expansão da geração de energia elétrica no país e suas alternativas tecnológicas.

Informa ainda que o horizonte decenal do PDE 2021 *teve como diretriz principal a priorização da participação de fontes renováveis de energia como as grandes e pequenas centrais hidrelétricas, as usinas eólicas e as usinas movidas a biomassa*. Esta opção levou em consideração o conceito de sustentabilidade adotado nos planos decenais desde 2007 e o compromisso brasileiro para a redução da emissão de gases de efeito estufa - GEE. Neste sentido, o PDE segue as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), sendo considerado instrumento básico para a formulação da estratégia de atendimento à meta de redução de GEE no que se refere à produção e ao uso de energia.

Segundo o documento, para sinalização das fontes renováveis de energia do PDE 2021 foram levadas em consideração: 1) as informações sobre as próximas licitações de usinas hidrelétricas com estudos de inventário aprovados e em estágio de conclusão dos estudos de viabilidade e 2) uma análise do potencial de geração por meio de energias renováveis.

O PDE 2021 considerou que, para o atendimento à demanda de energia elétrica nos próximos dez anos, a expansão da geração elétrica passa pela construção de novas usinas hidrelétricas e a existência de registro ativo junto à Aneel para realização dos estudos de viabilidade. Neste sentido, o documento afirma que o AHE São Manoel é relevante para o atendimento da demanda de energia elétrica nacional, pois: 1) Na região do empreendimento, não há previsão de geração de energia solar nem de expansão da oferta



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

turbina tipo Kaplan, de 140MW, é moldado em concreto. Também estará abrigada nesta estrutura a subestação de manobra do tipo GIS.

5) A barragem na ombreira direita é de CCR, com crista na cota 165,00m, com paramento de montante vertical e de jusante com inclinação 1V:0,75H, e comprimento total na crista de aproximadamente 182m.

6) O mecanismo de transposição de peixes fica localizado junto a barragem na ombreira direita.

7) O sistema de transposição de desnível está projetado para a margem esquerda, junto ao eixo da UHE São Manoel, de forma a viabilizar a navegabilidade do rio Teles Pires no trecho compreendido entre o município de Sinop e a foz do rio Teles Pires, no rio Tapajós.

O documento aponta ainda as alternativas tecnológicas empregadas na construção das estruturas do arranjo selecionado:

1) Casa de força e tomada d'água: projetadas como sendo uma única estrutura, permitiu a redução do volume de concreto empregado na construção.

2) Turbinas tipo Kaplan: a escolha baseou-se nos valores de vazão e altura de queda do projeto.

3) Potência e número de máquinas: a escolha baseou-se no custo/benefício de cada alternativa, de forma a otimizar o máximo rendimento das máquinas.

4) Subestação: considerou a economia observada em relação ao valor inicial de investimento e a redução dos quantitativos de aterro, escavação e desmatamento necessários.

5) Barragem de Concreto Compactado com Rolo (CCR) - considerou os seguintes fatores:
a) a redução dos custos envolvidos; b) uma significativa redução de volumes de aterro de rocha e terra; c) a diminuição da necessidade de áreas de empréstimo destes materiais e d) ganho de velocidade construtiva, o que possibilitou uma redução de volume de materiais empregados na construção da ensecadeira de 2ª fase, uma vez que estas estruturas puderam ser dimensionadas para um tempo de recorrência de 25 anos, contra os 50 anos considerados anteriormente.

6) Alternativa de desvio do rio: concebida de forma a possibilitar a construção das estruturas da usina da forma mais econômica e com menor impacto ambiental, garantindo sempre a restituição da vazão mínima determinada no projeto.



Comentários:

Em relação ao Produto 1, as implicações ambientais da alternativa selecionada pelo PDE 2021 se concentram na priorização da utilização de fontes renováveis de energia e da redução da emissão de gases de efeito estufa. A análise comparativa e de complementaridade sobre as diferentes tecnologias de geração de energia elétrica apresentada no documento é superficial neste sentido, porém, não é da alçada deste Ibama analisar o PDE, portanto, o produto 1 apresentado pela EPE foi considerado satisfatório.

Em relação ao Produto 2 e ao Produto 3, estes foram considerados adequados.

Impactos Decorrentes das Altas Concentrações de Fósforo No Sedimento

O PAR 4510/2013, no item 1581. (b), indicou como complementação ao EIA que o empreendedor deveria *discutir o impacto causado pelas concentrações anômalas de fósforo observadas na região do reservatório durante o capítulo de avaliação de impactos (do EIA), assim como, a sinergia dos empreendimentos hidrelétricos a montante, no aporte de sedimentos ricos em fósforo provenientes da região do alto Teles Pires.*

Em resposta, a EPE elaborou o item 2 do documento anexo ao Ofício nº 0825/EPE/2013, onde aborda, entre outros, que *estudos recentes realizados no rio Teles Pires próximo à região da UHE São Manoel suscitaram dúvidas com relação às concentrações atuais de fósforo no sedimento, (...) assim, foi realizada uma verificação de campo para determinar as concentrações atuais de fósforo no sedimento.* Desta forma, o documento aponta que foi estabelecida uma malha amostral de 10 pontos de coleta para nova verificação das concentrações de fósforo no sedimento ao longo da área do futuro reservatório da UHE São Manoel.

Os resultados obtidos nesta nova campanha apontaram um valor médio de $49,6 \pm 16,0$ mg/kg de fósforo nos sedimentos coletados, bem abaixo das elevadas concentrações medidas na campanha do EIA, de maio de 2009, quando o valor médio foi de 2.785,6 mg/kg no rio Teles Pires. Em relação a granulometria dos sedimentos, na campanha de 2013, houve predomínio da faixa de *areia média* (0,6 a 0,2 mm), enquanto que, em 2009, predominou a faixa de *areia grossa* (1 a 0,6 mm). A porcentagem de matéria orgânica esteve abaixo de 1% em ambas as campanhas, porém, apresentou valores bem menores em 2013.

Tomando como base unicamente os novos resultados obtidos na campanha de 2013, o documento conclui que *as concentrações anômalas de fósforo não foram confirmadas, e que as ações advindas do item "1581. (b)" do Parecer 4510/2013 - COHID, tornam-se dispensáveis, uma vez que não são encontradas elevadas concentrações de fósforo, tanto na água quanto no sedimento da área do futuro reservatório da UHE São Manoel.*



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Comentários:

O documento ora em análise, teve méritos pela realização de nova campanha de campo, que trouxe novos e enriquecedores dados para a discussão em tela. Porém, para uma discussão adequada do tema, é necessária uma análise conjunta dos resultados obtidos em 2013 com os resultados obtidos em 2009, assim como, com os demais dados gerados na região neste ínterim. Destaca-se que, questionamentos básicos relacionados às razões pela qual concentrações tão elevadas de fósforo nos sedimentos foram obtidas em 2009 e, posteriormente, mostraram-se tão menores em 2013, em um ambiente altamente oxidante, foram desconsideradas pelo documento.

Além disso, a EPE considerou, entre as duas campanhas de campo que realizou, apenas a campanha de campo onde os resultados eram mais favoráveis para afirmar que é dispensável a discussão do impacto causado pelas concentrações anômalas de fósforo observadas em 2009, na região do futuro reservatório, assim como, as sinergias dos empreendimentos hidrelétricos a montante no aporte de sedimentos ricos em fósforo provenientes da região do Alto Teles Pires. Neste sentido, reitera-se que a questão precisa ser avaliada em um nível de profundidade maior do que está sendo considerada pela EPE.

Neste contexto, destaca-se que o monitoramento realizado no âmbito da Licença de Instalação da UHE Teles Pires, com coletas mensais de amostras de sedimentos em seis pontos no rio Teles Pires, no período entre abril de 2012 a julho de 2013, tem demonstrado um comportamento sazonal diferenciado em relação a qualidade dos sedimentos de fundo no trecho logo a montante do futuro reservatório do AHE São Manoel.

No âmbito deste monitoramento, as análises granulométricas realizadas mostram que os sedimentos são arenosos, com predomínio de *areia média* (0,6 a 0,2mm) e de *areia fina* (0,2 a 0,06mm) em 84,38% das amostras avaliadas. A percentagem de matéria orgânica destes sedimentos foi, em quase a totalidade das amostras, inferior a 10%, o que permite classificá-los como *sedimentos inorgânicos*, segundo a classificação de Esteves (1988).

Em relação as concentrações de *fósforo total* nestes sedimentos, observou-se grande variação dos resultados obtidos no mesmo ponto de coleta ao longo do período monitorado, com valores oscilando entre <2,5mg/kg (limite de detecção do método) até 1.191mg/kg, de acordo com a sazonalidade da região. Neste curto intervalo de monitoramento, as maiores concentrações de fósforo nos sedimentos ocorreu no período de vazante do rio Teles Pires (compreendido entre abril e julho), notadamente durante o mês de junho, com picos de fósforo ocorrendo também em maio, para dois pontos monitorados. Nas demais fases do ciclo hidrológico (seca, enchente e cheia), as concentrações de fósforo nos sedimentos permaneceram baixas, com várias amostras indicando valores abaixo do limite de detecção do método.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ainda no âmbito da Licença de Instalação da UHE Teles Pires, de acordo com os resultados do monitoramento de parâmetros de qualidade de água, realizado no mesmo período e nos mesmos pontos do rio Teles Pires, as concentrações de fósforo total na água permaneceram sempre baixas e as condições oxidantes do ambiente aquático predominam durante todo o tempo neste trecho do rio. Admitindo estes resultados, nestas condições não é possível que ocorra a remobilização do fósforo inorgânico imobilizado dos sedimentos de fundo para a coluna d'água.

A despeito desta impossibilidade, como descrito anteriormente, os resultados obtidos demonstraram uma variação acentuada na concentração de fósforo total ao longo dos meses monitorados. Assim, admite-se a hipótese de que, no trecho monitorado, os sedimentos de fundo do rio Teles Pires estão sendo continuamente transportados por arraste e que as condições altamente energéticas do ambiente aquático, com a presença de várias corredeiras, acentuada declividade e afloramentos rochosos, aparentemente, fazem com que os sedimentos apresentem um curto tempo de permanência no local, sendo transportados para jusante e renovados constantemente pelos sedimentos de montante. Esta parece ser uma região de trânsito de sedimentos, não sendo provável, nas condições atuais do rio, um acúmulo significativo de sedimentos no trecho monitorado.

Os EIAs da UHE Teles Pires e da UHE São Manoel corroboram esta condição quando descrevem este trecho do rio como de fundo predominantemente rochoso, apresentando um ambiente com características mais erosivas do que deposicionais. Além disso, o EIA do AHE São Manoel afirma que apesar das altas concentrações de fósforo total medidas nos sedimentos em maio de 2009, *este é um tipo de fósforo adsorvido fortemente ao sedimento que dificilmente será disponibilizado, mantidas as condições de oxigenação da água.* Contudo, é importante salientar que, como toda hipótese, esta é dotada de incertezas e precisa ser melhor investigada.

Tomando a hipótese como verdadeira, o EIA da UHE São Manoel afirma que *as altas concentrações de fósforo no sedimento podem ser resultado da intensa ocupação agrícola no Alto Teles Pires.* De fato, as altas concentrações de fósforo dos sedimentos do rio Teles Pires são de origem antropogênicas, visto que, não há na região rochas enriquecidas neste elemento e, portanto, o uso e ocupação do solo a montante na bacia hidrográfica é a principal fonte deste nutriente.

Deve-se considerar que, a implantação de barramentos no rio Teles Pires para geração de energia hidrelétrica, como os projetos da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, já em fase de implantação, e os projetos da UHE Sinop e da UHE São Manoel, em fase de estudos de viabilidade, deve interromper o transporte por arraste dos sedimentos de fundo, criando condições para o acúmulo de sedimentos, principalmente nas regiões de braços marginais e nas áreas mais próximas às barragens dos reservatórios artificiais formados. Estes sedimentos, ao longo do ciclo hidrológico são mais ou menos enriquecidos em fósforo, resultado principalmente da lixiviação dos solos destinados às atividades agrícolas na



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

região do Alto Teles Pires.

Neste contexto, ressalta-se novamente que a formação destes reservatórios ao longo do rio Teles Pires, além de alterar as condições de escoamento hidráulico próximo aos barramentos, criando regiões de deposição de sedimentos que não existiam anteriormente, deverá também alterar as condições de oxigenação da água nestes trechos do rio, podendo gerar condições anóxicas nas regiões mais profundas da coluna d'água, principalmente na fase de enchimento e no período imediatamente após o enchimento dos reservatórios, propiciando maiores taxas de liberação do fósforo retido nos sedimentos de fundo. Obviamente, esta questão e sua complexidade deve variar de empreendimento para empreendimento, de acordo com a localização destes na bacia hidrográfica e os cronogramas de instalação dos projetos.

Para a UHE São Manoel, após a formação do reservatório, a avaliação da possível liberação para a coluna d'água do fósforo retido nos sedimentos deve considerar o efeito sinérgico com os três empreendimentos previstos a montante no rio Teles Pires, a fim de estabelecer a magnitude e a importância deste impacto, e verificar a necessidade ou não, da incorporação no PBA de medidas mitigadoras a serem tomadas pelo empreendedor, anteriormente ao enchimento do reservatório.

Cabe destacar que, atualmente a fração granulométrica predominante na região do empreendimento está na faixa das areias médias e finas, porém, com a formação do reservatório tendem a precipitar também os sólidos granulometricamente mais finos, na faixa de silte e de argila, que apresentam maiores áreas superficiais, maior número de sítios de ligação em suas estruturas e maior tempo de residência na coluna d'água. Isto os torna quimicamente mais ativos do que os sólidos na faixa das areias e, portanto, mais aptos a sorver elementos-traço e nutrientes da coluna d'água depositando-os nos sedimentos de fundo.

A análise realizada até o momento mostra a complexidade do tema abordado e como o documento encaminhado pela EPE é superficial em sua avaliação. Teoricamente, a implantação da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, programadas para formar seus reservatórios em 2014 e 2015, respectivamente, podem atenuar o problema de sedimentos no reservatório da UHE São Manoel, visto que estes empreendimentos estão situados a montante.

Neste sentido, o EIA afirma que *a construção de outras usinas a montante, na cascata do rio Teles Pires, pode diminuir a afluência sólida ao empreendimento, principalmente a construção da UHE Teles Pires, logo a montante do reservatório, que (...) faria a retenção de quase toda a carga sólida mais grossa (areias), sendo que somente depois de saturada a capacidade de retenção de areias no reservatório da UHE Teles Pires é que começaria a sedimentação com este tipo de material na UHE São Manoel.*



Porém, destaca-se que apenas dados do monitoramento realizado após a operação destes barramentos poderão confirmar esta hipótese e indicar os prováveis impactos incidentes no reservatório da UHE São Manoel. Desta forma, é necessário que o PBA contemple o monitoramento mensal dos sedimentos de fundo e de qualidade da água na região do futuro reservatório da UHE São Manoel, com malha amostral ampliada em relação a apresentada no EIA, a ser definida no âmbito do Programa de Monitoramento Limnológico de Qualidade de Água previsto no PBA.

Os dados deste monitoramento, na fase de implantação da UHE São Manoel, analisados em conjunto com os dados gerados pelo monitoramento da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) deverão esclarecer o comportamento dos sedimentos após o fechamento do barramento da UHE Teles Pires, servindo de parâmetro para a definição da magnitude e da importância do impacto provocado pela concentração de fósforo nos sedimentos do reservatório da UHE São Manoel, e das possíveis medidas mitigadoras a serem tomadas pelo empreendedor, anteriormente ao enchimento do reservatório.

O PAR 4510/2013 havia solicitado que o monitoramento, a ser realizado no PBA, deveria *mapear os sítios do reservatório capazes, na fase rio, de reter maior quantidade de sedimentos de fundo, e estimar o volume total de sedimentos retidos neste trecho*. No entanto, considerando a análise acima este mapeamento se torna dispensável.

Reitera-se que o EIA não realizou medições de arsênio e carbono orgânico total - COT nos sedimentos estudados. Este último parâmetro foi substituído pelo parâmetro percentagem de matéria orgânica - %MO. As medições destes parâmetros devem ser realizadas durante o desenvolvimento do programa de monitoramento limnológico de qualidade de água no âmbito do PBA.

Adequações na Modelagem Matemática de Qualidade de Água

O PAR 4510/2013, no item 1581. (d), solicitou ao empreendedor que a modelagem matemática de qualidade de água fosse reapresentada de forma a considerar os seguintes itens:

- 1) A análise da evolução temporal e espacial dos parâmetros amônia, nitrogênio e fósforo, durante o enchimento do reservatório, considerando os três cenários e as duas condições propostas pelo estudo, nos moldes do que foi realizado para os parâmetros OD e DBO.
- 2) Para a análise da evolução temporal e espacial dos parâmetros estudados, o estudo deverá considerar as oscilações sazonais das vazões naturais no rio Teles Pires, podendo utilizar como vazão veiculada aos segmentos do reservatório a QMLT do trecho, porém, considerando a variação das vazões médias mensais, conforme o *Quadro 1.5.1.1 - UHE São Manoel - Tempo de Enchimento do Reservatório* do volume 7, anexo 2 do volume 5, do EIA.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

- 3) Incorporar aos dados de entrada da modelagem o aporte de nutrientes, fósforo e nitrogênio, provenientes dos sedimentos de fundo, considerando as concentrações obtidas durante o diagnóstico do EIA, nos cenários em que ocorram condições anóxicas na água.
- 4) As estimativas de área a ser desmatada por segmento do reservatório devem considerar como patamar a concentração mínima de 5mg/L de OD na água, estabelecida pela resolução Conama nº 357/2005 para águas de classe 2.

Em resposta, a EPE elaborou o item 3 do documento anexo ao Ofício nº 0825/EPE/2013, onde incorpora a modelagem matemática de qualidade de água os itens 1, 2 e 4 solicitados. O item 3 não foi sequer mencionado na resposta encaminhada a este Ibama.

O novo Estudo de Modelagem de Qualidade de Água apresenta a mesma concepção teórica daquele apresentado no EIA e avaliado pelo O PAR 4510/2013, no que se refere ao modelo hidráulico, ao modelo de eutrofização, o esquema de segmentação do reservatório, a conexão entre os segmentos e os aportes de cargas e de vazões considerados.

Os dados de entrada permaneceram os mesmos descritos no EIA, no que se refere aos dados cartográficos, aos dados hidrológicos e hidráulicos, às condições de contorno para as variáveis bioquímicas, aos dados hidrológicos e climatológicos, à densidade de carbono biodegradável, às constantes das equações cinéticas relativas aos ciclos dos nutrientes e do oxigênio dissolvido e às taxas de biodegradação da fitomassa inundada.

Os cenários de enchimento mantiveram-se semelhantes aos apresentados no EIA, onde descreve um padrão sazonal de vazão bastante acentuado no rio Teles Pires, com vazões médias mensais de longo período (Q_{MLT}) que variam de 5.048m³/s em março a 816m³/s em setembro. Fundamentado nestas características e na manutenção para jusante de uma vazão sanitária de 566m³/s, o estudo apresenta um leque de opções de enchimento, definindo para cada mês o tempo necessário para a lâmina d'água atingir a cota 161,00m, que pelas estimativas varia entre 1,5 e 27 dias.

Da mesma forma que o EIA, o estudo fixou o mês de fevereiro como data de início do enchimento e, a partir dele, considerou três cenários alternativos de tempo de enchimento, de acordo com a vazão remanescente considerada:

Cenário 01: Tempo de enchimento igual a 1,6 dias e vazão sanitária liberada para jusante fixada em 566m³/s.

Cenário 02: Tempo de enchimento fixado em 10 dias o que resulta uma vazão para jusante igual a 3.682m³/s.

Cenário 03: Tempo de enchimento igual a 20 dias e vazão liberada para jusante igual a 4.206m³/s.



Em relação às condições relacionadas às ações de remoção da cobertura vegetal da área a ser inundada, como solicitado, houve mudança na condição 02:

Condição 01: Sem considerar as ações de desmatamento e limpeza do reservatório, ou seja, as simulações retratam o comportamento da qualidade da água, considerando-se a inundação da biomassa natural residente na área do lago formado e cujos resultados são utilizados como referência para a formulação da condição 02.

Condição 02: Considera as ações de desmatamento e limpeza do reservatório em nível suficiente para garantir em todas as parcelas de segmento uma concentração de oxigênio dissolvido não inferior a 5 mg/L.

Para cada combinação de cenários e condições descritas acima, o estudo focou no comportamento dos seguintes parâmetros de qualidade de água: 1) oxigênio dissolvido - OD; 2) Demanda Bioquímica de Oxigênio - BDO; 3) Amônia - NH₄; 4) Nitrogênio; e 5) Fósforo total - P Total.

Comentários:

Inicialmente, para um melhor entendimento da análise a seguir, cabe lembrar e esclarecer que o reservatório foi dividido em 14 segmentos, sendo 10 deles situados na calha do rio Teles Pires, correspondendo ao *Corpo Principal* do reservatório. De montante para jusante, estes segmentos tem a seguinte sequência: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 12 e 14, onde o segmento 14 é o mais próximo do barramento e o segmento 01 está no final do remanso do reservatório. Nesta configuração, os segmentos 07, 09, 11 e 13, correspondem a parte das bacias hidrográficas de corpos d'água intermitentes afluentes do rio Teles Pires pela margem esquerda, as quais serão inundadas pela formação do reservatório e formarão os *Braços Laterais* do reservatório.

Para o Cenário 01 (vazão para jusante de 566m³/s), na Condição 01 (sem desmatamento):

De acordo com as simulações apresentadas, no *Corpo Principal* os segmentos mais próximos ao barramento sofrerão os maiores impactos na qualidade da água. Os segmentos 01, 02 e 03 serão as partições menos afetadas pelo processo de enchimento, permanecendo com oxigênio dissolvido (OD) acima de 5mg/L e demanda bioquímica de oxigênio (DBO) abaixo de 2mg/L. Os segmentos intermediários 04, 05 e 06, apresentam valores de DBO na faixa entre 4mg/L e 6,5mg/L, e valores de OD entre 4mg/L e 1,5mg/L, mas não atingem valores de anoxia. Enquanto que, os segmentos 08, 10, 12 e 14 apresentaram concentrações de OD de 0mg/L logo após o enchimento e valores de DBO situados entre 7,5mg/L e 9mg/L.

No *Corpo Principal*, os valores de amônia variaram ao longo dos 200 dias simulados entre 0,05mg/L e 0,07mg/L. Nos primeiros dias após o enchimento, as concentrações de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

nitrogênio tiveram pico de 0,9mg/L e, após 200 dias, caíram para valores entre 0,5mg/L e 0,6mg/L. As concentrações de fósforo também são maiores nos 10 primeiros dias após o enchimento, com valores entre 0,05mg/L e 0,075mg/L, caindo para valores entre 0,04mg/L e 0,05mg/L após esse período.

Nos *Braços Laterais*, todos os segmentos apresentaram concentrações de OD de 0mg/L logo após o enchimento e valores de DBO situados entre 17mg/L e 20mg/L. Estes segmentos apresentam condições hidrodinâmicas diferenciadas em relação ao *Corpo Principal* e o tempo de residência da água é alto, prognosticado para 85,96 dias (segmento 07), 38,65 dias (segmento 09), 313,32 dias (segmento 11) e 386,19 dias (segmento 13). Este tempo de residência elevado condiciona a velocidade de recuperação dos parâmetros simulados em cada segmento, com o segmento 13 sempre sendo o último a retomar boas condições de qualidade de água, neste cenário, levando 83 dias para apresentar valores de OD superiores a 5mg/L.

Ainda nos *Braços Laterais*, nos primeiros 100 dias simulados, os valores de amônia variaram entre 0,1mg/L e 0,4mg/L, após esse período, permanecem entre 0,075mg/L e 0,1mg/L. As concentrações de nitrogênio atingem um pico de 1,4mg/L por volta do 8º dia após o enchimento, decaindo lentamente em todos os segmentos até valores entre 0,05mg/L e 0,2mg/L após 200 dias. As concentrações de fósforo atingem um pico nos primeiros 20 dias, com valores entre 0,14mg/L e 0,11mg/L, caindo lentamente em todos os segmentos para valores entre 0,02mg/L e 0,06mg/L após 200 dias.

Nos segmentos 07 e 09, após 200 dias, as concentrações de fósforo permanecem acima de 0,04mg/L e ultrapassam o limite máximo de 0,03mg/L estabelecido pela resolução Conama nº 357/2005 para águas de classe 2 em ambiente lântico, com tempo de residência superior a 40 dias. As altas concentrações de fósforo na água dos braços laterais do reservatório indicam possíveis problemas de eutrofização nesta região. O EIA havia considerado que, nestes compartimentos laterais, *deverá ser observado o estabelecimento de condição eutrófica*, de acordo com a classificação do estado trófico para reservatórios adotada pela CETESB.

Para o Cenário 02 (vazão para jusante de 3.682m³/s), na Condição 01 (sem desmatamento):

No *Corpo Principal*, os segmentos mais próximos ao barramento também sofrerão os maiores impactos na qualidade da água, porém, neste caso, apenas os segmentos 10, 12 e 14 apresentaram OD abaixo de 5mg/L, atingindo valores mínimos próximos à 4mg/L, enquanto que, os valores de DBO permaneceram na faixa entre 0,5 mg/L e 3,0 mg/L, em todos os segmentos.

No *Corpo Principal*, os valores de amônia variaram ao longo dos 200 dias simulados entre 0,05mg/L e 0,067mg/L. Nos segmentos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 08, as concentrações de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

amônia iniciam entre 0,05mg/L e 0,055mg/L e por volta de 87 dias começam a subir atingindo valores na faixa de 0,06mg/L a 0,067mg/L em 200 dias. Na região mais próxima ao barramento, segmentos 10, 12 e 14, as concentrações permaneceram entre 0,06mg/L e 0,067mg/L nos primeiros 30 dias e depois decaíram para valores na faixa entre 0,05mg/L a 0,058mg/L em 200 dias.

No *Corpo Principal*, nos primeiros 12 dias após o enchimento, as concentrações de nitrogênio tiveram pico de 0,7mg/L, mas depois decaíram para valores entre 0,5mg/L e 0,6mg/L, permanecendo após 200 dias. As concentrações de fósforo também foram maiores nos primeiros 14 dias após o enchimento, com valores entre 0,05mg/L e 0,06mg/L, caindo para valores entre 0,045mg/L e 0,05mg/L após esse período.

Nos *Braços Laterais*, todos os segmentos apresentaram concentrações de OD de 0mg/L logo após o enchimento e valores de DBO situados entre 17mg/L e 22mg/L. Assim com no cenário anterior, o segmento 13, o último a retomar boas condições de qualidade de água, demora 83 dias para apresentar valores de OD superiores a 5mg/L.

Ainda nos *Braços Laterais*, entre 10 dias e 87 dias após o enchimento, os valores de amônia variaram entre 0,1 mg/L e 0,3 mg/L, após esse período, permanecem entre 0,06mg/L e 0,1mg/L. As concentrações de nitrogênio atingem um pico de 1,6mg/L por volta do 8º dia após o enchimento, decaindo lentamente em todos os segmentos até valores entre 0,05mg/L e 0,2mg/L após 200 dias, como no cenário anterior. As concentrações de fósforo atingem um pico nos primeiros 8 dias, com valores entre 0,1mg/L e 0,12mg/L, caindo lentamente em todos os segmentos para valores entre 0,005mg/L e 0,02mg/L após 200 dias.

Neste cenário, após 200 dias do enchimento, em todos os segmentos dos *Braços Laterais* as concentrações de fósforo permanecem abaixo do limite máximo de 0,03mg/L estabelecido pela resolução Conama nº 357/2005 para águas de classe 2 em ambiente lântico, com tempo de residência superior a 40 dias.

Para o Cenário 03 (vazão para jusante de 4.206 m³/s), na Condição 01 (sem desmatamento):

No *Corpo Principal*, todos os segmentos apresentaram OD acima de 5mg/L, com valores entre 5,5mg/L e 7,3mg/L, enquanto que, os valores de DBO permaneceram na faixa entre 0,5mg/L e 2,0mg/L, em todos os segmentos.

No *Corpo Principal*, os valores de amônia variaram ao longo dos 200 dias simulados entre 0,05mg/L e 0,065mg/L. Nos segmentos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 08, as concentrações de amônia iniciam entre 0,05mg/L e 0,057mg/L e por volta de 60 dias começam a subir atingindo valores na faixa de 0,06mg/L a 0,065mg/L em 200 dias. Na região mais próxima ao barramento, segmentos 10, 12 e 14, as concentrações permaneceram entre 0,06mg/L e 0,065mg/L nos primeiros 23 dias e depois decaíram para valores na faixa entre 0,053mg/L



a 0,057mg/L em 200 dias.

No *Corpo Principal*, nos primeiros 22 dias após o enchimento, as concentrações de nitrogênio tiveram pico de 0,65mg/L, mas depois decaíram para valores entre 0,5mg/L e 0,6mg/L, permanecendo após 200 dias. As concentrações de fósforo também foram maiores nos primeiros 23 dias após o enchimento, com valores entre 0,05mg/L e 0,055mg/L, caindo para valores entre 0,045mg/L e 0,05mg/L após esse período.

Nos *Braços Laterais*, todos os segmentos apresentaram concentrações de OD de 0mg/L logo após o enchimento e valores de DBO situados entre 17,5mg/L e 25mg/L. Nesta simulação, foi o segmento 11, o último a retomar boas condições de qualidade de água, demorando 81 dias para apresentar valores de OD superiores a 5mg/L.

Ainda nos *Braços Laterais*, entre 8 dias e 89 dias após o enchimento, os valores de amônia variaram entre 0,1mg/L e 0,23mg/L, após esse período, permanecem entre 0,06mg/L e 0,1mg/L. As concentrações de nitrogênio atingem um pico de 1,8mg/L por volta do 8º dia após o enchimento, decaindo lentamente em todos os segmentos até valores entre 0,05mg/L e 0,4mg/L após 200 dias. As concentrações de fósforo atingem um pico nos primeiros 10 dias, com valores entre 0,12mg/L e 0,15mg/L, caindo lentamente em todos os segmentos para valores entre 0,02mg/L e 0,04mg/L após 200 dias.

Neste cenário, após 200 dias do enchimento, nos segmentos 09 e 13 as concentrações de fósforo permanecem acima do limite máximo de 0,03mg/L estabelecido pela resolução Conama nº 357/2005 para águas de classe 2 em ambiente lântico, com tempo de residência superior a 40 dias. Essas concentrações relativamente elevadas de fósforo na água destes braços laterais do reservatório indicam possíveis problemas de eutrofização nesta região.

Simulações com Desmatamento:

O EIA destaca que as simulações foram desenvolvidas por meio de um processo interativo, considerando-se a cada processamento, a imposição de taxas de desmatamento e limpeza dos segmentos afetados. O item 3 do documento anexo ao Ofício nº 0825/EPE/2013 realizou este procedimento até atingir as metas almejadas de manter as concentrações de oxigênio dissolvido em patamares não inferiores a 5mg/L.

Para o *Cenário 01* (vazão para jusante de 566m³/s) atingir a meta almejada será necessário desmatar 83,84% da vegetação contida na Área Diretamente Afetada (ADA), ou 38,22km². Caso realizada esta ação de desmatamento, as concentrações de fósforo nos *Braços Laterais* atingirão picos de concentração na faixa de 0,05mg/L a 0,07mg/L por volta de 58 dias após o enchimento. O segmento 11 será o último a retomar boas condições de qualidade de água em relação ao fósforo, demorando 189 dias para apresentar valores inferiores a 0,03mg/L.



1633
4420/03-05
Rubricado

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Para o *Cenário 02* (vazão para jusante de $3.682\text{m}^3/\text{s}$) atingir a meta almejada será necessário desmatar 46,21% da vegetação contida na ADA, ou $21,07\text{km}^2$. Caso realizada esta ação de desmatamento, as concentrações de fósforo nos *Braços Laterais* atingirão picos de concentração na faixa de $0,055\text{mg/L}$ a $0,065\text{mg/L}$ logo nos primeiros 6 dias após o enchimento. Neste caso, o segmento 09 será o último a retomar boas condições de qualidade de água em relação ao fósforo, demorando 197 dias para apresentar valores inferiores a $0,03\text{mg/L}$.

Para o *Cenário 03* (vazão para jusante de $4.206\text{m}^3/\text{s}$) atingir a meta almejada será necessário desmatar apenas 26,2% da vegetação contida na ADA, ou $11,93\text{km}^2$. Caso realizada esta ação de desmatamento, as concentrações de fósforo nos *Braços Laterais* atingirão picos de concentração na faixa de $0,055\text{mg/L}$ a $0,072\text{mg/L}$ logo nos primeiros 8 dias após o enchimento. Neste caso, o segmento 13 será o último a retomar boas condições de qualidade de água em relação ao fósforo, permanecendo com concentração próxima a $0,04\text{mg/L}$ mesmo após 200 dias do enchimento.

Comparação entre as Simulações:

A análise dos resultados prognosticados pela modelagem de qualidade de água indica que quanto maior a vazão remanescente para jusante melhores são as condições de qualidade de água no *Corpo Principal* do reservatório. Portanto, considerando as concentrações dos parâmetros OD, DBO, Nitrogênio e Fósforo, o enchimento nas condições do *Cenário 03* (vazão para jusante de $4.206\text{m}^3/\text{s}$) é melhor.

Nos *Braços Laterais*, aparentemente, a vazão remanescente tem menos influência sobre a hidrodinâmica nestes segmentos do reservatório, fazendo com que haja pouca variação dos parâmetros analisados. Desta forma, observa-se que há uma ligeira vantagem na evolução dos parâmetros OD, DBO e Nitrogênio no *Cenário 01* (vazão para jusante de $566\text{m}^3/\text{s}$), enquanto que, para o Fósforo, o *Cenário 02* (vazão para jusante de $3.682\text{m}^3/\text{s}$) é ligeiramente mais vantajoso.

No que se refere ao quantitativo de vegetação a ser desmatada na ADA para manter os valores de OD acima de 5mg/L , a opção para o *Cenário 03*, onde o desmatamento prognosticado é de $11,93\text{km}^2$ (26,2%) é mais vantajoso em termos de esforço de limpeza do reservatório, porém, expõem os segmentos dos *Braços Laterais* a maiores concentrações de fósforo por um período maior de tempo.

Deve-se considerar que os segmentos dos *Braços Laterais* serão de fato as porções lânticas do reservatório, onde as condições hidrodinâmicas vão impor dificuldades de renovação da massa d'água e, portanto, a região mais vulnerável à degradação da qualidade de água. Desta forma, estes segmentos devem ser os locais de maior atenção e controle durante o enchimento e a operação do reservatório.

De acordo com as simulações realizadas, considera-se que os cenários 02 e 03 são as



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

opções mais favoráveis de enchimento, considerando a evolução dos parâmetros no reservatório como um todo e das concentrações de fósforo nos *Braços Laterais*. Para os cenários com desmatamento, os valores de 46,21% e 26,2% da vegetação estipulados pelos cenários 02 e 03, respectivamente, aparentemente são conservadores em relação ao volume de madeira no reservatório disponível para a comercialização, porém, apenas com a realização do inventário florestal detalhado da área o volume real de madeira passível de exploração poderá ser definido e este valor poderá ser ampliado.

No tocante ao desmatamento para manutenção da qualidade da água, entende-se que o desmate proposto não foi suficiente para manter as concentrações de fósforo abaixo de 0,03mg/L (limite máximo da resolução Conama nº 357/2005) nos segmentos lânticos do reservatório e, portanto, mesmo considerando as boas condições de OD, devem ser simuladas, no âmbito do PBA, condições de desmate que reduzam estas concentrações de fósforo.

Preliminarmente, em função dos cenários simulados, entende-se que o período chuvoso, de janeiro a abril, quando o rio Teles Pires apresenta vazões médias de longo termo (QMLT) acima de 3.850m³/s no local do eixo do barramento, é ambientalmente mais adequado para o enchimento do reservatório.

Destaca-se que, em função das novas campanhas de sedimentos realizadas em 2013, onde as concentrações de fósforo foram baixas, a modelagem novamente desconsiderou o aporte de fósforo dos sedimentos para a coluna d'água em condições de anoxia. Como discutido anteriormente neste parecer, esta ainda não é uma questão superada, demandando um monitoramento mais robusto durante a fase de instalação do empreendimento, para determinar as possíveis ações de mitigação necessárias. Ressalta-se ainda que o estudo não avaliou gradientes verticais e longitudinais de temperatura no reservatório, tratando cada segmento como um reator homogêneo de mistura completa.

A modelagem apresentada fornece indicativos consistentes de melhora considerável dos parâmetros monitorados quando se procede a limpeza de parte do reservatório. Porém, primando pela manutenção de boas condições de qualidade de água, o enchimento do reservatório deverá ser controlado, com monitoramento intensivo nos *Braços Laterais*, e previsão de aumento da vazão defluente caso os níveis de qualidade de água fiquem comprometidos, sendo orientado por um *Plano de Enchimento do Reservatório*, a ser apresentado na fase de Licença de Instalação (LI).

Para orientar a análise do *Plano de Enchimento do Reservatório*, deve ser realizada pelo empreendedor uma nova modelagem matemática de qualidade de água que permita a visualização da evolução dos parâmetros durante todo o período de enchimento e estabilização do reservatório nas direções vertical e longitudinal do seu *Corpo Principal* e dos seus *Braços Laterais*, contemplando os cenários de estratificação química e térmica, e



1634
4420.103:0
RUBRICA

incorporando os dados obtidos nas campanhas de monitoramento mensais de qualidade das águas superficiais e de sedimentos de fundo a serem realizadas durante a instalação do empreendimento.

De acordo com os resultados deste monitoramento, deverá ser considerada pela modelagem de qualidade de água a remobilização para a coluna d'água de nutrientes retidos nos sedimentos do futuro reservatório, incorporando os resultados de qualidade dos sedimentos de fundo nos dados de entrada do modelo.

Insuficiência dos caminhamentos realizados para os levantamentos geológicos/espeleológicos da AID/ADA

Segundo o empreendedor, os principais mapeamentos e estudos geológicos realizados na região, em diversas escalas, como aqueles elaborados pela CPRM, complementados com a campanha de campo realizada no âmbito do EIA, demonstraram que a AID de São Manoel é caracterizada pelo predomínio de litótipos ígneos (granitos e riolitos), configurando um ambiente geológico que não favorece a ocorrência de cavidades naturais. E que mais de 90% da área da AID/ADA da UHE São Manoel é classificada como de potencialidade baixa de ocorrência de cavernas. Constando ainda que não ocorrem cavidades naturais na citada AID.

Nas Considerações Finais afirma-se que, em atendimento à recomendação do Ibama a EPE elaborou um mapa complementar (Figura 11), com representação do caminhamento realizado na ADA, AID e parte da AII da UHE São Manoel, para os estudos do meio físico. Indicando uma possibilidade de ocorrência de cavernas baixa em 91,9% da ADA e 91,2% da AID, e média em apenas 8,1% da ADA e 8,8% da AID.

Consta ainda na Figura 11: os caminhos percorridos a pé pelas equipes do meio biótico; as propriedades visitadas pela equipe do meio socioeconômico e os pontos dos estudos de engenharia. Nenhum componente dessas equipes e nenhum proprietário entrevistado relatou a presença de cavernas ou grutas na AID/ADA. Além de que, as sondagens realizadas na margem direita, em parte da AID com possibilidade média de ocorrência de cavernas, durante os estudos de viabilidade, descartaram a possibilidade de ocorrência de cavernas na região do eixo da UHE.

O empreendedor afirma ainda que *“os estudos espeleológicos desenvolvidos no âmbito da UHE São Manoel foram conclusivos em relação a não ocorrência de cavidades naturais na AID do empreendimento, (...)”*.

Comentário:



Quanto à resposta dada pelo empreendedor à Insuficiência dos caminhamentos realizados para os levantamentos geológicos/espeleológicos da AID/ADA levantada pelo Ibama, concluímos que houve avanço nas argumentações técnicas e metodológicas, inclusive no tocante à conclusão apresentada e desta forma consideramos satisfatória a complementação do estudo. Entretanto, em face da existência informada de 8,1% da ADA e 8,8% da AID apresentarem uma possibilidade de ocorrência de cavernas média, recomendamos que durante os trabalhos de supressão vegetal e limpeza de área, seja dada especial atenção a eventual existência de cavernas e/ou cavidades naturais, enviando relatórios semestrais ao Ibama.

Informação sobre os quantitativos de áreas de florestas submontana, aluvial e antropizada da AID

A AID foi definida como uma faixa com largura média de aproximadamente 1 km em torno da ADA, com uma superfície estimada em 312km². A Figura 3.3.1-1, Volume 3 do EIA, apresenta o mapa com o uso da vegetação da AII e AID do empreendimento, mas faltava discriminar os quantitativos dessas tipologias na AID, o que gerou o pedido de informações adicionais. Para atendimento do solicitado, a EPE apresentou tabela com as seguintes informações:

- 1) Agricultura / Pastagem (antropizada) - 33km² (10,58%);
- 2) Floresta Ombrófila Densa Aluvial - 9,97km² (3,20%);
- 3) Floresta Ombrófila Densa Submontana - 198km² (63,46%);
- 4) Floresta Ombrófila Densa Submontana Explorada - 51,9km² (16,63%);
- 5) Corpos d'água - 19,30km² (6,19%).

Comentário:

Embora não conste a qual ano esses dados se referem, eles mostram que aproximadamente 27% da vegetação onde se situará a APP do reservatório possui algum nível de antropismo, situação que deverá ser considerada na concepção do programa de recomposição florestal. Este quesito foi atendido satisfatoriamente.

Espécies prioritárias para resgate e recomposição florestal

O levantamento fitossociológico encontrou 121 espécies exclusivas na ADA da Floresta Ombrófila Densa Submontana e 223 espécies na Floresta Ombrófila Densa Aluvial. Além disso, foram detectadas 14 espécies com algum nível de ameaça de extinção. Logo, sugeriu-se que essas espécies fossem priorizadas nos programas de Salvamento de Germoplasma Vegetal e Implantação de Viveiro de Mudas e no de Recomposição Florestal.



Alteração da Vegetação da Margem do Reservatório

Conforme o estudo, nas futuras margens poderá ocorrer morte de árvores de espécies que não suportem a elevação do lençol freático, provocando o aparecimento dos chamados "paliteiros", além do efeito de borda que se fará sentir em todo o perímetro do reservatório. Como medida mitigadora desse impacto, foi sugerido o monitoramento de tais áreas no *Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais Sujeitas a Processos Erosivos*. Porém, no PAR 4510/2013, sugeriu-se um programa para o monitoramento da vegetação na nova área de preservação permanente e nas clareiras abertas para instalação das estruturas da obra, com o objetivo principal de verificação da estabilização da dinâmica florestal sob a nova condição ambiental.

Implantação da Área de Preservação Permanente

Os estudos preliminares indicaram um montante 44,95km² de APP. Essa área foi obtida considerando inicialmente uma faixa de 100 metros de largura no entorno do reservatório, que numa fase seguinte foi ajustada para garantir a proporcionalidade com a atual APP do rio Teles Pires, sem o barramento. Apesar de a proposta ter sido apresentada sob a vigência da Lei nº 4.771/65, entende-se que ela é compatível com o Artigo 5º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Compensação Ambiental - Unidade de Conservação

No PAR 4510/2013 sugeriu-se que o programa considere corredores ecológicos conectando as diversas áreas protegidas da região e áreas preservadas com Floresta Ombrófila Densa Aluvial, considerando que esta fisionomia sofrerá drástica redução de área após a implantação das usinas do rio Teles Pires.

Destinação da madeira

O volume total na área do empreendimento foi estimado em 1.246.543,25m³, por esse motivo se entende que o aproveitamento dessa madeira deva ser pensado com antecedência, a fim de evitar perdas, sobretudo de galhos e de espécies e árvores não comerciais.

Inclusão de três impactos adicionais identificados pela equipe técnica do Ibama

Consta que o PAR 4510/2013, solicita a inclusão de três impactos, os quais, todos mitigáveis, são apresentados, de forma complementar, a seguir.

Alteração das Características Hidráulicas do escoamento dos Corpos Hídricos Interceptados pelas Vias de Acesso

Informa-se que a fase de ocorrência deste impacto é a etapa de implantação da



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

infraestrutura de apoio e de construção da obra principal. A ação geradora se relaciona aos processos de desmatamento e terraplanagem para abertura, ampliação e melhoria do sistema viário, de energia e de comunicações, construção das infraestruturas de apoio. Este impacto é de natureza negativa e incidência é indireta.

Segundo o documento analisado, a locação do canteiro principal e dos alojamentos está prevista para a margem direita do rio Teles Pires, assim como as estruturas principais, como vertedouro e casa de força.

Consta que a localização das estruturas principais está prevista para a margem direita, no município paraense de Jacareacanga e que a cidade de apoio às obras será Paranaíta, no Mato Grosso, por onde chegará todo o equipamento e material necessário à construção da usina. Que o trecho inicial das vias já foi reforçado para as obras da UHE Teles Pires, logo à montante da UHE São Manoel, além de construída uma ponte de serviço à jusante de Teles Pires, que poderá ser utilizada pelo empreendedor. A partir dessa ponte, uma estrada vicinal existente poderá ser ampliada, caso seja a opção do vencedor do leilão. Próximo do canteiro ou do acesso às áreas de empréstimo e de bota-fora será preciso a implantação de novas vias.

Segundo o estudo, existe uma segunda opção de acesso ao canteiro de obra pela travessia do rio Teles Pires na balsa do Cajueiro, próximo a Paranaíta, cujo acesso a este trecho já foi melhorado para implantação UHE Teles Pires. Após a travessia, o acesso se dá por estradas vicinais que depois da Serra do Cachimbo, chegam próximas à região da obra e à foz do rio São Benedito. Se a opção for este acesso, as estradas vicinais deverão ser adequadas ao tráfego previsto, melhorando também o porto da balsa, as vias de acesso e reforçando as passagens sobre as drenagens.

Quanto à margem esquerda, consta que o empreendedor deverá decidir se cria uma via específica ou se utilizará as ensecadeiras de segunda fase. Dessa forma, como o estudo afirma que *a definição das rotas a serem utilizadas dependerá do arranjo final do canteiro e da localização definitiva dos alojamentos, resultado da otimização do projeto a ser conduzida pelo empreendedor vencedor do leilão*, recomendamos que o empreendedor comunique sua decisão ao Ibama para avaliação e autorização.

Quanto à magnitude do impacto, consta que este se manifestará no entorno, ao longo das vias e nas drenagens transpostas, imediato/a curto prazo e terá duração permanente, apresentando, desta forma, uma magnitude média. O mesmo é considerado de ocorrência provável, permanente e de importância baixa.

Como medida preventiva proposta, consta: *Implementação de dispositivos de drenagem superficial e a conformação de taludes de corte e aterro compatíveis com as características geotécnicas dos solos e rochas a serem expostas na área da ADA (Plano Ambiental para Construção, Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas*



Marginais e Processos Erosivos).

E como medida mitigadora, consta: *Recuperação de ambientes degradados nas áreas que, a despeito do monitoramento e das ações preventivas, tenham sido objeto da instalação de processos erosivos ou de instabilização (PAC / Programa de Recuperação de Áreas Degradadas).*

Em resumo, o impacto é definido como de natureza negativa, incidência direta, magnitude média, ocorrência provável, irreversível, não cumulativo, não sinérgico e de importância baixa.

Alteração da Qualidade da Água dos Corpos Hídricos Interceptados pelas Vias de Acesso

Consta que este impacto ocorre na etapa de implantação da infraestrutura de apoio e de construção da obra principal. A ação geradora se relaciona à Implantação da Infraestrutura de Apoio pelos processos de desmatamento e terraplenagem, abertura, ampliação e melhoria dos sistemas viário, de energia e de comunicações, construção das infraestruturas de apoio; operação do canteiro industrial; operação do alojamento; operação do canteiro das obras principais. A sua natureza é negativa e a incidência é indireta.

Informa-se que a geração de efluentes domésticos e industriais, águas servidas e resíduos sólidos, a intensa movimentação de veículos e o aumento da possibilidade de vazamentos de hidrocarbonetos, são possíveis causas da alteração da qualidade da água dos corpos hídricos. Segundo o cronograma de obras apresentado no EIA, as atividades ocorrem alternadamente ou simultaneamente, quando os corpos hídricos estarão mais vulneráveis, entre o 2º e 45º mês da fase de implantação.

Em relação à magnitude do impacto, consta que este se manifestará no entorno, de imediato/ a curto prazo, de forma descontínua, terá duração temporária e magnitude média. Como o impacto é considerado provável e reversível, a sua importância é tida como baixa.

Em resumo, o impacto é caracterizado como de natureza negativa, incidência direta, magnitude média, ocorrência provável, reversível, não cumulativo, não sinérgico e de importância baixa.

Informa-se como medida mitigadora: *as ações de tratamento estão previstas no Programa Ambiental para Construção (PAC): Controle ambiental de efluentes líquidos, Gerenciamento de resíduos sólidos e Preparação para Emergências envolvendo materiais contaminantes.*

Intensificação do Assoreamento dos Corpos Hídricos Interceptados pelas Vias de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Acesso.

Quanto à descrição e caracterização desse impacto, consta que ocorre na etapa de implantação da infraestrutura de apoio e de construção da obra principal. A ação geradora se relaciona à Implantação da Infraestrutura de Apoio pelos processos de desmatamento e terraplenagem, abertura, ampliação e melhoria dos sistemas viário, de energia e de comunicações, operação do canteiro industrial; operação do alojamento; operação do canteiro das obras principais. A sua natureza é negativa e a incidência é indireta.

Consta que as atividades que envolvem desmatamento e terraplenagem, acarretam movimentações de terra, que podem provocar o carreamento de sedimentos para os corpos hídricos, assim como a utilização das vias de acesso para a operação do canteiro das obras principais.

Informa-se que o impacto se manifestará no entorno, de forma descontínua, em médio/ longo prazo, terá duração temporária e, desta forma, terá uma magnitude média. É considerado provável, reversível e, portanto, de importância baixa.

Em resumo, o impacto é caracterizado como de natureza negativa, incidência direta, magnitude média, ocorrência provável, reversível, não cumulativo, não sinérgico e de importância baixa.

Como medida preventiva, consta: *implementação de dispositivos de drenagem superficial e a conformação de taludes de corte e aterro compatíveis com as características geotécnicas dos solos e rochas a serem expostas na área da ADA (Plano Ambiental para Construção, Programa de Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais e Processos Erosivos).*

Informa-se como medida mitigadora, que: *as ações estão previstas no PAC no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas das áreas de empréstimos, bota-fora, vias de acesso e canteiros de obras e alojamentos.*

Comentários:

Conforme exposto acima, as medidas mitigadoras para estes três novos impactos foram consideradas pelo empreendedor como apresentadas no âmbito do PAC. Desta forma, não consta neste documento o detalhamento das medidas preventivas e mitigadoras, cuja apresentação e análise ocorrerá mais adiante, quando da apresentação do PBA.

Considera-se que é necessário o detalhamento principalmente das atividades relacionadas ao Controle ambiental das atividades de terraplenagem - canteiros de obra, alojamento, linha de transmissão e estradas de acesso e ao Controle ambiental da exploração de áreas de empréstimo (AE) e depósitos de material excedente (DME), no âmbito do PAC, de



forma a contribuir para uma correta prevenção e mitigação destes impactos.

Ictiofauna

No que se refere à ictiofauna na UHE São Manoel entende-se que diversos impactos a ela associadas foram regularmente abordados no estudo de impacto ambiental EIA e seu correspondente Rima. Para efeito remissivo e de melhor entendimento, registre-se que o referido EIA foi originalmente analisado na NT nº 06/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA na qual foram abordadas em profundidade as problemáticas referentes aos impactos associados à possibilidade de construção de UHE São Manoel.

Em decorrência desses levantamentos técnicos foi recomendado também a inclusão de outros programas além dos sugeridos pelo EIA que eram tão somente o Programa de Monitoramento de Ictiofauna e Programa de Resgate nas Áreas das Ensecadeiras, que inclusive serão abordados adiante. A resposta correspondente do Anexo do OF.0149/EPE/2013 considerava a resposta aos questionamentos realizados pelo parecerista do Ibama, bem como já acatava alguns posicionamentos (item III, Recomendações. Pág. 26 da NT nº 06/2012 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA) decorrentes inclusive de reunião realizada em 10/10/2011 entre a EPE, Ibama e consórcio Leme-Concremat. O desdobramento da análise desse conteúdo que é a N.T 006822/2013 CGENE/IBAMA, foi realizada pelo próprio parecerista que cunhou a aludida NT nº 06/2012, pela familiaridade de seus questionamentos. Há ainda as demais contribuições como a Informação Técnica proveniente do Of. nº813/EPE /2013, que também integra importante parcela dessa análise.

Já o PAR nº 4510/2013, proveniente de análise técnica preliminar do Ibama, no tocante à ictiofauna, buscou, sempre que possível, complementar os questionamentos vigentes bem como sugeriu, principalmente no âmbito de inserção de programas e impactos levantados, sua possível atuação para, dentro das possibilidades consideradas, futuramente compor a estruturação do PBA.

Desse modo, serão levantados posicionamentos desse Parecer para que se possa entender sua contribuição dentro dos desdobramentos de ordem técnica que compõem a situação vigente.

Complementações relativas à ictiofauna e Programas recomendados

No item 3.7 o PAR nº 4510/2013 assinala a importância de estudos de monitoramento da ictiofauna para hipótese de um sistema de transposição da ictiofauna em São Manoel. Este sistema deverá conter em seu modelo inicial proposto, as alternativas locais bem como caráter de seletividade das espécies a serem potencialmente escolhidas considerando o cenário da possível anuência de sua instalação. Essa orientação se vincula ao impacto denominado de interferência nas rotas migratórias da ictiofauna em Teles Pires e foi inicialmente identificado no EIA. Entende-se ainda que se for realmente



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

confirmada a necessidade de um sistema de transposição, os esforços dessas atividades não poderão desconsiderar ações concomitantes com UHE Teles Pires.

Comentários.

É entendido, portanto, pelo citado item 3.7 a necessidade da criação de um programa específico da ictiofauna sobre transposição, para melhor entendimento da questão inclusive sobre possíveis alternativas fluviais migratórias à jusante. Ressalve por oportuno, que houve um entendimento registrado no *Anexo do OF.0149/EPE/2013* que o debate sobre tais rotas não poderia desconsiderar o cenário hidrelétrico futuro do rio Apicás. Embora, entenda-se ainda que, pelo impacto relatado acima, o aspecto de importante rota migratória nesse rio também não deverá ser subestimado às comunidades de peixes à jusante. Por motivação de ordem temporal, entende-se também que o efeito concreto da construção de UHE Teles Pires que ora se realiza adiciona fatores concorrentes a essa análise que não poderá portanto se dar de modo isolado, inclusive sobre potenciais rotas à montante. Acrescente nesse quesito, que a recomendação de estudos do monitoramento da ictiofauna e investigação genética aliados aos estudos de biotelemetria serão fatores orientadores e decisórios a esse respeito que em última instância se refletirá na composição da comunidade de peixes futura em ambos os empreendimentos conforme decisões que vierem a serem tomadas.

A análise sobre o leque de impactos relacionados à UHE São Manoel como informado no item 1165 do PAR 4510/2013 foi realizada pela NT nº 06 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA que, dentro de seu entendimento, acrescentou diversos programas referentes à ictiofauna. Pelo entendimento agregador do PAR 4510/2013, além de um programa de transposição da ictiofauna citado acima, foram também objetos de proposição, no âmbito das percepções de impactos da UHE São Manoel alguns outros programas em vista dos impactos discutidos abaixo.

Para entendimento do caráter de deslocamento migratório entre rios de interesse como o Teles Pires, Apicás e São Benedito e demais corpos hídricos de importância que serão aqui relevados, recomenda-se inicialmente um programa de acompanhamento da ictiofauna migratória por meio da marcação da população de peixes de interesse assim como o uso de telemetria associada. Entenda-se deslocamento migratório aquele responsável por finalidades reprodutivas ou ainda aquele de natureza trófica desencadeada por fatores de ordem fisiológica e que naturalmente se vincula ao impacto citado de interferência nas rotas migratórias da ictiofauna.

A sugestão de um programa de investigação genética da ictiofauna, além do interesse na dinâmica das principais populações migratórias ou não migratórias a serem potencialmente afetadas na região de estudo, decorre também da necessidade de maior abrangência dos resultados já advindos do Programa de Investigação Genética realizado em UHE Teles Pires. A definição dessas espécies se dará pelas orientações advindas de



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

1638
11/20/13
65

estudos de outros programas que deem suporte a essa decisão considerando sempre os aspectos da ictiofauna relacionados ao seu uso como recurso alimentar de comunidades indígenas e ribeirinhos bem como na pesca artesanal e esportiva.

Comentários.

O entendimento sobre a necessidade de estudos específicos em um programa de acompanhamento da ictiofauna nas localidades acima citadas poderá integrar orientações sobre a gestão dos recursos pesqueiros logo a jusante de UHE São Manoel assim como, respeitando sempre a anuência prévia da Funai no âmbito de sua competência, em áreas indígenas adiante. A esse respeito inclusive há de se ressaltar a Informação Técnica proveniente do Of. nº813/EPE/2013 que compila diversos estudos da ictiofauna na Bacia do Teles Pires demonstrando a vital importância da continuidade desses estudos na ictiofauna a jusante de São Manoel. Também por essa motivação reitera-se a recomendação emanada da NT 006822/2013 CGENE/IBAMA quanto às localidades elencadas no Item 4 - Análise dos dados complementares, fls. 08-09.

Espera-se que na extensão de um programa de investigação genética da ictiofauna em São Manoel naturalmente não se assemelhe nas áreas a serem estudadas em UHE Teles Pires, mas traga um importante caráter complementar do estudo dessas populações ao longo dos principais rios citados acima em vista dos impactos provenientes de São Manoel bem como pela ação do barramento e seus efeitos entre as populações de jusante e montante. Considerando a possibilidade de realização desse empreendimento, o maior conhecimento dessas populações selecionadas nesses estudos proporcionará melhores subsídios nas decisões que dizem respeito à sua utilização adequada.

Outro aspecto a ser sublinhado, é que na possível anuência da UHE São Manoel poderá se dar o acúmulo de ictiofauna aprisionada nas áreas das enseadeiras em condições não propícias à sua sobrevivência. Esse fato se daria na fase de implantação na qual se prevê o ensecamento de determinadas áreas do Teles Pires, gerando assim esse impacto específico de aprisionamento de peixes nessas localidades predispondo assim ao risco de morte generalizada.

Por semelhança relativa de ações de resgate, embora na fase posterior de operação do empreendimento, foi exposto no PAR 4510.2013 em Recomendações, item 1483, um programa de resgate da ictiofauna nas turbinas. O impacto típico de mortalidade de peixes nas turbinas regularmente previsto em operações construtivas dessa natureza, foi porém considerado no EIA junto às atividades do programa de monitoramento da ictiofauna, conforme se informa no Quadro 4.5.2. do referido estudo.

Comentários.

Nas ações de drenagem nas áreas das enseadeiras deverão ser tomados cuidados preventivos nas atividades de resgate para proporcionar, após a soltura em condições



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

adequadas, maiores chances de sobrevivência à ictiofauna. Apesar da aparente redundância, ressalta-se que a prioridade dos peixes resgatados deverá ser direcionada à soltura em detrimento de exemplares voltados à coleções científicas. Expressos esses breves comentários, conforme proposição já feita de futuro programa de resgate nas áreas das enseadeiras pelo EIA, Vol. 5, item 4.1.3. reiteramos de fato a evidente necessidade de sua realização.

Nas ações de resgate a serem regularmente realizadas nas paradas programadas das turbinas ou ainda naquelas de natureza não previsível, entendemos que ações mitigatórias desse impacto devem se dar por meio de um programa específico para condução mais eficaz desses procedimentos futuros e, portanto, dissociada estruturalmente do programa de monitoramento da ictiofauna.

Considere-se ainda a importância de um programa específico para esse impacto, verificando a redução de recrutamento de espécimes férteis de peixes devido a letalidade verificada nas turbinas, assim como a provável alteração da ictiofauna à jusante do empreendimento numa correlação sinérgica indesejável. É de bom tom recordar que algumas das alternativas conhecidas, que podem se prestar à migração se localizam a jusante do futuro eixo como o próprio Teles Pires, Apiacás e São Benedito, além do levantamento posterior da compilação de estudos da EPE em áreas indígenas e não indígenas já abordados nesse documento.

Sabe-se que os fatores adversos à ictiofauna a jusante, em parte já abordados no âmbito da recomendação dos programas citados, são cumulativos a outros impactos descritos como a potencialidade de pesca predatória nas proximidades do eixo por ocasião da potencial instalação do empreendimento algo já discutido razoavelmente na NT nº 06 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Outro aspecto a ser considerado, embora não apareça ainda existir registros, é a potencial coleta indiscriminada de peixes ornamentais nessa região do Teles Pires, mas que se registra em outros de seus trechos inserido no Parna Juruena. A situação específica em São Manoel, ainda que remota, não foi minimamente abordada pelo EIA, fato pelo qual no programa de monitoramento da ictiofauna essa questão deverá ser incluída. Seu propósito será realizar levantamentos de eventuais coletas incipientes dessa ictiofauna de singular beleza para ciência coletiva dos estudiosos e, se constatado algo, instruir seu manejo adequado dentro dos limites da legalidade.

Recorde-se ainda, por semelhança de utilização da ictiofauna como recurso, no caso peixes comuns da pesca esportiva na região como *Phractocephalus hemiliopterus*, *Brachyplatystoma filamentosum* e *Zungaro zungaro* que na vigência do provável período construtivo da UHE São Manoel as pousadas à jusante citadas poderão ter sua atividade prejudicada com efeitos socioeconômico adversos. Após o enchimento do reservatório sua permanência será proibitiva com conseqüente cessar de suas atividades econômicas. Há de ponderar também a discussão sobre a questão locacional dessas pousadas e sua permanência nas margens dos rios algo que absolutamente terá que ser definido com o



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

1639
Proc. 4420/13.66
Rubr: _____

caráter orientador de legalidade inclusive com a instituição obrigatória de um Pacuera. Não obstante a proposição de indenização do EIA, também não se compreende facilmente como essas pousadas poderiam se reinstalar no São Benedito, como também foi proposto, provavelmente já nas proximidades de terras indígenas, o que pode gerar questões conflitivas adicionais com essas comunidades. Esses questionamentos terão que ser equacionados na inserção dos programas de ictiofauna com interface com àqueles de caráter socioeconômico considerando todas essas vertentes envolvidas. Fica mais claro portanto a razoabilidade da convergência preponderante de fatores de ordem ambiental e econômica citados associados à provável redução da diversidade da comunidade de peixes à jusante.

Comentários.

Na possível concretização da UHE São Manoel é entendido ainda que, dadas as modificações potenciais à jusante levantadas pelo EIA, com efeitos advindos à ictiofauna e consequência às comunidades indígenas, bem como modificações turísticas vinculadas à pesca esportiva é prudente prever também a estruturação de um programa específico de repovoamento da ictiofauna à jusante. Seu desenvolvimento poderá se dar conforme sejam apontadas nos estudos da ictiofauna de outros programas contribuintes, ou seja, subsídios técnicos inequívocos apontando a necessidade de execuções mitigatórias desse programa de repovoamento. Desse modo, é reiterado o que o PAR 4510/2013 trouxe em Recomendações, item 1483.

Já as alternativas à montante de São Manoel estarão configuradas, pela imposição do barramento, a peixes afeitos principalmente aos ambientes lênticos e sujeitos também à viabilidade de um sistema de transposição que deverá ser extensamente discutido, inclusive por aspectos locacionais, com UHE Teles Pires, haja vista sua influência proximal. Peixes de hábito reofílico ou mesmo migratórios de longo alcance presentes nos ambientes à montante de UHE São Manoel, muito provavelmente terão sua população recrudescida pelas condições desfavoráveis determinantes correlacionadas aos impactos de alteração na estrutura da comunidade da ictiofauna à montante da barragem e interface com a redução das condições de oxigenação da água à montante da barragem.

Determinada a necessidade de entendimento técnico entre a UHE Teles Pires e a provável UHE São Manoel e apoiada por estudos convincentes, algumas dessas espécies eletivas poderão ser transpostas mais adiante, à montante da UHE Teles Pires em uma ação integrada a fim de completarem seu ciclo reprodutivo. Essa conjectura deriva do impacto de interferência em rotas migratórias e pouco conhecimento dos potenciais sítios adequados à reprodução ou ao desenvolvimento da ictiofauna nessas localidades, o qual entendemos não foram devidamente abordadas.

Se confirmada essa possibilidade, os ovos e larvas deverão comportar áreas propícias de eclosão e desenvolvimento que um ambiente imediatamente à montante tanto da potencial



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

UHE São Manoel quanto da concreta UHE Teles Pires não poderiam permitir a contento pela hostilidade de uma coluna d'água opressiva e pouco oxigenada.

No EIA, a adequação que se prestou a esses entendimentos foram inseridos no programa de monitoramento da ictiofauna, mais especificamente no objetivo *identificar rotas preferenciais de migração reprodutiva ou trófica*. Entende-se que essa colocação é correta porém não poderá de ser relevado o préstimo de outros programas da ictiofauna que também terão, dentro de seu desenvolvimento, fatores contributivos a esse respeito.

Comentários.

Quanto às questões levantadas acima, como afirmado no PAR 4510/2013 em Recomendações, item 1483, os programas recomendados à ictiofauna poderiam não se limitar aos propostos sendo possível, pela necessidade evidenciada o acréscimo de outros programas. Exceto pela inserção recomendada do programa de repovoamento da ictiofauna à jusante, consideramos que as outras questões sobre impactos à jusante e à montante de São Manoel citados ao longo dos parágrafos acima, deverão ser inseridas no programa de monitoramento de ictiofauna - peça fundamental para os demais vinculados - conforme O EIA propôs e corrobora-se aqui nesse documento.

Ainda assim, esses impactos podem ser acolhidos em programas específicos tal como a própria NT nº 06 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA tinha recomendado à fls. 26 e 27 em Recomendações, item B. Nesse quesito, é preciso dizer ainda que alguns dos aspectos mais sensíveis que compõem o programa de monitoramento da ictiofauna dizem respeito a potencial assimilação de mercúrio para a comunidade de peixes em São Manoel. Essas percepções definem a necessidade do acompanhamento contínuo de seus valores, tanto nos ambientes estudados quanto em determinadas espécies mais predispostas à sua assimilação. Essa potencialidade deverá ser relevada em face à constatação de prováveis ambientes na coluna d'água com baixa oxigenação nos braços laterais do futuro reservatório. Esses ambientes favorecem a metilação desse metal com efeitos bioacumuladores na cadeia trófica merecendo, portanto, o devido acompanhamento no referido programa. As espécies de peixes sujeitas a essa análise de acumulação de metil mercúrio ao longo desse monitoramento deverão ser descritas justificadamente no programa de monitoramento da ictiofauna para a futura emissão do PBA.

Ressalvados este último aspecto, bem como os aqui já ponderados, as demais estruturações do programa de monitoramento da ictiofauna aparentam estar razoavelmente instruídas. Lembramos por fim, que, conforme exposto, a necessidade de abordagem mais específica ou mesmo mais aglutinadora, dos impactos e programas da ictiofauna propostos, constituíram a orientação de entendimentos ao longo desse texto.

Após as discussões desenvolvidas referentes às questões sensíveis e respectivos impactos dimensionados da ictiofauna cumpre salientar a reiteração de execução plena dos



III - Audiências Públicas:

Foram realizadas 3 Audiências Públicas (AP) referentes ao empreendimento UHE São Manoel: Paranaíta/MT, 27/9/2013, com 255 participantes; Jacareacanga/PA, 29/9/2013, com 155 participantes e Itaituba/PA, 30/9/2013, com 199 participantes.

Além destas, o MPE-MT, quando da abertura do edital de convocação, em 19/8/2011, solicitou que fosse feita AP também no município de Alta Floresta/MT.

Posteriormente, quando foram marcadas as APs de setembro de 2013, o MPE-MT, por meio do Ofício nº481/2013 da 1ª Projus Cível de A/F-MT, solicitou novamente Audiência naquele município. A este pleito, o Ibama respondeu pelo Ofício 02001.012673/2013-51 GABIN/PRESI/IBAMA que realizou APs apenas nos municípios da Área de Influência Direta - Jacareacanga e Paranaíta - e que optou por organizar uma AP adicional em Itaituba/PA, devido às usinas projetadas para o rio Tapajós. Quanto à Alta Floresta, o Ofício 02001.012673/2013-51 GABIN/PRESI/IBAMA diz que a divulgação das APs de Paranaíta foi feita também em Alta Floresta, bem como foi disponibilizado transporte em Alta Floresta para comparecimento dos interessados na Audiência Pública de Paranaíta.

Para este parecer, considera-se que os questionamentos feitos durante as APs foram respondidos durante os eventos, restando analisar a documentação protocolada tanto durante as audiências, quanto no período de 15 dias após a realização.

Esclarece-se que na audiência realizada em Itaituba, no dia 30/9/2013 nenhum documento foi protocolado. Em Paranaíta, 27/9/2013, foram protocolados: Carta do Sindicato Rural de Sinop; Carta da AMIU - Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas; Ofício nº018/2013 - CODAM - Conselho para o Desenvolvimento da Amazônia Mato-Grossense (2 vias); Ofício nº 490/2013 da 1ª Projus Cível de A/F-MT - Ministério Público do Estado do Mato Grosso; Ofício Nº711/2013/DPJC/PTA/MT - Polícia Judiciária Civil - Delegacia de Paranaíta; cópia de Proposição de Ação Civil Pública movida pelo MPE-MT contra a CHTP; Ata de Reunião em Alta Floresta - 21/05/2013 - GT de acompanhamento da UHE Teles Pires.

A documentação entregue em Jacareacanga foi a Carta Indígena Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Carta da Comunidade Agrodito - Associação dos Agropecuaristas da Gleba Agrícola do São Benedito.

No período entre 30 de setembro e 15 de outubro foram enviados ao Ibama os documentos: DRPC-C/0939/2013/DDN - Copel (Companhia Paranaense de Energia); Ofício nº14/2013 - Movimento Pró Logística de Mato Grosso; Of. nº 136/2013/GAB - Prefeitura de Alta Floresta-MT; Of. nº 18/2013 - AMIU (Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas); Degradação florestal e queimadas no entorno da hidrelétrica Teles



1641
4420164-05
Rubr

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Pires - Instituto Centro de Vida.

Paranaíta:

A Carta do Sindicato Rural de Sinop, propõe condicionar a Licença Prévia (LP) à inclusão de projeto de Eclusa para que não seja interrompida a navegabilidade do rio Teles Pires e para viabilizar implantação da hidrovía Teles Pires/Tapajós.

Cabe esclarecer, que o EIA da UHE São Manoel apresenta um projeto conceitual do sistema de transposição de desnível, constituído por uma eclusa e dois canais de aproximação, um à montante e outro à jusante, projetado para vencer um desnível de 24,40m. O Estudo propôs sua implantação na margem esquerda do rio Teles Pires. Conforme análise do PAR 4510/2013, *o EIA destaca que a implantação desta eclusa poderá ser realizada de forma totalmente independente da implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel, bastando, para isso, deixar um septo natural no canal de montante e construir uma ensecadeira a jusante.*

A configuração da UHE São Manoel com a eclusa foi apresentada na Figura 06 do Anexo 1 do PAR 4510/2013 e Figura 5.7-1 do volume 1 do EIA. Desta forma, caso seja de interesse da comunidade local e do governo federal, o projeto da UHE São Manoel permite a implantação de eclusa para transposição do desnível imposto pela barragem, neste sentido, não constituindo empecilho para viabilidade da hidrovía Teles Pires/Tapajós.

A Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas, no documento apresentado nesta AP, sugere ao Ibama que a LP seja condicionada ao cumprimento de todo o PBA e que a Licença de Instalação seja precedida da anuência dos 12 municípios que compõem a Associação, sendo eles: Sinop, Cláudia, Itaúba, Colíder, Nova Canaã do Norte, Paranaíta, Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Santa Helena, Nova Monte Verde e Ipiranga do Norte.

Observa-se nestas solicitações uma confusão sobre as fases do licenciamento. Os documentos analisados para emissão da Licença Prévia são basicamente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), documentos entregues ou debates promovidos em Audiências Públicas, vistorias realizadas no período desde a abertura do processo até a formulação do parecer técnico final e possíveis complementações exigidas após análise do EIA. São acatados integralmente os posicionamentos dos Órgãos Intervenientes nos processos de Licenciamento Ambiental, neste caso específico Funai, Iphan e SVS - Ministério da Saúde. Depois desta fase, é realizado o leilão e, conhecido o empreendedor que executará a obra, passa-se à fase de licenciamento de instalação, quando será analisada a proposta de PBA - Projeto Básico Ambiental, que traz em detalhes quais os programas que serão implantados para mitigar/compensar os impactos ambientais. Não é possível condicionar uma Licença Prévia ao cumprimento do PBA, visto que este documento somente será elaborado em momento posterior.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Sobre a consulta aos municípios impactados e o condicionamento da emissão de uma LI à anuência das respectivas prefeituras, informa-se que este não é um procedimento adotado pelo Licenciamento Ambiental. Os municípios da ADA (Jacareacanga e Paranaíta) foram consultados para anuência à emissão de LP, que é a licença que determina a viabilidade ambiental do empreendimento. Nas demais fases, as municipalidades da ADA e mais Alta Floresta, que está na Área de Influência Indireta, mas pelas características de polarização regional receberá tratamento semelhante aos outros dois, participam dos programas, mas não anuem para emissão da LI ou LO. A manifestação das Prefeituras Municipais se deu pelos documentos: Declaração, emitida por Jacareacanga, em 17 de maio de 2010, e Declaração de Uso e Ocupação do Solo, emitida por Paranaíta em 19 de agosto de 2009, que por sua vez, foi encaminhada pelo Ofício nº411/2009/GAB da Prefeitura Municipal de Paranaíta.

O Ofício nº 018/2013, emitido pela CODAM - Conselho para o Desenvolvimento da Amazônia Mato-Grossense, faz três questionamentos: motivo de não haver APs em Alta Floresta, impactos da sobreposição de afluxo populacional das UHEs Teles Pires e UHE São Manoel; consulta à ANA sobre a urgência da construção de eclusa no barramento.

Como a questão das APs foi respondida acima e a da construção da eclusa também, passa-se à segunda que trata da sobreposição de afluxo populacional das UHEs Teles Pires e São Manoel. A previsão de término da desmobilização de mão de obra da UHE Teles Pires é maio de 2015. No mês de agosto de 2013 o empreendimento contava com 5287 trabalhadores sendo o início do pico de contratação para as obras. O pico que nas previsões do PBA deveria ter sido em maio, só ocorreu em agosto e está previsto para durar até o mês de novembro. Após esta fase, inicia-se a desmobilização de mão de obra, ou seja, as pessoas que trabalham na construção da UHE Teles Pires serão dispensadas aos poucos de suas funções e grande maioria deve retornar a seus locais de origem ou procurar vagas de trabalho em outras localidades. Outro aspecto a se levar em conta, é que o pico de obras desta usina em particular era previsto para ter 7000 funcionários, cerca de 1800 a mais que o contingente efetivamente contratado. O empreendedor, CHTP - Companhia Hidrelétrica Teles Pires - relatou reiteradas vezes a dificuldade de contratar pessoas para este trabalho, especialmente pessoas da própria região, mesmo tendo oferecido treinamento, por meio do programa ACREDITAR.

Supõe-se que a UHE São Manoel seja leiloada em dezembro de 2013 e que a LI seja emitida no meio do ano de 2014, quando parte da mão de obra da UHE Teles Pires estará desmobilizada e em diminuição crescente. Entre os meses de junho e agosto de 2014, a UHE Teles Pires contará com 3500 funcionários aproximadamente, devendo terminar o ano com cerca de 2000 em dezembro. Neste contexto hipotético, a UHE São Manoel atingirá seu pico de contratação de mão de obra quando a outra estiver finalizado a sua construção. Assim sendo, não haverá sobreposição de picos de obra e os municípios não conviverão com contingente populacional superior ao que já vivenciaram.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

1642
4420107 CS
16/05/2013

Os demais documentos apresentados na AP de Paranaíta são Ofício nº 490/2013 da 1ª Projus Cível de A/F-MT - Ministério Público do Estado do Mato Grosso, cópia de Proposição de Ação Civil Pública movida pelo MPE-MT contra a CHTP e Ata de Reunião Alta Floresta - 21/05/2013 - GT de acompanhamento da UHE Teles Pires. Por se tratarem de material que versa exclusivamente sobre a UHE Teles Pires, a equipe técnica definiu que não cabe discorrer ou responder aos pontos levantados neste parecer. Estes temas estão sendo abordados em outras análises e serão objeto de outro parecer.

Resta comentar o Ofício Nº 711/2013/DPJC/PTA/MT, da Polícia Judiciária Civil - Delegacia de Paranaíta, que aborda o problema da falta de policiais na referida delegacia. As queixas são pertinentes, entretanto deveriam ser encaminhadas ao Governo do Estado do Mato Grosso, visto que a contratação de policiais civis é atribuição exclusiva dos Governos de Estado.

Jacareacanga:

A *Carta Indígena Munduruku do Alto e Médio Tapajós* trata-se de um manifesto dos índios Mundurukus contra as pesquisas realizadas pela EPE em suas terras. Apesar de não ser uma manifestação que demande uma resposta técnica do Ibama, é importante registrar que falhas no processo de identificação de impactos sobre comunidades indígenas no processo da UHE Teles Pires têm acarretado problemas para os habitantes da Terra Indígena Kayabi, para o processo de licenciamento ambiental e para o empreendimento em si. Considerando que ainda não consta no processo a manifestação final da FUNAI sobre o componente indígena, esta equipe técnica não recomenda emissão de Licença Prévia para a UHE São Manoel até que aquele órgão interveniente se manifeste sobre a viabilidade.

Outro documento recebido foi a *Carta da Comunidade Agrodito - Associação dos Agropecuaristas da Gleba Agrícola do São Benedito*. Trata-se de comunidade localizada no município de Jacareacanga/PA, entretanto bastante distante da sede municipal, sendo mais viável a estes moradores o uso de equipamentos sociais no município de Paranaíta/MT. Ao que parece, a raiz dos problemas reside no fato de que a área em que está a gleba não tem atendimento adequado nem por parte do município de Jacareacanga nem do estado do Mato Grosso.

Esta gleba se queixa: do pouco diálogo no momento da formulação dos estudos; da perda de solos agricultáveis por atingimento direto; falta de propostas para fomento da agricultura; mudanças de microclima; infraestrutura - escola, posto de saúde, estradas, pontes e energia elétrica; falta de mão de obra em decorrência da contratação de alguns moradores para as obras da UHE Teles Pires. Outros itens do documento não são propriamente queixas, mas solicitações ao empreendedor.

Por correio eletrônico, a EPE foi questionada sobre a localização da Gleba Agrícola São



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Benedito e o grau de atingimento das propriedades. De acordo com o mapa anexado à mensagem de resposta, a gleba está na ADA tendo parte de suas terras atingida diretamente, inclusive com canteiro de obras e acessos, o que certamente aumentará a circulação de veículos e pessoas, podendo gerar transtornos na convivência entre moradores locais e trabalhadores da construção.

Há que se saber o perfil das comunidades que residem no lado paraense. Por estarem essas pessoas em espaço tão distante da sede urbana de Jacareacanga e considerando o tamanho do município, é bastante provável que não haja investimento público adequado nesta região. Embora não seja possível nem para o Ibama, nem para o empreendedor, impor ao poder público municipal o modo como devem usar os investimentos advindos das compensações afetadas ao licenciamento ambiental, em se demonstrando o atingimento direto desta comunidade podem ser direcionadas ações dentro dos programas ambientais para este público específico ou até mesmo solicitar ao empreendedor que negocie com o município investimentos para a Gleba São Benedito.

Sugere-se que o PBA traga maiores informações sobre a Gleba Agrícola São Benedito, tais como: quantas famílias; quantas pessoas; principal fonte de renda; local onde frequentam escola; acesso à saúde, fragilidades, capacidade associativa.

A partir destas informações, o empreendedor deve pensar ações específicas para esta população, sobretudo no âmbito do programa de educação ambiental, que envolvam educação para o associativismo, cidadania, técnicas agrícolas sustentáveis, empreendedorismo, como fazer solicitações para a prefeitura, maneiras de cobrança sobre o poder público, como conseguir recursos e financiamento, etc. Os projetos para desenvolver estas ações devem ser formulados de forma participativa, durante a fase de diagnóstico socioambiental participativo que precede o Programa de Educação Ambiental (PEA). Também devem ser sujeito da ação educativa das demais linhas de ação do PEA. Esta população deve ser incluída nos demais programas ambientais em que se perceba interfaces e a possibilidade de resultados benéficos.

Documentos enviados ao Ibama após Audiências Públicas:

Um dos documentos enviados foi o Ofício nº14/2013 do Movimento Pró Logística de Mato Grosso, que fala da importância da Hidrovia Tapajós/Teles Pires e, conseqüentemente, da necessidade da eclusa no projeto da UHE São Manoel. Esta questão foi tratada anteriormente neste parecer.

A carta DRPC-C/0939/2013/DDN, enviada pela Copel (Companhia Paranaense de Energia) fez solicitações de inclusão de detalhes na LP. Entre estes pedidos estão detalhamento de custos de obra e programas, inclusive os programas a serem estabelecidos por órgãos intervenientes, desde o momento da emissão da LP até a fase de operação. O Licenciamento Ambiental é dividido em quatro fases, abertura de processo, licenciamento



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

1643
4420103-6
2

prévio, de instalação e de operação, conforme consta na Instrução Normativa nº184/2008. Cada uma destas fases tem uma função, sendo a de licenciamento prévio determinar a viabilidade ambiental e solicitar detalhamento e inclusão de alguns programas ambientais. Para o licenciamento de instalação é formulado o PBA - Projeto Básico Ambiental - que traz os programas em formato de projetos executivos e ensejam a formulação da LI. Os resultados gerados a partir do acompanhamento destes programas, executados durante a instalação, por sua vez, subsidiarão a emissão da LO, que pode inclusive solicitar novos programas ambientais, além dos constantes no PBA.

Como demonstrado no parágrafo anterior, o processo de licenciamento é dinâmico e as fases subsequentes são baseadas em resultados das precedentes, não sendo possível constar na LP todos os programas que serão executados até o final do processo de licenciamento.

Outro ponto importante sobre este item é que o Ibama não estipula valores ou intervém no montante de recursos que o empreendedor deve aportar para a obra ou para cada programa. O interesse deste órgão é a correta aplicação dos programas ambientais com o único objetivo da mitigação/compensação de impactos, não sendo objeto de análise o custo destas ações. Também não está entre as funções deste Instituto checar os dados e contas da OPE (Orçamento Padrão Eletrobrás) ou de qualquer outro ente público ou privado.

Como foi dito acima, os resultados dos programas implementados são fundamentais para estabelecer o que deve ser feito nas próximas fases, entra nesse raciocínio o estabelecimento da APP e a supressão de vegetação. Sendo assim, o quantitativo de supressão e o tamanho e variabilidade da faixa de APP só podem ser estabelecidos quando dados de monitoramento de fauna terrestre, ictiofauna entre outros estiverem em certo grau de adiantamento.

Uma última questão proposta pela Copel é sobre as responsabilidades sociais e financeiras acarretadas pela dinâmica da atração populacional da UHE São Manoel em relação ao passivo ou às melhorias realizadas pela UHE Teles Pires, considerando ser a mesma área de influência direta e indireta. O que foi feito pela UHE Teles Pires não é de responsabilidade do empreendedor que arrematar a UHE São Manoel, a menos que a CHTP concorra e seja a vencedora. Entretanto, para que haja a melhor aplicação dos recursos da UHE São Manoel no que concerne ao apoio às prefeituras acredita-se que a empresa responsável por este empreendimento deva estabelecer contato com a CHTP e com as prefeituras para definição da aplicação.

Os municípios impactados e que devem receber apoio financeiro para melhoria de sua infraestrutura e mitigação de impactos advindos a atração populacional serão os mesmos da UHE Teles Pires: Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta. Sendo este último parte da AII, mas pela configuração regional sofre impactos com a circulação de pessoas.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

As diretrizes sobre como deve ser atrelado o monitoramento social ao apoio às prefeituras deve ser baseado no parecer técnico PAR 004510/2013 a partir do qual o futuro empreendedor fará sua proposta no PBA.

Outro documento recebido foi o Of. nº 18/2013 da AMIU - Associação dos Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas. Este ofício encaminha as solicitações de melhorias infraestruturais de 5 municípios do norte do estado do Mato Grosso: Paranaíta, Alta Floresta, Apiacás, Carlinda e Nova Monte Verde. Como foi dito anteriormente os municípios definidos para serem atendidos pelo programa de apoio às prefeituras são Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga, sendo este último no estado do Pará. Os demais não fazem parte da área de influência direta e não figuram como polo receptor de funcionários para as obras.

As ações de apoio infraestrutural para os municípios atingidos serão definidas em momento oportuno, entre o futuro empreendedor e as municipalidades.

O OF. nº 136/2013/GAB - Prefeitura de Alta Floresta-MT, faz parte dos anexos do Of. nº 18/2013 da AMIU, comentado acima.

O Instituto Centro de Vida (ICV) protocolou no Escritório do Ibama em Alta Floresta o documento *Degradação florestal e queimadas no entorno da hidrelétrica Teles Pires*. Inicialmente este documento não trataria da usina de São Manoel, mas como as duas UHEs se situam na mesma área de influência, após análise sobre aspectos ambientais relacionados à UHE Teles Pires, os autores fazem solicitações para o licenciamento da UHE São Manoel.

Estas solicitações são:

- Obrigar o empreendedor a incluir no EIA/RIMA o desmatamento, degradação florestal e queimadas com impacto indiretos da implantação da UHE São Manoel.
- Criação de PBA específicos que contemplem o controle e a prevenção do desmatamento, degradação florestal e queimadas na região com ações específicas nas áreas de monitoramento, fiscalização e gestão ambiental, como a implementação do programa de cadastro ambiental rural com fortalecimento do monitoramento e da recuperação ambiental nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta.
- Que, caso a licença prévia seja emitida, a Compensação Ambiental em Unidade de Conservação (UC) ocorra em discussão com o escritório do ICMBio de Alta Floresta, conselhos das UCs da região, prefeituras municipais, SEMA e sociedade civil no intuito de fortalecer a gestão territorial destas áreas com ações para impedir a degradação e perda de cobertura vegetal destas áreas.
- (...) Criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional com representantes dos órgãos



1644
4420107 65
Cidade

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

governamentais, setor privado e sociedade civil que seja responsável por acompanhar o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental das UHEs Teles Pires e São Manoel, garantindo um efetivo controle social para que as medidas e programas sejam cumpridos e acordo com a necessidade local e se revertam em melhorias na qualidade de vida da população dos municípios atingidos."

O empreendedor tem responsabilidades sobre a área a ser desmatada na limpeza do reservatório, tanto na limpeza em si quanto na destinação do material retirado. Para esta operação, o Ibama emite Autorizações de Supressão de Vegetação, em nome do detentor da Licença de Instalação. Embora a região apresente problemas em relação ao desmatamento ilegal, não há como ligar este desmatamento aos empreendimentos hidrelétricos previstos ou em implantação na região, sendo impossível imputar obrigações aos empreendedores por um desmatamento localizado fora da área sob sua responsabilidade.

Desta forma, solicitar programa que monitore e fiscalize este tipo de ação não é cabível, principalmente em relação à atividade de fiscalizar que é função do poder público. O que pode ser feito neste sentido, é solicitar linha específica de ação sobre este tema no Programa de Educação Ambiental, inclusive ensinando os caminhos para acionar os órgãos de fiscalização competentes para denunciar os ilícitos.

A deliberação sobre a divisão e a finalidade dos recursos oriundos da compensação ambiental federal para as unidades de conservação beneficiadas ou a serem criadas é feita pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF.

O CCAF foi instituído pela Portaria Conjunta nº 225, de 30 de junho de 2011 e, conforme o seu Art. 1º, é integrado por representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ibama e ICMBio.

O escritório do ICMBio em Alta Floresta, apesar de ser unidade de um órgão integrante do CCAF, não faz parte das unidades do ICMBio designadas no Art 1º da Portaria para representarem aquele Instituto no Comitê.

Entretanto, conforme § 2º do Art. 1º, *o CCAF poderá convidar representantes de outras unidades das instituições integrantes, ou de outras entidades, para participar dos trabalhos com a finalidade de colaborar tecnicamente nos temas ou atividades específicas em análise pelo Comitê, sem direito a voto.*

Assim, de acordo com a Portaria Conjunta nº 225, cabe ao CCAF decidir sobre o convite a outros órgãos e entidades para a participação na deliberação dos recursos oriundos de cada empreendimento. As solicitações das instituições interessadas, apresentadas no âmbito do licenciamento da UHE São Manoel, serão anexadas ao processo administrativo e encaminhadas ao CCAF quando da fase de envio dos documentos para definição da compensação ambiental do empreendimento.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

O PAR 004510/2013, que analisou em pormenores o EIA deste empreendimento, solicita que ao requerer a LI, seja protocolada proposta de implementação de Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos. A ideia é justamente que se aprimore a participação social na condução dos programas ambientais de forma a tornar o processo mais transparente e democrático.

Conforme sugestão do Instituto Centro de Vida, acredita-se que a ação deste GT possa ser ampliada para informar a população não só sobre os aspectos socioeconômicos como sobre qualquer outro tema afeto ao licenciamento ambiental (físico, biótico, socioeconômico). Portanto, sugere-se que a LP, caso concedida, seja condicionada a apresentação de proposta de Grupo de Trabalho de Acompanhamento dos Programas e Condicionantes Ambientais. Este Grupo não deve ter caráter deliberativo, mas de discussão, com espaço para representantes do poder público local, associações, empresários regionais e do empreendedor. O objetivo é principalmente a divulgação das propostas e ações referentes do licenciamento ambiental da UHE São Manoel.

Principalmente na Audiência Pública de Itaituba, ocorreram queixas sobre a divulgação do evento e o Ibama se comprometeu a avaliar este quesito. Até o momento de fechamento deste parecer, a EPE ainda não havia protocolado neste Instituto o Relatório de Divulgação das Audiências Públicas. Considerando que as definições quanto à realização de Audiências Públicas não são tomadas em nível técnico, esta equipe entende que tal documento deva ser avaliado em instâncias de decisão superiores.

IV - Conclusão:

A análise de viabilidade para emissão de Licença Prévia do empreendimento UHE São Manoel considerou o Estudo de Impacto Ambiental - EIA, todos os documentos constantes no processo, análise feita no PAR 4510/2013, complementações advindas da análise do referido parecer, documentos entregues nas Audiências Públicas nos municípios afetados e vistorias na região do empreendimento hidrelétrico proposto.

A equipe aponta apenas dois óbices à emissão da Licença Prévia: a questão indígena e a avaliação da divulgação das Audiências Públicas.

É importante registrar que falhas no processo de identificação de impactos sobre comunidades indígenas no processo da UHE Teles Pires têm acarretado problemas para os habitantes da Terra Indígena Kayabi, para o processo de licenciamento ambiental e para o empreendimento em si. Considerando que ainda não consta no processo a manifestação final da FUNAI sobre o componente indígena, esta equipe técnica não recomenda emissão de Licença Prévia para a UHE São Manoel até que aquele órgão interveniente se manifeste sobre a viabilidade.

Principalmente na Audiência Pública de Itaituba, ocorreram queixas sobre a divulgação do evento e o Ibama se comprometeu a avaliar este quesito. Até o momento de fechamento



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

1645
4420/07-66
Rubrica

deste parecer, a EPE ainda não havia protocolado neste Instituto o Relatório de Divulgação das Audiências Públicas. As definições quanto à realização de Audiências Públicas não são tomadas em nível técnico, esta equipe entende que tal documento deva ser avaliado em instâncias de decisão superiores.

Brasília, 05 de novembro de 2013

Aline Fonseca Carvalho
Analista Ambiental da COHID

Antonio Araujo
Analista Ambiental do NLA/CE

Hiltoney de Oliveira
Analista Ambiental da COHID

José Geraldo Lopes de Souza
Analista Ambiental do NUFLORA/CE

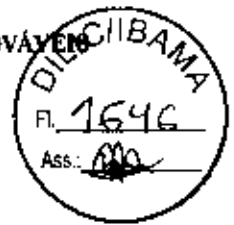
Mariana Tenedini
Analista Ambiental da COHID

Rafael Melo dos Reis
Analista Ambiental da COHID

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESP. ENC. VOL. 001070/2013 COHID/IBAMA

Brasília, 18 de novembro de 2013

Ao Arquivo Setorial do SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento de volume do processo de nº 02001.004420/2007-65.
Após encerramento tramite o processo à Coordenação de Energia Hidrelétrica.

Atenciosamente,

MARIANA TENEDINI
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

ENCLOSURE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 18 dias do mês de novembro de 2013, procedemos ao encerramento deste volume nº IX do processo de nº 02001.004420/2007-65, contendo 190 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº X. Assim sendo subscrevo e assino.

Maycon Roberto da S. Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

1950